

tempopsicanalítico

54

Nº 1

TEMPO PSICANALÍTICO

54.1, 2022

Publicação da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

Filiada a International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS)

Rua Visconde de Pirajá, 156, salas 307/310 - Ipanema - 22410-001 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

Telefone: (21)2522-0032

E-mail: spid@unisis.com.br - Homepage: <http://www.spid.com.br>

EDITOR CIENTÍFICO

Pedro Sobrino Laureano

EDITORES ADJUNTOS:

Alexandra de Gouvêa Vianna

André Soares Pereira Avelar

Daniela Teixeira Dutra Viola

Eduardo Name Risk

Rodrigo Sanchez Peres

Véronique Donard

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cleide Guedes Moreira - UFPA

Ângela Maria Resende Vorcaro - UFMG

Anna Carolina Lo Bianco - UFRJ

Antônio Márcio Ribeiro Teixeira - UFMG

Edilene Freire de Queiroz - UNICAP

Francisco Moacir de Melo Catunda Martins - UNB

Fuad Kyrillos Neto. UFSJ

Luiz Augusto Monnerat Celes - UNB

Luiz Eduardo Prado de Oliveira - Paris 7, França

Marco Antônio Coutinho Jorge - UERJ

Marta Gevez Ambertin - UNT, Argentina

Nelson da Silva Júnior - USP

Octavio Almeida de Souza - Fiocruz

Raul Albino Pacheco Filho - PUC - SP

Ricardo Salztrager - Unirio

EDITORAS ASSISTENTES:

Eloísa Aparecida de Castro

Karin Yasmin Veloso Müller

COMISSÃO EXECUTIVA:

Adelina Helena de Freitas

José Durval C. Cavalcanti de Albuquerque

REVISÃO:

Sandra Felgueiras

DIAGRAMAÇÃO:

Marco Aurélio Costa Santiago

Tempo psicanalítico. - V. 54.1 (2022) Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, 1978 - 309 p.; 21-28 cm

Semestral (1978-1989), anual (1990-2007), Semestral (2008-)

ISSN 0101-4838

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

CD:616.8917

LINHA EDITORIAL

A revista Tempo Psicanalítico é uma publicação semestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: estudos teórico-clínicos, relatos de pesquisa, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área da Psicanálise e áreas relacionadas. Excepcionalmente serão publicados artigos não originais, de difícil acesso e/ou traduções.

Versão online: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

PEPSIC - http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing_es

SSCI - Social Sciences Citation Index - scientific.thomsonreuters.com

PsycINFO - American Psychological Association - <http://www.apa.org/pubs/database/psycinfo/index.aspx>

IndexPSI - www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS e da Organização Mundial da Saúde - <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

CLASE - www.dgbiblio.unam.mx/clase.html

PSICODOC - <http://www.psicodoc.org/>

QUALIS da CAPES - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis> (A2)

tempopsicanalítico

54

Nº 1



SPID

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
Janeiro/Junho - 2022

SUMÁRIO

ARTIGOS

AS PATOLOGIAS NARCÍSICAS E OS ESTADOS DEPRESSIVOS NA PÓS-MODERNIDADE

Tania Coelho dos Santos

Flavia Lana Garcia de Oliveira 6

O SUJEITO NA CIÊNCIA, NA LITERATURA FANTÁSTICA E NA PSICANÁLISE

Fabiano Chagas Rabêlo

Karla Patrícia Holanda Martins

Leonardo José Barreira Danziato 31

A PSICANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CLÍNICA PSICANALÍTICA EM SERVIÇOS-ESCOLA DE PSICOLOGIA

Maria Lúcia Mantovanelli Ortolan

Maíra Bonafé Sei 63

OLHAR PARA O MUNDO DAS IMAGENS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Clara Maia Nicolato Corrêa

Ilka Franco Ferrari 89

CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O RISCO NA ADOLESCÊNCIA: RELAÇÕES ENTRE A APOSTA DE PASCAL E AS “FIGURAS DIABÓLICAS” NA LITERATURA

Carlos Roberto Drawin

Jacqueline de Oliveira Moreira

Andréa Maris Campos Guerra

Nádia Laguárdia de Lima

Patrícia da Silva Gomes 110

A DUPLA VOLTA DA SUBJETIVAÇÃO EM WINNICOTT Lucas Charafeddine Bulamah Daniel Kupermann	134
CONSIDERAÇÕES SOBRE PARCERIAS AMOROSAS E EXCESSOS EM ALGUMAS MULHERES TOXICÔMANAS Luma de Oliveira João Luiz Leitão Paravidini	156
TRAUMA, SUBJETIVAÇÃO E GOVERNABILIDADE NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS Joel Birman	189
APRESENTANDO VÍCTOR TAUSK Luis Eduardo Prado Marta Raquel Colabone Carolina Vidal	202
A AGRESSIVIDADE NA ETAPA INICIAL DA TEORIA FREUDIANA Fabrício de Siqueira Gonçalves Fátima Siqueira Caropreso	229
A FUNÇÃO SINTÉTICA DO EU E SEUS IMPASSES NA TEORIA FREUDIANA Munique Gaio Filla	255
DO ATO MÉDICO AO ATO ANALÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PSICANALISTA NO HOSPITAL Monica Marchese Swinerd Vinicius Anciães Darriba	288

AS PATOLOGIAS NARCÍSCAS E OS ESTADOS DEPRESSIVOS NA PÓS-MODERNIDADE

*Tania Coelho dos Santos**

*Flavia Lana Garcia de Oliveira***

RESUMO

Os estados melancoliformes nas diferentes configurações clínicas desafiam-nos a investigar suas relações com as patologias narcísicas na pós-modernidade. Apresentamos um estudo baseado em proposições freudianas em uma tentativa de atualizá-las no contexto da clínica da civilização atual. Sem a crença em um Outro apto a transmitir a operação da castração para negativizar o regime da oralidade pulsional e metaforizá-lo pelo sentido sexual, surge uma posição maciçamente masoquista que goza com a experiência de se sentir excluído e desabonado. Considerando as práticas consumistas que se alastram nas democracias contemporâneas, neste artigo, circunscrevemos que a decepção com o Outro universal que não existe pode deflagrar fenômenos imaginários em sujeitos que rompem com a ordem simbólica ao custo de um autodestruição.

Palavras-chave: Depressão; melancolia; psicanálise; contemporaneidade.

NARCISSISTIC PATHOLOGIES AND DEPRESSIVE STATES IN POST-MODERNITY

ABSTRACT

Melancholiform states in different clinical configurations challenge us to investigate their relationship with narcissistic pathologies in postmodernity. We

*Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise de Paris VIII (Paris, França).

Professora no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana/ ISEPOL. Psicanalista, membro da École de La Cause Freudienne, da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise (Paris, França). Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

**Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana / ISEPOL e da Associação Universitária de Psicopatologia de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental – AUPPF.

present a study based on freudian propositions in an attempt to update them in the clinical context of current civilization. Without the belief in an Other capable of transmitting the operation of castration to negate the instinctual orality regime and metaphorize it through the sexual sense, a massively masochistic position emerges that enjoys with the experience of feeling excluded and discredited. Considering the consumer practices that are widespread in contemporary democracies, the article circumscribes that the disappointment with the universal Other that does not exist can trigger imaginary phenomena in subjects who break with the symbolic order at the cost of self-destruction.

Keywords: Depression; melancholy; psychoanalysis; contemporaneity.

LES PATHOLOGIES NARCISSIQUES ET LES ÉTATS DÉPRESSIFS DANS LA POSTMODERNITÉ

Les états mélancoliformes dans différents configurations cliniques nous mettent au défi d'étudier leur relation avec les pathologies narcissiques dans la post-modernité. Nous présentons une étude basée sur des propositions freudiennes dans une tentative de les mettre à jour dans le contexte clinique de la civilisation actuelle. Sans la croyance en un Autre capable de transmettre l'opération de castration pour nier le régime d'oralité pulsionnel et le métaphoriser à travers le sens sexuel, émerge une position massivement masochiste qui peut jouir de l'expérience de se sentir exclu et discrédité. Considérant les pratiques consuméristes répandues dans les démocraties contemporaines, l'article circonscrit que la déception face à l'Autre universel inexistant peut déclencher des phénomènes imaginaires chez des sujets qui rompent avec l'ordre symbolique au prix de leur autodestruction.

Mots-clés: Dépression; mélancolie; psychanalyse; contemporanéité.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA FREUDIANA DA MELANCOLIA

Freud (1917[1915]/1996) foi cuidadoso ao distinguir diferentes formas de melancolização que podem comparecer em diferentes estruturas psíquicas. É essa sua direção no início do artigo “Luto e Melancolia” ao afirmar que:

A melancolia, cuja definição varia inclusive na psiquiatria descritiva, assume várias formas clínicas, cujo agrupamento numa única unidade não parece ter sido estabelecido com certeza, sendo que algumas dessas

formas sugerem afecções antes somáticas do que patogênicas (Freud, 1917[1915]/1996, p. 249).

Portanto, a melancolia sempre demanda um diagnóstico diferencial e um de seus critérios distintivos é a forma como se desdobra, como veremos mais adiante. Um outro critério é a comparação entre o trabalho de luto normal, que se dá por ocasião da perda de um objeto amoroso, e o da melancolia como uma psicopatologia. Esta também envolve um estado depressivo, mas não se sabe dizer com clareza o que foi que o indivíduo perdeu. O processo de luto implica um trabalho de desligamento mais ou menos lento dos fragmentos de memória associados ao objeto. A natureza do objeto perdido permite um trabalho de separação, liberando o sujeito para amar novamente. As especificidades da perda na melancolia parecem muito mais ligadas a um ideal ou a uma abstração, e não exatamente a um objeto de amor. Nas palavras de Freud:

O paciente não consegue conscientemente perceber o que é que perdeu. Isso, realmente, talvez ocorra dessa forma, mesmo que o paciente esteja cômico da perda que deu origem à sua melancolia, mas apenas no sentido de que sabe quem ele perdeu, mas não o que perdeu nesse alguém” (Freud, 1917[1915]/1996, p. 277).

O objeto talvez não tenha morrido, mas tenha fundamentalmente sido perdido como objeto de amor. A explicação está na natureza da ligação ao objeto que seria da ordem de uma identificação narcísica, caracterizada por um laço libidinal ambivalente do tipo oral, cuja ruptura desencadeia um retorno da libido (narcísica) para o eu. Uma exacerbada autocrítica e um delírio de inferioridade moral emergem sem que exista pertinente justificativa. Porém, diferentemente de indivíduos que se sentem envergonhados de si mesmos, o melancólico encontra uma satisfação insólita no autodesmascaramento. Uma escuta sensível deste discurso permite deprender que as acusações desferidas ajustam-se perfeitamente a alguém a quem o melancólico ama, amou ou deveria amar. O investimento no objeto, devido a uma real decepção, foi destruído. O eu identificou-se com o objeto abandonado. Segundo Freud (1917[1915]/1996): “Assim, a sombra do objeto caiu sobre o eu, e este pode, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como

se fosse um objeto, o objeto abandonado” (p. 281). Para esclarecer a particularidade desse quadro, Freud o compara com as autorrecriações típicas do luto na neurose obsessiva. Todavia, diferentemente do estado melancólico, neste caso, o estado depressivo, bem como as autoacusações, termina sem ser substituído por um estado de euforia megalomaniaco. Temos aí um bom critério objetivo para distinguir estes dois estados melancoliformes. Se não consideramos os desenvolvimentos posteriores da teoria freudiana acerca da constituição do aparelho psíquico, recairíamos em muitas obscuridades. Somente em *O Ego e Id*, Freud (1923/1996) esclareceu a diferença entre identificações narcísicas e edípicas. As mais antigas são narcísicas e resultam de relações em que o objeto de amor e o objeto de identificação são ainda indiferenciados e, conseqüentemente, padecem de grande ambivalência pulsional. As identificações secundárias são o efeito dos complexos de Édipo e de castração e se caracterizam, ao contrário, pela cisão entre o objeto de amor e o objeto de identificação.

Desse modo, as perdas pós-edípicas são diferenciadas e podem, até certo ponto, ser dissolvidas pelo trabalho do luto. Frequentemente, a dissolução incompleta deixa como efeito as fixações nos restos do objeto edípico na fantasia, revelando-se por meio de um conflito entre os desejos inconscientes e as exigências da moralidade civilizada. A melancolia é uma patologia narcísica. Resulta do conflito entre o eu e a “sombra do objeto” amado e, subseqüentemente, odiado. Essa perigosa cisão no eu pode dar ensejo a perigosas passagens ao ato. Sempre que se referiu a esta psicopatologia, Freud abordou o tema do risco de suicídio. Nos dias de hoje, o diagnóstico psiquiátrico de bipolaridade substituiu a antiga nomenclatura em que a melancolia se abrigava, a psicose maníaco-depressiva. A nova nomenclatura oculta as relações desse estado com a psicose. Podemos perceber, entretanto, que estados melancoliformes nos desafiam a investigar suas relações com as patologias narcísicas, já que estariam elas se multiplicando na pós-modernidade.

Sabe-se que a difícil classificação da melancolia em comparação às demais psicoses levou Freud (1924/1996) a erigir a categoria “neurose narcísica” para designá-la. Ainda que inserida na vizinhança das psicoses, a resposta melancólica é um efeito do conflito entre o eu e o supereu, diferentemente das neuroses transferenciais, que são o resultado da

tensão entre o eu e o isso, como também das psicoses clássicas, que resultam de perturbações das relações entre o eu e a realidade externa. O supereu (Outro) é o parceiro da pulsão. O real precisa ser tratado pelo simbólico para que a pulsão alcance o estado civilizado. O discurso de uma dada civilização pode ser mais apto a fornecer ferramentas para civilizar a pulsão ou pode ser mais inábil. A melancolia seria uma psicopatologia particularmente sensível às mudanças civilizatórias, uma vez que revela diretamente a natureza da relação mais típica do sujeito dos dias de hoje ao Outro da civilização? Faz sentido pensar em uma poderosa desedipianização do laço social? Seria a epidemia de depressão na pós-modernidade uma epidemia de neuroses narcísicas? Podemos falar de um tipo de melancolização normal, típica da predominância das identificações narcísicas nos dias de hoje? O propósito deste artigo é apresentar uma investigação aprofundada sobre a metapsicologia da melancolia. As principais teses de Freud sobre a melancolia, muitas vezes, são mencionadas sem uma articulação com as modalidades de apresentação mais típicas da clínica da civilização atual. Os estados melancoliformes são frequentes e requerem uma investigação sobre sua incidência nas neuroses contemporâneas e nos quadros de psicose mais ordinários. Buscamos desenvolver novas contribuições para o diagnóstico psicanalítico na pós-modernidade.

Inserir o embate entre eu e supereu no núcleo mais duro do funcionamento melancólico requer articulá-lo, estruturalmente, com a resposta à autoridade simbólica da função paterna. Na cultura pós-moderna, a destituição de operadores simbólicos, tais como o Nome-do-Pai e o falo, não contribui para engendrar sujeitos mais aptos a barrar a pulsão de morte. A inscrição da castração é mais difícil para indivíduos pós-modernos que, além da acentuada inclinação à depressão, muitas vezes precisam apelar a discursos identitários homogeneizantes para conter o excesso pulsional. (Coelho dos Santos, 2019; Oliveira & Coelho dos Santos, 2017; Coelho dos Santos, 2016). Em *Mal-estar na civilização*, Freud (1930/2010) observa que: “A relação entre Supereu e Eu é o retorno, deformado pelo desejo, de relações reais entre o Eu ainda não dividido e um objeto externo” (p. 100). A agressividade do supereu é remetida à hostilidade vingativa da criança “contra a autoridade que lhe

impede as primeiras e também mais significativas satisfações, quaisquer que sejam as privações instintuais requeridas” (Freud, 1930/2010, p. 100). Em seguida, Freud indica que a severidade do supereu e suas tensões com o eu dependerão da agressividade de cada um contra essa autoridade, mais do que da agressividade da própria autoridade com o indivíduo. Freud mostra que “A situação se inverte, como é frequente suceder. ‘Se eu fosse o pai e você o filho, eu trataria você mal.’” (p. 27). A identificação com a autoridade paterna sempre implicará uma “degradação” desta, uma vez que essa operação requer a renúncia à figura paterna infantil como uma “Solicita Providência”, que “velará por sua vida e compensará numa outra existência as eventuais frustrações desta” (p. 27).

Em uma neurose narcísica, verificamos um impasse nesse processo que impele o Eu a renunciar à superestimação do poder dos desejos, à “onipotência dos pensamentos” e à crença em grandiosas premissas (Freud, 1914/2010) – traços tão caros à personalidade pós-moderna. Na orientação lacaniana, esse circuito é valorizado dentro da cadeia das trocas simbólicas. Para Lacan (1955-1956/2008), o complexo de Édipo é uma conquista simbólica que submete o imaginário e suas desregulações à ordem simbólica:

Se o complexo de Édipo não é a introdução do significante, peço que dele me seja dada uma concepção qualquer. Seu grau de elaboração não é tão essencial à normalização sexual senão porque introduz o funcionamento do significante como tal na conquista do dito homem ou mulher (p. 221).

A intervenção paterna é definida como “o vetor de uma encarnação da Lei no desejo” (Lacan, 1969/2003, p. 369). Mais do que um ser intocado e com poderes sobrenaturais, o pai é aquele que transmite um para além do imaginário, dando o testemunho de sua própria condição de ser falante ao incidir de sua posição sexuada enquanto homem. Oferece, assim, uma lição acerca do gozo como objeto causa do desejo ao referir seu desejo à mulher enquanto objeto *a* de sua fantasia (Lacan, 1960/1998a). O supereu contra o qual o eu do melancólico se debate não é um parceiro libidinal desse tipo. É preciso que um sujeito possa esvaziar o imaginário do Outro Providência para poder concebê-lo como o motor de uma consistência simbólica que faz as relações humanas se

estabilizarem. Esse é um ponto de virada que exige o trabalho de luto da posição infantil.

AS PATOLOGIAS NARCÍSICAS NA PÓS-MODERNIDADE

A abordagem da melancolia como um dos possíveis modelos explicativos dos estados depressivos da subjetividade contemporânea não é recente no meio psicanalítico. Contudo, essa boa adesão não significa que o tema já tenha sido esgotado. Muitos indivíduos experimentam um sentimento de decepção, de desilusão e de ressentimento frente às promessas de felicidade em nossa sociedade de consumo que não se realizam. Os discursos individualistas, igualitários, liberais e progressistas desenharam um horizonte de oportunidades de enriquecimento, realização pessoal, reconhecimento social que só se efetua para alguns. A decepção leva alguns indivíduos a reinvestirem a libido no eu. Este eu engrandecido narcisicamente não é a expressão de um individualismo triunfante. Ao contrário, trata-se de uma defesa paradoxal que se manifesta por meio de autoflagelações para proteger-se de um vazio lancinante e de uma angústia insuportável.

O risco da melancolização atravessa as diferentes épocas, sempre à espreita, como se a humanidade sempre lutasse contra os riscos da compulsão ao pior, talvez porque o desapontamento faça parte da condição humana, assim como a inclinação a valorizar mais a fantasia do que a realidade. As tentativas de apreender esse fenômeno datam da concepção humoral da Grécia Antiga de base hipocrática, que concebia a melancolia – *Melankholia*: *Kholê* - bÍlis; *Mélas* - negra – como uma moléstia ligada ao excesso de bÍlis negra no corpo. Na Idade Média, sob a forma da abordagem da *acedia*, a tradição cristã e a filosofia medieval fazem da melancolia objeto de reflexão moral, associando-a a uma tristeza proveniente da confusão do espírito, um desgosto ou amargura imoderada da alma (Prigent, 2005). Tal inapetência para a vida seria consequência da tomada do coração humano pelo demônio, no contexto da contemplação de Deus pelos monges. No Renascimento, observa-se o resgate de uma vertente inaugurada por Aristóteles, em *Problema XXX*, que aproximava o melancólico ao “homem de gênio”. Interessante observar que a vocação renascentista reside em um humanismo que

preconiza a ascensão a níveis mais elevados do espírito por meio da especulação filosófica. O temperamento melancólico é prestigiado como fonte da criação (Prigent, 2005).

Entretanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o advento do projeto iluminista se ocupa de desmistificar os prestígios atribuídos à posição melancólica. Surge uma profusão de publicações, tais como: *Livro da melancolia*, de Andrés Velásquez, de 1585, os tratados de Luis Mercado, em 1604 e de Alonso de Santa Cruz, em 1613, assim como o *Tratado da melancolia*, de Timothy Bright, de 1585. Na França, André Du Laurens, médico de Henri IV, publica, em 1595, um *Segundo discurso*, no qual são tratadas as doenças melancólicas e as formas de tratamento, além de Jacques Ferrand, o qual, em 1623, publica em Paris um *Tratado da essência e cura do amor* ou *Da melancolia erótica*, além o médico Timoty Bright, em seu *Tratado da melancolia*, de 1601. Em comum, todos evocam a melancolia como uma patologia inquietante, uma alienação da imaginação que arruína gravemente os espíritos (Prigent, 2005). Sob o crivo do método científico, o reconhecimento da melancolia como uma patologia não ratifica o imaginário vigente até então, de que ela seria ponte para o encontro com uma interioridade superior. Desde então, verificou-se uma bifurcação: a corrente psiquiátrica clássica, empenhada em circunscrever a melancolia como uma psicopatologia com regularidades em sua evolução; e o Romantismo, que confere legitimidade ao indivíduo sensível, à margem da sociedade, mais afeito aos recursos imaginativos que à razão. Seguindo os ecos da Revolução Francesa e denunciando um ideal de liberdade, igualdade e fraternidade que se revela inacessível, a melancolia acaba por traduzir a exasperação dessa expectativa (Prigent, 2005).

Desse mapa tão abrangente, vale extrair os melhores elementos para uma clínica da civilização (Miller, 2004). Estamos de acordo com Lipovetsky (2017), pois, ainda que a decepção seja inerente às relações humanas, é necessário destacar como a civilização moderna, individualista e democrática lhe deu um peso excepcional, com repercussão psicológica e social sem precedentes históricos. O direito à busca da felicidade está inscrito na *Declaração de Independência* americana, de 1776. Os princípios da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789,

também se direcionam para a “felicidade de todos”. A superexigência de viver bem através de práticas consumistas alastra-se nas democracias contemporâneas. Nada mais distante das premissas do liberalismo político que pautaram o próprio nascimento dos Estados democráticos, que valorizam a felicidade, sobretudo, como uma questão individual, muito mais do que política.

É o que expressa muito bem a máxima de Benjamin Constant: “*Que o Estado se limite a ser justo; nós encarregar-nos-emos de ser felizes*” (como citado em Lipovetsky, 2017, p. 27). A modernidade precipitou o aumento da insatisfação das classes médias, que ficam atormentadas e passam a amargar uma realidade aquém dos ideais democráticos. Em *Da Democracia da América*, Tocqueville (2000) investiga os efeitos da igualdade de condições nos hábitos, ideias e costumes da sociedade civil. Destaca, como efeito psicológico importante, a transformação da ambição em um sentimento universal e contínuo. O esvaziamento das prerrogativas de nascimento estimulou o desejo de se elevar, de sair de sua condição, de adquirir constantemente novos bens materiais, reputação e poder. Paradoxalmente, a insatisfação e a frustração crescem enquanto as desigualdades retrocedem e se difundem as riquezas materiais. Ao mesmo tempo, os dispositivos da socialização religiosa que amorteciam com suas narrativas universais a ferida narcísica da decepção são cada vez mais relativizados. A civilização do irrestrito bem-estar coletivo, ao estimular o apetite desenfreado por novas aquisições, suscita expectativas irrealizáveis que geram desassossego e exaustão nos sujeitos, como se não tivessem sido convidados para a festa consumista prometida a todos (Lipovetsky, 2017).

Para que uma instância unificada como o eu possa reagir à perda e à decepção sem deformar-se, é preciso ser capaz de fazer o luto do objeto perdido. Essa capacidade de simbolização da perda só é possível quando o eu narcísico é dividido pelo encontro com a diferença sexual. Em consequência do complexo de castração, o objeto de amor edípiano poderá ser recalado, dissolvendo-se também o complexo de Édipo. Nesse trabalho lento e gradual, o Eu é confrontado com uma tarefa ética de romper sua ligação com o objeto edípico. O fracasso da sexualidade infantil deve conduzir à eleição de um ideal do eu no lugar da aspiração à satisfação narcísica absoluta. O desligamento dos traços inconscientes da

apresentação da coisa (*Dingvortellung*) inconsciente do objeto permite uma nova relação ao ideal, separada da voracidade pulsional característica da identificação narcísica com base no laço oral. Já as neuroses narcísicas não são as neuroses de transferência, na medida em que não podem contar com o recalque para se defenderem da identificação ao objeto incestuoso. O assédio das pulsões sem a barreira do recalque desestabiliza o eu unificado no narcisismo, obrigando-o a um sobreinvestimento narcísico defensivo. Para rastreamos como o fracasso dessa separação se propaga produzindo estados melancoliformes na sociedade, trabalharemos, a seguir, mais algumas proposições genuinamente freudianas para definir a melancolia.

À REGRESSÃO À IDENTIFICAÇÃO NARCÍSICA AO OBJETO E SEUS EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA DO EU

Além de inserir a afecção melancólica no quadro das neuroses narcísicas, Freud (1916-1917/2010) esforça-se por esclarecer as perturbações e disrupções da estrutura egoica a partir da teoria da libido. Esse quadro é de difícil acesso à investigação clínica, pois trata-se de sujeitos isolados em uma rigidez psíquica acentuada: “Nas neuroses narcísicas, essa resistência é intransponível; podemos, no máximo, lançar um olhar curioso sobre o muro, a fim de espiar o que se passa do outro lado” (p. 560). Freud (1917[1915]/1996) mostra que a chave das violentas autoacusações melancólicas é um processo identificatório de base narcísica. O investimento objetal leva ao encontro com um obstáculo à plena satisfação. O melancólico não suporta esse desapontamento. Funda-se um mecanismo que substitui a ligação ao objeto pela regressão ao narcisismo primário, ao invés do recalque da exigência de satisfação incompatível com a realidade. A explicação para essa regressão da relação a um objeto à identificação, ainda de acordo com Freud (1917[1915]/1996), estaria na insuficiência da constituição do objeto como algo separado do eu. A sombra do objeto cai sobre o eu, porque este nunca chegou a se diferenciar efetivamente dele. O estatuto do objeto durante o narcisismo comporta uma obscuridade essencial. O eu é o outro e isto o expõe às reversibilidades pulsionais, como a inversão no contrário e o retorno sobre o próprio eu. Trata-se de uma relação

que não admite separação, em uma ambivalente viscosidade libidinal. Segundo Freud (1917[1915]/1996): “apesar do conflito com a pessoa amada, não é preciso renunciar à relação amorosa”.

Ao abordar a melancolia, Freud (1917[1915]/1996, p. 255) assinala que “(...) uma forte fixação no objeto amado deve ter estado presente”. Seu argumento caminha para o diagnóstico de uma importante desregulação na pulsão oral. A regressão ao narcisismo objetual é pautada em uma ânsia voraz de sugar o objeto. Nas palavras de Freud (1917[1915]/1996, p. 255): “O ego deseja incorporar a si esse objeto e, em conformidade com a fase oral ou canibalista do desenvolvimento libidinal em que se acha, deseja fazer isso devorando-o”. Ao retroceder ao narcisismo e abrigar-se na identificação primária à imagem de “sua majestade o bebê” (Freud, 1914/1996), o melancólico visa a uma compensação eterna à perda de uma suposta plenitude com o objeto. O melancólico desmorona ao ver que o Outro não é suficiente. O refúgio na identificação narcísica evoca um congelamento do ódio contra o objeto. A experiência de fazê-lo sofrer domina suas tendências sádicas. Portanto, ao invés de se desprender do objeto perdido, acaba por devorá-lo e a ser devorado por ele.

Em suma, na melancolia, o retorno da libido ao eu não o engrandece verdadeiramente, nem o torna mais digno de ser amado pelo outro. O cuidado de si fica comprometido. A perda do objeto deixa uma ferida aberta por onde escorre uma hemorragia psíquica que não cicatriza. Sem os contrainvestimentos que o processo de recalque proporciona, a morbidez mental da pulsão de morte aspira o eu e pode levá-lo a se autodestruir. Enquanto um neurótico obsessivo pode construir por meio de seus sintomas (atos compulsivos, anulação retroativa, rituais e superstições) medidas de proteção que sirvam para conter a exigência pulsional parricida, o melancólico é devorado pelo seu próprio ódio ao objeto decepcionante.

Além disso, Freud (1917[1915]/1996) compara o desejo de recuperar algo perdido no desencadeamento melancólico e no processo normal de luto. A reclusão imposta pelo luto leva à renúncia à devoção ao objeto. O teste de realidade evidencia que o objeto não está mais ali, induzindo à lenta e gradual desconexão e substituição do investimento objetual. Na melancolia, como já antecipamos, a perda de satisfação

com o objeto deflagra um verdadeiro processo de hemorragia psíquica (Freud, 1895/1996) em lugar de despertar o complexo de castração. O tipo narcísico de escolha de objeto envolve sempre uma forte idealização do objeto, que nada mais é do que sua própria imagem no espelho. Somente a descoberta da diferença sexual permite que a dimensão da perda seja introduzida no eu ideal, dando lugar à simbolização da castração. A crueldade do melancólico leva-o a denegrir a si próprio e ao objeto especular por não estar à altura do que foi desproporcionalmente idealizado no eu ideal. Incapaz de simbolizar a incompletude seja nele mesmo, seja no objeto que o decepcionou, por meio da inscrição da diferença sexual, o melancólico é levado a produzir julgamentos incompatíveis com os dados de realidade. A avaliação realista da condição humana depende de uma representação psíquica da alteridade do objeto, que não é apenas um complemento para a satisfação pulsional. Para que essa representação se produza, é preciso inscrever a falta de completude pulsional por meio das consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos e da assimetria geracional (Coelho dos Santos, 2016).

VORACIDADE PULSIONAL, ORALIDADE, MASOQUISMO E VITIMIZAÇÃO

Em seu *Seminário 14: A lógica do fantasma*, Lacan (1966-1967/2004) recorre ao livro de Edmund Bergler, chamado *A neurose de base (The basic neurosis)*, para aprofundar o tema da oralidade, aproximando-a da resposta masoquista. Lacan segue a ideia de Bergler de que o tempo pré-ediapiano teria como corolário a emergência do “desejo masoquista” de ser rejeitado pela mãe. Tal tendência seria sobreposta futuramente por uma posição defensiva marcada pela interpretação de ter sofrido uma injustiça. Lacan acentua que “na posição oral o sujeito [...] quer ser rejeitado; porque não é verdade dizer que a pulsão oral consiste em querer obter, nomeadamente, o seio” (Lacan, 1966-1967/2004, p. 356). A agressividade, a necessidade de morder e o temor de ser devorado são reinantes. A posição masoquista possui, neste plano, um valor paradoxalmente separador: “ser rejeitado seria, neste registro, propriamente dizendo, salvar a si próprio do engolimento do parceiro maternal” (Lacan, 1966-1967/2004, p. 358). Sem a crença em um Outro apto a transmitir a operação da castração

para, retrospectivamente, negativizar o regime da oralidade e metaforizá-lo pelo sentido sexual, surge uma posição maciçamente masoquista e que goza na experiência de se sentir excluído e desabonado.

O masoquismo vincula-se à vitimização e encerra a reivindicação frustrada de ser indenizado, de receber uma reparação pelo dano causado pelo objeto. Lacan (1966-1967/2004) destaca seu intuito de “se defender do Outro”. Nos referimos mais acima a essa espécie de defesa paradoxal que, para se proteger, maltrata o eu. A precariedade da diferenciação eu-outro na relação ao supereu arcaico materno é responsável por este curto-circuito. Para não ser devorado pelo Outro materno onipotente, o sujeito transforma-se no consumidor insatisfeito e devorador do Outro. A perda é interpretada como injustiça. A falta da satisfação pulsional absoluta deveria dar lugar à emergência da falta como causa do desejo. No entanto, se estabelece um entrave estrutural na apropriação da genuína função do falo, como significante do desejo e relativo à libra de carne a pagar para o alcance das satisfações no laço com o Outro. Não podemos inocentar a sociedade de consumo de fomentar esse entrave. Porém, não podemos responsabilizá-la completamente por ele. A transmissão da castração depende muito mais essencialmente da transmissão familiar. A falha na simbolização da falta deixa como herança a identificação oral-canibalesca.

O fundamento das trocas simbólicas nunca será transparente por inteiro. Existe um ponto real de opacidade, uma perda de gozo que a civilização tenta contornar e relançar no circuito como uma mais-de-gozar. Alguma coisa se perde e algo pode ser recuperado na escala invertida do desejo (Lacan, 1966/1998b). Tradicionalmente, as coordenadas simbólicas derivadas das estruturas elementares do parentesco, a diferença geracional e a diferença sexual podiam, até certo ponto, regular as trocas pulsionais. Para muito indivíduos, elas foram desconstruídas depois da revolução cultural de 1968 (Coelho dos Santos, 2019). Para outros, essas coordenadas permanecem potentes o bastante para inseri-los no laço social. As rápidas transformações econômicas e as imensas aquisições tecnológicas afetaram as relações dos sujeitos com as figuras de autoridade e as posições hierárquicas consolidadas pela tradição. A abundância econômica, as elevadas expectativas de satisfação, o declínio da luta pela sobrevivência e a inclinação à feminização induziram a uma reivindicação

generalizada de ser tratado como exceção que acompanha uma posição vitimizada. Muitas vezes, a função paterna e seus representantes não merecem crédito. Para muitas famílias, essa desconstrução da autoridade simbólica exigirá um cuidado dobrado na educação dos filhos. Freud descreveu esse tipo de caráter, o daqueles que reivindicam ser tratados como exceções. Em *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica*, de 1916, Freud esclarece que essa reivindicação é exacerbada pela convicção de que uma providência especial zelava pelo indivíduo e o protegeria de sacrifícios dolorosos. A conexão entre a reivindicação de ser tratado como exceção e o *penisneid* no âmago da sexualidade feminina permitem aproximar este tipo de caráter e a exacerbação do narcisismo em algumas mulheres. Freud associa tal ressentimento à vivência de uma injusta desvantagem em relações muito primárias. A exigência infundável de reparação orienta o destino desses sujeitos.

A SAÍDA MANÍACA COMO CONTRAINVESTIMENTO À QUEDA MELANCÓLICA E SUAS REPERCUSSÕES NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Para Freud (1917[1915]/1996), em alguns casos, a única saída para o torpor melancólico ocorre por meio da fuga maníaca. Essa abordagem prolonga a tradição da psicopatologia psiquiátrica clássica. Em 1820, Esquirol afasta a melancolia da referência à bílis negra, definindo-a como uma “monomania” caracterizada por um “delírio parcial”, no qual predomina uma paixão triste e opressiva. A “lipemania”, em referência ao grego *lupeo* – triste, atormentado –, seria distinta da mania, que é considerada por ele como a monomania da paixão excitante (Prigent, 2005). Em 1854, Baillarger defende a existência de uma “loucura em dupla forma”, em que mania e melancolia configuram dois períodos de uma mesma alienação mental. Também no século XIX, Falret enfatiza uma “loucura circular” que intercala três estados – mania, melancolia e intervalo lúcido (Bercherie, 1989).

Muitos psiquiatras clássicos dedicaram-se a descrever o funcionamento delirante com tonalidades de culpa, ruína, abandono e ideações hipocondríacas como algo recorrentemente verificável nesses quadros. Jules Cotard circunscreve a destruição ou a não existência dos órgãos do corpo como um dos principais componentes da que ficou conhecida

como “síndrome de Cotard”, que reúne em sua sintomatologia a angústia melancólica, as ideias de ruína e danação, bem como o delírio de destruição das coisas do mundo. A falha na “visão mental” levaria à inibição intelectual, o que surpreendentemente produz um delírio de enormidade, levando a uma percepção gigantesca de si. Outro psiquiatra clássico, Séglas, especifica um distúrbio de percepção pessoal que leva à dificuldade de assimilação de objetos e pessoas outrora familiares. Com isso, prevalece um certo automatismo de pensamento que sobreviria a essa fragilidade na associação de ideias (Douvilles, 2007). A categoria kraepeliana da psicose maníaco-depressiva, de 1896, fornece alguns elementos que ordenam a perspectiva freudiana da melancolia, como o delírio de referência, ilusões da memória, que configuram um pensamento persecutório, profético, inclinado às reformas do mundo, além da querulência (Kraepelin, 2012).

Evidentemente, em todas as descrições acima, não saímos do espectro da melancolia – e de suas possíveis oscilações com a mania – como psicose extraordinária, tributária da forclusão do Nome-do-Pai e de seus fenômenos elementares no corpo e no pensamento. O que encontramos na base estrutural da elaboração desses psiquiatras clássicos foi posteriormente revelada a partir da hipótese psicanalítica das modalidades de defesa frente à castração (Freud, 1940/1996). Nosso esforço será direcionado, agora, a uma conexão mais fecunda com as manifestações pós-modernas das neuroses narcísicas. Já vimos que o cenário conflitivo mais elementar desse tipo clínico é uma atividade crítica que atua ferozmente em tensão a um eu alterado por uma maciça identificação com o objeto. Sob o discurso melancólico, subjaz um forte ressentimento, uma severa revolta marcada pela interpretação de que o objeto protagonizou um ato de injustiça. O objeto perdido não tem credibilidade para transmitir suas insígnias ao nível do Ideal do eu.

O que esse texto nos ensina sobre esse agente crítico que atua sadicamente sobre um eu tão objetivado, desprovido de um capital libidinal para assegurar sua autopreservação e estima de si? Sabemos que este aspecto é melhor desdobrado em *O ego e o id*, quando Freud (1923/1996), ao explorar o tema das relações dependentes do eu, aponta a importância do supereu como uma das primeiras identificações aos objetos abandonados pelo id. A apresentação mais arcaica do supereu, pré-edipiana, baseia-se

na identificação à instância parental se a diferença sexual se revela como “cultura pura de pulsão de morte” (p. 66). Tal elemento evidencia que, sem uma nova versão da autocrítica mais humanizada pelos complexos de Édipo e de castração, os quais favorecem o tratamento dos imperativos pulsionais pela consideração à sucessão geracional e à diferença sexual, as exigências da pulsão podem consumir o indivíduo, deixando-o à mercê de compulsões e autodestruições. O supereu torna-se parceiro da pulsão de morte, dificultando o ingresso na cultura. Sem a humanização do supereu arcaico por meio das identificações edípicas, os imperativos superegoicos permanecem vorazes como a pulsão oral ou sádicos como as pulsões anais. O desgosto melancólico denota a severidade desse supereu arcaico, que não tolera menos do que tudo. Como o Outro não lhe proporciona tudo, o melancólico identifica-se a um dejetivo.

Sem a mediação simbólica do falo, a perda desse primeiro objeto absoluto não pode se subjetivar como causa do desejo (Lacan, 1956-1957/1995; Lacan, 1962-1963/2005). Em lugar da falta causa do desejo, a superação da perda melancólica do objeto (Freud, 1917[1915]/1996), se dá através da mania. Segundo Freud, “[...] o conteúdo da mania em nada difere do da melancolia, [...] ambas as desordens lutam com o mesmo ‘complexo’, mas que provavelmente, na melancolia, o ego sucumbe ao complexo, ao passo que, na mania domina-o ou o põe de lado” (p. 259). Seus estados observáveis são a alegria, o triunfo ou o júbilo. Do ponto de vista econômico, a mania envolve a liberação do acúmulo de investimento retido no eu pelo forte sentimento de opressão. Com a abolição de toda a autocrítica, há uma ausência surpreendente das inibições no âmbito das ações que realizam as exigências pulsionais. No entanto, parece que o indivíduo não deixa de permanecer “vorazmente faminto”, “agido” por um excesso pulsional que não conhece interdições. Parece continuar servindo a um funcionamento muito arcaico do psiquismo e a um modo de relação com o objeto bastante desprendido das coordenadas civilizatórias.

No parágrafo final de *Luto e melancolia*, Freud tenta alcançar maior precisão à enigmática saída maníaca:

O acúmulo de catexia que, de início, fica vinculado e, terminado o trabalho da melancolia, se torna livre, fazendo com que a mania seja possível, deve ser ligado à regressão da libido ao narcisismo. O conflito dentro do ego,

que a melancolia substitui pela luta pelo objeto, deve atuar como uma ferida dolorosa que exige uma anticatexias extraordinariamente elevada (Freud, 1917[1915]/1996, p. 263).

Podemos inferir, de acordo com esse fio argumentativo, que a mania seria um novo tipo de contrainvestimento? Dito de outro modo, uma nova saída para a ferida narcísica que melancoliza o indivíduo prisioneiro de uma ambivalência permite apenas a rotulação do Outro como inteiramente bom ou como inteiramente mau. É um estado psicológico que impõe uma segregação obrigatória de tudo e de todos, sem dialética, sem moderação. Se tomarmos essa hipótese como precedente, a solução maníaca pode explicar as compensações narcísicas tipicamente pós-modernas, como as compulsões alimentares, as toxicomanias e as drogadicções? Mais ainda, nos discursos identitários temos uma tentativa de dominação imaginária do eu do excesso pulsional com alguma afinidade desse tipo?

No artigo metapsicológico “O Inconsciente”, Freud (1915/1996) revisita o tema das neuroses narcísicas, dando atenção especial à tentativa de fuga do eu da frustração no nível do objeto tão presente nesta afecção. Freud sublinha que “[...] essa fuga do Eu, realiza-se de maneira bem mais profunda e radical nas neuroses narcísicas” (Freud, 1915/1996, p. 149). Ao invés da busca por um novo objeto, surgem “sinais de um sobreinvestimento do próprio eu” (Freud, 1915/1996, p. 140). No caso das manias, esse sobreinvestimento é esclarecido em um texto posterior, *Psicologia das massas e análise do Eu*, quando a fase depressiva da melancolia é traduzida por Freud (1921/1996) como a vitória do Ideal do eu (Supereu) sobre o eu, enquanto que o giro maníaco consiste no fato de que o eu pode se experimentar coincidindo com essa instância. Ou seja, o eu se convence de ser seu próprio Ideal e de usufruir de plena autonomia. Temos aqui a busca por uma autossuficiência que alivie o sujeito do imaginário melancólico.

A SUPERIDENTIFICAÇÃO NAS NEUROSES CONTEMPORÂNEAS E NAS PSICOSES ORDINÁRIAS

Mais adiante, na década de 1950, os psiquiatras alemães Hubertus Tellenbach e Alfred Kraus examinaram fenômenos rígidos de transitivismo mental, observando, nesse perfil clínico, a hipernomia, a superidentificação

e o *typus melancholicus*. Kraus (1998) distingue a sobreidentificação pela hipernomia e pela intolerância à ambiguidade. A hipernomia torna o sujeito “normopata”, constituindo um *typus melancholicus* escrupuloso, consciente de seu dever e excessivamente adequado às normas. Encontra-se fixado em identificações maciças, engessadas e aderidas a valores autoritários que designam seu lugar profissional, social e/ou conjugal, dispensando dialetizações. Em uma sociedade organizada segundo os princípios tradicionais, esta manifestação psicopatológica se dava por meio de uma forte relação com o dever, em prol de minimizar as contradições e da manutenção da solidez da identidade de um papel. O indivíduo apresenta atrofia dos sentimentos de confiança em relação ao mundo. Busca tornar sua conduta purificadora de qualquer culpa, não concebendo a própria subjetividade como elaboração de si.

Segundo Maleval (2019), essa psicopatologia merece ser atualizada conforme as especificidades dos novos tempos, nos quais os ideais não constroem o gozo e a discursividade desconstrutivista crescente nos meios de comunicação, que exalta a satisfação pulsional dispensada de regulações. Miller (1999) já havia formulado que a democratização social diversifica as normas e o Outro em nossa época é pluralizado. O *typus melancholicus*, de acordo com Miller, permite-nos destacar um tipo de ideal, que não se refere à função simbólica do Ideal do eu, mas apenas a uma norma social. O rebaixamento ao estatuto de um supersocial faz parte da nova configuração do imaginário nas sociedades democráticas, igualitárias e de consumo.

Portanto, o típico rigor moral do *typus melancholicus* faz parte das novas suplências da psicose ordinária – psicoses não desencadeadas – e é uma das possibilidades oferecidas ao sujeito para remediar a forclusão inicial (Marret-Maleval, 2001). A sociedade de consumo, sob a hegemonia do discurso politicamente correto, oferece narrativas hiperigualitárias que podem levar à sobreidentificação, na medida em que produzem um tipo de inflacionamento do eu que o cristaliza em uma identificação imaginária autodefinidora. A hipernomia culmina na dependência extrema a uma definição de si marcada pela certeza psicótica, não muito distante da euforia maníaca, que serve de anteparo ao entorpecimento melancólico.

A sobreidentificação a traços específicos de uma norma social torna-se uma suplência possível à fragilidade da referência fálica para conter o

transbordamento do gozo. Maleval (2003) destaca que o artista que James Joyce recorreu a uma sobreidentificação como “remendo do Eu”. Lacan (1976, como citado em Maleval, 2003, p. 14) mostra como a escrita de Joyce impede um deslizamento infinito do imaginário. A representação de si mesmo é sustentada pela sua escrita, e não pelo corpo. Tendo isso em vista, Maleval (2003) adota como método clínico em casos de difícil classificação diagnóstica a investigação de signos discretos da psicose ordinária a partir dos transtornos do Real (os índices da não-extração do objeto *a*), do Simbólico (a falha discreta do ponto de basta) e do Imaginário (os problemas de identidade e a prevalência das identificações imaginárias). A suplência ancora-se em uma função de limitação do gozo que não equivale à castração, pois suprir não significa substituir (Maleval, 2003). Seriam as soluções identitárias uma suplência à rejeição da função paterna que foi desmoralizada e desmentida (Coelho dos Santos, 2016), servindo-se para isso de um sobreinvestimento do Eu?

Ainda que diferentemente das psicoses ordinárias, muitas neuroses contemporâneas também são marcadas pelo que denominamos anteriormente como estados melancólicos (Oliveira & Coelho dos Santos, 2017). Desde o início deste estudo, procuramos estudá-las à luz da comparação com as neuroses narcísicas. Esses sujeitos estão frequentemente submetidos às narrativas desconstrucionistas, o que aumenta sua vulnerabilidade à captura por imagens especulares. Afinal, a função paterna pode ser um poderoso vetor de humanização do discurso universal e anônimo. As exigências abstratas da lei podem encontrar, na transmissão de um desejo particular, uma pai-versão amenizadora (Miller, 2014). O ideário de liberdade absoluta e o esfacelamento dos operadores da ordem simbólica respaldada pelo Nome-do-Pai abrem o caminho da servidão imaginária a algum significante-mestre para estancar o mal-estar, significante este que pode ser tomado de empréstimo das modas discursivas da ocasião. O afrouxamento da lógica fálica gera esse estado de vulnerabilidade psíquica. As insígnias identitárias são bem menos promissoras que uma identificação que faça advir o sujeito, pois tornam os indivíduos dependentes de uma narrativa que os aprisiona a uma verdade relativa a uma minoria, cuja força simbólica será insuficiente diante do excesso pulsional. Falta a essas narrativas a força simbólica dos discursos democráticos universalizantes que nos permitem construir um

laço social igualitário baseado na noção de cidadania. A multiplicação desse “direito difuso” das minorias empobrece o sentido da nossa concepção de democracia, de liberdade e de igualdade. A igualdade entre alguns baseada em uma identidade minoritária comunitarista não equivale à universalidade dos direitos e deveres do cidadão.

A psicodinâmica da melancolia pós-moderna tem uma afinidade de estrutura com as políticas identitárias. Ela é a expressão da decepção com o grande Outro da modernidade. Expressa o descrédito na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Esse Outro pode ser o Pai, o Estado, o Professor, ou de qualquer um que se prontifica a ser fiador da ordem simbólica na transmissão humana. A decepção melancólica com todos os representantes de ideais coletivos nasce da profunda desconfiança em relação a uma suposta ordem social patriarcal, heteronormativa, masculina, branca e rica. Muito acreditam que essa ordem segrega os negros, as mulheres, os gays, as lésbicas, os transgêneros, os transexuais, os de gênero neutro, assim como todos os pobres. Encontramos, assim reunidos, como um conjunto de subgrupos minoritários e que não cessa de proliferar e incluir novos subgrupos minoritários, indivíduos reduzidos a um traço distintivo: a desigualdade com a norma fálica.

Quando nos referimos às narrativas contemporâneas produtoras de grupos identitários, estamos de acordo com as críticas que importantes sociólogos – tais como Marc Lilla –, economistas – como Thomas Sowell – e psicólogos – como Steven Pinker – vêm fazendo ao papel que alguns supostos intelectuais vêm desempenhando a serviço da corrosão dos ideais coletivos nas sociedades democráticas. Essa *intelligentsia* é responsável pela difusão de ideias produzidas no interior de grupos que se consideram minorias e que sofrem um tratamento segregatório ou enfrentam desigualdade de oportunidades na sociedade. São jornalistas, professores, escritores, dramaturgos, livres-pensadores, dentre outros, que, ainda que não sejam sempre lidos pelo grande público, militam ativamente para convencer uma suposta maioria conservadora a apoiar uma política de direitos especial para indivíduos que devem ser considerados como exceções. Os indivíduos considerados pertencentes a algum grupo minoritário teriam sofrido algum tipo de injustiça que justifica que a sociedade se mobilize para repará-la, indenizando-os.

Sowell (2011), um economista negro, pesquisador do Instituto Hudson na Universidade de Stanford, desenvolveu um cuidadoso estudo sobre os impactos desses discursos na civilização ocidental. De antemão, propõe-nos uma disjunção: “intelecto não se confunde com sabedoria” (Sowell, 2011, p. 15). Ou seja, ser um intelectual não pressupõe uma relação bem retificada com a realidade empírica, que envolve a sabedoria de bem articular intelecto, conhecimento, experiência e julgamento. Nas próprias palavras desse economista:

Puro poder mental, o intelecto é a capacidade de apreensão e manipulação de conceitos e ideias complexas, e pode estar a serviço de conceitos e ideias que desembocam, por sua vez, tanto em conclusões equivocadas quanto em ações insensatas, tendo-se em vista todos os fatores envolvidos, incluindo aqueles que são deixados de lado durante as engenhosas construções do intelecto imaturo (p. 15).

Um dos riscos de imersão em um imaginário que inflaciona o Eu no trabalho intelectual é a manutenção de uma modalidade de produção que inicia e termina impregnada por ideias. Estas são blindadas de métodos de avaliação pautados na experiência que possam autenticar sua origem. As ideias de um desconstrucionista são testadas fundamentalmente a partir da opinião de outros desconstrucionistas, não havendo critérios externos e empíricos, apesar de sua complexidade. Muito diferentemente acontece no campo da física. A Teoria da relatividade de Einstein, por exemplo, conquistou aceitação quando os cientistas observaram um eclipse solar, confirmando que a luz se comportara em conformidade com a sua tese. Desse modo, uma inconsequência intelectual, de forte impacto para milhões de pessoas, pode ser cometida, sem que a reputação de seu mentor seja abalada, não sendo ao menos convocado a prestar contas dos resultados de suas ideias.

Seria a relação melancólica com a verdade perpassada por um equívoco desse tipo? A melancolização decorreria desse desencontro instalado entre uma suposição errônea sobre o que seja a função e o lugar do Outro. Se reavaliarmos a melancolia à luz do inflacionamento narcísico daqueles que reivindicam ser tratados como exceção, podemos retomá-la e atualizá-la. O mais essencial acerca da sombra do objeto que caiu

sobre o eu seria a decepção com o universal. O conflito nas patologias narcísicas não é com um supereu primitivo, materno, seja ele abundante ou insuficiente, como Freud chegou a pensar. O conflito instala-se contra o supereu paterno, representante dos interesses universais, garantia da igualdade de direitos e deveres entre todos os cidadãos. Diante desse ideal paterno, o melancólico é aquele que diz: isso não é justo. Não é verdade que sejamos todos iguais. Alguns são mais bonitos, mais inteligentes, mais capazes, mais afortunados dos que outros. O melancólico pensa, talvez, que o ideal universal mente sobre as profundas desigualdades entre os seres humanos. Decepcionado com o Outro universal que não existe, o melancólico não consegue, entretanto, romper com ele sem se autodestruir. O trabalho de luto da fantasia irrealizável não se estabelece. Segundo Freud:

Cada uma das lembranças e situações de expectativa que demonstram a ligação da libido ao objeto perdido se defrontam com o veredicto da realidade segundo a qual o objeto não mais existe; e o ego, confrontado, por assim dizer, com a questão de saber se partilhará desse destino, é persuadido, pela soma das satisfações narcísicas que deriva de estar vivo, a romper sua ligação com o objeto abolido (Freud, 1917[1915]/1996, p. 260).

O luto da perda de um Outro universal não abriu a escolha pelo desejo de viver. Ao contrário, uma atividade intelectual, intensificada pelo retorno da libido para o Eu, erige uma teoria sobre o Outro que se torna a sombra que o ameaça de uma profunda alienação. Freud (1914/2010, p. 43) não deixa de mencionar o “impulso à construção de sistemas especulativos” que é peculiar na paranoia como um efeito desse depósito maciço de libido narcísica. Sendo assim, os estados melancólicos e as sobreidentificações talvez tenham como denominador comum a tentativa de, por via de um sistema intelectual elaborado, viabilizar ao sujeito uma orientação de sentido. Que outro caminho o sujeito descontente com o Outro universal poderia tomar? Será possível conviver com a desigualdade entre os homens, que é real e sobre isso o melancólico não se engana, sem precisar se refugiar na autorrecriação ou na reivindicação de ser tratado como exceção?

REFERÊNCIAS

- Bercherie, P. (1989). *Os Fundamentos da clínica: História e estrutura do saber psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Coelho dos Santos, T. (2016). O Outro que não existe: verdade verídica, verdades mentirosas e desmentidos veementes. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, (3), 565-604. Recuperado em 10/01/2020 em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982016003011>.
- Coelho dos Santos, T. (2019). O que é e onde começa a pós-modernidade? In Coelho dos Santos, T., Santiago, A. L. & Oliveira, F. L. G. de. *Reconfigurações do Imaginário no Século XXI* (pp. 17-32). Curitiba: Editora CRV.
- Cotard, J. (1998). Do delírio das negações - 1882. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 1(4), 156-177. Recuperado em 15/12/2019 em: <https://doi.org/10.1590/1415-47141998004013>.
- Douville, O. (2007). O delírio de negação de Cotard a Séglas. *Psicologia Clínica*, 19(1), 187-200. Recuperado em 15/01/2020 em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000100013>.
- Freud, S. (1996). Rascunho G: Melancolia. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 246-252). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1895).
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 75-110). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (1996). O Inconsciente. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 165-224). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVI – A Teoria da Libido e o Narcisismo. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 16, pp. 413-432). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1916-1917).

- Freud, S. (1996). O luto e melancolia. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 245-264). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1917).
- Freud, S. (1996). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 13-80). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Ensaio de metapsicologia e outros textos* (Vol. 18, pp. 13-122). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930).
- Freud, S. (1996). Esboço de psicanálise. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 293-296). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1940).
- Kraus, A. (1998). Thérapie de l'identité des mélancoliques et des maniaco-dépressifs. *Confrontations psychiatriques*, (39), 275-304.
- Kraepelin, E. (2012). *A loucura maniaco-sepessiva*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Miller, J.-A. & Milner, D. (2004). *Evaluation: entretiens sur une machine d'imposture*. Paris: Agalma.
- Lacan, J. (1995). *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original proferido em 1956-1957).
- Lacan, J. (1998a). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 653-691). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1998b). Subversão do desejo e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1969).
- Lacan, J. (2004). *La logique du fantasme*. Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale. (Seminário original proferido em 1966-1967).

- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original proferido em 1962-1963).
- Lipovetsky, G. (2017). *A sociedade da decepção*. Lisboa: Edições 70.
- Maleval, J.-C. (2003). Elements pour une apprehension clinique de la psychose ordinaire. *Séminaire de la Découverte Freudienne*. Recuperado em: https://psychanalyse.com/pdf/psychose_ordinaire_apprehension_clinique.pdf
- Maleval, J.-C. (2019). *Repères pour la psychose ordinaire*. Navarin Éditeur: Paris.
- Marret-Maleval, S. (2001). Mélancolie et psychose ordinaire. *Révue de la Cause Freudienne*, 78, 248-257.
- Miller, J.-A. et al (1999). *La psychose ordinaire: La convention d'Antibes*. Le Paon, Paris: Agalma/Seuil
- Miller, J.-A. (2014). A criança entre a mulher e a mãe. *Opção Lacaniana On Line*, 1(15). Recuperado em 20/05/2016 em: <http://www.opcaolacaniana.com.br>
- Oliveira, F. L. G. & Coelho dos Santos, T. (2017). Psicopatologia dos transtornos alimentares e seus estados melancólicos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 20(2), 247-262. Recuperado em 20/01/2020 em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n2p247.3.7>.
- Prigent, H. (2005). *Mélancolie – Les métamorfoses de la dépression*. Paris: Gallimard.
- Sowell, T. (2011). *Os intelectuais e a sociedade*. São Paulo: É Realizações.
- Tocqueville, A. (2000). *A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 2 de março de 2021

Aceito para publicação em 6 de julho de 2021

O SUJEITO NA CIÊNCIA, NA LITERATURA FANTÁSTICA E NA PSICANÁLISE

*Fabiano Chagas Rabêlo**
*Karla Patrícia Holanda Martins***
*Leonardo José Barreira Danziato****

RESUMO

Este trabalho discute a relação entre ciência moderna, literatura fantástica e psicanálise, tomando a primeira como pré-condição para a existência das duas últimas. Questionam-se quais elementos históricos e epistêmicos herdados da ciência se fazem presentes tanto na literatura fantástica como na psicanálise para, em seguida, situar a especificidade de cada uma delas. Adotam-se como categorias de análise as concepções lacanianas de sujeito e de discurso, estabelecendo uma conexão entre o procedimento científico e o discurso da histeria. Destacam-se as idiosincrasias da literatura fantástica, que é situada em relação a outros gêneros ou modalidades literárias, conforme a definição de Todorov, a saber: o estranho e o mágico. Para melhor mapear os limites desse território, buscam-se comparar a psicanálise e a literatura fantástica com a religião e a magia. Debate-se daí a tese de Todorov, que vaticina o desaparecimento do fantástico na segunda metade do século XX em decorrência da influência da psicanálise, que o teria tornado supérfluo. Diferentemente desse autor, defende-se que um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da literatura fantástica na atualidade não é a

*Psicanalista, Doutor em psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professor do curso de psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5026-8396>.

**Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pós-Doutora pela Universidade de Paris 7 e pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3242-6287>.

***Psicanalista, Doutor pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor nos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8870-9123>.

concorrência da psicanálise, mas a presença de uma visão de mundo cientificista atrelada ao discurso capitalista. Nesse sentido, propõe-se que tanto a psicanálise como a literatura fantástica constituem formas de propiciar a expressão do sujeito, que se encontra elidida no cientificismo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, conceitual, de caráter ensaístico, que se fundamenta na contribuição de psicanalistas e críticos literários, além de epistemólogos e historiadores da ciência, cujo intuito é interrogar o lugar, a pertinência e os desafios da psicanálise na atualidade, tomando como foco a sua relação com a ciência e a literatura fantástica.

Palavras-chaves: Ciência, psicanálise, literatura fantástica, sujeito, discurso da histeria.

THE SUBJECT IN SCIENCE, FANTASTIC LITERATURE, AND PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT

This work discusses the relationship between modern science, fantastic literature, and psychoanalysis, taking the former as a precondition for the existence of the latter two. It is questioned which historical and epistemic elements inherited from science are present both in fantastic literature and in psychoanalysis, to then situate the specificity of each of these. The Lacanian conceptions of subject and discourse are adopted as a category of analysis, thus establishing a connection between the scientific procedure and the discourse of hysteria. The idiosyncrasies of fantastic literature, which is situated in relation to other genres or literary modalities, as defined by Todorov, namely, the strange and the magical, are highlighted. One discusses the Todorov's thesis that predicts the disappearance of the fantastic literature in the second half of the 20th century due to the influence of psychoanalysis, which would have made it superfluous. Unlike this author, it is argued that one of the main obstacles to the development of fantastic literature today is not the competition of psychoanalysis, but the influence of a scientificist worldview linked to the capitalist's discourse. In this sense, it is proposed that both psychoanalysis and fantastic literature are ways of providing the expression of the subject, which is elidited in scientificism. It is, therefore, a qualitative, bibliographical, conceptual, essayistic research, which is based on the contribution of psychoanalysts and literary critics, in addition to epistemologists and historians of science in order to question the place, the relevance and the challenges of psychoanalysis today, focusing on its relationship with science and fantastic literature.

Keywords: Science, psychoanalysis, fantastic literature, subject, hysteria discourse.

EL SUJETO EN LA CIENCIA, LA LITERATURA FANTÁSTICA Y EL PSICOANÁLISIS

RESUMEN

Este trabajo discute la relación entre la ciencia moderna, la Literatura Fantástica y el Psicoanálisis, tomando la primera como una condición previa para la existencia de las últimas. Se cuestiona qué elementos históricos y epistémicos heredados de la ciencia están presentes en la Literatura Fantástica y en el psicoanálisis, para luego ubicar la especificidad de cada uno de ellos. Se adoptan las concepciones lacanianas de sujeto y discurso como categorías de análisis, estableciendo una conexión entre el procedimiento científico y el discurso de la histeria. Luego, se destacan las idiosincrasias de la literatura fantástica, colocándola en relación con otros géneros o modalidades literarias, como lo define Todorov, a saber: lo extraño y lo mágico. Para mapear mejor los límites de este territorio, se busca situar el psicoanálisis y la Literatura Fantástica en relación con la religión y la magia. Luego se comenta la tesis de Todorov que predice la desaparición de lo fantástico en la segunda mitad del siglo XX debido a la influencia del psicoanálisis, que lo habría hecho superfluo. A diferencia de este autor, se argumenta que uno de los principales obstáculos para el desarrollo de Literatura Fantástica hoy en día no es la presencia concomitante del psicoanálisis, sino la influencia de una cosmovisión cientificista vinculada al discurso del capitalista. En este sentido, se propone que tanto el psicoanálisis como la literatura fantástica sean formas de proporcionar la expresión del sujeto, que se elude en el cientificismo. Esta es, por lo tanto, una investigación cualitativa, bibliográfica, conceptual, de estilo ensayo, que se basa en la contribución de psicoanalistas y críticos literarios, además de epistemólogos e historiadores de la Ciencia, para cuestionar cuál es el lugar, la relevancia y los desafíos del psicoanálisis en la actualidad, centrándose en su relación con la ciencia y la literatura fantástica.

Palabras clave: Ciencia, psicoanálisis, literatura fantástica, sujeto, discurso de la histeria.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a relação entre ciência moderna, literatura fantástica e psicanálise, tomando a primeira como pré-condição para a existência das duas últimas. Questionam-se quais elementos históricos e epistêmicos herdados da ciência se fazem presentes tanto na Literatura

Fantástica como na Psicanálise para, em seguida, situar a especificidade de cada uma delas, assim como as suas diferenças.

Adota-se como a principal categoria de análise a concepção lacaniana de sujeito (Lacan, 1964/1998a, 1966/1998b), de onde se retira a premissa de que o sujeito da ciência é o mesmo do inconsciente. Apesar dessa coincidência, salienta-se que o destino dado às manifestações subjetivas em cada caso difere radicalmente. Enquanto a ciência, visando a um ideal de conhecimento objetivo e universal, foraclui o sujeito após instituí-lo; a psicanálise busca acolher o que dele retorna no Real, aceitando a disjunção entre saber e verdade, que é correlata à própria constituição psíquica. Isso quer dizer que a divisão do sujeito é um fato fundamental, tributário de sua relação mais íntima e radical com a alteridade e seus objetos de satisfação.

Aplicando essa tese à literatura fantástica, pode-se dizer que, assim como os psicanalistas, os escritores fantásticos são sensíveis, de um modo bastante particular, às expressões desse sujeito da ciência que, uma vez foracluído, retorna e insiste. Tal fato pode ser percebido pelo interesse, tanto lá como cá, nos fenômenos situados na franja da razão (Mezan, 2014), como a loucura, o sonho, a magia, a sugestão e as superstições. Sublinha-se ainda a ênfase dada na narrativa fantástica às experiências de descontinuidade da consciência, ao fenômeno do duplo (Rank, 1914) e ao sentimento do infamiliar (*Unheimliche*) (Freud, 1919/1997f). Por conseguinte, psicanálise e literatura fantástica podem ser entendidas como modalidades distintas, mas análogas, de tratamento das manifestações do sujeito, que constituem o fundamento, mas também um resto não elaborado do discurso da Ciência (Lacan, 1968-69/1992).

Uma consequência importante dessa afirmação é que, a partir dela, não é possível, a rigor, falar de uma literatura fantástica antes da ruptura instaurada pela ciência moderna. Logo, para ser considerada como tal, em *stricto sensu*, não basta que uma narrativa surja aos padrões atuais como extremamente fantasiosa e imaginativa (Rodrigues, 1988). Por conseguinte, os textos alicerçados em concepções animistas e religiosas pré-modernas, diferentemente do que é sugerido pelas coletâneas de Borges, Ocampo e Casares (2013) e Costa (2016), não podem ser inclusos no grupo da Literatura Fantástica, haja vista que neles a

manifestação do sobrenatural não é percebida como uma exceção: ela possui uma justificação, uma fundamentação discursiva própria e uma presença cotidiana.

Entende-se, portanto, que se faz necessária uma tensão entre realidade, fantasia e representação para que o fantástico possa existir como uma modalidade literária própria. Dito de outro modo, o desenvolvimento de uma literatura propriamente fantástica é impossibilitado pela predominância de uma visão de mundo teológica ou mágica (Bessière, 2001; Ceserani, 1999; Rabêlo, Martins & Danziato, 2019).

Ademais, é importante salientar que a emergência da ciência moderna implica outra forma de tratamento discursivo do real. Enquanto o mundo animista aristotélico pré-científico tratava o real e seus objetos ontologicamente, a ciência moderna opera uma matematização e uma literalização do real, realizando um esvaziamento ontológico e, conseqüentemente, uma redução do sentido no real (Lacan, 1966/1998c). A partir daí uma intervenção e uma alteração do real passam a ser possíveis, subtraindo sua sacralização.

Considera-se, portanto, que esta redução e as possibilidades de intervenção e alteração do real apresentam-se como condições discursivas comuns à ciência, à psicanálise e à literatura fantástica.

A referência ao legado da tradição iluminista não é apenas importante para se entenderem as condições de possibilidade de existência da literatura fantástica e da psicanálise. A consideração à ciência moderna é pertinente, sobretudo, para situar as especificidades, assim como os desafios da literatura fantástica e da psicanálise na atualidade.

Entende-se que a formalização do procedimento psicanalítico, com Lacan (1966/1998c), permite avaliar com mais precisão a eficácia das práticas científicas, religiosas e mágicas. Elas podem ser tratadas como modalidades de forclusão, denegação ou velamento da divisão subjetiva e de sua causa, respectivamente. Por isso, no percurso argumentativo a ser trilhado, traz-se à baila essas duas últimas modalidades discursivas para situá-las como um contraponto à Ciência, de forma a evidenciar a ruptura epistêmica e ética instaurada por ela (Koyré, 1982, 2006).

Em um segundo momento, as referências à magia e à religião servem de apoio para que as idiosincrasias da psicanálise e da literatura fantástica

sejam nomeadas e problematizadas. Sustenta-se que nenhuma das duas últimas pode ser situada como um movimento em direção a concepções pré-modernas ou obscurantistas. Ao contrário, elas constituem uma subversão do discurso científico e, dessa forma, não podem prescindir deste.

No primeiro tópico, desenvolve-se a tese lacaniana presente no texto *A Ciência e a verdade*, que interroga as relações entre psicanálise e ciência. Nesse momento, discute-se a posição de Freud acerca da cientificidade da Psicanálise, bem como as objeções de alguns epistemólogos ao reconhecimento de seu caráter científico. A partir da aproximação do procedimento científico com o discurso da histeria, buscam-se identificar os pontos de conexão e disjunção entre ciência e psicanálise. Problematiza-se, então, a relação entre a literatura fantástica e a ciência moderna. Destaca-se a especificidade da literatura fantástica, distinguindo-a em relação a outros gêneros ou modalidades literárias limítrofes, conforme a definição de Todorov (2012). Debate-se, em seguida, a tese de Todorov (2012) que vaticina o desaparecimento do fantástico na segunda metade do século XX em decorrência da influência da psicanálise. No último tópico, desenha-se um quadro comparativo das semelhanças e diferenças que há entre literatura fantástica e psicanálise.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, conceitual, de caráter ensaístico, que se fundamenta na contribuição de psicanalistas e críticos literários, além de epistemólogos e historiadores da ciência, com o intuito de tratar de uma questão propriamente psicanalítica, mas que eventualmente pode despertar o interesse de estudiosos de outras áreas, qual seja: quais são o lugar, a pertinência e os desafios da Psicanálise na atualidade, tomando como foco a sua relação com a ciência e outros saberes, nomeadamente, a literatura fantástica?

PSICANÁLISE E CIÊNCIA

Freud (1933/1997g) sustenta durante toda a sua obra a inclusão da psicanálise no rol das ciências. Trata-se, segundo ele (Freud, 1915/1997c), de uma ciência em estado nascente, em processo de consolidação metodológica e conceitual. Segundo ele, o desenvolvimento das pesquisas psicanalíticas sanaria algumas lacunas e imperfeições que poderiam afastar

a psicanálise das práticas científicas tradicionalmente estabelecidas. Por isso, alguns autores sustentam que há no projeto freudiano um ideal de ciência, cuja realização assintótica é sempre adiada. Desse modo, tal ideal constitui antes um ponto de perspectiva organizador do que propriamente uma meta concreta a ser atingida (Prudente & Ribeiro, 2005).

É importante, no contexto desta discussão, pôr em destaque o entendimento freudiano de que a psicanálise constitui uma ciência da natureza (Mezan, 2014). Hoje, para muitos, tal afirmação pode parecer paradoxal, uma vez que ela traz consigo o desafio de estabelecer conexões entre a física – paradigma da ciência moderna – e a psicanálise. Deve-se reconhecer que tais conexões existem e não devem ser negligenciadas, como, por exemplo, nos eixos que norteiam a metapsicologia freudiana – a tópica, a econômica e a dinâmica –, cuja origem está na física newtoniana. Todavia, é necessário admitir a presença de pontos importantes de distensão entre as duas.

Primeiramente, é importante ter em vista que a concepção de Freud de natureza possui um caráter híbrido: ela é atravessada por uma forte influência romântica (Loureiro, 2002), o que, no entanto, não exclui o legado de sua formação médica e de seu percurso em pesquisas laboratoriais (Gay, 1989). Para entender a especificidade da concepção de ciência que inspirou Freud, deve-se levar em conta que ele ignorava o modelo de seu contemporâneo Dylthley, que adota a distinção entre as ciências naturais – as ciências duras, experimentais e exatas, da qual a física é o modelo –, e as ciências humanas. Segundo Franco (2012), a principal característica destas é a ênfase na compreensão e interpretação dos fatos, enquanto a busca por relações causais explicativas é preponderante naquelas.

Para respaldar seu raciocínio, Franco (2012) refere-se a Ricouer (1977), que sublinha o estatuto composto e heterogêneo da psicanálise. Segundo o filósofo francês, a psicanálise apoia-se tanto em explicações baseadas em relações causais energéticas como na interpretação de processos psíquicos inconscientes, sem que um procedimento se sobreponha ao outro. Para Ricouer, essa conjuntura não deve ser entendida como uma falha na concepção metodológica da psicanálise, mas como uma especificidade da qual ela não pode abdicar sob o risco de sua radical descaracterização. Daí a dificuldade, a partir dos critérios dylthleyanos, de situar a psicanálise

em relação às ciências humanas ou naturais. Para Simanke (2009), a psicanálise representa a proposta de um naturalismo unitário qualificado, que supera a dicotomia entre natureza e cultura, ciências humanas e naturais ou interpretação e explicação.

Em contraponto à defesa de Freud da inclusão da psicanálise no campo das ciências, vários epistemólogos do século XX expuseram contestações ao estatuto de cientificidade da psicanálise. Para Mezan (2014), os principais argumentos contra o reconhecimento da Psicanálise como uma ciência foram enunciados por E. Nagel (1901-1985), K. R. Popper (1902-1994) e A. Grünbaum (1923-2018). Cada um deles enfatizou um aspecto diferente do processo de construção do saber na psicanálise e que a distanciaria da ciência. Suas objeções, a nosso ver, servem de base para a problematização das tensões e pontos de disjunção que há entre a psicanálise e a ciência moderna.

Para o primeiro, a psicanálise carece de conceitos operatórios claros e distintos. Tal fato, de acordo com Nagel, constitui um impedimento para que suas proposições sejam postas à prova experimentalmente. Já Popper defende que os enunciados psicanalíticos não são falseáveis, o que impossibilitaria a formulação de hipóteses contrárias e, conseqüentemente, a sua comprovação ou refutação. Por fim, Grünbaum denuncia a presença de um componente de sugestão – uma relação de influência – na base de toda pesquisa clínica psicanalítica, o que comprometeria os seus resultados, produzindo enviesamentos e contaminações. Segundo esse ponto de vista, a fragilidade metodológica da psicanálise reside na sua dificuldade em sustentar uma postura de neutralidade (Mezan, 2014).

Entende-se, como será desenvolvido mais adiante, que as críticas acima elencadas podem ser interpretadas à luz da concepção lacaniana de sujeito do inconsciente. Por ora, suspendendo momentaneamente a questão de a psicanálise ser ou não uma ciência, pode-se chegar ao denominador comum de que ela adota a visão de mundo da ciência, dispensando a pretensão de criar outra própria para si, como no caso da religião (Freud, 1933/1997g). A visão de mundo da ciência, segundo Freud, inclui a adoção de uma concepção de conhecimento incompleto. Daí a necessidade constante de reformulação, complementação e retificação do conhecimento pela pesquisa científica.

Como já foi dito, há em Freud um ideal de ciência do qual Lacan abdica (Fink, 1997; Prudente & Ribeiro, 2005; Roudinesco, 1999). Fink (1997) destaca que Lacan inicialmente assume o projeto freudiano de fundamentar o estatuto de cientificidade da Psicanálise. Assim, na década de 1940, criticando aqueles que situavam a psicanálise no rol das ciências humanas, Lacan defende a perspectiva de que ela está estruturada como uma ciência conjectural, a exemplo da teoria dos jogos. A sua preocupação é formalizar e matematizar o procedimento psicanalítico e pôr em evidência o móbil material de sua eficiência. O engajamento nesse projeto o levou a se aproximar do estruturalismo, sobretudo da linguística e da antropologia.

O texto *A ciência e a verdade* (Lacan, 1966/1998c) representa uma mudança de rumo no seu ensino. Deve-se salientar que, no entanto, tal mudança não acarreta o abandono da intenção de estabelecer uma fundamentação rigorosa, em uma linguagem matematizada, da práxis psicanalítica. Nesse escrito, Lacan (1966/1998c) enuncia a tese de que o surgimento do discurso psicanalítico foi precedido e franqueado pelo advento da ciência moderna. Logo, não existiria a psicanálise sem Descartes e a sua dúvida hiperbólica, que inaugura e fornece as condições de possibilidade para o desenvolvimento da ciência.

Imediatamente após essa afirmação, Lacan (1966/1998c) acrescenta que a psicanálise não se encontra em relação direta de continuidade com o discurso da ciência. Há uma tensão entre a psicanálise e o método cartesiano. O procedimento cartesiano, ao mesmo tempo em que instaura o sujeito, o foraclui, haja vista que nele reside a fonte de todos os obstáculos que comprometem as pretensões científicas de universalidade e neutralidade. A psicanálise, a seu turno, ocupa-se dessas manifestações subjetivas, acolhendo aquilo que é aliado pela ciência moderna em seu nascedouro. Faz-se, portanto, necessária uma apreciação mais detalhada da leitura que Lacan faz de Descartes.

Segundo Baas e Zaloszyk (1996), o projeto filosófico de Descartes é uma resposta às objeções dos cétricos à possibilidade de conhecer. Seu método busca estabelecer uma saída para o impasse lógico constituído pelo turbilhão de ideias, conjuntura que os cétricos denominaram círculo vicioso do conhecimento, isto é, a presença de várias relações causais

simultâneas, concomitantes e indiscerníveis. Em resposta a esse obstáculo, Descartes engaja-se na busca por um ponto de certeza que pudesse servir de fundamento para uma cadeia diacrônica lógica de ideias. Seguindo o procedimento da dúvida hiperbólica, ele acredita ter encontrado esse ponto de esteio no *Eu penso, o cogitum*. O passo seguinte é a identificação desse ponto a uma essência de si mesmo, o *ergo sum*. Como seu correlato, ocorre a substancialização do pensamento - *res cogitans* -, que passa a se contrapor à matéria das coisas do mundo que são objeto do pensar, a *res extensa*.

Para Baas e Zalozyc (1996), o método cartesiano traz consigo a necessidade do *cogitum* ser imediatamente avalizado por uma instância alteritária superior - Deus -, que funciona como uma garantia à hipótese do *gênio maligno*. O que está em causa aqui é a possibilidade de uma deidade interferir no pensar humano, instaurando um descompasso entre razão e realidade. Ou seja, trata-se de uma confirmação transcendental da possibilidade de acesso da verdade pelo conhecimento, que se segue imediatamente à identificação do pensamento como alicerce da existência e do saber.

Infere-se do exposto que o mencionado ponto de segurança de Descartes - o *Eu penso/Eu sou* - não é, em si mesmo, tão seguro assim. Daí a conclusão de que as ideias, mesmo aquelas mais fundamentais, não constituem uma garantia absoluta de acesso à verdade (Baas & Zalozyc, 1996). Pode-se afirmar que o procedimento cartesiano suspende o problema da verdade, deslocando-o para o campo da lógica. Uma vez reiterado o lastro transcendental do *cogitum*, o método torna-se, a partir de então, uma garantia contra o erro (Baas & Zalozyc, 1996), que espreita o pensamento a cada passo de seu percurso.

Há duas consequências imediatas desse procedimento que permeiam o desenvolvimento de toda a ciência moderna. A primeira é a exclusão do corpo no pensar (Pollo, 2004). A segunda, a sobreposição do Eu (*ego*) à consciência, na condição de um pensamento contínuo, homogêneo, linear, reflexivo e idêntico a si mesmo, que abrangeria a totalidade do *cogitum* (Baas & Zalozyc, 1996).

Como resultado dessas premissas, pode-se sustentar que o nascimento da ciência ocorre sob a sombra de uma ameaça perene de vertigem, que deve ser incessantemente afastada. Tal ameaça é a iminência do retorno daquilo que foi afastado pelo método cartesiano na sua origem

para lhe dar consistência: a insistência do sincronismo das cadeias associativas, a hipótese do gênio enganador, a efemeridade da consciência e a interferência do corpo no pensar. Por isso, a fundação da ciência é composta por dois movimentos sucessivos: a instauração do sujeito e a sua imediata destituição (Pacheco, 1996).

A acolhida da expressão dessa contraparte do sujeito foracluída pela ciência é o gérmen da práxis psicanalítica. Para Lacan (1966/1998b), se o método cartesiano é impulsionado pela divisão subjetiva através da dúvida hiperbólica – base do pensamento racional –, tal procedimento também escancara a fenda que habita o âmago do Eu. Decorre daí que, da mesma forma que o saber está, em certa medida, dissociado da verdade, sujeito, Eu e consciência não são categorias harmônicas e superpostas.

Pode-se dizer, então, que, enquanto a ciência busca colmatar a fenda no Real que desponta como obstáculo para se alcançar um conhecimento confiável e seguro, a psicanálise recolhe os seus efeitos, situando o Sujeito nesse lugar que é ao mesmo tempo lógico, mas também ponto limite da própria lógica (Badiou, 1994).

Baas e Zalozyc (1996) sugerem uma interessante analogia. Segundo os autores, Descartes institui o Eu como instância da consciência e do pensamento racional no mesmo lugar que, até Copérnico, era ocupado pela Terra. Se este faz desmoronar a concepção ptolomaica de universo, substituindo o geocentrismo pelo heliocentrismo, aquele reinsere o *cogitum* no lugar de centro do universo.

A partir dessa analogia, é possível redimensionar a afirmação freudiana (Freud, 1917/1999) de que a psicanálise é a terceira ferida narcísica da humanidade. Na verdade, talvez seja mais apropriado dizer que se trata de uma mesma e só ferida, que é repetidamente reaberta pelo próprio desenvolvimento do conhecimento científico. Dessa forma, tal ferida está latente no âmago do próprio projeto da modernidade. Trata-se de uma ferida que não existia, pelo menos da mesma forma, até o Renascimento, uma vez que a relação do homem com si mesmo era diferente até então.

Um argumento significativo acerca dessa questão está na tese de Devereux (1976) que, ao analisar os relatos de sonhos nas tragédias de Ésquilo e Eurípedes, destaca a especificidade da relação dos gregos da era clássica com as suas produções oníricas. Se, entre os gregos, os

sonhos eram tomados por enigmas, a sua resolução, por sua vez, possuía um sentido oracular. Quando interpretados, os sonhos revelavam os desígnios dos deuses. Logo, eles não remetiam a uma divisão interna ou ao resultado de um conflito entre o pensar e a verdade.

Por conseguinte, não é plausível dizer que o inconsciente sempre existiu, a não ser, retroativamente, a partir da experiência inaugurada por Freud. Feita essa ressalva, alguns eventos históricos e produções culturais de povos antigos, como faz Devereux (1976), podem ser reinterpretados da perspectiva psicanalítica. Por exemplo, é possível identificar como fundamento da proliferação da caça às bruxas na época da inquisição alguns fenômenos psíquicos tais como a etiologia sexual das neuroses e os mecanismos de contaminação por identificação e conversão histérica. No entanto, tal explicação não teria o menor poder de persuasão para alguém que vivesse nesse tempo e realmente acreditasse na efetividade da existência do diabo e de sua influência maléfica.

Do exposto, é possível afirmar que o inconsciente não possui uma essência ou uma materialidade própria independente. Ele é um constructo lógico que busca dar conta dos efeitos da linguagem no corpo. Para que se possa operar com ele, faz-se necessário que haja primeiramente um analista – alguém que tenha se submetido até um bom termo à experiência de análise – e uma pessoa que sofra os efeitos da divisão psíquica instaurada pela ciência e que se submeta ao procedimento da associação livre.

Esse é o sentido da afirmação de Lacan (1964/1998a) de que o estatuto do inconsciente não é óntico, mas ético: é necessária uma implicação subjetiva nos efeitos do inconsciente para que a psicanálise possa operar. Talvez essa seja outra forma de enunciar a objeção feita por Grünbaum (Mezan, 2014) à psicanálise, conforme comentado anteriormente. Assim, uma atitude de completa neutralidade não é compatível com o exercício da psicanálise.

Com efeito, se o inconsciente não possui uma essência própria e se o sujeito do inconsciente é, como propõe Lacan, o mesmo da ciência, tem-se então que o próprio sujeito da ciência é desprovido de uma essência permanente, ao contrário do que defende Descartes ao supor uma *res cogitans*. No dizer de Koyré (1982, 2006), trata-se de um sujeito sem qualidades, cujo funcionamento deve obedecer às mesmas leis dos demais corpos do universo. Isso quer dizer que esse sujeito não é sinônimo de

indivíduo ou de uma identidade de si. Ele é uma função, que decorre dos efeitos do significante no corpo, de onde se origina o pensar (Ramos & Alberti, 2013). Daí o seu caráter intermitente, descontínuo e evanescente.

Por conseguinte, se a Ciência está preocupada prioritariamente com a confiabilidade do conhecimento e, para isso, alija de seu campo de problematização o desejo e a subjetividade daqueles que produzem o conhecimento, a psicanálise, a seu turno, põe esses elementos em primeiro plano. Daí que a verdade, nesse campo, refere-se ao desejo na sua relação com um objeto primordial estruturalmente perdido, que constitui a falta como o motor do funcionamento do psiquismo (Lacan, 1968-69/1992). Nesse sentido, a verdade não é uma qualidade do conhecimento, mas um resto do saber e, ao mesmo tempo, a sua causa.

A psicanálise, portanto, não subscreve à pretensão científica de recobrir todo o Real pelo conhecimento. Ela trabalha com a irrupção do Real no sintoma como uma falha no saber (Lacan, 1966/1998b) que, na prática clínica, na materialidade do caso a caso, constitui a modalidade do retorno do sujeito foracluído pela ciência que lhe concerne.

A partir dessas coordenadas, é possível, como propõe Erlich e Alberti (2008), descrever a relação entre psicanálise e ciência como antinômica, mas não contraditória. Se, por um lado, as autoras reforçam a afinidade da psicanálise com o campo científico no que diz respeito à emergência do sujeito que decorre de sua fundação, por outro, a forclusão do sujeito e a obturação da falta que constituem o segundo momento do procedimento cartesiano demarca uma disjunção. Não se trata, todavia, de uma relação de exclusão radical, mas de um processo que implica tanto continuidade como descontinuidade. Outra forma de enunciar esse problema é descrever a psicanálise como uma contraciência (Foucault, 2000), o que é bastante diferente de dizer que ela seria uma anti-ciência.

Talvez essa perspectiva ajude a entender melhor a tese lacaniana de que a psicanálise é uma ciência em segunda potência (Lacan, 1966/1998b). Isto é, ela permite que se formule a estrutura mesma do discurso da ciência: as suas condições de possibilidades e os seus limites. Por isso, o interesse de Lacan pelo teorema de K. Gödel (1906-1978), que postula a impossibilidade de uma consistência interna para qualquer proposição lógica enunciada. Para o matemático húngaro, a verdade de uma proposição está sempre situada

em uma relação de descontinuidade e exterioridade com os elementos que a constituem. Daí o caráter de furo do Simbólico no Real que caracteriza a estrutura da verdade. A elisão desse furo, que Gödel demonstra logicamente, se faz necessária para que a ciência funcione de forma contínua e homogênea, conforme a definição de ciência normal proposta por Kuhn (1996).

A CIÊNCIA E O DISCURSO DA HISTERIA

Feitas essas considerações acerca da estrutura da ciência moderna, realiza-se, a partir de agora, uma aproximação entre a ciência e o discurso da histeria, conforme a fórmula apresentada no seminário, livro 17: *O avesso da psicanálise* (Lacan, 1968-69/1992). Em seguida, estabelece-se uma comparação entre a estrutura do discurso da ciência com o do analista.

Evitando alongar-se em demasia nessa definição, entende-se por discurso uma modalidade de laço social e tratamento de gozo que estabelece um arranjo entre o sujeito (\$), o seu objeto de satisfação (*a*) e a linguagem (S_1 e S_2) a partir dos lugares que esses elementos ocupam em relação ao Outro, a verdade e as posição de produção e agente (Lacan, 1968-69/1992).

Para Lacan (1968-69/1992), a ciência opera conforme o discurso da histeria, onde se lê que o sujeito (\$) encontra-se no lugar de agente, interrogando os seus próprios significantes mestres (S_1) no campo do Outro e produzindo daí um saber (S_2). Como resto dessa operação, tem-se o objeto pequeno *a* – o objeto causa do desejo – debaixo da barra, no lugar da verdade.

Discurso da histeria

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S_1}{S_2}$$

Fig. 1 (Lacan, 1968-69/1992, p. 27)

Percebe-se que essa fórmula evidencia o lugar êtimo – neologismo que Lacan (1968-69/1992) propõe a partir do *Unheimliche* freudiano (Freud, 1919/1997f) que condensa os adjetivos íntimo e externo – da verdade e do objeto causa do desejo em relação ao funcionamento do discurso da ciência. Deduz-se daí que o Sujeito não possui uma

consciência plena de si mesmo: o seu *cogitum* se desdobra no limite da ignorância do objeto que lhe causa, que se encontra debaixo da barra, recalcado. O sujeito só pode se aproximar desse objeto sob a condição de sua afânise ou desfalecimento (Lacan, 1964/1998a). Logo, ser e pensar estão em disjunção. Não há uma essência do *cogitum*, da forma como propõe Descartes. Sua existência pode ser aferida, mas não a sua qualidade, continuidade e permanência.

No seminário, livro XX: *Mais ainda*, Lacan (1972-73/1985) apresenta a sua concepção de linguagem como uma *linguisteria*, ou seja, uma linguagem que afeta o corpo e o pensamento. Com isso, ele altera a concepção do *cogito* cartesiano. Pode-se dizer, então, que a grande intrusão da psicanálise na ciência é a introdução da dimensão Real, do gozo e do corpo. Defende-se que os estatutos de sujeito e objeto na psicanálise constituem um limite para a inclusão integral da psicanálise no campo da ciência. Pode-se dizer que esse limite está contido no próprio ato da fundação do método científico. A psicanálise, portanto, retorna a esse momento de fundação para estabelecer um encaminhamento diferente do que Descartes propôs.

Dunker (2008) faz algumas objeções à tese de que o discurso da ciência moderna segue integralmente o modelo de Descartes, mas subscreve a conclusão lacaniana de que o sujeito da Ciência é o mesmo que está na base do método cartesiano. Além disso, ele concorda com a proposição de que a ciência opera conforme o discurso da histeria. Comentando a fórmula desse discurso, Dunker afirma que a condição necessária para a posição de analisante é o ceticismo, tratado como índice do discurso da histeria: “o sujeito dividido como agente do discurso, o questionamento da lei como um sintoma, a produção de um saber que escapa à apropriação por seu próprio enunciador e a formação de um objeto no lugar da verdade.” (p. 177).

Isso quer dizer que a posição subjetiva instaurada pela ciência é uma pré-condição necessária, mas não suficiente, para instauração do discurso do analista. O modo de operar deste pode ser expresso pela seguinte fórmula: o objeto causa do desejo no lugar de agente, que se dirige ao Sujeito no lugar do outro, fazendo com que esse produza os seus próprios significantes mestres no lugar do trabalho, de onde resulta um saber como resto, no lugar da verdade.

Discurso do Analista

$$\frac{a}{S_2} \quad \longrightarrow \quad \frac{\$}{S_1}$$

//

Fig. 2 (Lacan, 1968-69/1992, p. 27)

Tem-se, então, que, enquanto o analisando opera conforme o discurso da histeria, que é o mesmo da ciência, o analista, seguindo a modalidade discursiva inaugurada por Freud, acolhe a fala que lhe é endereçada do lugar de objeto causa do desejo, favorecendo com isso a produção de efeitos analíticos (Lacan, 1968-69/1992).

Pode-se dizer que o sujeito, enquanto barrado, é o agente no discurso da ciência, ainda que ele seja, logo em seguida, destituído dessa posição. No discurso do analista, o sujeito em questão é o do analisando, que é colocado em causa em função de sua relação com o seu objeto do desejo, que ocupa o lugar de agente e do qual o analista lhe faz semblante.

LITERATURA FANTÁSTICA E CIÊNCIA

Defende-se que muitas das considerações aqui tecidas sobre a especificidade da psicanálise em relação ao discurso científico se aplica à literatura fantástica. Um argumento que corrobora essa tese é a indicação de Todorov (2012) de que essa teria desaparecido na segunda metade do século XX em razão da influência da psicanálise. Para o autor, a psicanálise opera como um procedimento discursivo análogo à literatura fantástica e, dessa forma, concorrente. Assim, ela teria tornado a literatura fantástica supérflua, uma vez que ambas estão estruturadas como modalidades de ficção afinadas ao discurso científico. No dizer de Todorov, a Psicanálise teria tornado a dúvida – a oscilação entre o racional e o sobrenatural que constitui a base do efeito estético no qual se apoia a literatura fantástica – um elemento correlato à divisão psíquica, passando a explicá-la racionalmente a partir da referência ao inconsciente.

Ora, essa afirmação traz em seu bojo alguns pressupostos que precisam ser deslindados. De antemão, é necessário esclarecer que ratificamos alguns dos argumentos todorovianos, mas não a sua conclusão. Diferentemente de Kon (2006), que explica o declínio da literatura fantástica em função

da emergência de uma nova concepção de homem, o *Homo Psicanaliticus*, defende-se que é possível atacar a questão levantada por Todorov por outro ângulo, qual seja: a consideração de que o mesmo sujeito da ciência está em causa tanto no fantástico como na psicanálise. Contudo, as formas de tratamento às suas manifestações diferem em cada caso, ainda que se possam apontar vários pontos de convergência. A indicação dessas especificidades se faz necessária para se sustentarem a pertinência e a sobrevida da literatura fantástica na atualidade. Espera-se, com isso, esclarecer alguns pontos de ressonâncias que há entre ela e a psicanálise, sem esquecer a especificidade de cada uma.

Defende-se que a meta principal da literatura fantástica é produzir a surpresa e o espanto por meio da ficção. Logo, ela visa promover as irrupções do Real evocando um gozo estético. Pode-se dizer ainda que ela se esmera em dar vazão às manifestações do sujeito, que se encontra em suspensão – *en souffrance* – (Lacan, 1966/1998c) no discurso da ciência. Pode-se dizer que, nessas três descrições, o que está em jogo é uma conjuração da sensação de vertigem, uma convocação de uma dimensão sincrônica do pensar: o turbilhão de ideias apontado pelos céticos, que Descartes buscou afastar com o seu método (Baas & Zalozyc, 1996).

Assim, essa literatura mimetiza o discurso científico para dar voz ao Sujeito, que é o seu fundamento. Por isso, os textos fantásticos estão organizados de forma racional, estabelecendo relações causais lógicas para, a partir daí, fazer desabrochar a ruptura, a perplexidade e o espanto. Neles, a ênfase não está na continuidade, na demonstração do conhecimento e de seus passos lógicos, mas nos hiatos, interrupções e aporias aos quais o leitor é levado a se confrontar. Trata-se, portanto, de efeitos de *tiquê*, de um encontro faltoso com o Real (Lacan, 1964/1998a).

García (2009) faz uma interessante observação a respeito do escritor Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924), que é bastante elucidativa acerca da relação da literatura fantástica com a ciência. Para Garcia, no caso do referido escritor português, a escrita do fantástico constitui uma espécie de duplo do projeto do cientista positivista. Segundo o autor, não se trata de posições excludentes opostas. Na verdade, a redação dessa literatura é exigida e reforçada pelo procedimento científico, de onde se conclui a existência de uma dinâmica psíquica de regulação: enquanto

a ciência foraclui o sujeito para alcançar um suposto conhecimento homogêneo e garantido, a literatura fantástica explora as manifestações subjetivas que eclodem no limite da racionalidade científica, no seu ponto ignorado de origem e sustentação.

Para além de uma abordagem dinâmica, por meio da qual se percebe que um elemento excluído é conservado, retornando transformado em outro lugar (Freud, 1915/1997d), pode-se abordar o problema da definição da literatura fantástica por meio de uma topologia. A esse respeito, novamente a referência a Todorov (2012) mostra-se profícua. Ao indicar a realização do efeito estético que caracteriza a Literatura Fantástica no limite entre o maravilhoso e o estranho (infamiliar/*Unheimliche*), entre uma explicação fantasiosa e outra racional e mimética, Todorov descreve uma conjuntura topológica de leitura como precondição para a consecução da literatura fantástica. Qual seja: no limite do ponto de junção entre a fantasia e a realidade. Isto é: entre a realidade psíquica e o mundo exterior, nas falhas de recobrimento do processo primário pelo secundário e nos pontos de colapso da prova de realidade.

Essa conjuntura da qual Todorov busca dar conta pode ser tratada como uma realização anamórfica (Lacan, 1964/1998a, Recalcati, 2005), quando há a presentificação súbita do objeto e tem-se, como seu correlato, a afânise do sujeito. Logo, é pelo seu desaparecimento que a estrutura do sujeito – como evanescente, furo no real e efeito do significante – manifesta-se como um fato estético.

Por isso, a importância da interação do leitor com o texto para que se produza esse efeito estético que a literatura fantástica está comprometida em promover (Manna, 2014a). Faz-se necessária uma leitura performativa que estabeleça um nexa entre a realidade psíquica de quem lê e a estrutura ficcional do texto. O leitor sabe que está lendo um texto de ficção, mas guarda a expectativa de que seu enredo preserve a verossimilhança e a razoabilidade, mesmo estando advertido de antemão que são justamente esses fundamentos que serão subvertidos no decorrer da história.

Assim, a literatura fantástica está constantemente evocando os sentimentos de desrealização e dessubjetivação. Trata-se – é importante que se diga – de experiências subjetivas distintas, mas correlacionadas. O primeiro sentimento refere-se à percepção de desvanecimento de si; já o

segundo diz respeito à sensação de perda da consistência do mundo. Não raro, nos textos fantásticos, esses dois sentimentos são explicitamente e minuciosamente descritos por um personagem/narrador, que exerce em muitos casos a função de mediação entre a história e o leitor, constituindo uma espécie de duplo, simultaneamente do leitor e do escritor.

Para ilustrar essa questão, são reproduzidos, a seguir, alguns trechos de contos fantásticos, cujos personagens assumem a incumbência de narrar suas desventuras. Em “A morte apaixonada”, de Gautier (1999), o protagonista, em primeira pessoa, a título de introdução, afirma que os fatos que ele está prestes a narrar: “São acontecimentos tão estranhos que não posso acreditar que me tenham acontecido. Fui durante mais de três anos o juguete de uma ilusão singular e diabólica” (p. 59).

Já na primeira versão do conto “O Horla”, de Maupassant (2015a), tem-se uma dupla mediação. Trata-se de uma apresentação clínica, na qual o protagonista relata para uma plateia de médicos alienistas os estranhos acontecimentos que lhe atormentam. O personagem principal é introduzido por seu médico com as seguintes palavras: “Vou apresentar-lhes o caso mais bizarro e inquietante que encontrei. Aliás, não tenho nada a dizer-lhes sobre o meu cliente. Ele próprio falará” (p. 72). O paciente complementa a posição do médico, a quem se dirige como um amigo que “Durante muito tempo, julgou-me louco. Hoje duvida. Dentro de algum tempo, todos saberão que tenho um espírito tão são, lúcido e perspicaz quanto os dos senhores, infelizmente para mim, para os senhores e para toda a humanidade” (pp. 72-73).

O leitor, portanto, é endereçado como alguém que ocupa a audiência junto aos médicos. Uma pessoa condescendente, mas que não está disposta a abdicar de seus critérios de racionalidade e julgamento.

Há nessa citação o mesmo espírito e ironia dos textos de Machado de Assis (1839-1908), nos quais a loucura ganha voz, sendo ela tratada não como a ausência de razão, mas como portadora de uma racionalidade própria. O louco é tratado na sua representação literária como alguém capaz de questionar a própria razão e denunciar a partir daí uma loucura da razão, que nada mais é do que a pretensão de realização de uma racionalidade totalizante, que não reconhece limites, como no caso da novela *O alienista* (Assis, 1882/1998).

Retomando a tese de Todorov (2012), vale a pena salientar que ele contrapõe e compara a estrutura narrativa do fantástico à organização do estranho elucidado e da literatura mágica ou maravilhosa. Nesta, as coordenadas de leitura não estão orientadas pela exigência de verossimilhança e plausibilidade. O foco está na fantasia, que se desenvolve com o mínimo de consideração possível à prova de realidade. Já no estranho elucidado, a ênfase recai nas explicações racionais e materiais, que se impõem em relação à fantasia. A sua intenção é dirimir ao máximo a dúvida acerca do caráter sobrenatural do fenômeno abordado, ainda que de início o valorize, ressaltando o seu caráter anormal. No primeiro caso, há uma expressão dos conteúdos psíquicos que é mais próxima ao devaneio, como nos contos de fadas (Freud, 1908/1997b). Já no segundo, sustenta-se o projeto de denunciar e retificar os desdobramentos da fantasia, que persiste como risco de uma distorção involuntária a todo pensamento racional.

Na fronteira com o estranho/infamiliar, encontram-se algumas modalidades literárias que surgiram como transformações do fantástico, a saber: a ficção científica e o conto policial (Roas, 2014; Todorov, 2012). Não é à toa, portanto, que alguns escritores de textos fantásticos como E. A. Poe (1809-1849) e H. G. Wells (1866-1846) tenham se aventurado por esses territórios.

Nesse ponto, faz-se necessária uma digressão a respeito da ficção científica. Ela, em alguns casos, parece nutrir um ideal de ciência que está ausente na literatura fantástica, haja vista que essa geralmente assume um tom obscuro, cético e crítico. No caso da ficção científica, por sua vez, em algumas situações, como em determinados livros de Julio Verne (1828-1905) e I. Assimov (1920-1992), esse ideal parece se solidificar, tornando-se uma ciência ideal, o que Roudinesco (1999) descreve como um cientificismo ou ideologia da ciência. Trata-se aqui de uma concepção de conhecimento que leva ao paroxismo a sutura do Real e a forclusão do sujeito, tornando-se ela própria um equivalente da religião. Nas palavras de Badiou (1994), o cientificismo se caracteriza pelo “desejo de uma onipotência do verdadeiro” e pela “vontade de nomear a qualquer preço” (p. 50). Ou seja, de codificar e explicar o Real na sua totalidade, excluindo qualquer possibilidade de indeterminação ou surpresa.

Deve-se, porém, fazer a ressalva de que muitas histórias de ficção científica estão comprometidas em construir um quadro mais distópico do que utópico, como nos já citados I. Assimov e H. G. Wells.

Além dos gêneros citados, a literatura de terror também pode ser considerada um desdobramento do fantástico. Ela pode acontecer tanto na fronteira com a literatura mágica, a exemplo das histórias de monstros, lobisomens e vampiros, como no limite com o estranho elucidado, do qual os textos sobre *serial killers* são um bom exemplo (Roas, 2014). Nos dois casos, ainda que por caminhos diferentes, a meta principal é produzir uma forma intensificada de angústia.

Considerando-se esse afeto como um índice do sujeito, ele deve, portanto, estar presente na literatura fantástica, mas a sua intensidade, nesse caso, deve ser atenuada e modulada, uma vez que se faz necessário preservar o tanto quanto possível a capacidade crítica e a possibilidade de dúvida do leitor.

Já o romance policial, no limite com o estranho elucidado (Todorov, 2012), pode assumir uma dupla função. Tanto ele pode servir ao enaltecimento das façanhas da razão, a exemplo dos romances de Conan Doyle (1859-1930), como ele pode se esmerar em apontar os limites e paradoxos do pensar e da percepção. Nesse último caso, o nexos entre a literatura policial e fantástica se mostra mais evidente, como no conto de E. A. Poe (2006), “A carta roubada”.

Seguindo a linha de raciocínio todoroviana, Roas (2014) defende que o fantástico pode ser definido como a irrupção do sobrenatural no cotidiano em um mundo ordenado pela ciência. Roas, todavia, não endossa a tese de Todorov, que prevê o desaparecimento da literatura fantástica na última metade do século XX. Seu argumento é que ela se transformou, assumindo novas características, o que dificultou o seu reconhecimento a partir das fórmulas já tradicionalmente estabelecidas.

A partir de uma crítica à tese proposta por Alazraki (2001), que sugere o surgimento de uma nova modalidade do fantástico no final do século XX, caracterizada por uma atitude de desassombro e ausência de angústia que pauta a relação do leitor com o texto, Roas (2014) busca discutir mais minuciosamente as transformações que aconteceram nas últimas décadas no âmbito da cultura que refletiram na literatura fantástica.

Concordando com Alazraki, o autor reconhece que, a partir da década de 1970, a literatura fantástica sofre modificações significativas. No entanto, Roas debita a causa dessas transformações a outros motivos. Para ele, a diferença entre a Literatura Fantástica atual e a do século XIX está no fato de que o conflito explorado na experiência de leitura não é mais vivido como uma tensão entre o mundo natural e o sobrenatural, mas como uma ruptura no interior da própria realidade, que se tornou frágil, incerta e complexa. O autor atribui a razão dessa mudança à difusão na cultura e no senso comum da influência da física quântica e da teoria da relatividade. Segundo ele, tais áreas da ciência passaram a exercer a função de novos paradigmas do conhecimento. Com isso, a forma de se conceber no cotidiano as relações de tempo, causalidade e espaço foram substancialmente modificadas.

A esse respeito, acredita-se que é possível, partindo da referência ao sujeito da ciência conforme problematizado por Lacan (1966/1998b, 1966/1998c), atacar o problema por outro ângulo. Analisando pela perspectiva do método de Descartes, tem-se que essas duas vertentes do fantástico e da ciência apontadas por Roas se mostram na sua base uma só. Entende-se que uma ruptura entre o mundo natural e o sobrenatural só é possível quando assegurada a consistência do *cogitum* e a sua continuidade como substância e essência. Dito de outro modo, a convicção na consistência da realidade é correlata à convicção na consistência do sujeito. Se o elemento da dúvida é inserido nessa equação, como fazem os teoremas de Gödel, tanto a realidade como a própria razão passam a abrigar em seu bojo uma quota inarredável de indeterminação.

Talvez esse seja o ponto nevrálgico do argumento de Todorov (2012), ao indicar que a psicanálise e a literatura fantástica são produções culturais análogas e concorrentes. Interpretamos essa assertiva da seguinte maneira: ambas encontram sua razão de ser nas manifestações do sujeito foracluído pela ciência, nas descontinuidades e inconsistências do *cogitum* e na produção de condições discursivas de encontro com o Real.

Talvez essa questão seja mais nitidamente perceptível por meio do trecho de outro conto de Maupassant (2015b), “Carta de um louco”:

Com efeito – nosso órgão são os únicos intermediários entre o mundo exterior e nós. Quer dizer que o ser interior, que constitui o eu, encontra-se em contato, por meio de alguns filetes nervosos, com o ser exterior que constitui o mundo.

Ora, não só o este ser exterior nos escapa por suas proporções, sua duração, suas propriedades infinitas e impenetráveis, suas origens, seu porvir ou seus fins, suas formas mais longínquas e suas manifestações infinitas, como nossos órgãos só nos fornecem informações incertas e pouco numerosas sobre a parte dele que nos é acessível (p. 55).

Mais adiante, no mesmo texto, pode-se ler: “Enganamo-nos, pois, julgando o Conhecido, e estamos cercados pelo Desconhecido inexplorado. Logo, tudo é incerto e apreciável de maneiras diferentes. Tudo é falso, tudo é possível, tudo é duvidoso” (pp. 57-58).

Apesar da fina percepção de Todorov acerca do liame que há entre psicanálise, literatura fantástica e o discurso científico, ele parece não se ater suficientemente à discussão acerca dos pontos de disjunção entre a Psicanálise e a Ciência moderna. Acredita-se que a referência a esses elementos de tensão são fundamentais para situar as especificidades da psicanálise e da literatura fantástica, assim como os desafios que se colocam para elas na atualidade.

Roas (2014), diferentemente de Todorov, desloca o centro da discussão acerca da transformação da literatura fantástica na segunda metade do século XX da influência da psicanálise para os impactos da ciência na cultura. A respeito da tese desse autor, é possível contrargumentar: o que a lógica e a física contemporâneas fazem é, a partir do próprio procedimento científico, questionar os limites e o ponto de partida do método cartesiano. Talvez essa seja a principal diferença entre as ciências dos séculos XIX e XX-XXI. Cabe, então, indagar se essa transformação é suficiente para se postular a emergência de uma nova inflexão da literatura fantástica.

Cotejando os argumentos dos dois autores, talvez seja lícito considerar que a ameaça à existência da literatura fantástica, pelo menos na sua forma mais tradicionalmente reconhecida, não se deva tanto à psicanálise, como supõe Todorov, nem a uma mudança de paradigma científico, tal como defende Roas. É provável que o cientificismo, na condição de uma

convicção no determinismo de uma ciência total, esteja na causa das transformações da literatura fantástica em curso nas últimas décadas.

Sustenta-se que, para além de uma simples ideologia, o cientificismo respalda-se em um aparato tecnológico e em uma cultura de consumo, que promovem uma significativa redução das possibilidades de manifestação do sujeito e do estabelecimento de laços sociais, condições essas necessárias para a existência da psicanálise e da literatura fantástica. Esse mesmo argumento, por sua vez, quando invertido, torna possível conceber a aposta na literatura fantástica e na psicanálise como práticas de resistência ao cientificismo.

Tomando esse último como uma modalidade de laço social análogo à religião (Roudinesco, 2000), pode-se argumentar que ele pressupõe um destino dado às manifestações do sujeito diferente da ciência. Nessa, o sujeito é foracluído para retornar no Real, na condição de falha no saber e obstáculo à verdade. Tal retorno, por sua vez, possibilita a elaboração dessas manifestações subjetivas a partir de outras formas de laço social (Lacan, 1966/1998b, 1966/1998c).

Já o cientificismo, na condição de uma modalidade discursiva mais próxima à religião, incide sobre o sujeito foracluído, denegando o seu retorno no Real. Tal estratégia restringe drasticamente a margem de tratamento de suas manifestações. Conclui-se, portanto, que, ao cultivar um ideal de conhecimento sem falhas, totalizante, o cientificismo não corrobora a visão de mundo da ciência.

É importante ponderar acerca do cientificismo – de que o seu surgimento não é necessariamente atrelado ao capitalismo. Vale lembrar que sua causa está na concomitância entre um ideal totalizante de saber e o discurso da ciência, que é inevitavelmente parcial e incompleto. Partindo dessa definição, é possível, ademais, aferir a existência de um espírito cientificista que permeou a implementação do comunismo pelo estado na extinta União Soviética, no século passado. Ainda que escape ao recorte deste artigo, é lícito interrogar os diferentes matizes que o cientificismo assume nos dois casos. Essa questão pode ser objeto de trabalhos futuros.

Tomando a questão do destino dado ao sujeito em cada caso, pode-se afirmar que a relação da literatura fantástica e da psicanálise com a Ciência é antinômica, mas produtiva. Já com a religião e o cientificismo,

percebe-se que vigora uma oposição, não havendo outra possibilidade de agenciamento senão o confronto e a resistência. Cabe então analisar como se coloca a relação da psicanálise e da literatura fantástica com a magia.

Se a ciência foraclui (*Verwerfen*) o Sujeito e a religião o denega (*Verleugnen*), a magia opera um velamento do sujeito (Lacan, 1966/1998b). Isto é, ela recobre o fato de que o sujeito é efeito do significante na sua relação com o Outro, criando a ilusão de uma essência transcendental que é conjurada por meio de rituais e feitiços. No entanto, Lacan (1966/1998b, 1966/1998c) defende que a magia constitui uma via de demonstração da eficácia significante.

Assim, ao se referir à magia, a literatura fantástica e a psicanálise, em sua pré-história, o fazem pela via do discurso da histeria – que é o discurso da ciência –, interrogando a eficácia simbólica do discurso do mestre, no qual a magia se apoia para produzir seus efeitos subjetivos (Lacan, 1968-69/1992).

Discurso do Mestre

$$\frac{S_1}{\$} \rightarrow // \frac{S_2}{a}$$

Fig. 3 (Lacan, 1968-69/1992, p. 27)

Conforme pode-se verificar na fórmula supracitada, o discurso do mestre engendra uma transformação subjetiva a partir dos efeitos do significante. Tem-se, então, que alguém, no lugar de agente, dirige-se ao outro no lugar de saber (S_2), valendo-se para tanto de seus próprios significantes mestres (S_1). O que resulta daí é a geração de uma quota de gozo – o objeto a no lugar da produção – e a instituição do sujeito dividido no lugar da verdade.

Acerca do lugar do sujeito e da verdade, Quinet (2009) escreve: “(...) a barra da primeira fração é aquilo que indica o representante e o representado em cada laço social. O representado, escamoteado pela barra, é o que sustenta a verdade de cada discurso” (p. 33). O autor ainda esclarece como os elementos da primeira fração da barra estão arranjados no discurso do mestre: nele, “($S_1/\$$), o governo parece se instaurar a partir

de leis, projetos de sociedades, programas etc. representados no matema (sua fórmula) pelo S_1 . Mas, na verdade, o que é escamoteado é que há sempre sujeitos (\$) sustentando esse governar (...)" (p. 33).

Deve-se considerar, no entanto, que o efeito de sujeito que esse discurso produz só é evidenciado a partir da subversão que o discurso do analista introduz a partir da ruptura instaurada pela ciência. Tal subversão permite identificar a fórmula da fantasia – que isola o sujeito e o objeto e todas as possíveis formas de relação entre os dois ($\$ \leftrightarrow a$) – na parte inferior da barra do discurso do mestre. Daí ser lícito afirmar que a referida eficácia simbólica na qual o discurso do mestre se apoia depende de sua capacidade de mobilizar a fantasia na condição de realidade psíquica.

Sobre esses efeitos de sujeito mobilizados pelo significante, vale a pena trazer à baila a tese freudiana de que o tratamento pela fala constitui uma modalidade de magia esmaecida (Freud, 1890/1997). A proposta de Freud, nesse momento de sua obra, é constituir uma nova modalidade de terapêutica baseado na fala e na relação médico-paciente que fosse cientificamente orientada. Daí o seu interesse pela hipnose e a sugestão em uma clínica da histeria (Gay, 1989): ambas constituem uma ponte entre uma técnica terapêutica cientificamente orientada e a eficácia simbólica da magia.

Nesse sentido, é importante destacar a problematização dos fenômenos da sugestão, do mesmerismo, do magnetismo e da hipnose como uma temática relevante para a literatura fantástica, o que constitui, a nosso ver, um importante precedente para a Psicanálise. Tais fenômenos representam um território fronteiro entre a magia e a ciência, a partir do qual algumas manifestações paradoxais do sujeito podem ser abordadas de uma perspectiva lógica, sem, contudo, culminar na sua forclusão. Sabe-se que esse é o desafio que se impõe no manejo da transferência na psicanálise: modular os efeitos da sugestão, a fim de que as manifestações do sujeito se tornem explícitas e possam ser perlaboradas na fala na relação com o analista (Freud, 1915/1997e).

É possível apontar na literatura fantástica alguns contos que representam exemplos paradigmáticos dessa subversão da magia temperada pela ciência. São eles: “Magnetismo” (Maupassant, 2015c), “Der Magnetiseur” (Hoffmann, 1817/2016), “Mesmeric Revelation” (Poe, 2006) e “The facts in the case of M. Valdemar” (Poe, 2006)¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento central desenvolvido neste artigo é de que Psicanálise e literatura fantástica podem ser caracterizadas como modalidades distintas de tratamento à questão do sujeito instaurada pela ciência. Desse modo, a emergência da ciência moderna é uma pré-condição para a existência da literatura fantástica e da psicanálise, por conta de outra concepção e tratamento do real que ela funda. A partir dessa tese, indicaram-se algumas analogias e discrepâncias entre uma e outra.

Primeiramente, os pontos de convergência: Tanto no fantástico como na psicanálise é possível encontrar elementos que apontam para uma concepção de psiquismo descentrado em relação ao Eu e à consciência. Dessa forma, exploram-se os efeitos da divisão psíquica como uma marca do sujeito inaugurado por Descartes.

A diferença está no fato de a literatura fantástica estar comprometida prioritariamente com o agenciamento de um efeito estético por meio da produção da vertigem, da perplexidade e do desvanecimento do leitor.

A psicanálise, por sua vez, caracteriza-se como um tratamento pela fala que busca uma mudança na economia psíquica do analisando suficientemente duradoura, que repercute nos seus laços amorosos, sociais e de trabalho. Aqui, a produção de efeitos estéticos não está ausente, uma vez que a estética é descrita por Freud (1919/1997) como a investigação dos diferentes modos de sentir. Assim, os afetos – a angústia, sobretudo – devem ser tomados como índices da manifestação do sujeito, que remetem a uma dimensão estética da clínica.

No entanto, deve-se ressaltar que há processos de modulação dos afetos e dos sentimentos bastante diferentes na clínica psicanalítica e na Literatura Fantástica. Enquanto nesta há um direcionamento intencional dos afetos, naquela a irrupção desses ocorre em função da transferência.

Considerou-se que há uma relação complexa, mas produtiva, entre a psicanálise e a literatura fantástica, de um lado, com a Ciência moderna, de outro. Tal relação implica movimentos de continuidade, mas também de ruptura. Identificou-se que, a partir dessa relação com a ciência, psicanálise e literatura fantástica promoveram uma subversão da magia,

colocando em primeiro plano a eficácia do significante como uma via de mobilização da fantasia. Assim, constata-se nos dois casos o interesse por temas como o mesmerismo, o magnetismo, a hipnose e a sugestão.

Sublinhou-se que a relação da literatura fantástica e da psicanálise com a religião se mostra menos favorável, uma vez que nela a margem para a manifestação do sujeito como uma falha no saber e da verdade se mostra mais estreita. Apontou-se o cientificismo como uma distorção do discurso da ciência, que a coloca no lugar da religião, instituindo daí um ideal mortífero, cujos efeitos são a segregação, a massificação e instrumentalização dos laços sociais. Acredita-se que tanto a psicanálise quanto a literatura fantástica constituem modalidades de resistência ao cientificismo e ao discurso capitalista.

REFERÊNCIAS

- Assis, Machado de (1998). *O alienista*. Porto Alegre: LP&M. (Original publicado em 1882).
- Baas, B. & Zalozszyc, A. (1996) *Descartes e os fundamentos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Badiou, A. *Para uma nova teoria do Sujeito: conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Bessièrre, I. El relato fantástico: forma mixta de caso y adivinanza. In D. Roas. (Org.). *Teorías de lo Fantástico* (pp. 83-104). Madrid: Arco/Libros, 2001.
- Biazin, R. dos R., & Kessler, C. H. (2017). Psicanálise e Ciência: a equação dos Sujeitos. *Psicologia USP*, 28(3), 414–423. DOI: 10.1590/0103-656420160184
- Borges, J. L.; Ocampo, S., & Casares, A. B. (Orgs.). (2013) *Antologia da Literatura Fantástica*. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Costa, F. M. (Org.). (2016) *Os melhores contos fantásticos*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Devereux, C. (1976). *Dreams in greek tragedy: An Ethno-PSycho-Analytical Study*. Berkley: University of California press.
- Dunker, C. I. L. (2008). Descartes e o Método Psicanalítico. *Estudos Lacanianos*, 1(1), 169–186.
- Erlich, H., & Alberti, S. (2008). O Sujeito entre Psicanálise e Ciência. *Psicol. Rev.*, 14(2), 47–63. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200004 em: 20 de fev. 2020.
- Fink, B. (1997) Psicanálise e Ciência. In R. Feldstein, B. Fink, & M. Jaanus (Orgs.), *Para ler o seminário 11*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Foucault, M. (2000). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Franco, S. de G. (2012). “Dilthey: Compreensão e explicação” e possíveis implicações para o método clínico. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(1), 14–26. DOI: 10.1590/S1415-47142012000100002
- Freud, S. (1997a). Psychische Behandlung (Seelenbehandlung). In S. Freud. *Studienausgabe* (Vol. Ergänzungsband, pp. 13-36). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1890)

- Freud, S. (1997b). Der Familienroman der Neurotiker. In S. Freud. *Studienausgabe*. Vol. IV (pp. 221-226). Frankfurt a. M.: S. Fischer, 1997. (Original publicado em 1908)
- Freud, S. (1997c). Triebe und Tribschicksale. In S. Freud. *Studienausgabe*. Vol. III (pp. 75-102). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1997d). Die Verdrängung. In S. Freud. *Studienausgabe*. Vol. III, (pp. 75-102). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1997e). Bemerkungen über die Übertragungsliebe (Weiterer Ratschlag zur Technik der Psychoanalyse III). In S. Freud. *Studienausgabe* Vol. Ergänzungsband (pp. 217-230). Frankfurt a. M.: Fischer Taschenbuch Verlag. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1997f) Das Unheimliche. In S. Freud. *Studienausgabe*. Vol. IV, (pp. 241-274). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1997g) Neue folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse – 35. Vorlesung: Über eine Weltanschauung. In S. Freud. *Studienausgabe*. Vol. II (pp. 586-608). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1933)
- Freud, S. (1999). Eine Schwierigkeit der Psychoanalyse. In S. Freud. *Gesammelte Werke*. Vol. XII (pp. 3-12). Frankfurt a. M.: Fischer Verlag. (Original publicado em 1917)
- García, F. (2009) Um duplo e insólito Teófilo Braga. In F. García, & M. A. Motta. *O insólito e seu duplo* (pp. 141-155). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Gautier, T. (1999). A morte apaixonada. In T. Gautier. *Contos Fantásticos* (pp. 59-92). São Paulo: Primeira Linha.
- Hoffmann, E. T. A. (2016). Der Magnetiseur. In E. T. A. Hoffmann. *Das Gesammelte Werke* (pp. 35-76). Colonia: Anaconda, 2016. (Originalmente publicado em 1817)
- Kon, N. M. (2006). Literatura Fantástica e Psicanálise. In D. Calderoni (Org.), *Psicopatologia: Clínicas de Hoje* (pp. 121-145). São Paulo, SP: Via Lettera.
- Koyré, A. (1982). *Estudos de história do Pensamento Científico*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Koyré, A. (2006). *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Kuhn, T. (1996). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

- Lacan, J. (1992). *Seminário, livro 17: O avesso da Psicanálise* (1968-69). Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro.
- Lacan, J. (1998a). *O seminário, livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1998b). Do Sujeito enfim em questão. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 229-236). Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro. (Originalmente publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998c). A ciência e a verdade. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 869-892). Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro. (Originalmente publicado em 1966).
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: Mais, ainda* (1972-73). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Loureiro, I. R. B. (2002). *O carvalho e o pinheiro: Freud e o estilo romântico*. São Paulo, SP: Escuta.
- Manna, N. (2014a). A chave azul: ação do leitor em textos fantásticos. *Galáxia*, 14(27), 214-226.
- Manna, N. (2014b). *A tessitura do fantástico: narrativa, saber moderno e crises do homem sério*. São Paulo: Intermeios.
- Maupassant, G. (2015a). O Horla (primeira versão). In G. Maupassant, *Contos fantásticos: o Horla e outras histórias* (pp. 72-83). Porto Alegre: LP&M.
- Maupassant, G. (2015b). Carta de um louco. In G. Maupassant, *Contos fantásticos: o Horla e outras histórias* (pp. 54-62). Porto Alegre: LP&M.
- Maupassant, G. (2015c). Magnetismo. In G. Maupassant, *Contos fantásticos: o Horla e outras histórias* (pp. 21-26). Porto Alegre: LP&M.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos: estudos de história da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pacheco, O. M. C. de A. (1996). *Sujeito e singularidade: ensaio sobre a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- Poe, E. A. (2006a). The purloined letter. In E. A. Poe, *The complete illustrated Works of Edgar Allan Poe*. (pp. 319-333). Londres: Bounty Books.
- Poe, E. A. (2006b). Mesmeric Revelation. In E. A. Poe, *The complete illustrated Works of Edgar Allan Poe*. (pp. 587-594). Londres: Bounty Books.
- Poe, E. A. (2006c). The facts in the case of M. Valdemar. In E. A. Poe, *The complete illustrated Works of Edgar Allan Poe*. (pp. 201-210). Londres: Bounty Books.

- Pollo, V. (2004). Exílio e retorno do corpo: Descartes e a Psicanálise. In: S. Alberti, & A. C. Ribeiro (Orgs.), *Retorno do exílio: o corpo entre a Psicanálise e a Ciência* (pp. 15-28). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Prudente, R. C. A. C., & Ribeiro, M. A. C. (2005). Psicanálise e Ciência. *Cienc. Prof.*, 25(1), 58–69. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000100006 em: 20 de fev. 2020.
- Rabêlo, F. C., Martins, K. P. H., & Danziato, L. J. B. Fantástico e Psicanálise: relações históricas e discursivas. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 41(1), p. e43128, 5 abr. 2019. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/43128> em: 20 fev. 2020.
- Quinet, A. (2009). *Psicose e Laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ramos, M., & Alberti, S. (2013). Psicanálise e Ciência : a emergência de um Sujeito sem qualidades. *Psicanálise & Barroco Em Revista*, 11(2), 210–224.
- Recalcati, M. (2006). Las tres estéticas de Lacan. In M. Recalcati. *Las tres estéticas de Lacan: arte y psicanálisis* (pp. 9-36). Buenos Aires: Del Crifrado, 2006.
- Ricouer, P. (1977). *Da Interpretação: ensaio sobre Freud*. Imago, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, S. C. *O Fantástico*. São Paulo: Ed. Ática.
- Roudinesco, E. (1999). *Por que a Psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Simanke, R. (2009). A Psicanálise freudiana e a dualidade entre Ciências naturais e Ciências humanas. *Scientiae Studia*, 7(2), 221–235. DOI: 10.1590/S1678-31662009000200004
- Todorov, T. (2012). *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2012.

NOTAS

- ¹ Respectivamente: “O magnetizador”, “Revelação pelo mesmerismo” e “Os fatos acerca do caso de M. Valdemar”.

Recebido em 27 de março de 2020

Aceito para publicação em 11 de junho de 2021

A PSICANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CLÍNICA PSICANALÍTICA EM SERVIÇOS-ESCOLA DE PSICOLOGIA

*Maria Lúcia Mantovanelli Ortolan**
*Maíra Bonafé Sei***

RESUMO

A Psicanálise, entendida como subversiva no que diz respeito à epistemoparadigmática do saber científico hegemônico, propicia uma gama de possibilidades para suas práticas, uma delas é o trabalho psicanalítico nas instituições. Objetivou-se, assim, refletir sobre a Psicanálise no campo institucional universitário, no que concerne, especialmente, à oferta da psicoterapia nos serviços-escola de Psicologia, discutindo os atravessamentos desta prática e considerando as possibilidades de interseção com a Psicanálise. O artigo discorre sobre as especificidades envolvidas na clínica psicanalítica nos serviços-escola de Psicologia, tais como: as contribuições da Psicanálise sobre a visão de homem e o processo de saúde-doença, o ensino da Psicanálise na universidade, a importância das supervisões clínicas e da análise pessoal do psicoterapeuta em formação e as implicações clínicas transferências que operam na clínica psicanalítica neste contexto. Considera-se que o que se encontra no cenário universitário é uma Psicanálise em Extensão; nesse sentido, há possibilidades de experienciar, nos estágios clínicos realizados nos serviços-escola de Psicologia, uma prática psicanalítica a partir de determinados arranjos e premissas.

Palavras-chave: Psicanálise; Instituição; Clínica Psicanalítica; Clínicas-escola.

*Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente no curso de Psicologia, na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), em Araçongas-PR.

**Pós-Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada do Departamento de Psicologia e Psicanálise, Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Diretora da Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

PSYCHOANALYSIS IN INSTITUTIONS: CONSIDERATIONS ABOUT THE PSYCHOANALYTIC CLINIC IN PSYCHOLOGY SCHOOL-CLINICS

ABSTRACT

Psychoanalysis, understood as subversive regarding the epistemic-paradigmatic of hegemonic scientific knowledge, provides a range of possibilities for its practices, one of which is psychoanalytic work in institutions. The objective was, therefore, to reflect on Psychoanalysis in the university institutional field, regarding, especially, the offer of psychotherapy in the Psychology school-clinics, discussing the crossings of this practice and considering the possibilities of intersection with Psychoanalysis. The article discusses the specificities surrounding the psychoanalytic clinic in Psychology school-clinics such as: the contributions of Psychoanalysis on the vision of man and the process of health disease, the teaching of Psychoanalysis at the university, the importance of clinical supervision and the personal analysis of the psychotherapist in training and the clinical implications of transfers that operate in the psychoanalytic clinic in this context. It is considered that what is found in the university scenario is Psychoanalysis in Extension, in this sense, there are possibilities to experience, in the clinical internships carried out in the Psychology school-clinics, a psychoanalytic practice based on certain arrangements and premises.

Keywords: Psychoanalysis; Institution; Psychoanalytic Clinic; School-clinics.

PSICOANÁLISIS EN INSTITUCIONES: CONSIDERACIONES SOBRE CLÍNICA PSICOANALÍTICA EN SERVICIOS-ESCUELA DE PSICOLOGÍA

RESUMEN

El psicoanálisis, entendido como subversivo con respecto al epistemo-paradigmático del conocimiento científico hegemónico, ofrece una gama de posibilidades para sus prácticas, una de las cuales es el trabajo psicoanalítico en las instituciones. El objetivo era, por lo tanto, reflexionar sobre el psicoanálisis en el campo institucional de la universidad, en relación, especialmente, con la oferta de psicoterapia en los servicios-escuela de psicología, discutiendo los cruces de esta práctica y considerando las posibilidades de intersección con el psicoanálisis. El artículo analiza las especificidades que rodean a la clínica psicoanalítica en los servicios-escuela de psicología, tales como: las contribuciones del psicoanálisis sobre la visión del hombre y el proceso de la enfermedad de la salud, la enseñanza del psicoanálisis en la universidad, la importancia de la supervisión clínica y

el análisis personal del psicoterapeuta en formación y las implicaciones clínicas de las transferencias que operan en clínica psicoanalítica en este contexto. Se considera que lo que se encuentra en el escenario universitario es el Psicoanálisis en Extensión, en este sentido, hay posibilidades de experimentar, en las prácticas clínicas realizadas en los servicios-escuela de psicología, una práctica psicoanalítica basada en ciertos arreglos y premisas.

Palabras-clave: Psicoanálisis; Institución; Clínica psicoanalítica; Escuela clínica.

INTRODUÇÃO

A Psicanálise para ser apreendida deve ser estudada em, no mínimo, três campos: como uma teoria, uma técnica e uma metodologia. Isto já foi indicado por Freud (1923/1969a) quando define a Psicanálise em três vertentes: 1) disciplina - quanto a uma coleção de informações, 2) procedimento - para se investigarem processos mentais aparentemente inacessíveis ao aparato médico científico, e 3) método - para tratamento de distúrbios neuróticos. Entende-se ser pertinente para a construção deste artigo perpassar brevemente por essas três esferas.

A teoria psicanalítica nasce de uma importante transgressão epistemoparadigmática do saber científico hegemônico (Gomes & Reis, 2019). O percurso freudiano para a postulação de sua teoria a respeito da existência e insistência do inconsciente inicia-se em meados de 1880 com os estudos sobre a hipnose e sobre a histeria. De modo geral, as pedras angulares da Psicanálise enquanto teoria são os processos mentais inconscientes, a teoria da resistência e repressão, a importância da sexualidade, principalmente na etiologia das neuroses, e o complexo de Édipo (Freud, 1923/1969a).

O desenvolvimento da técnica psicanalítica pôde legitimar a Psicanálise também como um procedimento investigativo e um método de tratamento, na medida em que Freud foi refinando a sua técnica de acesso ao inconsciente, desde as sessões de hipnoses, a catarse e até a associação livre (Freud, 1923/1969a). Tem-se, nesse momento, a fundação do método psicanalítico, configurando-se como um método de interpretação do material onírico, sintomático e discursivo que esclarece as fantasias do inconsciente, que nada mais são do que a realidade psíquica do sujeito (Marinotti, 2016).

A apreensão da Psicanálise por esses três intrínsecos campos abre caminho para uma gama de possibilidades de teorias, a exemplo da era das escolas pós-freudianas e o segregacionismo acarretado por elas (Figueiredo, 2009) e, principalmente, de procedimentos investigativos e métodos de tratamentos, não em sua essencialidade em si, mas na aplicabilidade de contextos. Tendo em vista a questão dos métodos de tratamento, objetiva-se, com este artigo, refletir sobre a Psicanálise no campo institucional universitário, no que concerne, especialmente, à oferta da psicoterapia nos serviços-escola de Psicologia (SEP), discutindo os atravessamentos desta prática e considerando as possibilidades de interseção com a Psicanálise.

A PSICANÁLISE E O PARA ALÉM DO CONSULTÓRIO PRIVADO

Há autores (Santos & Ferrari, 2016) que consideram que o ano de 1992 foi o momento histórico internacional no qual o trabalho dos psicanalistas nas instituições foi enfatizado, a partir da fundação da Associação Mundial de Psicanálise (AMP), de orientação lacaniana. Miller (2006) ressalta que o psicanalista, onde ele estivesse, funcionaria como aquele que dá subsídio à conexão do sujeito com o seu inconsciente.

Nesse sentido, entende-se que o trabalho de um psicanalista, aquele que pratica a técnica e exerce a ética da Psicanálise, é possível de ser realizado em todo lugar se, neste lugar, a pessoa possa expressar suas questões emocionais (Fernandes, 2017). Há exemplos atuais importantes dessa *Psicanálise em todo lugar*, um deles é a experiência da Psicanálise na Rua. Entendendo a relevância científica e social do tema, a revista mexicana *Teoría y Crítica de la Psicología*, em seu volume 12, do ano de 2019, dedicou uma seção à experiência brasileira da Psicanálise na Rua, com contribuições importantes, principalmente de Guimarães e Jardim (2019), Marino e Neto (2019) e Pinto (2019), articulando, inclusive, a Psicanálise à dimensão política.

A dimensão política do exercício da Psicanálise fora do contexto tradicional traduz-se em uma responsabilidade social na qual os psicanalistas são convocados a responder a partir do desenvolvimento de práticas de inclusão do pensamento psicanalítico para além do espaço

privado (Fernandes, 2017). Percebe-se a pertinência deste movimento quando importantes instituições psicanalíticas no âmbito internacional e nacional se manifestam em defesa da expansão da Psicanálise: a Associação Psicanalítica Internacional (IPA), em 2002, com a proposta *Outrech* (Mattos et al., 2016) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), com a instituição do projeto Psicanálise a Céu Aberto (Khoury & Netto, 2016). Citam-se igualmente a Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL) e a Federação Brasileira de Psicanálise (FEBRAPSI), que também entendem a importância da extensão da Psicanálise, fomentando levantamentos e pesquisas sobre os psicanalistas que trabalham em instituições nas diversas regiões da América Latina (Fernandes, 2017).

Nesse sentido, refletir sobre a Psicanálise nas instituições também se faz pertinente. A Psicanálise nas instituições é um contexto possível de inserção da disciplina, do procedimento e do método psicanalítico. Esta inserção requer uma constante e potente reinvenção, como pontua Figueiredo (2009, p. 14): “as novidades na forma de teorizar e praticar psicanálise respondem em grande medida aos novos limites, externos e internos, para a chamada ‘clínica padrão’”. No momento em que a Psicanálise sai do *setting* ortodoxo dos consultórios particulares e migra e se ramifica nas ruas e instituições, algumas nomenclaturas, a fim de diferenciações contextuais e metodológicas, se faz pertinente. Não há um consenso tão claro entre a comunidade psicanalítica a respeito dessas distinções nominais (Aires, 2019). A partir disso, neste artigo são apresentadas, brevemente, quatro nomenclaturas: Psicanálise Aplicada, Psicanálise Extramuros, Clínica-extensa e Psicanálise Implicada.

De maneira geral, todos os termos dizem respeito à aplicabilidade do método psicanalítico fora do contexto clínico tradicional. Segundo Mezan (1985), Freud nunca chegou a conceituar em suas obras o termo Psicanálise Aplicada; todavia, esta prática sempre esteve presente em seus trabalhos na medida em que se utilizava do método psicanalítico para analisar a arte, a cultura e a sociedade. O que Mezan (1985) enfatiza é que Freud (1900/1969b; 1907/2015) indica seu almejo de que a Psicanálise fosse uma ciência que conseguisse ir além do consultório tradicional. Mais diretamente, Freud (1919/1996a), em nome do progresso da

terapia analítica, propõe esta ampliação da psicanálise inclusive para os serviços públicos, justificando que “a neurose pode ser tão incapacitante quanto uma tuberculose” (p. 210).

Tem-se atualmente como referências dois analistas pós-freudianos que conceituam a prática psicanalítica fora do contexto tradicional: Jean Laplanche (1987) e Fabio Herrmann (2001), sendo que o primeiro opta pelo termo Psicanálise Extramuros, e o segundo pelo termo Clínica-extensa. O que é consenso entre os autores é que ambas as nomenclaturas dão ênfase ao caráter investigativo da Psicanálise e a operação em ambos do método psicanalítico. Os autores concordam que o termo Psicanálise Aplicada pode acarretar alguns equívocos, tais como entender a Psicanálise como um conhecimento pronto, estático e então aplicado a um outro campo. Mezan (1988) reforça a crítica ao termo, entendendo que esta é uma nomenclatura que pode desconsiderar a implicação do método psicanalítico como procedimento de valor heurístico, na medida em que a “análise não é a aplicação de um conhecimento, mas invenção de um saber” (p. 329).

Apresentadas as críticas em relação à nomenclatura Psicanálise Aplicada, é importante, antes de se avançar nas outras definições, entender a criação e o uso desse termo. Mesmo sendo entendido, mais tarde, que se trata de um nome que traz consigo margem para equívocos, a criação dele tinha como objetivo principal exatamente dar resposta às confusões tanto de ordem teórica quanto prática, argumenta Miller (2001). Em 1964, na Escola Francesa de Psicanálise, Lacan (1968/2003a) traçou a distinção entre Psicanálise Aplicada e Psicanálise Pura, sendo que ambas estavam situadas na proposta lacaniana de formação do analista e da causa analítica (Cruz & Ferrari, 2011). Ambas se guiavam pelo imperativo ético da psicanálise em se manter crítica e denunciante dos desvios e concessões que pudessem frear o progresso da psicanálise ou degradá-la, desvirtuá-la (Lacan, 1968/2003a).

Foi nos estudos finais de Lacan que ele pôde perceber a distância que separa a psicanálise da psicoterapia, o que faria, conseqüentemente, um apagamento da diferença entre Psicanálise Pura e Psicanálise Aplicada à Terapêutica, tornando essa distinção quase irrelevante (Miller, 2001). Todavia, reconhece-se que a expressão do termo continua sendo

amplamente utilizada, a princípio com uma função prática, mas também fecunda didaticamente, na medida em que se puder compreender que não se trata, necessariamente, de servir de simulacro da prática exercida na clínica tradicional para, então, ser exercida nas instituições, e nem se trata de uma prática corrompida em sua pureza vital (Cruz & Ferrari, 2011).

Em relação à Psicanálise Implicada, também não é consenso o uso e a definição do termo. A referência utilizada aqui para tal conceituação é a de Fernandes (2017) que, de modo geral, adota o termo para caracterizar e enfatizar não só a questão da Psicanálise fora do *setting* analítico tradicional, mas também uma profunda relação com o político e com o social, visibilizando o sujeito capturado e enredado pelas relações de poder e subsidiando, a partir da escuta psicanalítica, modalidades de resistência aos processos de alienação, almejando à posição desejante do sujeito.

Para além das nomenclaturas de uma psicanálise fora da clínica padrão já apresentadas até aqui, Lacan (1968/2003a) simplifica a questão conceituando como Psicanálise em Intenção toda a prática que forma analista, ou seja, que prepara operadores para a clínica psicanalítica, e Psicanálise em Extensão como um modo de presentificação da psicanálise no mundo.

A Psicanálise é possível de ser praticada nas instituições, inclusive e principalmente nas de saúde pública. Uma breve historização sobre a consolidação de saúde pública no Brasil, desde o período colonial até a implementação do modelo de redes de atenção à saúde já foi feita (Roosli, Palma, & Ortolan, 2020). Atenta-se, neste artigo, para as instituições de saúde criadas e consolidadas a partir da Reforma Psiquiátrica, nos níveis primário, secundário e terciário. Não só as instituições de caráter inclusivo da atenção à saúde mental, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), mas todas as outras, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e Hospitais Gerais, uma vez que com a descentralização do cuidado em saúde mental em todas essas instituições são responsáveis pelo acolhimento das demandas advindas do sofrimento psíquico (Albuquerque, Lira, Costa, & Nappo, 2017).

A descentralização do cuidado em saúde mental foi um dos fatores contribuintes para a inserção do psicólogo na saúde pública em vários âmbitos, fato que contribuiu, assim, para a atuação da Psicanálise nesses espaços. Em uma breve revisão assistemática da literatura, foram encontradas

algumas experiências importantes da Psicanálise nos três níveis de atenção à saúde que compõem principalmente a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Brasil, 2011): nas UBSs (Cruz, 2018), nos Hospitais Gerais (Calazans & Azevedo, 2016), nos Hospitais Psiquiátricos (Borges, Borges, Silva, Souza, & Gomes, 2018) e nos CAPS (Quadros, Martins, & Soares, 2018).

A CLÍNICA PSICANALÍTICA E OS SERVIÇOS-ESCOLAS DE PSICOLOGIA

Os Serviços-escolas de Psicologia (SEPs) não estão institucionalmente inseridos na RAPS ou nas redes de atenção à saúde em geral. Todavia, Santos e Mandelbaum (2016) ressaltam que, na prática da assistência à saúde, estes dispositivos são muito utilizados, principalmente no recebimento de encaminhamentos de transtornos leves e moderados advindos da atenção primária à saúde, entendendo-se, assim, a importância dos SEPs na constituição da rede de saúde mental do município e região. A relação intrínseca entre o SEP e as políticas públicas em saúde foi enfatizada por Ortolan e Sei (2016) ao analisarem a organização do sistema de saúde mediante a implementação da universidade, em um município no estado do Paraná, e por Ortolan, Sei e Victrio (2018), compreendendo os projetos de extensão vinculados ao SEP como serviços inovadores na composição da rede de saúde mental do município e potentes intervenções sociais.

Com o reconhecimento da psicologia como profissão no Brasil, em 1962, passa a ser obrigatório que as universidades e faculdades que ofertam o curso de Psicologia instituam o SEP como *lócus* de prática profissionalizante para o estudante de psicologia (Ortolan, Sei, & Victrio, 2018). Não são apenas espaços privilegiados de formação, mas também cumprem uma função importante de prestação de serviço à comunidade, na medida em que se constitui como um espaço de abertura, com um movimento de circulação, no qual o que está fora entra (a comunidade) e o que está dentro sai (a psicologia, a psicanálise) (Santos & Ferrari, 2016). Ressalta-se que nas universidades brasileiras, de modo geral, a psicanálise, na graduação, está atrelada ao curso de Psicologia. Entretanto, em exemplos educacionais como na França, tem-se uma realidade diferente, na qual os departamentos de Psicanálise são independentes dos da Psicologia, mas curiosamente não mantêm um serviço-escola (Santos & Ferrari, 2016).

A partir das considerações até aqui expostas, indaga-se sobre a prática da clínica psicanalítica nos SEPs. Santos e Ferrari (2016) entendem que o SEP pode ser subsídio para o aprendizado clínico a partir da Psicanálise, uma vez que se produzem efeitos terapêuticos, mediante a responsabilização do sujeito pelo seu gozo que se apresenta no sintoma, por meio do encontro do sujeito em sofrimento psíquico com a escuta orientada pela psicanálise (a dupla institucional estudante e supervisor). Todavia, é prudente de se entender que o SEP, como instituição, tem influências e limitações que interferem na clínica psicanalítica, tais como delimitação do tempo de atendimento, normatização de número de ausências (que pode implicar em encerramento do tratamento) e a realização de triagem antes do processo psicoterapêutico de fato (Aires, 2019). Tem-se, assim, diferenças entre a clínica psicanalítica padrão e a clínica universitária, tais como os objetivos de cada uma das clínicas, a questão do ensino da psicanálise na Universidade, a análise pessoal do analista que, no contexto do SEP, este ainda se apresenta como estagiário, a importância da supervisão de estágio em clínica psicanalítica e a transferência como ferramenta de trabalho (Santos & Ferrari, 2016).

A EPISTEMOLOGIA PSICANALÍTICA: VISÃO DE SUJEITO, DE SAÚDE E DE DOENÇA

Para se refletir sobre a atuação nos SEPs, entende-se ser pertinente distinguir as visões de ser humano e do processo de saúde e doença que as diferentes epistemologias apresentam. Estas diferenciações se mostram pertinentes na medida em que é só a partir disso que se esboçam um objetivo e uma função para as ofertas de saúde.

De uma maneira breve, na área da saúde, mediante as políticas públicas, suas conceituações e práticas, a visão de ser humano é atravessada pela característica de cidadão de direitos e deveres, previstos em legislações. No que concerne às outras filosofias, de modo geral, a visão de ser humano é composta por aquele que “propriamente e em última instância, se encontra à procura de sentido” (Frankl, 2019).

Já a psicanálise entende o sujeito em sua concepção cindida, fundando-se, então, a ideia do sujeito do inconsciente, enfatizando a

subversão epistemológica operada pela psicanálise do conceito de sujeito. A noção de sujeito do inconsciente proposta pela psicanálise evidencia sua fundação a partir de uma falta constitutiva marcada pela passagem do sujeito pelo complexo de castração na fase edípica. Esta operação de castração barra o acesso do sujeito ao gozo pleno (referente à fusão materna) e, a partir disso, consentindo com esta separação, o sujeito pode adentrar-se à dimensão do desejo (Ribeiro, Neto, & Vecchia, 2021).

No campo da saúde pública e nas áreas das Ciências da Saúde, considerar o ser humano como cidadão de direitos e deveres, e como um organismo biológico, que responde ao funcionamento orgânico e fisiológico até então previstos pela ciência competente, é entender uma universalidade do que é o ser humano. E é a partir desta universalidade que se constroem ofertas de saúde. No campo da psicanálise, considerar que o ser humano é caracterizado como aquele que procura sentido promove um deslocamento que permite interpretar o ser humano em sua singularidade, e é a partir disso que são propostas as ofertas de terapêuticas. Entende-se que há uma impossibilidade de uma resposta geral para algo que se apresenta na esfera do singular (Freud, 1912/1996b).

A discussão sobre os processos de saúde e doença também caminha para este sentido. Há uma distinção muito clara sobre o que é saúde e doença nas áreas da saúde vinculadas à medicina e na área da psicanálise, distinção esta que também orienta, conseqüentemente, a oferta da assistência. É importante reconhecer que discussões como esta envolvem dois campos de saber, o psicodiagnóstico e a psicanálise, e está imerso na atualidade composta pela banalização da patologização dos indivíduos, tensionando a problemática da normalidade, doença e seus parâmetros (Oliveira & Samico, 2019).

As diretrizes do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM) (APA, 2014), na sua quinta edição (DSM-V), foram revisadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que sugeriu abordar separadamente diagnósticos de fatores psicossociais e contextuais. A necessidade constante de revisões dos DSMs indica, dentre outros fatores (Frances, 2017), o que habita na língua do manual: o consenso de ordem e norma que a sociedade espera, uma conduta humana saudável que geralmente se avalia com dogmas pré-estabelecidos atravessados pela economia e política vigentes. (Resende, Pontes, & Calazans, 2015).

A psicanálise não trabalha com o sujeito na perspectiva da sua dita patologia, mas com o sofrimento psíquico que o sujeito denomina como aquilo que lhe impede de viver com satisfação. Nesse sentido, a nosologia psicanalítica e seus direcionamentos de cura vão na contramão dos saberes classificatórios de determinação do normal e anormal, da saúde e doença, subvertendo a lógica de normatização dos sujeitos, estes que são a radicalidade daquilo que é complexo e multifacetado (Oliveira & Samico, 2019). Como pontuado por Kehl (2017), o estatuto de cura na psicanálise tem caráter pessoal, pois parte e decorre de uma demarcação clínica diferente.

Entendendo os SEPs como instituições de saúde que operam pelas legislações vigentes, é natural que suas ofertas de serviços perpassem pela ética do bem-estar subjetivo e redução do sofrimento (Santos & Ferrari, 2016). É aqui que se encontra a primeira diferença de uma psicanálise pura e uma atuada na instituição: a ideia de almejar, em primeira instância, o bem-estar subjetivo e a redução do sofrimento se apresenta como conflitante com a proposta da escuta psicanalítica (Resende, Pontes, & Calazans, 2015).

São propostas conflitantes na medida em que Freud (1912/1996b) já advertia: a psicanálise deve se propor a ofertar uma escuta sem buscar curar o paciente. O que está embutido na fala freudiana trata-se da epistemologia envolvida sobre a psicopatologia. No campo da psicanálise, não se coloca em discussão o binômio saúde-doença, e sim formas de subjetivação, sendo que umas promovem mais sofrimento psíquico que outras, de modo que, de fato, não se objetiva produzir cura (cessação de sintomas) na oferta psicanalítica. A oferta psicanalítica caracterizar-se-ia como um subsídio para a ampliação das possibilidades de vida do sujeito, considerando o sintoma como expressão de algo que merece investigação, e não simplesmente interrupção (Resende, Pontes, & Calazans, 2015).

Tais diferenças epistemológicas são percebidas e vividas pelo estagiário no SEP (Santos & Ferrari, 2016). Nesse sentido, diante do paciente que sofre e demanda alívio imediato para seus sintomas, o estagiário é confrontado com a limitação e a insuficiência de um saber acadêmico e generalista, ficando difícil a sustentação da escuta sem busca de cura, principalmente depois deste aluno ter vivido quatro anos de estudo de teorias e técnicas psicológicas, sentindo-se obrigado a responder à demanda de sofrimento por meio de uma intervenção rápida e eficaz.

O ENSINO DA PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE

Uma das observações feita por Santos e Ferrari (2016) ao investigarem a prática psicanalítica no SEP é referente à formação teórica precária dos terapeutas estudantes. Os autores entendem que há limites importantes da formação universitária, no que concerne à psicanálise. Eles ressaltam que a pluralidade das abordagens oferecidas ao longo do curso de graduação em psicologia não propicia um aprofundamento da teoria e da técnica psicanalítica, podendo acarretar em um atendimento deficitário no SEP. Ao entrevistar alguns supervisores em clínica psicanalítica de duas clínicas universitárias da cidade de Belo Horizonte, os autores observam ser comum no período em que ocorre o estágio em clínica o estudante ainda estar indeciso quanto à escolha de abordagem e provocar uma mistura de métodos terapêuticos (Santos & Ferrari, 2016).

O ensino da psicanálise só é possível pela via da transferência de trabalho (Lacan, 1967/2003b). Entende-se como transferência de trabalho aquela em que o ensinado estabelece relação com a teoria psicanalítica (Lampert, 2019). A partir disso, discute-se a posição daquele que ensina a psicanálise, o ensinante. Para se ensinar psicanálise, para possibilitar a transferência de trabalho, quem ensina deve estar em uma posição de sujeito dividido: “o ensinante é um trabalhador cuja construção de saber é ordenada por aquilo que não sabe, mas interroga” (Quinet, 2009, p. 56).

O que está em questão não é uma falta de saber teórico por parte do ensinante, mas um reconhecimento que não há saber completo (Lampert, 2019), sendo essa premissa essencial no ensino da psicanálise. Defende-se esta posição na medida em que é apenas por meio dela que se pode abrir espaço para a produção de saber (Araújo, 2009), evitando o discurso do mestre (tudo-sabe/tudo-pode) como laço de ensino.

Diante da discussão feita, entende-se que é sim possível o ensino da psicanálise em alguns contextos acadêmicos universitários se forem respeitadas as particularidades discursivas na transmissão, apontando, assim, um avanço da psicanálise em um caminho que vai além de sua divulgação na universidade (Lampert, 2019). Delimitando a operacionalização do ensino da psicanálise na universidade, Aires (2019)

compreende que o saber psicanalítico possa ser transmitido por meio da apresentação e discussão dos conceitos fundantes e pressupostos teóricos que sustentam a prática clínica, da explicitação da práxis psicanalítica e discussão dos procedimentos de pesquisa em psicanálise. Reconhece-se, assim, a psicanálise como uma teoria ou um saber que, dentre outros, circula na universidade.

A ANÁLISE PESSOAL DO ESTAGIÁRIO E A IMPORTÂNCIA DA SUPERVISÃO

A análise pessoal, no campo da psicanálise, é um dos pilares de formação analítica, juntamente com a supervisão e o estudo da teoria (Freud, 1913/1996c). Em relação à análise pessoal do estagiário no SEP, não se constitui como uma exigência curricular, sendo uma decisão a cargo do estudante, variável esta que, a partir do momento que se entende a análise pessoal como um pilar de formação, pode interferir na qualidade do atendimento ofertado no serviço (Aires, 2019).

Esta é uma questão institucional importante: a normatização curricular define que a prática clínica e a supervisão são suficientes para a obtenção do título de psicólogo, juntamente com o cumprimento da carga horária mínima obrigatória e, geralmente, a apresentação do trabalho de conclusão de curso (Aires, 2019). Todavia, se questiona se esses são elementos suficientes para a formação psicanalítica clínica, pois se afirma a “insuficiência de ensinar teoria ao estudante-estagiário como garantia da efetividade da prática” (Aires, 2019, p. 47). É de grande valia o estagiário em clínica estar em análise pessoal na medida em que se experiencia a noção do inconsciente, transformando um conceito teórico em uma experiência concreta de seus efeitos sobre o sujeito (Lacan, 1953/1998a). Nesse sentido, demonstra-se a importância da análise pessoal também como variável formativa para este estagiário.

A fim de refletir sobre a viabilização de uma prática propriamente psicanalítica no estágio em clínica nos SEP, sem ter como normatização curricular a análise pessoal do estudante, Aires (2019) pontua que, no mínimo, dois aspectos devem ser considerados: a diferença entre ensinar a psicanálise e formar analistas, e a ideia de que o que se encontra no

espaço universitário é uma Psicanálise em Extensão, ou seja, não é a Psicanálise em Intenção - aquela que visa à formação de analistas.

Entende-se que o ensino, na perspectiva de formação de analistas, não se mostra como competência da universidade, principalmente do curso de graduação em Psicologia. A formação de analistas implica em um posicionamento ético do sujeito com o seu inconsciente, que possibilita o reconhecimento do desejo e sua articulação com a ação (Aires, 2019). Neste contexto, de fato, a análise pessoal é imprescindível e, nesse sentido, faz-se a distinção entre ensino e formação: o ensino da psicanálise na universidade, contemplando também o estágio em clínica psicanalítica, abarca um saber sobre o inconsciente enquanto construto teórico, e a análise pessoal, enquanto pilar fundamental da formação de analistas, abrange um saber-fazer com o inconsciente (Aires, 2019).

Uma vez entendido que não é do escopo universitário a formação de analistas, isto não quer dizer que a prática psicanalítica nestes espaços não seja possível. É aqui que se caracteriza a importância da função do supervisor de estágio: é importante que este reconheça que não há garantias *a priori* que possibilitem designar a prática desenvolvida como psicanalítica *stricto sensu*, e, por conseguinte, resta ao supervisor-analista construir um espaço de reinvenção da psicanálise, mediante uma aposta, sem garantias, de operação a partir da ética psicanalítica (Aires, 2019).

A ressalva de Derzi e Marcos (2013) faz-se, assim, pertinente quando entendem que é necessário que haja na universidade docentes e supervisores que também sejam analistas para suportar este saber analítico e esta ética da psicanálise. A aposta deste supervisor analista, como pontuado por Aires (2019), se faz na “pretensão de despertar nos estagiários uma relação com a prática clínica que não se limite à reprodução de uma técnica ou que se restrinja a um exercício de redução de sofrimento e adaptação do sujeito ao meio social” (Aires, 2019, p. 48).

Na universidade, a supervisão adquire caráter de ensino da profissão, a fim de garantir a avaliação e a efetividade das ações do estudante estagiário na clínica (Aires, 2019). Sabe-se que a instituição apresenta um limite frente à questão da supervisão: pelo número limitado de vagas para cada supervisor e, dependendo de como a atribuição dessas vagas é feita, o estudante muitas vezes não tem a oportunidade de escolha do

supervisor orientado pela transferência (Santos & Ferrari, 2016), sendo que esta relação, terapeuta e supervisor, também é qualificada por uma transferência satisfatória (Aires, 2019).

AS TRANSFERÊNCIAS NA CLÍNICA PSICANALÍTICA EM SEPs

Na clínica psicanalítica na universidade, a relação terapeuta e paciente é atravessada por várias coordenadas institucionais: o paciente é da instituição e o terapeuta, ainda estudante, tem um supervisor com uma responsabilidade institucional sobre o caso (Santos & Ferrari, 2016). Esta primazia do institucional é uma característica importante na medida em que afeta substancialmente a qualidade da transferência entre terapeuta e paciente, ferramenta imprescindível para o trabalho psicanalítico.

Na produção psicanalítica, o conceito de transferência, de modo geral, é homólogo ao amor do paciente pelo analista e, primeiramente, foi descrito por Freud (1885/2016) como uma falsa conexão, indicando uma resistência do paciente ao avanço da análise. A partir dos fenômenos transferenciais de amor pelo analista, e considerando que este investimento libidinal do paciente para a figura do analista diz respeito a uma projeção – no analista – de conteúdos ainda inconscientes para o paciente, pode-se explicar, assim, sobre a privilegiada posição do analista, na medida em que sua figura é entendida pelo paciente como um caminho seguro para escoar conteúdos inconscientes (Novelli, Lazzarini, Chatelard, & Maesso, 2017).

Foi considerando este lugar do analista que Freud (1912/1996d), posteriormente, não desconsiderando os aspectos de resistência da transferência, pôde entender que esta é uma ferramenta fundamental no manejo do analista, considerada um elemento essencial na “cura das neuroses” (Freud, 1912/1996d, p. 146), na medida em que é por meio desta relação que se cria “uma zona intermediária entre a doença e a vida” (p. 206). Todavia, a transferência não prescinde da presença de um analista (Marino, 2019). Nesse sentido, entende-se que o que opera não é o analista contingenciado a um sujeito, e sim, a função característica deste lugar de analista - o endereçado de uma demanda de amor e, posteriormente, de saber (Lacan, 1958/1998b). Tal função, aparentemente, independe da extensão do processo analítico ou do

espaço físico em que se encontre (Marino, 2019), o que remete à clareza de Lacan (1958/1998b): não se é livre da transferência.

De modo didático, podem-se destacar três campos relacionais em que a questão da transferência se manifesta no âmbito da clínica psicanalítica nos SEPs: entre estagiário e supervisor, entre paciente e instituição e entre paciente e estagiário na função de psicoterapeuta. A transferência entre paciente e instituição é importante de ser avaliada, diagnosticando-a ou em prol de uma implicação positiva com o tratamento ou se está a serviço de uma resistência. A transferência com a instituição pode se manifestar de maneira encoberta, como pontuou Freud (1912/1996d), se evidenciando por meio de uma resistência ao restabelecimento do paciente, fazendo com que este fique ali retido, mantendo-se distante da vida.

Em casos nos quais esta transferência com a instituição é mais cristalizada, pode-se dizer que há uma dependência do paciente com a instituição que lhe atende. Esta dependência institucional pode ocorrer devido a alguns fatores, tais como restrita rede de sociabilidade do paciente, fazendo com que o cotidiano desses pacientes gravite em torno do tratamento (Kushnir, 2016).

Ainda sobre esta transferência entre paciente e instituição, Santos e Ferrari (2016) pontuam que é com o saber universitário que o paciente faz transferência, condição esta que dificulta ao paciente se colocar em uma posição mais ativa no trabalho terapêutico, uma vez que este se apega ao saber sobre si fora de si, depositando-o no outro, mediante esta transferência com o saber universitário.

Agora a respeito da transferência estabelecida entre o paciente e o estagiário na função de psicoterapeuta, Boesmans, Lopes Júnior e Silveira (2016) discorrem sobre um fato clínico que exemplifica os atravessamentos de instituições dos SEPs na transferência com o psicoterapeuta estagiário. Relatam o caso de uma adolescente trazida pela mãe, que também fazia uso da instituição, assim, invadindo o espaço psíquico e subjetivo de enlace da adolescente com o serviço, levando-a a abandonar o processo terapêutico, na medida em que entendia não poder confiar sua demanda a uma instituição que estava a serviço de sua mãe.

Outro atravessamento da transferência entre paciente e psicoterapeuta-estagiário refere-se à maneira como se dá a constituição da dupla

paciente-psicoterapeuta. Em condições não institucionais, quem escolhe o analista é o paciente, já operando, assim, uma relação de transferência (Boesmans, Lopes Júnior, & Silveira, 2016). Nos SEPs, a ordem inverte-se: quem escolhe o paciente é o estagiário, que obedece às normatizações institucionais para esta escolha, sendo competência do paciente apenas a escolha pela universidade, enfatizando a transferência com a instituição.

A questão da temporalidade dos atendimentos também é uma variável que compõe a transferência entre paciente e estagiário, na medida em que “o próprio vínculo contratual do estágio (limitado temporalmente) impõe, de saída, um núcleo resistencial que, de um modo ou de outro, se manifesta na dinâmica do tratamento” (Alcantara, 2010, p. 103). De modo geral, os estágios em clínica são ofertados de forma curricular no último ano de graduação, entendendo que há um aporte necessário para os atendimentos, construído ao longo do curso. Isso implica um caráter transitório da formação da dupla paciente-psicoterapeuta. Sobre isso, Boesmans, Lopes Júnior e Silveira (2016) exemplificam outro fato clínico, no qual uma paciente de oito anos, que brincava em sessão sempre de construir castelos. Na sessão na qual a estagiária sinaliza sua saída de instituição e então a interrupção dos atendimentos, a menina se põe a construir um castelo mais alto do que o comum e, no fim da sessão, começa a destruí-lo com acentuada agressividade. Os autores sinalizam que “o alvo não era apenas o castelo, mas também a analista [...]. Observamos que algo se interrompe neste momento, aparecendo em forma de ato dirigido ao analista” (Boesmans, Lopes Júnior, & Silveira, 2016, p. 14-5).

As exemplificações aqui citadas sobre a composição da transferência em tratamentos ofertados por SEPs, tais como as questões burocráticas institucionais e de padronizações, vão de encontro à transferência, entendendo que esta só pode ser atestada no caso a caso, no singular. Parece inegável que a transferência se dá, de início com a instituição prestadora do serviço e, somente em um outro momento, pode se estabelecer com cada psicoterapeuta em si. O que propicia esta possibilidade de deslizamento da transferência com a instituição para com o psicoterapeuta é a encarnação, por parte do estagiário, do desejo do analista (Boesmans, Lopes Júnior, & Silveira, 2016), o qual diz respeito a um lugar advertido pela ética da psicanálise (Heck & Kessler, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que a teoria e a prática psicanalítica propiciam sempre se mostram complexas e fecundas, enfatizando o caráter de abertura a que a Psicanálise se propõe. Como pontua Figueiredo (2001), “supor que em algum lugar a Psicanálise esteja em casa, eis o problema. Ela nunca está absolutamente em casa, pois se estiver, já não é Psicanálise” (p. 5).

A partir das reflexões feitas ao longo do artigo, considera-se que o que se encontra no espaço universitário é uma Psicanálise em Extensão. Este resultado defende que há possibilidades de experienciar nos estágios clínicos realizados nos SEPs uma prática psicanalítica a partir de determinados arranjos e premissas, visando a garantia da “indissociabilidade entre prática e construção de saber que implique o praticante como desejante” (Aires, 2019, p. 50).

Ao longo do artigo, foram apresentadas especificidades da prática psicanalítica clássica que podem se flexibilizar ou até mesmo se adaptar ao serem executadas em instituições, principalmente nos SEPs, sem desapropriação do método psicanalítico. Evidencia-se, então, que a práxis da Psicanálise pode ser exercida no contexto do atendimento clínico em SEP apesar das singularidades da condução do processo analítico (Gomes & Souza, 2019). Uma prática desenvolvida no estágio clínico no SEP pode ser considerada psicanalítica, então, se sustentada pela ética do desejo na condução de cada caso, considerando o usuário do SEP como sujeito desejante, o desejo do estagiário como operador que sustente a transferência, e a posição desejante do supervisor-analista que subsidia o funcionamento da máquina psicanalítica.

Por fim, ao considerar as diversas vertentes de estudo e alcance da Psicanálise, a partir da sua subversão epistemológica do conceito de sujeito e dos processos de saúde e doença, entende-se a possibilidade da Psicanálise na Universidade. Por mais recente que se possa aparentar, considerando o percurso psicanalítico como ciência, o trabalho da Psicanálise nas instituições públicas reitera seu lugar político, principalmente na Universidade. É nesse espaço universitário, privilegiado pela possibilidade de frutificações, que se discute o lugar da Psicanálise ali, refletindo sobre o ensino e a transmissão da teoria

e da técnica psicanalítica - problematizando o lugar do saber e do conhecimento e como são as relações implicadas nisso. Há vestígios, em trabalhos como este, que os SEPs abrem uma passagem para a Psicanálise na Universidade, passagem esta que, por excelência, contorna-se com inúmeras reflexões e potencialidades.

REFERÊNCIAS

- Aires, S. (2019). Atendimento psicanalítico em clínica-escola: uma experiência de supervisão. In: S. Aires, & S. Kuratani (Orgs.), *O serviço de psicologia na universidade* (pp. 43-61). Cruz das Almas: Editora UFRB.
- Albuquerque, R. C. R., Lira, W. L., Costa, A. M., & Nappo, S. A. (2017). Do descaso a um novo olhar: a construção da Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas como conquista da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O caso de Recife (PE). *Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 84-96. <https://dx.doi.org/10.24879/2017001100100215>
- Alcantara, J. V. N. (2010). Transferência e vínculo institucional na clínica-escola. In: A. M. S. Drügg, K. S. Freire, & I. F. A. de Campos (Orgs.), *Escritos da Clínica* (pp.103-109). Ijuí: Editora Unijuí.
- American Psychiatric Association - APA. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed.
- Araújo, E. M. (2009). *Transmissão da Psicanálise e Universidade: a formulação de um saber mediante o dispositivo do ensinante de Lacan*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Boesmans, E. F., Lopes Júnior, A. D., & Silveira, L. C. (2016). A transferência na instituição: a psicanálise nas clínicas escola. *Psicanálise & Barroco em Revista*, 14(1), 1-21. Recuperado de: <http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalisebarroco/article/viewFile/7325/6453>
- Borges, K. N., Borges, K. N., Silva, L. S. B., Souza, D. C. S., & Gomes, L. G. A. (2018). Saúde mental e Psicanálise no Hospital Psiquiátrico de Mato Grosso. *Repositório Digital do Univag*, 1-28, Recuperado de: <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/427/428>
- Brasil. (2011). *Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília-DF. Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

- Calazans, R., & Azevedo, E. C.. (2016). “Não há tempo... a perder”: questões sobre a atuação do psicanalista no Hospital Geral. *Vínculo - Revista do NESME*, 13(1), 56-64. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/1394/139448016006.pdf>
- Cruz, A. D. G., & Ferrari, I. F. (2011). A psicanálise aplicada ao sintoma: uma resposta ética aos impasses enfrentados pelos psicanalistas na atualidade. *Psicologia Clínica*, 23(1), 157-169. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000100010>
- Cruz, M. J. R. (2018). Desatando “nós”: A delicadeza e nuances na construção do vínculo com grupos em um serviço público de saúde. *Vínculo - Revista do NESME*, 15(1), 74-81. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v15n1/v15n1a08.pdf>
- Derzi, C., & Marcos, C. M. (2013). Supervisão em psicanálise na universidade. *Psicologia em Estudo*, 18(2), 323-331. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722013000200013>
- Fernandes, J. M. D. da S. (2017). O olhar do psicanalista na instituição. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(3), 229-244. Recuperado de: <http://www.bivipsi.org/wpcontent/uploads/rbp-51-3-14.pdf>
- Figueiredo, L. C. (2009). A Psicanálise e a clínica contemporânea. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 7, 9-17. Recuperado de: <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wpcontent/artigos/artigo202.pdf>
- Figueiredo, L. C. (2001). Psicanálise e Universidade: Perspectivas. *Psicologia USP*, 12(2), 147-159. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200012>
- Frances, A. (2017). *Voltando ao normal*: Como o excesso de diagnósticos e a medicalização da vida estão acabando com a nossa sanidade mental e o que pode ser feito para retomarmos o controle. Versal Editores: Rio de Janeiro.
- Frankl, V. E. (2019). *Psicoterapia para todos*: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva. Petrópolis: Vozes.
- Freud, S. (1996a). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicado em 1919).

- Freud, S. (1996b). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicado em 1912).
- Freud, S. (1996c). Sobre o início do tratamento. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (1996d). A dinâmica da transferência. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicado em 1912).
- Freud, S. (1969a). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicado em 1923).
- Freud, S. (1969b). A interpretação dos sonhos. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 4-5). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1900).
- Freud, S. (2015). O delírio e os sonhos na Gradiva. In: S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 8). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1907).
- Freud, S. (2016). Psicoterapia da histeria. In: S. Freud, *Estudos sobre a histeria (1893-1895)* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 2). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1895).
- Gomes, A. K. S., & Reis, M. E. B. T. dos. (2019). A formação do psicoterapeuta-aprendiz em clínica psicanalítica nas universidades do Brasil. *Quaderns de Psicologia*, 21(3), 1-14. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1536>
- Gomes, R. M., & Souza, K. C. V. (2019). Desafios da clínica psicanalítica em Serviço-escola: Reflexões e análise de um caso de neurose no serviço integrado de Psicologia da Universidade Potiguar. *Psicologia. pt*, 1-19. Recuperado de: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1344.pdf>

- Guimarães, T., & Jardim, R. M. M. (2019). Apontamentos sobre o horizonte crítico do Psicanálise na Rua. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 12, 315–339. Recuperado de: <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/291/247>
- Heck, F. A., & Kessler, C. H. (2015). Clínica pública e Universidade: considerações sobre a posição do analista. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 618-628. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p618>
- Kehl, M. R. (2017). A utopia da cura em Psicanálise. *Revista UFMG*, 24(1), 150-161, Recuperado de https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/24/09_MariaKehl_CuraPsicanalise_pag_150a161_Revista_UFMG_24.pdf
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à teoria dos campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Khoury, M. G., & Netto, O. F. L. (2016). Psicanálise a céu aberto. *Jornal de psicanálise*, 49(91), 91-96. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v49n91/v49n91a09.pdf>
- Kushnir, C. Q. (2016). O processo de cronificação em saúde mental: quando os estados-limite configuram uma adição de transferência. *Cadernos de Psicanálise*, 38(35), 85-97. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v38n35/v38n35a05.pdf>
- Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lacan, J. (1998b). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicado em 1958).
- Lacan, J. (2003a). *O Seminário livro 15, O ato analítico*. Buenos Aires: EFBA. (Obra original publicada em 1968).
- Lacan, J. (2003b). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: J. Lacan. *Outros Escritos* (pp. 249-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1967).
- Lampert, H. A. (2019). *Psicanálise na Universidade: Reflexões sobre as possibilidades da Psicanálise nos cursos de Psicologia*. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação). Centro Universitário de Brasília - Brasília. Recuperado de: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13888/1/21470855.pdf>

- Laplanche, J. (1987). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marino, A. S. (2019). Psicanálise na Praça Roosevelt: modalidades de transferência. *Stylus*, 38, 213-225. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/stylus/n38/n38a14.pdf>
- Marino, A. S., & Neto, A. R. C. (2019). Psicanálise na Praça Roosevelt: uma experiência clínico-política em um espaço público. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 12, 352-367. Recuperado de: <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/289/246>
- Marinotti, M. A. G. (2016). *O método psicanalítico como meio de investigação e intervenção na área de Psicologia da Saúde*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. Recuperado de: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1601/2/MariaAp.Marinotti.pdf>
- Mattos, L. T. L., Tupinambá, B. da M. P., Kurkdjian, C. M., Coimbra, R. E. L., Marchini, S. M. C., & Zalberg, T. M. (2016). O conceito de responsabilidade social: uma experiência na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. *Jornal de psicanálise*, 49(91), 77-89. Retirado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v49n91/v49n91a08.pdf>
- Mezan, R. (1988). *A vingança da Esfinge*. São Paulo: Brasiliense.
- Mezan, R. (1985). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Miller, J. A. (2001). *Psicoanálisis puro, psicoanálisis aplicado y psicoterapia* [online]. Recuperado de http://www.ilimit.com/cdcelp/freudiana/J.A_Miller_1.PDF em: 18 de novembro de 2021.
- Miller, J. A. (2006). *Efectos terapéuticos rápidos: conversaciones clínicas con Jacques-Alain Miller en Barcelona*. Buenos Aires: Paidós.
- Novelli, A. B., Lazzarini, E., Chatelard, D., & Maesso, M. (2017). Do amor imaginário ao amor simbólico: um percurso da transferência. *Reverso*, 39(73), 27-34. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v39n73/v39n73a03.pdf>
- Oliveira, C. F., & Samico, F. C. (2019). “Para quem serve esse diagnóstico?": uma interlocução entre o Psicodiagnóstico e a Psicanálise. *Revista Mosaico*, 10(2), 105-110. Recuperado de: <http://editora.universidadedevasouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1951/1340>

- Ortolan, M. L. M., & Sei, M. B. (2016). Plantão psicológico no serviço-escola de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 7(1), 29-35. <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2016v7i1.3079>
- Ortolan, M. L. M., Sei, M. B., & Victrio, K. C. (2018). Serviço-escola de Psicologia e potencialidades dos projetos de extensão: construção de políticas em saúde mental. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, 5(1), 78-85. <http://dx.doi.org/10.14210/rbts.v5.n1.2018.p78-85>
- Pinto, T. (2019). Os pés descalços. Um relato sobre a experiência Psicanálise na Rua. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 12, 368–385. Recuperado de: <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/290/245>
- Quadros, R. B., Martins, K. P. H., & Soares, A. K. S. (2018). Psicoanálisis y salud mental: um estudio sobre el estado del arte. *Revista Subjetividades*, 18(1), 119-131. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v18i1.6289>.
- Quinet, A. (2009). *A Estranheza da Psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Resende, M. S., Pontes, S., & Calazans, R. (2015). O DSM-5 e suas implicações no processo de medicalização da existência. *Psicologia em Revista*, 21(3), 534-546. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n3/v21n3a08.pdf>
- Ribeiro, L. A., Neto, F. K., & Vecchia, M. D. (2021). Transferência, escuta e singularidade: contribuições da psicanálise à redução de danos. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 16(32), 98-113. Recuperado de: <http://www.isepol.com/asephallus/pdf/07%20%20Luca%20Ribeiro,%20Fuad%20Net%20e%20Marcelo%20Vecchia.pdf>
- Roosli, A. C. B. da S., Palma, C. M. de S., & Ortolan, M. L. M. (2020). Sobre o cuidado na saúde: da assistência ao cidadão à autonomia de um sujeito. *Psicologia USP*, 31, 1-11. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e180145>.
- Santos, W. T. M., & Mandelbaum, B. P. H. (2016). Entre o potencial e o precário: a inserção in(tensa) de profissionais da psicologia nos NASF. *Barbarói*, 48, 168-184. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i48.9028>

Santos, L. G., & Ferrari, I. F. (2016). Psicanálise aplicada à terapêutica em clínicas universitárias e a experiência do Centro Psicanalítico de Consulta e Tratamento de Minas Gerais. *Psicologia em Revista*, 22(1), 202-222. Recuperado de: <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2016V22N1P202>

Recebido em 11 de junho de 2020

Aceito para publicação em 26 de novembro de 2021

OLHAR PARA O MUNDO DAS IMAGENS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

*Clara Maia Nicolato Corrêa**
*Ilka Franco Ferrari***

RESUMO

O artigo percorre considerações sobre a realidade da sociedade do espetáculo e os espaços virtuais-sociais que nela favorecem o ilimitado do gozo, tornando absoluto o olhar que, fundamentalmente, é inapreensível. E desenvolve considerações sobre contribuições das plataformas de mídias sociais para a ascendência da imagem, em detrimento da palavra, em movimento que leva os sujeitos ao constante fazer-se ver, por meio de imagens-todas, na busca de tamponar a falta que lhes é constitutiva. E, nesse caminho, tentar dizer o indizível. A psicanálise é o campo teórico/prático que sustenta os argumentos.

Palavras-chave: Psicanálise; Imagem; Objeto olhar; Espetáculo; Redes sociais.

A GAZE INTO THE WORLD OF IMAGES: THROUGH A PSYCHOANALYTIC POINT OF VIEW

ABSTRACT

This article covers considerations about the reality of the spectacle society and the virtual-social spaces that favor the unlimited of enjoyment, making the gaze absolute which is, fundamentally, inapprehensible. Furthermore, it develops considerations about the contributions of social media platforms to the ascendancy

*Mestra em Psicologia pelo programa de pós-graduação da PUC Minas e pós-graduada no curso de psicanálise do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais.

**Doutorado e Pós-Doutorado pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professora no Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Psicologia, na PUC Minas. Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise, membro da Câmara de Ciências Humanas, Sociais e Educação, da Fapemig, pesquisadora PQ2, do CNPq.

of the image and the detriment of the word, in a movement that leads the subjects to constantly make themselves visible, through images-full, in the search to cover the lack that is constitutive. By that, they try to say the unspeakable. Psychoanalysis is the theoretical / practical field that supports these arguments.

Keywords: Psychoanalysis; Image; Object-gaze; Spectacle; Social media.

LE REGARD DU MONDE DES IMAGES: UNE LECTURE PSYCHANALYTIQUE

RÉSUMÉ

L'article couvre des considérations sur la réalité de la société du spectacle et les espaces virtuels-sociaux qui favorisent l'illimité de la jouissance, rendant absolu le regard, qui est, fondamentalement, incompréhensible. Il développe des réflexions sur les contributions des plateformes de médias sociaux à l'ascendant de l'image et au détriment de la parole, dans un mouvement qui amène les sujets à se rendre constamment visibles, à travers des images-tout, dans la recherche de combler le manque qui est constitutif. Et, de cette façon, essayez de dire l'indicible. La psychanalyse est le domaine théorique / pratique qui soutient les arguments.

Mots-clés: Psychanalyse; Image; Objet-regarder; Spectacle; Réseaux sociaux.

Como advertiu Lacan (1953/1998, p. 322), o psicanalista que não consegue “alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” deve renunciar a seus propósitos de ser psicanalista. Tal afirmação leva à constatação de que a subjetividade é mutante segundo a época, em contexto no qual o sujeito, em sua dimensão singular, não se submete totalmente a ela, embora nela inserido, como enfatiza Ons (2016).

A psicanalista Bleichman (2003), estudiosa do tema subjetividade, relembra a seus leitores que este é um conceito sociológico, ligado ao sujeito histórico atravessado pela cultura; porém, a subjetividade não diz respeito a todo o aparelho psíquico, uma vez que ele implica certas regras para além da articulação entre os enunciados sociais e o eu, a exemplo dos aspectos pulsionais e gozosos. Mesmo assim, é importante levar em conta que o sujeito é marcado por representações sociais e políticas de seu tempo, o que pode alterar as formas de manifestar suas questões e, até mesmo, seus sintomas.

Aqui há a preocupação de colocar em cena novos espaços virtuais-sociais, para os quais importa o olhar e ser olhado, a valorização da imagem, tendo em conta a realidade social contemporânea. Nela são encontradas várias considerações psicanalíticas acerca da época do Outro que não existe que, para Miller (1996/2013), é forma de dizer de um Outro não todo, que se pluraliza, passando de um para vários e, sendo assim, não oferecendo a aparência de garantia de um universal. Fala-se, então, de época do declínio do simbólico, época do império (Miller, 2011), para expressar a rede densa e autônoma do poder capitalista, de um regime que não age pelo interdito nem pela repressão, tornando-se sem fronteiras, e com a globalização permitindo novos modos de movimentos organizados em todo o mundo.

Fala-se, conseqüentemente, dos diferentes batismos que essa atualidade recebe, devido a suas peculiaridades, a exemplo da pós-modernidade, segundo Jean-François Lyotard; hipermodernidade, para Gilles Lipovetsky; alta modernidade, segundo Anthony Giddens; e modernidade líquida é a preferência de Zygmunt Bauman. Em todos os casos parece haver a nota de que neste contexto há espaço para discursos até então fora do estabelecido. E, como lembra Soler (2003-2004), a forma de discurso fora do estabelecido é típica da psicose. Daí, não raro, este mundo é visto como próprio de sujeitos psicóticos com suas dificuldades nos laços sociais, envolvidos em seus gozos autísticos. Mas, como a perversão é muito reconhecida por um “fora da Lei”, não raro se escuta dizer que o mundo é perverso, uma vez que nele impera a perversão generalizada, marcada pela sua forma de gozar.

Discute-se, ademais, que, com o declínio do simbólico, nesta época reina o imaginário. E não sem razão, portanto, o filósofo Debord (1992/2017) se refere à sociedade atual como a sociedade do espetáculo, na qual há o império das imagens e das mídias que alienam e manipulam os indivíduos. Vidas com gozo desregulado e sujeitos condenados a diversos tipos de *overdose* no campo das pulsões, resultando em um tempo de compulsões, que conta com as redes sociais.

Disponer-se a pensar, considerando o horizonte da época significa, portanto, não dispensa a contribuição das plataformas virtuais e midiáticas para a ascendência da imagem e o declínio da palavra. Logo,

coloca-se em cena o que em psicanálise se conhece como objeto olhar e suas manifestações hodiernas. Este texto focalizará neste campo de debate e reflexões, não desconhecendo, como se pode notar, a amplitude da realidade social em que estes fenômenos acontecem.

A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, O DECLÍNIO DO ÍNTIMO E AS IMAGENS TRANSPARENTES

O livro *La Société du Spectacle*, escrito por Debord (1992/2017), tem sua atualidade. E, inclusive se lê, no subtítulo da edição de 2017: “50 anos depois, mais atual que nunca”. Esse escritor francês foi inspirado por vários filósofos, dentre eles Hegel e Marx, e tem sido considerado um dos principais pensadores situacionistas de sua época. No Prólogo da *Sociedade do Espetáculo*, da edição de 2017, escrito por Christian Ferrer, Debord é considerado atento ao poder da imagem e ao mundo de vários estímulos visuais sobre os quais os indivíduos devem assimilar inúmeros olhares, como também alguém que não mediu esforços para alertar seus leitores sobre a catástrofe de sentidos que levou os humanos a experienciarem distorções extremas. Isso se deu devido à dominação da tecnologia e da estética, o que resultou na busca do controle dos corpos e das ideias, por meio de ofertas de identidade feitas às massas a partir de modelos culturais.

Debord (1992/2017) já dizia de uma realidade condenada ao mundo da artificialidade e insuficiência, fazendo do espetáculo uma obrigatoriedade para dominar o meio com o visual e o superficial, o que dificulta a diferenciação entre o desejo e a obrigação. Os indivíduos, conseqüentemente, podem se alienar no império estético das mídias e podem ser conduzidos a buscarem e desejarem o que é postulado, o que está na moda. Atentou-se, então, para o regime da visibilidade que, contraditoriamente, não os deixa ver, pois busca ajustar o modo de ver o mundo a partir das perspectivas dominantes. Ou seja, trata-se de um reino invisível que escapa ao olhar, evidenciando que falta quem realmente possa enxergá-lo. A realidade, com efeito, passou a ser moldada a partir de imagens manipuladoras.

Nessa direção, segundo Birman (1999), a subjetividade passou a ser constituída a partir de um ponto de vista estético, colocando o eu em uma posição privilegiada. O mundo, por conseguinte, passou a dar ênfase

às aparências, já que é marcado por sujeitos que tentam se autopromover constantemente, a fim de viabilizar um “show do eu”, tal como expressa Sibilia (2016, p. 53). Nesse sentido, ocorre um autocentramento narcísico do sujeito, focado em sua própria imagem, fenômeno que adquire ainda mais vitalidade quando se pensa que a vida, estruturada nas bases do discurso capitalista, objetaliza o sujeito, fazendo de sua imagem uma mercadoria a ser consumida e, portanto, sua divulgação é indispensável.

Nota-se, assim, que o consumo de objetos e de imagens se tornou uma prática de devoção e de envolvimento emocional, conforme Debord (1992/2017) advertiu. A lei do mercado é o universal contemporâneo do qual nada escapa, nas palavras de Laurent (2017), e tudo que é visível foi se transformando em mercadoria. Nessa conjuntura, surgiu uma nova metafísica de consumo de objetos intangíveis, incorpóreos e impalpáveis. Isso se pode articular com as considerações lacanianas acerca do objeto *a*: aquele que não é da ordem do significante, sendo sem consistência. Ao pensar na ascendência do imaginário, ainda há a possibilidade de articular, com Lacan (1970/2003), a elevação do objeto *a* ao zênite social, uma vez que os objetos mais-de-gozar passaram a sobrepor os ideais, favorecendo o declínio do simbólico.

Falar em imagem também implica em lembrar as considerações de Lacan (1949/1998), em *Estádio do Espelho*, a partir de onde a gestalt corporal é antecipada pela imagem do outro, o que traz ao sujeito constante estranhamento do próprio corpo. Ou seja, há algo da imagem que se pode localizar na noção de extimidade – termo formulado por Lacan, no *Seminário 10*, e trabalhado por Miller, em *Extimidad*. Trata-se de uma formalização para dizer que o êxtimo é o lugar no qual se crê reconhecer o mais íntimo, o mais próximo, o mais interior e o mais familiar, sem deixar de ser também exterior. Nas palavras de Miller (2010, p. 14) “o termo extimidade se constrói em torno de intimidade, mas não é o seu contrário, porque o êxtimo é precisamente o íntimo”.

Ou seja, a partir dessa articulação pode-se dizer que a própria imagem corporal necessita de uma exteriorização para ser apreendida e apropriada pelo sujeito. Quando se pensa no espetáculo, é possível notar, nessa conjuntura, que talvez essa imagem passe a ser cada vez mais extradirigida ao outro em busca de obter uma validação daquilo que se é ou daquilo que se deseja

aparentar ser. Pode-se dizer, ainda, que se trata de uma estranha intimidade exposta e midiaticizada em uma espécie de palco e holofote virtual.

Exteriorizar-se implica grandes consequências para o sujeito e, por isso, conforme Wajacman (2019) pontuou, há de se pensar no íntimo: o lugar mais subjetivo do sujeito, onde ele pode escapar do olhar do Outro, se separando também do poder-de-olhar para conseguir olhar-se a si mesmo. Na atualidade, o íntimo, no entanto, passou a ser ameaçado em decorrência do declínio do simbólico que torna enfraquecido o que é privado, contribuindo com o apagamento do sujeito. Os sujeitos, por conseguinte, são levados a serem cada vez mais transparentes. A fronteira entre o íntimo e o campo do Outro, com efeito, passa a ser aberta espontaneamente, fazendo com que as pessoas publiquem e exponham a sua intimidade, sem vergonha. É o tempo de desvelamento que chama a psicanálise ao trabalho, já que defender o íntimo é um de seus fundamentos, uma vez que “a possibilidade do íntimo é, finalmente, a própria possibilidade da psicanálise” (WAJACMAN, 2019, p. 45). Questão presente na fala de Miller (2010), quando diz que a psicanálise nos introduz no registro da intimidade, se alimenta da vida íntima, pois não há relação mais intimista do que a que acontece entre analista e analisante.

Bassols (2014) introduz o significante mestre da transparência, para dizer da tentativa do sujeito em se autodesvelar e fazer do Outro transparente. Pode-se pensar, nesse sentido, em uma tentativa de fazer com que ele seja apagado, enfraquecendo a sua autoridade e evidenciando o gozo. O autor explicita, portanto, que os sujeitos gozam de sua própria transparência, sem saber, no entanto, que tem algo ali que esbarra no impossível de se exteriorizar. Logo, para pensar a contemporaneidade é preciso levar em conta a alienação alimentada pela transparência e pela exposição.

Eis que vivemos em um tempo de hiperexposição que marca o “império das imagens”, como coloca Tarrab (2018, p. 12). Essas imagens, porém, não condizem com aquelas articuladas à lógica fálica. Na atualidade, elas tentam velar o real e a castração, buscando encobrir a falta do objeto *a*, na medida em que capturam o gozo e até o produzem. Mas elas também encobrem o próprio objeto *a*, funcionando como um véu que, ao mesmo tempo que mostra, esconde. Como a tradição filosófica no entanto ensina, as imagens enganam, uma vez que, ao esconder, elas fazem existir o que não

se pode ver. Mas este autor também salienta que, além da função de véu, as imagens demonstram uma atividade inédita que questiona a participação do que é visível. Nesse sentido, o que se diz é de uma independência das imagens, que também olham, ganhando certa consistência da ordem do real, que faz com que o imaginário também ganhe sua transparência.

Pode-se pensar, nesse sentido, que o vazio, deixado pelo enfraquecimento dos ideais, fez das imagens um meio pelo qual os sujeitos tentam construir um lugar sem faltas e, a partir delas, moldar um novo ideal. E a imagem também tornou-se um meio ativo pelo qual o sujeito tenta olhar mais-ainda.

A VISÃO IMAGINÁRIA, O OLHAR INAPREENSÍVEL E O ABSOLUTO CONTEMPORÂNEO

Em certo momento de seu ensino, Lacan (1964/2008, p. 78) afirmou que “somos seres olhados no espetáculo do mundo”; logo, há que se pensar sobre o estatuto do olhar na sociedade do espetáculo. Tal afirmação propicia retomar Debord (1992/2017), no momento em que ele assinala a função de olho como um cristal em que raios atravessam formando um inventário visual, fazendo emergir uma aura obscura a partir de uma impenetrável selva de imagens. Ou seja, há algo da imagem que não pode ser olhado, permanecendo enigmático e, por isso, obscuro. A tela (dos *gadgets*, como pode-se pensar) passa, nessa conjuntura, a absorver o olhar do indivíduo e, conseqüentemente, o olho passou a desconsiderar e esquecer o que não é de acordo ao que o corpo se adaptou. A partir disso, Debord (1992/2017, p. 26) questiona-se acerca de qual é o sentido de se ter acesso à visão, já que o indivíduo está inserido em um drama visual que é cheio de máscaras. E responde afirmando que, para além da visão, é preciso de educação para que realmente se possa ver, demarcando, portanto, a necessidade de se ir além do que é visível para interpretar o que se vê. Alerta, inclusive, sobre a época atual: “o sintoma de nossa época evidencia-se no fato de que somos observados – e observamos – o tempo todo”.

Além de Debord, o filósofo Didi-Huberman (1998) trabalha esta temática. Em seu livro *O que vemos, o que nos olha*, ele demarca que é aquilo que nos olha que faz valer o que vemos e, sendo assim, o ato de ver é algo que envolve dois e se abre em dois, dado que há algo entre aquilo

que vemos e que está diante de nós, havendo sempre uma outra coisa que nos olha. Argumenta que é por meio da linguagem que os nossos olhares têm acesso ao visível, sendo algo paradoxal, uma vez que a linguagem não pode ser vista. Dessa forma, ele considera que há alguma coisa que escapa ao olhar e, portanto, para ver é preciso fechar os olhos. Isso porque há algo da visão que remete a uma experiência tátil, de tocar o obstáculo que está diante de nós, porém esse obstáculo é feito de vazios. Assim ele propõe: “devemos fechar os olhos para ver quando o ato de ver nos remete, nos abre um vazio que nos olha, nos concerne e, em certo sentido, nos constitui” (p. 31). Introduce, então, a noção de aura como um vazio que é necessário entre o que vemos e o que nos olha, como um não-lugar que vai vincular as esferas envolvidas. E, afinal, já que para ver fechamos os olhos, devemos abrir os olhos para experimentar o que não vemos.

Mas, como se sabe, antes deles Freud já havia se atentado a esse tema, fazendo formulações acerca do campo escópico no qual incluiu uma pulsão. Lacan, posteriormente, ainda elaborou outras questões em torno desse campo, retomando inclusive pensamentos filosóficos. No *Seminário 11* (1964/2008) ele citou, dentre outros filósofos, Merleau-Ponty, Platão e Sartre. Ele retomou o livro *O Visível e o Invisível*, de Merleau-Ponty, adentrando a respeito da fenomenologia da percepção, que remetia a uma regulação da forma que inclui, para além do olho do sujeito, todo um campo de intencionalidade que é formado através de uma presença constitutiva. Em Platão ele reconheceu o início do pensamento de que a estética passou a dominar o campo das ideias. Já em Sartre ele retomou seus ensinamentos de que o olhar é algo pelo qual somos surpreendidos, uma vez que ele muda todas as perspectivas. Foi nesse mesmo *Seminário* que ele, inclusive, formalizou o olhar enquanto objeto *a*. Nesse caminho aconteceram, portanto, pontuações importantes que cabem retomar, neste momento, ainda que brevemente.

É nos *Seminários 10 e 11* que Lacan teoriza sobre o objeto-olhar fazendo, também, um retorno a Freud. Vale lembrar que Freud (1905/1976) teorizou a pulsão escópica em dois tempos, divididos entre o ativo (sujeito) e passivo (objeto): o prazer de olhar e o prazer de exibição. Posteriormente, ele (1915/1976) formulou que, na ideia de pulsão, há a noção de um objeto através do qual ela pode alcançar satisfação. Scheinkman (1995)

relembra seus leitores, no livro *Da Pulsão Escópica ao Olhar*, e os ajuda a compreender que Lacan reformulou a teorização da pulsão escópica, colocando-a enquanto algo que contorna o olhar e constitui um objeto ativo. Nesse sentido, olhar para o outro é anterior a ser olhado pelo outro, o que constituirá a circularidade da pulsão em torno do ver e ser visto. No plano pulsional, trata-se de fazer-se ver e, quando o sujeito se faz ver, ele constitui um lugar para si. Ou seja, quem é olhado se torna sujeito a partir do olhar de quem o olha; portanto, é a partir dessa dialética entre o Outro e o objeto que o sujeito ganha seu lugar e seu estatuto havendo, ao mesmo tempo, a constituição do objeto e o aparecimento do sujeito. O olhar estará, pois, do lado desse novo sujeito que desempenha um papel de objeto, para que possa fazer-se ver. Desse ângulo, torna-se mais fácil entender as considerações lacanianas acerca do olhar enquanto objeto *a*, operador do nascimento do sujeito. Diante dessa conjuntura, ele ainda assinala, no *Seminário 11*, que o campo escópico é um entre-dois, pois só é possível olhar de um ponto, mas somos olhados por todas as partes, o que é similar às ideias de Didi-Humberman.

Em meio a essas considerações, Lacan (1964/2008) marca uma diferenciação entre a visão e o olhar. Em referência ao *Seminário 11* pode-se dizer, de forma concisa, que é a partir das falhas da visão que o olhar emerge, ou seja, onde não há visão, surge o olhar. Uma das principais diferenças entre visão e olhar pode ser posta, inclusive, da seguinte forma: quem vê é o eu e quem olha é o sujeito do inconsciente.

Sobre a visão, tal como Lacan (1964/2008) assinala, ela se ordena na função das imagens, a partir de um ponto geometral que envolve duas unidades no espaço. O ponto geometral, nessa perspectiva, pode ser pensado como um método que determina a imagem, tendo o papel de trajeto de luz. Há, então, um espaço geometral da visão que inclui partes imaginárias de dentro do espaço virtual do espelho, sendo algo que pode ser imaginável. Ele coloca que, a partir da função da visão, o olhar vai ser esboçado como tal. O domínio geometral é, assim sendo, uma luz que dá um fio que nos conecta a cada ponto do objeto, tendo em vista que a luz se propaga em linha reta. A luz, porém, também refrata e, da mesma forma, o olho é algo que transborda. Mas como apreender, então, algo que nos escapa? Ele se questiona e responde que a visão se situa em um

espaço que não é essencialmente visual, pois a aparência do ser não está nessa linha reta, e sim em um ponto luminoso. A relação geometral é, portanto, algo que é ambíguo e não dominado de forma alguma pelo sujeito, apreendendo-o e solicitando-o a cada instante.

Nasio (1995), leitor de Lacan, salienta algumas questões relativas à visão, facilitando sua compreensão. Em seu livro *O olhar em Psicanálise*, ele faz um apanhado de vários seminários, realizados em Buenos Aires, em torno desse tema. Como esclarece, a visão ordena-se na função das imagens e o que vê as imagens é o eu ideal, que é configurado no imaginário, pois nele o eu é a imagem. O eu, entretanto, não percebe todas as imagens, apenas aquelas em que se reconhece, que refletem o que ele é e que adquirem um certo sentido, conhecidas como imagens prenantes. Um dos exemplos destas imagens é o outro, o semelhante. Com efeito, o eu alimenta-se da imagem do semelhante, fazendo com que ela o componha, constantemente. Mas, a imagem prenada está carregada de idealidade, isto é, de como o eu se reconhece e espera ser reconhecido. Com ela, ele ainda se compara, na busca de conseguir prever, de antecipar algo. Por isso, pode-se dizer que no campo da visão não há elemento algum de surpresa. Mas, também vale ressaltar, que a imagem se desenvolve a partir do falo imaginário, implicando o gozo, dado que o falo imaginário ao mesmo tempo que encobre o gozo, lhe dá luz. No mundo imaginário, portanto, há um objeto e um gozo que dá consistência às imagens. Percebe-se, pois, a complexidade envolvida no ato de ver.

Em relação às especificidades do olhar, Lacan (1964/2008) pontua que ele é um dar-a-ver, uma vez que a percepção não está nos sujeitos, mas sobre os objetos. Mesmo assim, os sujeitos se percebem em um mundo que parece depender da percepção, do vejo-me ver-me, que aparenta dizer que as representações lhes pertencem. Sendo assim, há ilusão de ver-se vendo-se e, por isso, há algo que escapa, sendo inapreensível. O olhar, diferentemente da visão, surpreende, desorienta e desmonta. Além disso, há ainda a existência de uma esquizo, que é instaurada nesse percurso, mas ela não se dá entre o visível e o invisível, e sim entre o olho e o olhar, dado que se manifesta no nível do campo escópico. O mundo é *onivoyeur*, por provocar o nosso olhar, mas, quando isso acontece, causa sentimento de estranheza. Lacan constata,

assim sendo, que há algo do olhar que não apenas olha, mas que também mostra. Nessa construção, ainda pontua a noção de mancha, posta no campo escópico, que se relaciona à função do olho, sendo algo que sempre escapa à visão. Nesse sentido, nota-se que no próprio olhar há um estranhamento, que pode se relacionar à ideia de êxtimo. E, nos dias atuais, o olhar ainda se volta mais-ainda ao íntimo, cabendo pensar que no próprio ato de olhar e ser olhado se instaura algo da extimidade.

Nesse caminho, Lacan (1964/2008, p. 102) assinala que a função de um quadro tem relação com o olhar, pois é como se o pintor se indagasse: “queres olhar? Pois bem, veja então isso!”. E, assim, oferece algo como miragem para o olho. O quadro é apresentado para o sujeito depositar ali o seu olhar, comportando uma ideia de abandono. Semelhante às suas construções acerca do amor, que é fundamentalmente insatisfatório e sempre faltoso, neste momento Lacan afirma: “*Jamais me olhas lá de onde te vejo. Inversamente, o que eu olho não é jamais o que quero ver*” (p. 104). Logo, para além de uma satisfação, o olhar é uma ação, que agarra o sujeito e ali o prende.

Nesse momento, convém retomar mais uma vez Nasio (1995), visto que ele traz contribuições acerca do olhar. Como comenta, o olhar vai se desenvolver e surgir a partir do contexto da visão, mas o gozo de olhar e o ato de olhar só podem acontecer dentro de condições muito específicas próprias da visão, a fascinação. Ela diz dos momentos de falha da visão que faz tudo desaparecer em favor do falo imaginário tal como ele é (imagem fálica sem coberturas) e, por ser uma imagem transparente à luz, ela também pode ser chamada de gozo. Pode-se dizer, então, que a fascinação é uma experiência que se dá no limite do imaginário, mas onde todo esse mundo imaginário desaparece: o eu não é mais o eu, e sim mais eu do que nunca, por revelar sua essência radical: sua imagem sexual. É nesse momento que somos fascinados e, portanto, é aí que se pode olhar.

Tendo em vista essas elaborações, entende-se que há algo do olhar que não se apreende, uma vez que ele surpreende e surge quando não se pode mais ver. Ele é, além de tudo, um objeto no qual se encontra ali uma pulsão que circula nas posições de olhar e ser olhado, provocando uma satisfação, da ordem do gozo, por se fazer-ver.

No que tange a certas implicações e transformações, na atualidade, Wajacman (2019) compreende que, como o discurso científico busca tudo saber e tudo responder, o Outro passou a desejar tudo-ver, tornando-se invasivo. E, ao se pensar na pluralização desse Outro, pode-se inferir que esses olhares também se pluralizam, tornando-se inúmeros, o que pode ser até representado pelas diversas câmeras de aparelhos que nos captam. Com efeito, o olhar do mestre tornou-se ilimitado e intrusivo, apoiando-se na ciência e na tecnologia. Assim sendo, o mestre hipermoderno virou uma máquina do tudo-ver e, diante disso, o poder se centra no olhar, desencadeando uma hipervigilância. O olhar, então, também é castrado da sua possibilidade de provocar vergonha fazendo, na verdade, com que o gozo se desperte. Por isso, torna-se importante construir um limite, a partir do qual a lei opera protegendo o privado. Mas, como já colocado, os sujeitos estão cada vez mais desvelados, a partir de imagens transparentes que enfraquecem a barreira do privado e expõem sua intimidade. Isso também é impulsionado pelo fantasma da ciência, que busca um sujeito transparente para tudo conhecer, calcular e prever. A ciência e o mestre contemporâneo estão alheios ao fato de que nem tudo pode ser visto, já que há um ponto de real que esbarra no impossível.

O psicanalista Veras (2018) traz outras importantes considerações acerca do assunto. Ele afirma que, na atualidade, podemos ter o objeto olhar em nosso bolso, uma vez que existe um novo tipo de autorretrato – o *selfie* – que se torna possível através dos *smartphones*. O olhar de bolso funciona, muitas vezes, de forma compulsória na busca de refazer sua presença na cena. Logo, os *gadgets* passaram a dominar o cenário, servindo de uma plataforma que nos conecta ao Outro virtual. Como consequência, a relação entre a tecnologia e o corpo passa a ser sem interseções, sem separações e sem cortes. Ou seja, o mundo virtual permite que encontremos, “no final dos braços”, uma possível conexão com o outro, como uma forma de fazer-se ver. Pode-se dizer, ainda, que o *selfie* surge como uma defesa contra o que há de vago no real desse olhar – o objeto *a* –, o que evidencia uma conversão do inapreensível do olhar em uma materialização de objeto tecnológico. Articulado à lógica do capital, no ambiente virtual o objeto nunca falta, possibilitando que a pulsão encontre sua satisfação sem obstáculos. Os sujeitos, como

consequência, iludem-se na dialética dos objetos virtuais que satisfazem, acreditando que é possível gozar sem frustrações.

Em vista disso, pode-se pensar que, na atualidade, o objeto olhar está mais acessível, tornando-se absoluto, isto é, sem cortes e sem faltas. O olhar absoluto no campo do excesso permite, ainda, um encontro desregulado com o gozo, que busca contornar a falta. Não é só o olhar do Outro, no entanto, que passa a ser mais absoluto, mas também os sujeitos passam a quebrar barreiras através de objetos tecnológicos na busca de obter esse olhar e o gozo que o circunda. Pode-se pensar que, além de um gozo, talvez seja nesses olhares excessivos e em suas hiperexposições que os sujeitos, da atualidade, tentam encontrar uma consistência do seu próprio ser, uma vez que o declínio do simbólico e a queda dos ideais os deixam desamparados na busca de uma resposta para a pergunta fundamental acerca de quem se é. Por conseguinte, os sujeitos tentam encontrar um certo amparo no mundo virtual, que acaba por convocá-los a gozar sem limites.

OS NOVOS ESPAÇOS VIRTUAIS-SOCIAIS, AS IMAGENS-TODAS E AS RESPOSTAS FRENTE AO DESENCONTRO COM O OUTRO

Convém, neste momento, salientar as dinâmicas do mundo virtual e, mais especificamente, das redes sociais, uma vez que a virtualidade faz parte da realidade social e, inclusive, reforça o espetáculo, a hiperexposição e o olhar absoluto. Trata-se, também, de um espaço que dispõe um novo modo de gozo, dado que há um mais-de-mostrar e um mais-de-olhar, que é impulsionado por um mais-de-conectar, possibilitado pelos espaços virtuais-sociais.

Tapias (2016), filósofo, político espanhol e professor universitário, adverte seus leitores acerca da existência de um terceiro ambiente para além da natureza e da cultura, chamado tecnosfera ou infosfera, que se sobrepõem esses outros ambientes, afetando e transformando tudo que neles ocorre. A cultura digital, assim sendo, naturalizou-se no cotidiano e ficou cada vez mais invisível, por ser cada vez menos separada da nossa existência. Ele considera que não há mais uma divisão entre real e virtual, já que a virtualidade faz parte da realidade e, por isso, o que se pode dizer é apenas de uma dicotomia entre virtual e presencial.

Nos ensinamentos de Debord (1992/2017), há o alerta para o fato de que as extensões midiáticas transformaram o corpo para além da carne e do osso. Isso possibilitou uma maior conexão com o espetáculo, fazendo com que as alienações pudessem ser impostas e reconstituídas cotidianamente. Em vista disso, adverte que o espetáculo passa a introjetar “doses calibradas de gozo” (p. 24), que vislumbra um mundo de consumo prometido. Nesse sentido, é possível notar como os espaços midiáticos colocam o espetáculo presente em cena constantemente, tornando o gozo ainda mais acessível a partir de um espaço que contribui com o domínio ideológico e social, possibilitando que suas conseqüentes postulações sejam frequentemente introjetadas pelo sujeito.

Logo, nota-se como o ambiente virtual enfraquece o desejo dos sujeitos, o que não é ignorado por Veras (2018), que o vê marcado pela demanda. No *Seminário 19*, Lacan (1972/2012, p.79) caracteriza a demanda como um pedido que depois é recusado. É o momento em que aparece a famosa frase “peço-te que recuses o que te ofereço porque: não é isso”. A demanda é, por conseguinte, um processo que retorna a si mesmo, ou seja, quando se oferece algo é na esperança de que seja devolvido. Trata-se, assim, não daquilo que é ofertado, mas da oferta em si. O que a demanda busca alcançar é não poder situar o que vem a ser o objeto de desejo sendo, pois, o estado de alienação do desejo. Ou seja, diante disso pode-se inferir que no mundo virtual os indivíduos se prendem nas demandas e imperativos de gozo, o que enfraquece a singularidade do seu desejo, contribuindo para o apagamento do sujeito.

As contribuições de Miller (2015) também apontam para o fato de que o mundo virtual fez do saber, que antes era depositado no Outro, disponível mediante uma máquina automática que atende à demanda. Com isso, o saber não é mais objeto do Outro, estando disponível no “bolso” dos sujeitos, para se disporem quando demandarem. O fruto disso é uma autoerótica do saber, uma vez que ele não passa mais necessariamente pela relação com o Outro. E os discursos da atualidade também fazem existir, por meio dos *gadgets*, manipulações via transmissões de saber que escapam da voz do Pai. Ou seja, por intermédio dos discursos os sujeitos estão acessando um saber, mesmo que manipulado, por vias que ainda os convidam a um maior autocentramento, resultando em

um enfraquecimento dos laços sociais. Diante disso, cabe enfatizar que o mundo virtual reforça a inexistência do Outro, impulsionando uma posição autoerótica dos sujeitos o que, inclusive, os aprisiona em infinitas possibilidades tecnológicas, sem deixar espaço para a falta.

Facilmente podem-se constatar, além disso, novos significantes que foram surgindo com o uso das mídias sociais. Veras (2018) chama atenção, por exemplo, para “deletar”, “ficar” e “vácuo”. Os sujeitos começaram a usar o termo “deletar” para seus relacionamentos afetivos, a partir dos anos 1990, e “ficar” passou a ser algo que apenas aproxima os corpos, sem se fazer necessário um laço amoroso, ou seja, “ficar” passou a ser mais importante do que perdurar, desvinculado das narrativas amorosas do amor. O “vácuo”, por sua vez, mostra o vazio puro e perfeito, não havendo nada por detrás da máscara. Há, no entanto, outro significante crucial: “seguir”. Significante que diz da conexão do sujeito, de forma inédita, à vida do outro, vendo ali tudo que ele posta em seu perfil e, às vezes, o acompanhando para além da página virtual. O sujeito inspira-se no que é postado nas redes e imita modos de vida, estilos de roupas e hábitos, fazendo com que as páginas encontradas no ambiente virtual possam funcionar como um espelho identificatório. Esses novos significantes que emergiram no mundo virtual afetam, portanto, o laço social dos sujeitos, suas relações amorosas e os convocam a se alimentarem da imagem do outro, acompanhando suas postagens e os observando.

É possível dizer que um dos espaços nas redes sociais que mais impulsiona a quebra da barreira do íntimo e do privado são os *blogs*, uma vez que as pessoas passam a faturar com suas influências digitais. A imagem torna-se, nesse caso, explicitamente uma mercadoria, um objeto para ser consumido. É um espaço, portanto, onde as imagens transparentes (sem a barreira do íntimo, como já explicado) são impulsionadas. Convém contextualizar que os *blogs* tornaram-se uma produção cultural que surgiu com a difusão da internet, transformando os diários íntimos em diários públicos. A princípio, muitos *sites* divulgavam escritas particulares sobre temas de interesse do blogueiro; porém, essa dinâmica mudou e, na atualidade, há supremacia da imagem sobre a palavra.

Com o surgimento do *Orkut* e do *Facebook*, as fotos começaram a entrar mais em cena, como uma forma de narrativa. Foi com o *Instagram*,

entretanto, que elas se tornam central, já que toda postagem as necessita para ser efetuada. Trata-se de uma rede que funciona, pois, como uma plataforma de divulgação de imagens. Logo, as páginas no *Instagram*, em formato *blogs*, é algo que se multiplica de forma surpreendente no ciberespaço, mantendo um lugar de destaque na internet e, ainda, um lugar extremamente lucrativo.

Lima (2014) dedica-se, em seu livro *A Escrita Virtual na Adolescência*, a abordar a função da escrita no *blog*, para os adolescentes. Mas cabe pontuar que, como a escrita está perdendo lugar para a imagem, nos *blogs* deve-se levar isso em consideração. Por isso, quando a autora fala da escrita virtual, pensa-se que a imagem virtual está posta de forma análoga. Ela acredita que a produção de escrita é uma modalidade de refazer um laço social no lugar do laço perdido com o Outro da infância: família, escola e amigos. Argumenta, também, que o *blog* é uma construção simbólica que busca dizer sobre o encontro com o íntimo, com o real e com o estranho. Por tratar-se de algo íntimo e, ao mesmo tempo, estranho, pode-se pensar que ele está inserido em uma lógica da extimidade, já mencionada. O que está em pauta é um desejo de exteriorizar, para o outro, algo de si que, cada vez mais, implica em se mostrar ao invés de dizer. É preciso cuidado, no entanto, pois isto não quer dizer que as pessoas estão falando pouco. Como Wajacman (2019) adverte, elas também estão buscando tudo dizer, só que isso não é possível no campo da linguagem, uma vez que nele há sempre algo indizível. O fato é que, quando não se pode dizer, se mostra.

De acordo com Lima (2014), o *blog* pode ser também uma resposta do sujeito diante das faltas que permeiam o encontro com o Outro. Trata-se, portanto, da construção de um romance através de uma narrativa em que se busca responder àquilo que vem do campo do Outro, e que é interpretado pelo sujeito. Modo de funcionamento por meio do que Lacan chamou de discurso histérico, “que mostra o sujeito dividido em posição de agente, que, ao interrogar o outro sobre o desejo, escreve um romance e termina por se tornar um personagem do romance que é sua própria vida” (LIMA, 2014, p. 21-22). Nesse sentido, o *blog* pode ser pensado como um sintoma que faz laço social.

A escrita de um romance pode ser, porém, também uma escrita de gozo, o que sinaliza, segundo Lima (2014), a existência de três tipos

de *blog*: um que está inserido na dimensão do romance na busca de estabelecer um sentido possível para a falta de sentido, havendo uma função significante e uma mensagem que se configura na forma de discurso histérico; outro que está na dimensão do apagamento do sujeito, se revelando através de imagens obscenas e agressivas, que se configuram no sem sentido e que se prendem no gozo; e aquele em que há uma dimensão narcísica, que não faz laço social, sendo uma escrita que chega a ter um endereçamento, mas acaba por fechar-se em si mesma.

Nessa conjuntura, pode-se pensar que o mundo virtual e a rede social estimulam e impulsionam o mais-ainda, na busca de um lugar sem faltas e furos, tentando bancar o impossível do encontro com o Outro. Eis um empenho para o “tudo” (sem faltas): tudo-dizer, tudo-mostrar e tudo-ver, que desencadeiam, portanto, na hiperexposição e na hipervigilância. Rompe-se, dessa forma, a fronteira do íntimo e estimula-se o desvelamento da imagem, tornando-a transparente. Trata-se, possivelmente, de uma tentativa de o sujeito fazer-se ver e, talvez, encontrar aí uma unidade para além do espelho. E, nesse espaço, os blogs ainda são disseminados na tentativa de construção de um lugar e de um saber, que tenta colocar o Outro em cena, porém sem êxito. Isso ainda contribui com o impulsionamento do gozo que ganha novos espaços para ser disseminado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o que se escreveu até aqui, não há como ignorar que olhar para o mundo das imagens é ver que, com a ascendência do imaginário, elas têm tido valor de mercadoria tentando dizer o indizível. E o sujeito é, então, imerso em alienações, na busca de fazer-ver, ser olhado, para existir. Como consequência, ocorre seu autocentramento em uma dimensão hipernarcísica e solitária, o enfraquecendo dos laços sociais e do desejo, que termina por afogá-lo em imperativo de demandas e gozo ilimitado. O sujeito é impulsionado a se objetificar, a tornar-se *gadget* que se prolifera nos espaços virtuais-sociais, a partir de onde encontram um lugar ilusório de imagens-*todas*, tamponadoras da falta, tentando fazer possível o impossível.

A época de desvelamento também revela que a transparência se torna um meio pelo qual o sujeito tenta encarnar o Outro, ao se mostrar para si próprio e, desde ali, olhar-se. O sujeito tenta, assim, ser mais-ainda, além de si. O mais-de-gozar ganha, com isso, um mais-de-lugar que, no virtual, impulsiona a transcendência de certas barreiras, não só do mundo físico, mas também do íntimo. E, ao se pensar sobre os ensinamentos psicanalíticos acerca da imagem, a sua transparência revela sua essência fálica, quando exposta, sem coberturas, puro gozo. Nesse sentido, trata-se de um mundo fascinado pelo imaginário, mas é no fascínio que o seu limite se dissolve, fazendo com que o gozo retorne no real.

Mas, tal como Miller (2013, p.13) salienta, acontecimentos como estes não querem dizer que o registro simbólico, ordenador da realidade, não exista atualmente. É possível afirmar que ele é dominado pelo imaginário, sem conseguir atravessá-lo dialeticamente, tal como foi proposto no esquema “L”, de Lacan. É preciso, portanto, apostar no real que, por não ter estrutura ficcional, protege os sujeitos dos semblantes e das alucinações. Nesse sentido, “a inexistência do Outro não é contrária ao real, e sim correlativa a ele”. Nesse caso, não se trata do real do discurso da ciência, nem dos semblantes deixados por ele, mas do real que o inconsciente testemunha. E esse real é justamente da ordem do indizível, o que pode ajudar os sujeitos a sustentarem os limites e os furos da linguagem e do saber, apreendendo que não há como tudo-dizer, tudo-mostrar e tudo-ver.

Por falar-se do contemporâneo na noção de mundo, vale a pena aqui relembrar Hanna Arendt, em pontos que Figueiredo (2004, p.133) escolheu tão bem. Ela pensava o mundo como “algo comum a muitos”, algo que está entre muitos, separando-os e unindo-os. Em sua objetividade, ele só nasce e se torna compreensível pela liberdade de uns com os outros falarem sobre ele. Na atualidade deste mundo que habitamos, os sujeitos estão por aí, como se nota, tentando fazer com que a imagem valha mais que mil palavras.

REFERÊNCIAS

- Bassols, M (2014). *Sociedade da transparência, opacidade da intimidade*. Construções ao debate para o Fórum de Torino da Scuola Lacaniana de Psicoanálisis. Agosto, 2014. Recuperado de <http://www.ebpbahia.com.br/jornadas/2018/2018/07/19/sociedade-da-transparencia-opacidade-da-intimidade/>
- Birman, J. (1999). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Bleichmar, S. (2003). *Conferência “Acerca de la Subjetividad”*. Rosario. Recuperado a partir de <http://seminario-rs.gc-rosario.com.ar/conf-silvia-bleichmar-30-07-2003>
- Debord, G. (1992). *A Sociedade do Espetáculo*. E. S. Abreu (Trad.). (2a ed.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2017. (Publicado originalmente em 1992).
- Didi-Humberman, G. (1998). A inelutável cisão do ver. In: Georges Didi-Humberman. Paulo Neves (Trad.) *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: 34, 1998. 264p.
- Figueiredo, V. (2004). A Desconstrução da Filosofia Política. In A. Duarte, C. Lopreato, M. B. Magalhães (Orgs.). *A banalização da violência: atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 127-134.
- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Edição Standard Brasileira das obras completas (Vol. 7)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Publicado originalmente em 1905).
- Freud, S. (1915) Os instintos e suas vicissitudes. *Edição Standard Brasileira das obras completas (Vol. 14)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Publicado originalmente em 1915).
- Lacan, J. (1949). O estádio do espelho como formador das funções do eu. In J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Publicado originalmente em 1949).
- Lacan, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, V. Ribeiro (Trad.). *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (Publicado originalmente em 1953).
- Lacan, J. (1964). Do olhar como objeto a minúsculo. In J. Lacan, M. D. Magno (Trads.). *O Seminário (Vol. 11)*. (pp. 70-119). Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Publicado originalmente em 1964).

- Lacan, J. (1970). Radiofonia. In J. Lacan. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Publicado originalmente em 1970).
- Lacan, J. (1972). Peço-te Que Me Recuses o Que Te Ofereço. In J. Lacan. V. Ribeiro (Trad.). *O Seminário (Vol. 19)*. (pp. 78-90). Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (Publicado originalmente em 1972).
- Laurent, E. (2017) Afectos y pasiones del cuerpo social. *El psicoanálisis*, 30(31), 303-313, 2017.
- Lima, N. L. (2014). *A Escrita Virtual na Adolescência: uma leitura psicanalítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- Miller, J. A. (2010). *Extimidad*. Los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miller. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- Miller, J. A. (2011). Instituições Milanesas II. *Opção Lacaniana online*. 2 (6), p. 1-21, 2011.
- Miller, J. A. (2013). United Symptoms. In J. A. Miller. *El Otro que no existe y sus comités de ética*. (pp. 9-29). Buenos Aires: Paidós, 2013. (Publicado originalmente em 20 de novembro de 1996).
- Miller, J. A. (2015). *Em direção à adolescência*. C. Vidigal & B. Albuquerque (Trad.). Santiago, A. L. (Revisão). Belo Horizonte: EBP-MG. Recuperado <http://minascomlacan.com.br/publicacoes/em-direcao-a-adolescencia/>
- Nasio, J. D. (1995) *O olhar em Psicanálise*. V. Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 126p, 1995.
- Ons, S. (2016). Nuevos fenómenos de massa, In M. Bassols & E. Laurent, *Mutaciones del sujeto contemporáneo*, Buenos Aires, Grama, 2016.
- Scheinkman, D. (1995) *Da pulsão Escópica ao Olhar: um percurso, uma esquizo*. V. Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 109 p, 1995.
- Sibília, P. (2016) EU, eu, eu...você e todos nós. In P. Sibília. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. (pp. 13-53). Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- Soler, C. (2004-2005). *El síntoma y el analista*. Curso 2004-2005, Formation cliniques du Champ lacanien, Collège Clinique de Paris.
- Tapias, J. A. P. (2016). Novas tecnologias em tempos de pós modernidade. In J. A. P. Tapias. M. S. Gonçalves & A. Sobral (Trad.). *Internautas e naufrágios: a busca do sentido na cultura digital*. (pp. 39-86). São Paulo: Edições Loyola, 2016.

- Tarrab, M. (2018) De las imágenes al horror. In M. Tarrab. *La mirada de las imágenes y otros textos psicoanalíticos*. (pp. 10-77). Olivos, Grama Ediciones, 2018.
- Veras, M. F. A. dos S. (2018) *Selfie, logo existo: posts psicoanalíticos (baseados em fatos reais)*. Salvador: Corrupio, 288p, 2018.
- Wajacman, G. (2019). As fronteiras do íntimo: íntimo exposto, íntimo extorquido. *Agente: Revista de Psicanálise*, 19(18), Salvador: EBP/BA, 41-61, 2019.

Recebido em 12 de agosto de 2020

Aceito para publicação em 15 de outubro de 2020

CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O RISCO NA ADOLESCÊNCIA: RELAÇÕES ENTRE A APOSTA DE PASCAL E AS “FIGURAS DIABÓLICAS” NA LITERATURA

*Carlos Roberto Drawin**
*Jacqueline de Oliveira Moreira***
*Andréa Maris Campos Guerra****
*Nádia Laguárdia de Lima*****
*Patricia da Silva Gomes******

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a leitura lacaniana da Aposta de Pascal e sobre a dimensão do desejo, destacando as condutas de risco da adolescência e, especialmente, aquilo que muitas vezes é colocado sob o nome

* Professor do Programa de Pós-graduação em Filosofia da FAJE, Professor Aposentado do Departamento de Filosofia da UFMG. Doutor e Mestre em Filosofia UFMG.

** Professora da Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Mestre em Filosofia pela UFMG. Psicanalista. Bolsista Produtividade CNPq PQ1D.

*** Psicanalista e Professora no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde coordena o Núcleo @PSILACS (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo). Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) com Estudos Aprofundados na Université de Rennes 2 (França). Coordenadora do Projeto Psicanálise e Decolonização com a Editora n-1. Membro-fundadora da Rede RICA (Rede Internacional de Investigação em Psicanálise e Criminologia), do GT Psicanálise, Clínica e Política da Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia (ANPEPP), da Rede Interamericana de Pesquisa e Psicanálise e Política (REDIPPOL) e da Rede Internacional Coletivo Amarrações.

**** Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em psicologia pela UFMG, mestrado e doutorado em Educação pela UFMG. Possui pós-doutorado em psicanálise pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o grupo de pesquisa: Além da Tela: psicanálise e cultura digital, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

***** Psicóloga pela PUC-Minas, Psicanalista, Especialista em Psicologia Clínica pelo CFP, Mestre e Doutoranda em Psicologia - Estudos Psicanalíticos pela UFMG. Integrante do grupo de pesquisa: Além da Tela: psicanálise e Cultura Digital, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da UFMG.

de uma tentação diabólica. Neste percurso buscou-se uma aproximação entre psicanálise e literatura, utilizando-se de textos cujos personagens entregam suas almas em pactos diabólicos, como as obras *O diabo Enamorado*, de Cazotte (1772), *O Fausto*, de Goethe (1790-1832), *O Mandarin* (1880), de Eça de Queiroz, *Grande Sertão Veredas* (1956), de Guimarães Rosa e *Os demônios* (1871), de Dostoiévski. Para apontarmos como o desejo pode se articular pela via das tentações inconscientes, aproximamo-nos das lógicas das figuras diabólicas e, por meio das narrativas dos adolescentes, estabelecemos a sua possível relação com o luto impossível, a recorrência do tédio, o preço da riqueza, a afirmação viril e a disposição da revolta.

Palavras-chave: Psicanálise, Adolescência, Literatura, Risco, Pacto Diabólico.

PSYCHOANALYTIC CONSIDERATIONS ABOUT RISK IN ADOLESCENCE: RELATIONS BETWEEN PASCAL'S BET AND "DIABOLICAL FIGURES" IN LITERATURE

ABSTRACT

*This article presents a discussion on the Lacanian reading of Pascal's Bet and on the dimension of desire, highlighting the risk behaviors of adolescence and, especially, what is often placed under the name of a diabolic temptation. In this path, an approximation between psychoanalysis and literature was sought using texts whose characters give their souls in diabolical pacts, such as the works *The Devil in Love*, by Cazotte (1772), *Faust*, by Goethe (1790-1832), *The Mandarin* (1880), by Eça de Queiroz, *Grande Sertão Veredas* (1956), by Guimarães Rosa and *Demons* (1871), by Dostoiévski. In order to point out how desire can be articulated through unconscious temptations, we approach the logic of diabolic figures, and, through the adolescents' narratives, we establish their possible relationship with impossible mourning, the recurrence of boredom, the price of wealth, the manly statement and the disposition of the revolt.*

Keywords: Psychoanalysis, Adolescence, Literature, Risk, Diabolic Pact.

L'ABORD PSYCHANALYTIQUE DE LA CRISE D'ADOLESCENCE: APPORTS DE LA PROBLÉMATIQUE DU PARI ET DES FIGURES DE LA "TENTATION DIABOLIQUE"

RÉSUMÉ

Cet article présente une réflexion sur la lecture lacanienne du pari de Pascal et sur la dimension du désir, mettant en évidence les comportements à risque de l'adolescence et, surtout, ce qui est souvent nommé comme tentation

diabolique ou défini comme tentation diabolique. Dans ce parcours, une approximation entre la psychanalyse et la littérature a été cherchée à l'aide de textes dont les personnages livrent leurs âmes à travers les pactes diaboliques, tels comme les œuvres Le Diable amoureux, de Cazotte (1772), Faust, de Goethe (1790-1832), Le Mandarin (1880), de Eça de Queiroz, Grande Sertão Veredas (1956) de Guimarães Rosa et Les Démons (1871), de Dostoïevski. Afin de montrer comment le désir peut s'articuler à travers les tentations inconscientes, nous abordons la logique des figures diaboliques et, à travers les récits des adolescents, nous établissons leur possible relation avec le deuil impossible, la récurrence de l'ennui, le prix de la richesse, l'affirmation virile et la disposition de la révolte.

Mot clé: Psychanalyse, Adolescence, Littérature, Risque, Pacte diabolique.

1 INTRODUÇÃO

Lacan retoma por diferentes vias a experiência do inconsciente freudiano, especialmente após o corte que o estruturalismo e as teorias da linguagem introduziram no pensamento ocidental. Foi nessa direção que ele retomou a leitura da aposta de Pascal, para cernir o que está em jogo nos impasses do desejo. Especificamente na adolescência a passagem para a vida adulta interroga a dimensão desejante e articula-se, muitas vezes, sob o nome de tentação diabólica. Assim, após entendermos a aposta de Pascal e a incidência do risco na adolescência, deter-nos-emos na maneira como o desejo articula-se pela via das tentações inconscientes – aqui figuradas como o diabo, mais detidamente como pacto diabólico –, para, na sequência, com a Literatura, encontrarmos algumas de suas possíveis lógicas.

2 A APOSTA DE PASCAL

A aposta de Pascal, precursora da teoria dos jogos, implica em um argumento decisório assentado em uma teoria de probabilidades. Ela assenta-se na renúncia aos prazeres como princípio jansenista da vida cristã na era moderna¹. Trata-se de uma lógica probabilística que organiza o campo de escolhas de um sujeito, a partir de uma tomada de decisão em relação aos prazeres mundanos. Na aposta de Pascal, Deus é uma presença central, a partir da qual uma escolha deverá ser feita pelo homem em relação ao modo de vida a se levar. O argumento lógico pode ser assim resumido:

- se você acredita em Deus e estiver certo, você terá um ganho infinito;
- se você acredita em Deus e estiver errado, você terá uma perda finita;
- se você não acredita em Deus e estiver certo, você terá um ganho finito;
- se você não acredita em Deus e estiver errado, você terá uma perda infinita.

Dessa maneira, é sempre melhor seguir os preceitos divinos. Se o seguimos, a perda é finita, sendo o ganho infinito: o paraíso. Do contrário, é a perda que se infinitiza na figura do inferno. O argumento, colocado em uma fórmula lógica, pode ser assim apresentado, conforme a figura 1:

	Deus existe (G)	Deus não existe (¬G)
Acreditar (B)	+∞ (ganho infinito)	-1 (perda finita — 1 vida)
Não acreditar (¬B)	-∞ (perda infinita)	+1 (ganho finito — 1 vida)

Fig. 1

Na passagem do moderno para o período pós-moderno, a questão não gira mais em torno da existência ou não de Deus, mas sim em torno da escolha racional humana, ainda que ela possa estar assentada na fé. Como lembra Lacan (1968-1969/2008, p. 101), Deus é, e o que resta saber é o que é e se o sujeito existe – já que o *eu* não corresponde ao sujeito. Não se inquire mais sobre a existência ou não existência de Deus. Para Pascal, em seu pensamento 233², a miserabilidade é uma espécie de atestado da condição humana face à grandeza de Deus. “Deus existe ou não existe? Para que lado nos inclinaremos? A razão não o pode determinar [...] Em que apostareis?” (Chauí, 1988, p. 95). Mas é preciso apostar, segue Pascal, qual escolhereis então? Para ele, será preciso renunciar à razão para guardar a vida, renunciar aos prazeres terrenos para se ganhar o paraíso eterno.

Ora, por que Lacan retoma Pascal justo quanto à aposta? Pois ele sabe, de um lado, que o significante comporta, assim como o jogo, um certo número de lances dentro de certas regras e, por outro lado, que há uma vida a cujo gozo se renuncia para fazer dela a aposta, para que não seja necessário renunciar à própria vida (1968-1969/2008, p. 115). Trata-se de uma aposta quanto ao valor da vida, quanto ao risco que se toma face ao desejo (de viver). Vejamos, passo a passo, como ele propõe matrizes à adolescência uma feição própria, como veremos logo em seguida³.

A primeira matriz (Lacan, 1968-1969/2008, p. 143) presente na Figura 2 comporta as seguintes possibilidades, dispostas na primeira e na segunda linhas, respectivamente:

A	0	∞
\bar{A}	<i>a</i>	0

Fig. 2

a) Se Deus existir: Lacan toma esse exemplo como caso A, inscrevendo na matriz um 0, e justifica que, para que tal condição se satisfaça, é preciso a observação dos mandamentos divinos e a renúncia ao prazer, em prol de uma “infinidade de vidas prometidas, infinitamente felizes” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 153).

b) Se Deus não existir: Supondo-se que Deus não exista, teríamos o A barrado. Neste caso, o sujeito do jogo é escrito como *a*, ou seja, como aquele que conhece a felicidade limitada que esta vida lhe oferece em razão da inexistência de Deus. Assim, o sujeito não espera algo de outra vida.

Lacan assinala que esse tipo de inscrição teria um caráter frágil se considerado à luz da teoria dos jogos: uma vez que precisaríamos de dois adversários jogando e o Outro, na figura de Deus, não participa disso... “enigmático, aquele de quem se trata, em suma, de sustentar ou não a aposta. Este deveria encontrar-se no lugar indicado por A e A barrado” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 153).

O autor ressalta o caráter paradoxal da ausência de Deus na aposta, que confunde o valor apostado com a existência do parceiro e, em decorrência disso, há uma escolha que se dá no nível da existência ou não de Deus: “o montante arriscado é idêntico à promessa” (p. 143). Segundo ele, a partir desse prisma, não há por que hesitar. Arriscamos ganhar o infinito ao apostar que Deus existe e isso não se compara ao ganho que obtemos ao apostar no seu contrário, que seria em *a*. E completa: “Mas essa certeza pode ser facilmente questionada, pois o que se ganhará, exatamente? O *a* não é definido com precisão” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 154). Nesse nível, não teríamos colocado em jogo a função do Outro

e a necessária separação que o sujeito deveria realizar em relação a Ele, perdendo algo, mas não a própria vida, para não permanecer alienado ao suposto desejo do Outro.

Lacan (1968-1969/2008, p. 154), na figura 3, propõe uma segunda matriz para tratar do que ele considera uma insuficiência da primeira, que desconsidera a possibilidade de existir um Eu que aposte contra o que pensa, ou seja, um Eu disjunto da Razão. Nessa configuração, mesmo que Deus exista, o sujeito pode querer apostar contra, escolhendo o a e perdendo o infinito ($a, -\infty$) (Lacan, 1968-1969/2008).

$$A \begin{array}{|c|c|} \hline 0, \infty & a, -\infty \\ \hline -a, 0 & a, 0 \\ \hline \end{array}$$

Fig. 3

Nesta matriz, a diagonal da esquerda superior para a direita inferior reproduz a anterior. Há, para Lacan, entretanto, outra variação para a aposta: o a pode ser abandonado mesmo que se suponha que Deus não exista. O a , nesse caso, aparece como negativo e aliado a um zero (Lacan, 1968-1969/2008). Assim também podemos ler a diagonal que vai do quadrante esquerdo inferior em direção ao quadrante superior direito, a partir de um Eu que aposta contra o que pensa. Nesse caso, se consideramos que Deus não existe, mas que o gozo se impõe em sua cadeia crescente e calculável na forma de a , definindo o circuito de repetição, a infinitude de vidas felizes, mesmo que desejada, permanece como perda; é, ela própria, abandonada. Essa infinitude de vidas felizes se perde e o sujeito atualiza o mal-estar pela via da repetição pulsional. A dimensão inconsciente do gozo não entrava na conta pascaliana.

A terceira matriz proposta é fruto da extração dos termos acrescentados na segunda: $a, -\infty, -a, 0$. Como veremos, ela implica em uma terceira possibilidade de leitura da aposta de Pascal que não se realiza a partir da existência ou não do parceiro divino ou, em termos psicanalíticos, da garantia do Outro. Assim, temos a figura 4 (Lacan, 1968-1969/2008, p. 155):

$$\Lambda \begin{array}{|c|c|} \hline a & -\infty \\ \hline -a & 0? \\ \hline \end{array}$$

Fig. 4

Nessa matriz, o zero é acompanhado por um ponto de interrogação e assume o valor de uma pergunta. Segundo Lacan, só importam para o jogador, que é o único sujeito que existe na aposta, o infinito e a finitude do a (Gomes, 2018). Podemos dizer que, nessa matriz, Lacan retira a função da existência do parceiro como garantidor, deslocando a escolha do nível da existência ou não de Deus, para a assunção pelo sujeito da responsabilidade sobre seu próprio desejo. Trata-se de o sujeito lançar sua aposta – não sem o Outro –, mas a partir de sua própria condição desejante, extraída da função da perda condensada logicamente no objeto a . Se nosso desejo é sempre desejo do Outro, lançar a aposta nessa matriz implica em assumir sua responsabilidade, às expensas de qualquer garantia. Ele retoma a regra da partição: “nada de exato pode ser enunciado sobre um jogo que tenha um começo e um fim fixados em sua regra, a não ser a partir de que aquilo que é posto na mesa, a chamada aposta, está originariamente perdido. O jogo só existe a partir disso que está na mesa” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 155).

Ora, estaria aí, nesses pressupostos pascalianos, justamente, o equívoco fundamental da alienação do desejo, quando o sujeito crê na consistência do Outro. Vejamos como Lacan aborda o impasse do desejo nessa perspectiva. De saída, na primeira matriz, o gozo não é identificável à regra do prazer, haja vista o masoquismo e a pulsão de morte presentes como um mais além do princípio do prazer (Lacan, 1968-1969/2008). Além disso, há sempre uma perda (estrutural) na satisfação, que Lacan diferencia do gozo, denominando-a de mais-gozo ao equivalê-la à mais-valia. (1968-1969/2008). Há, pois, nos prazeres divinos uma complexidade não considerada por Pascal.

Em segundo lugar, “ao se apostar na incerteza fundamental, ou seja, *existe ou não um parceiro*, há uma probabilidade em duas, isto é, deus existe ou não existe” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 116). De saída, portanto, do lado do sujeito, Lacan fala-nos de uma indiferença presente no lance, na

aposta, já que as linhas do apostador não se entrecruzam com nenhuma linha de possibilidade pertencente ao Outro, já que “do Outro nem sequer podemos garantir a existência” (1968-1969/2008, pp. 166-67). Aqui a teoria do parceiro inconsciente evidencia que o Outro é uma configuração simbólica construída a partir do ponto vazio de toda existência humana. Ele não existe em si mesmo, mas antes é uma resposta construída, inventada.

Sob a terceira matriz, Lacan lembra-nos que o *Eu* não corresponde ao sujeito, assim como o Outro não corresponde ao Um, enquanto sua alteridade, como o que o faria Universal. Do lado do sujeito, é preciso, pois, remetermo-nos à função do objeto causa de desejo, já que é ele que dá vida a um corpo. O *Eu* seria 1 a mais, em relação à falta originária do sujeito, representada (porque impossível de ser nomeada) pelo *objeto a*.

Para Lacan, há o Universo, Um, a cuja falta corresponde uma formulação lógica: o objeto *a* como causa. E o que lhe vem em socorro não é mais o Deus pré-moderno, mas o 1, um acréscimo, uma construção como saber ($1 + a$), face ao excedente que se perde a cada tentativa de produção de sentido (Lacan, 1968-1969/2008).

Como não se sabe a que Deus, como fiador, poderia garantir, na medida em que ele não é identificável, trata-se de fazer uma aposta que atravessa o impronunciável de seu nome e a incerteza de sua existência, cujo furo desenha o impossível no interior do programa da linguagem, a saber, o impossível de tudo nomear. Se “esse Deus inerradicável não tem outro fundamento senão ser a fé depositada no universo do discurso” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 175), o Um é aquilo que porta a dimensão impossível do impronunciável. Daí o que o unifica e define o campo do Outro não é senão aquilo que se lhe acrescenta, aquilo que se soma a essa falta originária da própria estrutura da linguagem, resultando na fórmula ($1 + a$).

Aquilo que excede o saber e anima uma vida diz, pois, respeito ao objeto *a*, ponto a partir do qual o desejo se lança em sua aposta. A tentativa reiterada de busca de satisfação esbarra em um ponto de retorno a um estado mítico anterior de satisfação com um objeto perdido. Assim, o sujeito é efeito da divisão de seu desejo produzida pela linguagem, enquanto o *Eu* é um acréscimo que lhe vem em ajuda. “O gozo é almejado num esforço de reencontro, e que só pode sê-lo ao ser reconhecido pelo efeito da marca. A própria marca introduz no gozo a alteração da qual

resulta a perda” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 119). Aí se escreve o desejo e suscitam-se seus impasses.

Entendida a aposta pascaliana, podemos nos perguntar: por que ela nos auxilia a pensar a crise adolescente?

3 ADOLESCÊNCIA

A ideia de crise, nascida da psicologia, ganha com a Psicanálise outra inflexão. Freud fala em puberdade, não em adolescência, referindo-se às transformações que se dão no corpo e no simbólico, afetando o saber até então desenvolvido pela criança para lidar com o mundo. Tornou-se senso comum considerar a adolescência como crise na passagem necessária rumo à maturidade. Freud (1905/1976), entretanto, descreve a puberdade como um segundo tempo de emergência da sexualidade. O primeiro ocorreria na infância e retrocederia ou seria detido na latência; enquanto o segundo sobreviria com a puberdade, determinando a configuração definitiva da vida sexual.

Também assevera que, com a chegada da puberdade, introduzem-se mudanças que levam a vida sexual infantil à sua configuração definitiva. A pulsão na infância era predominantemente autoerótica e, na puberdade, encontra o objeto sexual. Surge, então, uma nova fonte sexual para a conjugação das pulsões parciais (oral, anal e fálica): a zona genital, cuja primazia se estabelece então.

Na puberdade, também nos depararemos com o redespertar do Édipo e com a renovação dos conflitos edípicos e das fantasias incestuosas:

Ao mesmo tempo em que estas fantasias claramente incestuosas são superadas e repudiadas, completa-se uma das mais significativas, e, também mais dolorosas realizações psíquicas do período puberal: o desligamento da autoridade dos pais, um processo que, sozinho, torna possível a oposição, tão importante para o progresso da civilização, entre a geração nova e a velha. (Freud, 1905/1976, p. 234).

Diferentemente de sua primeira manifestação na infância, o redespertar do Édipo na puberdade já se inicia com a marca da interdição. O Édipo é reativado em uma época já posterior ao recalque, com esse novo elemento que é a genitalidade. O desejo sexual reativa

uma interdição, pondo em questão a impossibilidade de uma harmonia entre a pulsão sexual e a corrente terna sobre o mesmo objeto (Cottet, 1996). Essa impossibilidade, como irrupção real na puberdade, produz um despedaçamento da imagem, como uma fratura do espelho, e o simbólico mostra-se insuficiente para recobrir o real (Lima, 2006). Daí a importância da fantasia, como exercício psíquico que favorece a construção de respostas a essa irrupção do real. A adolescência configurasse-ia, pois, na enumeração de uma série de escolhas sintomáticas em relação a esse impossível, que é o real da puberdade (Stevens, 2004). Assim temos, conforme a figura 5,

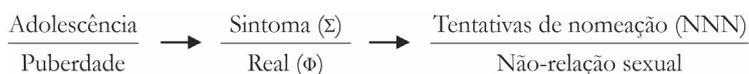


Fig. 5

Podemos, enfim, dizer que, longe de uma crise, encontramos na travessia da adolescência, em termos psíquicos, um complexo trabalho de separação do Outro parental, de um não saber (infantil) para o saber-fazer com o real, de reconstrução imaginária do corpo, de escolha de objeto e de construção de uma posição sexuada, a partir do confronto real com a alteridade que o Outro sexo configura como impossível de complementar.

Vejamos como as considerações sobre a aposta de Pascal podem nos auxiliar a pensar na função das condutas de risco para os adolescentes. Será que haveria, nessa colocação da vida em risco, a tentativa de colocar o corpo, como objeto *a*, em jogo? (Gomes, 2018). Ao relacionar a adolescência com o risco, Lacadée levanta a seguinte questão:

Qual o preço que o adolescente terá de pagar para ultrapassar essa etapa de riscos [...]. Como o adolescente lidará com isso? Qual será a sua margem de manobra entre os sobressaltos que surgem e a herança de sua infância? Arriscará toda a sua vida ou saberá consentir com o sacrifício de uma parte do gozo que aí se mostra em jogo? (Lacadée, 2011, p. 28).

Alguns adolescentes parecem sacrificar algo de suas vidas ou parte do próprio gozo, enquanto outros colocam toda a vida em risco. Miller (2003), em seu texto “Sobre a honra e a vergonha”, lembra que a aposta de Pascal consiste em um esforço para sustentar a ex-sistência do Outro.

O sujeito utiliza-se de um ardil, de uma agitação, a fim de formular que há um Deus com o qual vale à pena apostar todo o mais-de-gozar, o *a*. Nessa aposta, é preciso pôr algo de si.

Situações como as automutilações, as condutas de risco nas redes sociais, a entrada na criminalidade, a violência, os esportes radicais e tantas outras experiências juvenis poderiam nos sinalizar para uma lógica atravessada pela ausência de rituais, como decorrência de um tempo histórico no qual as tradições e os ideais não indicam mais um horizonte regulador. Podemos supor que, na contemporaneidade, há um desvelamento da inconsistência do Outro.

No período pré-moderno, Deus garantia a ilusão de consistência. Como havia a crença na existência de Deus, valeria à pena renunciar ao prazer imediato. O homem moderno, centrado na Razão Iluminista, tem que se decidir e o fazia com o anteparo racional. Ele podia apostar no acesso à verdade pura, limpa e clara, como queria Descartes, e dispor de sua subjetividade ou ceder às ilusões e às paixões, buscando garantias ilusórias, imaginárias. O que Lacan retoma, na contemporaneidade, é o desvelamento da inconsistência do Outro, já que nem Deus, nem a Razão conduziram o homem a um futuro libertador, progressista e emancipado. O sujeito, diante do real, está sempre despreparado. Como podemos entender, desde o interior dessa lógica, a experiência adolescente?

A redução da vida a zero - que implica na consideração da perda que faz o corpo falante (Miller, 2016) entrar em jogo como efeito da incidência do significante e do mais de gozo a ele correlata - não seria a mostração do tratamento da ex-sistência do Outro e, por consequência, da necessidade da invenção do parceiro-Deus? Nesse sentido, tanto faz se Deus existe efetivamente ou não para que os dados sejam lançados na aposta desejante. Portanto, quando o jovem se lança em uma conduta de risco, parece-nos que ele estaria às voltas com as seduções da garantia do parceiro-Deus ou do Outro, e mais ainda às voltas (dado o desvelamento de sua inconsistência na atualidade) com a posição de onde poderia responder como desejante. Como na terceira matriz que Lacan nos apresenta o sujeito é o único jogador na aposta. Trata-se, pois, menos de uma aposta na felicidade eterna prometida por Deus, e mais da busca pelo valor da vida verdadeira que o adolescente pode assumir (Le Breton, 2009; Lacadée, 2011).

Podemos, portanto, compreender a relação da aposta de Pascal com o desejo inconsciente como aspecto diabólico, sedutor, exigente, caprichoso, recorrente e convocatório, que forja a ilusão de um acréscimo $(1 + a)$, onde a perda permanece em sua função de causa. Parece-nos que é exatamente assim que cada romance literário o evidencia sob a forma de pacto diabólico. Vejamos, então, como a literatura trata o desejo e a aposta pela via dos pactos diabólicos.

4 PACTO DIABÓLICO NA LITERATURA E SUA LEITURA PSICANALÍTICA⁴

Algumas explorações no domínio da literatura e da psicanálise levaram-nos a pensar em uma aproximação entre as condutas de risco na adolescência e as narrativas ficcionais acerca do “pacto diabólico”⁵, a partir da aposta de Pascal. Essa aproximação nasce do resgate lacaniano da obra *O diabo enamorado*, de Cazotte, para pensar a formulação da pergunta inconsciente que articula demanda e desejo. No belo texto *Le moment du Che Vuoi? dans le graphe du désir: un moment de séparation structurale*, Sauvagnat (2017) brinda-nos com uma exposição na qual localiza o ponto preciso dessa articulação, que nos interessa destacar aqui.

Primeiramente, ele ensina-nos que:

O desejo, para Lacan, se diferencia da demanda por um certo número de qualificações:

- a demanda é intransitiva, ou seja, ela não pode ter; ela é igualmente sem condição : o sujeito está ali entregue, em termos militares, ele “capitula sem condição”;

- o desejo se caracteriza ao contrário pelo fato de que há um objeto, que constitui uma condição absoluta pela qual, por exemplo, ele pode parecer que está prestes a morrer.(Sauvagnat, 2017, n.p., tradução nossa)⁶.

E, também, lembra-nos de que Lacan propõe, então, duas fórmulas, por ele assim sintetizadas:

- O inconsciente é o discurso do Outro (no sentido de uma determinação objetiva: «*de Alio in orationae tua res agitur*»: teu destino se realiza em [falhas de] teu desejo, a propósito do Outro);

- o desejo do sujeito é o desejo do outro (no sentido do genitivo subjetivo: *au sens du génitif subjectif*: é enquanto Outro que o sujeito deseja)

Portanto, o caráter “diabólico” de *Che vuoi?* encarna-se nessa reversão: o

desejo do sujeito só pode aparecer sob essa forma estrangeira, invertida, como um “oráculo”, um questionamento diabólico (Sauvagnat, 2017, n.p., tradução nossa)⁷.

Essa pergunta lança o sujeito a uma questão sobre seu desejo, a qual ele responde com a fantasia fundamental.

A fantasia (\$ <> a) corresponde a dois movimentos correlacionados:

- De uma parte, é uma significação absoluta, não transcendente, mas visando o sujeito como uma flecha;
- De outra parte, o fantasma designa o ponto de falha do sujeito, de “fading” ao qual responde um objeto apresentado como única fonte de continuidade temporal para o sujeito, mesmo que essa continuidade seja traumática.

O desejo é regulado pela fantasia de uma maneira homóloga à maneira como o eu é regulado pela imagem do corpo (m ----i (a)) no nível inferior. Nos dois casos, esse ajuste é feito em um mal-entendido que inverte a aparência de determinação dos termos, dando a eles uma coloração inconsciente. (Sauvagnat, 2017, n.p., tradução nossa)⁸.

Dessa inspiração questionamo-nos: o que buscam os personagens pactuários da literatura com a entrega de sua alma e, de modo análogo, o que os adolescentes pretendem obter ao pactuarem com a “oferta diabólica”? Qual a relação entre pacto e desejo?

Para empreender essa análise, selecionamos cinco obras: *O diabo enamorado* (1772), de Jacques Cazotte (1719-1792), escritor francês crítico das Luzes e da Revolução Francesa; *O Fausto* (1790-1832), de Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832), obra considerada como o maior clássico da língua alemã e elaborada em suas diversas versões no transcurso de grande parte da vida do autor; *O mandarim* (1880), de Eça de Queiroz (1845-1900). Na literatura brasileira, o *Grande Sertão: Veredas* (1956), de João Guimarães Rosa (1908-1967), talvez o mais importante escritor brasileiro após Machado de Assis. E, também, o inquietante e pouco conhecido romance do clássico literato Dostoiévski (1821-1881), intitulado *Os demônios* (1871). Buscamos extrair a lógica de cada um desses pactos diabólicos, de forma a tomá-las como meio para entendermos as diferentes modalizações da presentificação do desejo, especialmente para pensar, aqui, as condutas de risco na adolescência, sem nos determos diretamente em seus desenlaces ou na análise da obra em si. Vejamos.

4.1 O LUTO IMPOSSÍVEL

O tema fáustico foi definitivamente consagrado com o drama trágico de Goethe escrito laboriosamente no transcurso de sua vida, desde sua versão inicial, conhecida como o “Fausto primitivo” (*Urfaust*) até a sua versão definitiva em duas partes, a primeira de 1808 e a segunda de 1832. A cena inicial já anuncia com força dramática o tormento existencial do personagem principal e o fracasso de seu projeto de sabedoria (Goethe, 2016, p. 63):

Ai de mim! Da filosofia,
Medicina, Jurisprudência,
E, mísero eu! Da teologia,
O estudo fiz com máxima insistência.
Pobre simplório, aqui estou
E sábio como dantes sou.

E logo depois, confessa o vazio de seu saber “*E vejo-o, não sabemos nada!*” (Goethe, 2016, p. 63). Apesar de seu grande talento, Fausto sente nada possuir: nem ouro, nem bens, fama ou esplendor. Mesmo sendo “bem-sucedido”, ele era um médico rico e sábio; no ocaso de sua vida, ele se vê incapaz de dela extrair um sentido e elaborar o luto de suas perdas. Em sua impotência, marcado pela melancolia, ele flerta com o suicídio.

Cabe retomar aqui brevemente a diferença que Freud verifica entre luto e melancolia. De um lado, o luto (*Trauer*), como processo dentro dos parâmetros da normalidade, é caracterizado como longo trabalho de elaboração feito gradualmente a partir de uma perda concreta de um objeto significativo, a exigir grande investimento de tempo. De outro lado, a melancolia como um desacordo consigo mesmo, a partir de uma perda não identificável objetivamente que suscita uma dor profunda, o desinteresse pelo mundo, a incapacidade de amar, a inibição da produtividade e o rebaixamento do sentimento de si. (Freud, 1917/1999, pp. 428-429).

Se no luto “*é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia é o próprio eu*” (Freud, 1917/1999, p. 431). Além disso, ao contrário do processo do luto, o melancólico não sabe o que perdeu em sua perda. O sujeito melancólico identificado inconscientemente com o *objeto* perdido não é capaz de realizar o trabalho de elaboração da perda sofrida, embora desconhecida. Assim, no afã de livrar-se da dor, entrega-se à afirmação

imaginária de seu eu esvaziado e empobrecido, girando enlouquecido em torno dele ainda que seja para diminuí-lo e lastimá-lo, embutindo no autodesprezo a acusação ao outro.

A aproximação entre Fausto e o sujeito melancólico não é arbitrária. A cena inicial da tragédia de Goethe, o “mísero eu”, o “pobre simplório” não cultiva nenhuma condescendência em relação aos outros, aos “próximos”. Esvaziado de si e desvinculado do outro, o sujeito lança-se na expectativa imaginária de um real salvífico. O pacto diabólico é filho do desespero (Tavares, 2009, 459-486) e traz a marca de um desejo infinitizado de recuperação de um objeto perdido. Daí a sedução demoníaca tomar o protagonista ao prometer tudo o que lhe viria a faltar, como promete o diabo... Na adolescência e seus lutos, a promessa que nunca sacia reenvia o adolescente à depressão e às condutas de risco.

4.2 A RECORRÊNCIA DO TÉDIO

A segunda modalização remete à construção do grafo do desejo em J. Lacan, na qual ele ressalta, como vimos, que a insciência (*nescience*) do homem desejante refere-se, não tanto àquilo que ele demanda, e sim a de onde provém o seu desejo. Como “*o inconsciente é o discurso do Outro*”, temos a precedência do desejo do Outro inscrita no grafo por meio da pergunta “*che vuoi?*” [que queres?] (Lacan, 1960/1998, p. 829).

Ela advém da novela de Jacques Cazzote, *O Diabo Enamorado* (1772), como pergunta dirigida pelo diabo a Álvaro, personagem principal da trama, ao tomar a forma de um dromedário. No momento que antecede o pacto diabólico, a posição de Álvaro é paradoxal: nada quer, deseja tudo. Talvez seja essa a situação aporética do tédio: os pequenos contentamentos nada são diante da satisfação absoluta. A sucessão da satisfação em um ciclo muito rápido agrava o sentimento de tédio, pois confirma a ilusão da pacificação plena e ao mesmo tempo a destrói.

Assim, Álvaro é um jovem capitão que pertence a uma família de posses e, sem se esforçar, tem acesso a uma boa posição social. Vive de maneira livre e desfruta de inúmeros prazeres: jogos, bebidas, lutas e mulheres. Como militar já afirmou a sua virilidade no campo de batalha e a sua honra já foi reconhecida. Dado à aventura e ao desafio, ele não recua diante do diabo e

quer dominá-lo; o pacto, porém, insinua a possibilidade de introduzir em sua vida algo inteiramente novo, inencontrável em sua vida de êxitos e prazeres.

Entretanto, esse êxtase nunca chega, nunca é assim surpreendente. Na temporalidade contraída no pacto, não há passagem para a fruição, somente para o gozo obtido na reiteração do próprio ato. As vivências são simultaneamente frenéticas e entediantes. O sujeito retorna com intensidade ao ponto de partida. Como na adolescência, a imediaticidade da satisfação ganha da espera de um projeto de vida.

4.3 O PREÇO DA RIQUEZA

A perda de si e o tédio, aparentemente lógicas mais distantes da vivência adolescente, cedem passagem ao desejo ardente de entrar na esfera do consumo, motivo recorrente nas narrativas diabólicas e bem ilustrado pela novela de 1880, *O Mandarim*, de Eça de Queiroz. Nele, Teodoro, cujo nome significa “presente de Deus”, se entrega à tentação de sair de sua vida medíocre e de usufruir as “boas coisas da vida”: ouro aos montes, vinhos, comidas e mulheres. Na pensão onde vivia era apelidado de “enguiço”, nomenclatura adequada à sua vida amesquinhada.

Teodoro dedica-se à leitura e, por acaso, depara-se com o trecho de um livro que apresenta a possibilidade de assassinar um desconhecido mandarim na China apenas pelo toque de uma campainha e, no mesmo instante, herdar sua imensa fortuna. Nosso personagem é invadido por um dilema moral e a sua hesitação já é ocasião para o surgimento do “tentador”, conforme os trechos abaixo (Queiroz, 1880):

No fundo da China existe um Mandarim mais rico que todos os reis de que a Fábula ou a História contam. D'elle nada conheces, nem o nome, nem semblante, nem a seda de que se veste. Para que tu herdes os seus cabedaes infundáveis, basta que toques essa campainha, posta a teu lado, sobre um livro. Elle soltará apenas um suspiro, nesses confins da Mongólia. Será então um cadáver: e tu verás a teus pés mais ouro do que pode sonhar a ambição d'um avaro. Tu, que me lês e és um homem mortal, tocarás tu a campainha? Estaquei, assombrado, diante da página aberta: aquela interrogação ‘homem mortal, tocarás tu a campainha?’ (pp. 12-13).

Foi então que, do outro lado da mesa, uma voz insinuante e metálica me disse, no silêncio: Vamos, Teodoro, meu amigo, estenda a mão, toque a campainha, seja forte! (p. 14)

- Aqui está o seu caso, estimável Teodoro. Vinte mil-réis mensaes são uma vergonha social! Por outro lado, há sobre este globo coisas prodigiosas: há vinhos de Borgonha, como por exemplo o Romanée-Conti de 58 e o Chambertin de 61, que custa, cada garrafa, de dez a onze mil-réis; e quem bebe o primeiro cálix não hesitará, para beber o segundo, em assassinar o seu pai ... (p. 18)

O desejo de riqueza é motivação sedutora óbvia, que aparece na experiência adolescente na avidez por dinheiro e *gadgets* ou nas relações sexuais e amorosas. Já se sabe o que quer o diabo: a alma imortal. Mas ainda que a morte possa ser postergada, o preço da riqueza e do prazer deve ser pago na hora com um simples toque de campainha. Com ele, a alma já se perdeu na aceitação de um crime de sangue. O assassinato do mandarim longínquo descortina a possibilidade de todos os crimes, até mesmo do parricídio em troca de um cálice de vinho. Se a busca da riqueza é motivação bastante convincente e evidente, seus possíveis desdobramentos são assustadores. O que está em jogo aqui? O discurso capitalista e sua ilusão de completude, de 'satisfação garantida ou seu dinheiro de volta', enfim, uma aposta material no nível da demanda às artimanhas do desejo. O pacto tem raízes profundas e desenrola-se na adolescência contemporânea com a fluidez do consumo.

4.4 A AFIRMAÇÃO VIRIL

Guimarães Rosa, no inesgotável clássico da literatura brasileira *Grande Sertão: Veredas* (1956), coloca em evidência o dilema viril. Nas muitas tramas que compõem a teia do 'Fausto' dos sertões, deparamo-nos com o desejo de Riobaldo de se apresentar como homem, valente e viril diante de Reinaldo/Diadorim – cangaceiro do seu bando que, na verdade, é uma mulher disfarçada. Riobaldo, o Tatarana, o Urutu Branco, deseja ser homem valente e participar das guerras dos jagunços. A personagem confessa: *Mas eu sempre fui um fugidor. Ao que fugir até preciso dar fuga* (1956, p. 200). *Medo de errar. Sempre tive. Medo de errar é que é a minha paciência.* Desejo dividido, temor.

Apesar disso, a sua nomeação como Tatarana, lagarta de fogo, vai lhe abrir o lugar simbólico de homem valente. O pactário Hermógenes, na obra, o reconhece como tal: *Eh, valente tu é, Tatarana! Gosto dessa sua bizzarria* (1956, p. 247). A nomeação efetiva-se materialmente: valente

é quem empunha uma arma: *Mire veja: o rapazinho, no Nazaré, foi desfeiteado, e matou um homem. Matou, correu em casa. Sabe o que o pai dele temperou? Filho, isso é a tua maioridade* (1956, p. 126).

O mito distorcido do herói armado, do guerreiro cangaceiro, empolga o imaginário masculino e desperta muitos adolescentes. Por que distorcido? Porque o herói não se insere em uma narrativa mais ampla e de natureza ético-política. Cada um deve “fazer”, “ganhar” materialmente o seu nome, a sua posição viril. A virilidade assinala um horizonte irredutível no campo de sobredeterminações, ganhando na adolescência uma função. Muitas vezes, a coragem almejada e ilusória, a ilusão fálica de poder e o temor no lugar do reconhecimento social tornam-se recursos adolescentes face ao Outro sexo e ao encontro com o real.

4.5 A DISPOSIÇÃO DA REVOLTA

Destaca-se nas narrativas adolescentes, também, a dimensão da revolta. A palavra diabólica é justamente esta: você pode tudo, porque eu posso lhe dar e posso lhe dar porque tenho tudo. Eis a figura do diabo seduzindo o jovem revoltado ao tomá-lo como a imagem invertida da dominação. A fonte de inspiração desta reflexão pode ser encontrada no romance metafísico de Dostoiévski (1821-1881), *Os demônios* (1871). Nele o engenheiro Alexej Kirílov investiga “*as razões pelas quais os homens não ousam se matar*”. O que os impede é o “medo da morte e este os leva a inventar Deus, o usurpador de sua vontade livre:

Se não existe Deus, então eu sou Deus [...] Se Deus existe, então toda vontade é dele, e fora da vontade Dele nada posso. Se não existe, então toda vontade é minha e sou obrigado a proclamar o arbítrio [...] Se há um Deus então toda vontade é sua e eu não posso me livrar de sua vontade; mas, se não há, então toda vontade é minha e é minha obrigação manifestar minha própria vontade (Dostoiévski, 2013, p. 597; Fogel, 2014, pp. 123-159).

Aí estaria a pedra angular do niilismo: não há sentido algum, não há limite algum, podemos ser tudo.

A revolta constitui o fundamento de um sentido, construído para suturar o vazio niilista. Ela constitui uma narrativa, conferindo coesão onde reina o sem sentido. Por que, entretanto, somente alguns são

movidos pela revolta? Por que ela ganha forma recorrente mais na adolescência que em outro período da vida?

Os eventos originários causadores da revolta devem ter força suficiente para romper as barreiras que impedem a sua manifestação, como o medo, a indiferença, a crença. Aparentemente, tais barreiras mantêm o sujeito em uma posição estrutural de imobilidade, impotência ou submissão. Os revoltados são aqueles que, sob o impulso daqueles eventos originários de sofrimento, são capazes de saltar sobre tais barreiras, ainda que o risco da queda seja permanente, confirmando na agitação de superfície, muitas vezes, a impotência do revoltado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das cinco figuras do pacto diabólico - o luto melancolizado, a fuga reiterada do tédio, a sedução da riqueza, a afirmação viril e a revolta -, podemos retomar a aposta de Pascal e pensar a adolescência.

A aposta psíquica inconsciente, na forma como Lacan a lê, aproxima-se, assim, do pacto diabólico no ponto em que se escrevem tanto o desejo inconsciente quanto a busca de um suposto seu garantidor. Como vimos, entretanto, em Pascal, trata-se sempre de uma aposta sem garantias, o que remete ao Outro como anteparo do Eu. Nesse sentido, o lugar do Outro ganha relevância na medida em que pode se apresentar como o diabo, o enganador que se faz garantidor, mas ao preço de destituir o sujeito de sua responsabilidade.

Se as matrizes da aposta pascaliana ou as figuras do pacto diabólico nos permitissem cernir a dimensão do desejo e abrir suas compotas, certamente teríamos uma teoria preventiva eficaz contra o risco, a violência, a infelicidade e o mal-estar. Porém, não há cálculo exato que desenhe, no horizonte do trabalho contínuo na adolescência, uma única linha em relação ao desejo e à responsabilidade.

A adolescência e as condutas de risco, em especial aqui as condutas de risco na adolescência, nos ensinam que:

1. Se tivéssemos a garantia da existência do Outro, não precisaríamos nem nos separarmos dele, nem nos responsabilizaríamos por nossa aposta.
2. Se a escolha fosse racional, cognitiva, já teríamos eliminado todo sofrimento e mal-estar na passagem adolescente.

3. O lugar do Outro carece ser considerado nas escolhas que os adolescentes fazem, interferindo nas suas modalizações, como vimos nos pactos diabólicos, ainda que se trate de uma ficção/fixação.

4. Se não é possível conhecer a perda que condiciona o desejo, podemos tomar a maneira como ela se escreve para cada jovem como índice do trabalho clínico a ser realizado com cada um em sua singularidade não generalizável.

Dessa maneira, tomando a aposta de Pascal, tal qual relida por Lacan, para tratar as condutas de risco na adolescência, podemos extrair alguns elementos que colaboram com a clínica, assim como as políticas juvenis, a saber:

a. O adolescente conta com o outro para dele se separar;

b. As instituições, nesse sentido, podem se fazer parceiras da travessia protagonizada pelo próprio jovem;

c. O desejo atravessa condições obscuras para se afirmar, podendo produzir situações inusuais ou avessas ao que se poderia esperar de um adolescente;

d. Responsabilizar-se não é tarefa simples, pois implica a obscuridade do desejo e daquilo que o condiciona;

e. Nem sempre o sujeito adolescente age a seu favor, pois o circuito pulsional não é alimentado por uma meta progressista;

f. Ainda que o sujeito seja sempre por sua condição responsável, sua experiência subjetiva não elimina, mas antes concorre com sua condição material, econômica, social, racial e de gênero.

Portanto, se, de um lado, o pacto diabólico nos permite pensar a dimensão da responsabilidade em sua dimensão subjetiva, por outro evoca a responsabilidade em termos do Outro societário, da alteridade. Nesse sentido, a figura do pacto diabólico coloca em cena o lugar do Outro contemporâneo com suas promessas fugazes de felicidade sem exigência de contrapartida, sob o desvelamento da inconsistência da função da alteridade.

Parece-nos assim que, desse encontro entre Psicanálise, Filosofia e Literatura em torno do desejo inconsciente, da aposta de Pascal e do pacto diabólico, resta a ser explorada e desenvolvida em suas consequências éticas e políticas a questão da responsabilidade na atualidade - matéria relevante para se analisar o contemporâneo. Por isso mesmo, tomar o desejo, o pacto e o diabo como *chaves de leitura* de sintomas sociais complexos e experiências subjetivas contemporâneas parece-nos central, motivo pelo qual o esforço de sistematização deste artigo se fez relevante.

REFERÊNCIAS

- Cazotte, J.(1772). *Le diable amoureux.* , Ed. Folio: Gallimard
- Chauí, M. (1988). *Pascal – Os pensadores.* 4a ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Cottet, S. (1996). Estrutura e romance familiar na adolescência. In H. Ribeiro, & V. Pollo (Orgs.), *Adolescência: o despertar* (pp. 7-20). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Dostoiévski, F. (2013). *Os demônios.* Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34
- Drawin, C. R. (2016). Clamor e silêncio da violência. In Moreira, Jacqueline, Kyrillos Neto, Fuad, Rosário, A. (Orgs.). *Violência (s): diálogos com a psicanálise.* Curitiba: Editora CRV.
- Fogel, G. (2014). Dostoiévski: voluntarismo = niilismo. O suicídio de Kílov. In J. S. Cabral, & M. C. Bingemer (Orgs.). *Finitude e mistério. Mística e literatura moderna.* Rio de Janeiro: PUC-Rio; Mauad.
- Freud, S. (1999). *Trauer und Melancholie.* (Luto e melancholia). GW, X, pp. 427-446. (Obra original publicada em 1917).
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud. *Obras completas volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (O caso Dora) e outros textos (1901-1905).* (Paulo César de Souza, trad. 1. ed. pp. 13-172) São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905).
- Goethe, J. W. Von. (2016). *Fausto. Uma tragédia – Primeira parte.* São Paulo: Editora 34.
- Gomes, P. S. (2018). *Adolescentes na internet: o risco como aposta.* Dissertação de Mestrado (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia).
- Guerra, A. M. C, Moreira, J. O. Sauvagnat, F. R, & Ramirez, M. E. (2020). *Adolescências e Narrativas Memorialísticas: escutando apostas inconscientes.* Curitiba: CRV. (No prelo).
- Houaiss, A. & Villar, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- Lacadée, P. (2007) A passagem ao ato nos adolescentes. *Revista Ashphalluss*, 2(4). Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_02.htm

- Lacadée, P. (2011). *O Despertar e o Exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. (C. Rumenos Guardado & V. A Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Contra Capa livraria.
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. (pp. 842) J. Lacan. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1960).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1968-1969).
- Le Breton, D. (2009). *Condutas de Risco: os jogos de morte ao jogo de viver*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Lima, N. L. de. (2006). O fascínio e a alienação no ciberespaço: uma perspectiva psicanalítica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(2):8-50. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000200005&lng=pt&tng=pt em: 18 de junho de 2019.
- Miller, J. A. (2003, dezembro). Notas sobre a honra e a vergonha. *Opção Lacaniana. Revista Brasileira de Psicanálise*, 38:118-139.
- Miller, J. A (2016) *O inconsciente e o corpo falante*. AMP. Recuperado de <https://www.wapol.org/pt/articulos/Template.asp?intTipoPagina=4&intPublicacion=13&intEdicion=9&intIdiomaPublicacion=9&intArticulo=2742&intIdiomaArticulo=9> em: 10 de maio de 2019.
- Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., & Drawin, C. R. Adolescência e medidas socioeducativas: revisão de literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (Brasília. Online), 33:1-9, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3337>
- Queiroz, J. M. E. de. (1880) *O mandarim*. Porto: E. Chardron.
- Sauvagnat, F. R. (2017). *Le momentu du CheVuoi? Dans Le graphe Du désir: um moment de séparation structurale*. Mimeo.
- Stevens, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. (J. Pimenta, trad.). *Curinga*, 20:27-39. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Tavares, P. H. M. B. (2009). Fausto como paradigma da melancolia. *Rev. Mal-Estar Subjetividade.*, Fortaleza, 9(2):459-486, jun. 2009. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200005&lng=pt&nrm=iso em: 16 de dezembro de 2017.

NOTAS

- ¹ O jansenismo é um conjunto de princípios estabelecidos por Cornélio Jansênio (1585-1638), bispo de Ipres, condenado como herege pela Igreja Católica, que enfatizam a predestinação, negam o livre-arbítrio e sustentam ser a natureza humana por si só incapaz do bem.
- ² O pensamento, também conhecido como *A Aposta de Pascal*, está inserido em um compilado das anotações do filósofo que não foram publicadas por ele em função da sua morte. Os filósofos e religiosos de Port Royal fizeram uma edição para publicação. (Chauí, 1988).
- ³ A discussão da aposta de Pascal e da Adolescência foi extraída da dissertação de mestrado de Patrícia Gomes (2018).
- ⁴ Essa análise é oriunda da pesquisa “Adolescências e Leis”, publicada em artigo científico (Moreira, Guerra & Drawin) e em livro (Guerra, Moreira, Sauvagnat, & Ramirez, 2020).
- ⁵ Em uma primeira incursão no tema do “pacto diabólico” recorremos ao *Google* e localizamos sete personalidades históricas que em diferentes momentos da modernidade alimentaram o imaginário coletivo por terem realizado tal tipo de pactuação: Gilles de Rais (1405-1440), francês e um dos principais tenentes de Joana d’Arc que foi, talvez, um dos primeiros assassinos em série do mundo; Urbain Grandier (1590-1634), sacerdote católico também francês que seduziu muitas mulheres do próprio convento e, posteriormente, foi acusado de bruxaria; Giuseppe Tartini (1692-1770), músico italiano que compôs o famoso solo de violino “Il trillo Del diavolo” (O trinado do diabo); Niccolò Paganini (1782-1840), virtuose do violino e também italiano; Charles Baudelaire (1821-1867), poeta francês considerado “maldito”, autor de *As flores do mal*, precursor do simbolismo; Robert Johnson (1911 -1938), músico negro norte-americano, compositor de *blues* e, finalmente, Charles Manson (1934-2017), também norte-americano e fundador de um grupo misterioso na década de 1960, responsabilizado por muitos crimes, mas celebrizado pelo chocante assassinato da atriz Sharon Tate, então grávida de oito meses. A “aposta” ou o “pacto” tornam-se “diabólicos” quando pretendem ser a ultrapassagem da condição humana da finitude efetivada nas condições vigentes no ponto de partida do pactuário.
- ⁶ **Do original:** Le désir, pour Lacan, se différencie de la demande par un certain nombre de qualifications:
- la demande est intransitive, c’est-à-dire qu’elle ne peut avoir d’objet ; elle est également sans condition: le sujet y est livré , en termes militaires, il « capitule sans condition»
 - Le désir se caractérise au contraire par le fait qu’il a un objet, qui constitue une condition absolue, pour laquelle par exemple il peut prétendre être prêt à mourir.

⁷ **Do original:** Lacan propose alors deux formules:

- L'inconscient est le discours de l'Autre (au sens d'une détermination objective : « de *Alio in orationae tua res agitur* » : ton destin se réalise, dans [les failles de] ton discours, à propos de l'Autre)

- le désir du sujet est le désir de l'autre (au sens du génitif subjectif : c'est en tant qu'Autre que le sujet désire).

Dès lors le caractère « diabolique » du *Che vuoi ?* s'incarne dans ce retournement : le désir du sujet ne peut lui apparaître que sous cette forme étrangère, inversée, comme un « oracle », un questionnement diabolique.

⁸ **Do original:** Le fantasme (\$ à a) correspond à deux mouvements corrélés :

- D'une part, c'est une « signification absolue », non pas transcendante, mais visant le sujet comme une flèche

- D'autre part, le fantasme désigne un point de défaillance du sujet, de « fading » auquel répond un objet présenté comme « diachronique », c'est-à-dire seule source de continuité temporelle du sujet, même si cette continuité est traumatique.

⁹ Le désir se règle sur le fantasme d'une façon qui est homologue à la façon dont le moi se règle sur l'image du corps ($m \rightarrow i(a)$) à l'étage inférieur. Dans les deux cas, ce réglage se fait dans une méconnaissance qui inverse l'apparence de détermination des termes, leur donnant leur coloration inconsciente”.

Recebido em 21 de junho de 2020

Aceito para publicação em 2 de fevereiro de 2022

A DUPLA VOLTA DA SUBJETIVAÇÃO EM WINNICOTT¹

*Lucas Charafeddine Bulamah**

*Daniel Kupermann***

RESUMO

O propósito principal deste texto é o de avaliar a pertinência do conceito de subjetivação à guisa da contribuição de Donald Winnicott. Tradicionalmente associadas ao desenvolvimentismo psicológico e mais recentemente ao identitarismo, as ideias do psicanalista inglês têm ficado de fora dos debates contemporâneos acerca da desconstrução do sujeito e da crítica às identidades. Pretendemos repositonar Winnicott nesse debate avançando à ideia de uma subjetivação propriamente histórica e contingente, caracterizada pelo que chamamos de uma dupla volta, a primeira sendo a que organiza a posição pré-subjetiva que Winnicott chamou de *being*; e a segunda, a emergência do sujeito propriamente dito a partir da dialética da destruição x sobrevivência do outro.

Palavras-chave: Psicanálise; Relações objetais; Donald Woods Winnicott; Subjetivação; Pós-estruturalismo

THE DOUBLE TURN OF SUBJECTIVATION IN WINNICOTT

ABSTRACT

In this paper, we aim to reassess the relevance of the concept of subjectation in the guise of the contribution of Donald Winnicott. Traditionally associated to psychological development theories and more recently to identitarianism,

*Psicólogo, psicanalista, mestre e doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Membro do GBPSF (Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi).

**Professor Associado (livre docente) do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista de produtividade do CNPq. Presidente do GBPSF (Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi) e coordenador do *psiA* – Laboratório de pesquisas e intervenções em psicanálise.

the ideas of the English psychoanalyst are usually eschewed in contemporary debates regarding the deconstruction of the subject and the critique of identities. Advancing a repositioning of Winnicott in this debate, we propose the idea of a double turn, the first organizing the pre-subjective position that Winnicott named as being; and the second turn, the emergence of the subject itself from the dialectics of destruction x survival of the other.

Keywords: Psychoanalysis; Object relations; Donald Woods Winnicott; Subjection; Post-structuralism.

EL DOBLE GIRO DE LA SUBJETIVACIÓN EN WINNICOTT

RESUMEN

El propósito principal de este texto es el de evaluar la relevancia del concepto de subjetivación bajo la contribución de Donald Winnicott. Asociadas tradicionalmente al desarrollismo psicológico y más recientemente al identitarismo, las ideas del psicoanalista inglés han quedado fuera de los debates contemporáneos sobre la deconstrucción del sujeto y la crítica de las identidades. Pretendemos reposicionar a Winnicott en este debate, avanzando la idea de una subjetivación propiamente histórica y contingente, caracterizada por lo que llamamos un doble giro, siendo el primero el que organiza la posición presubjetiva que Winnicott llamó ser; y el segundo, el surgimiento del sujeto propiamente dicho desde la dialéctica destrucción x supervivencia del otro.

Palabras-clave: Psicoanálisis; Relaciones objétales; Donald Woods Winnicott; Subjetivación; Posestructuralismo.

É consensual encontrar, hoje, na literatura que se baseia na psicanálise winnicottiana (de Souza Almeida & Marques, 2020; Mizrahi, 2017; Gomes, 2016), referências ao processo de constituição do *self* nomeada como *subjetivação*. Se, para pensar a formação do sujeito, Winnicott lançou mão de termos alheios à psicanálise freudiana, como desenvolvimento e maturação, emprega-se hoje o termo *subjetivação* recobrando a mesma extensão dos descritivos usados por Winnicott para pensar o nascimento e a constituição do *self*.

Respeitando o sentido próprio à noção de *subjetivação*, bem como o das noções de desenvolvimento e amadurecimento, seria justificável a sobreposição da primeira sobre as últimas? Para a

circulação acadêmica contemporânea da produção de conhecimento psicanalítico, parece ser difícil defender termos tão tributários do desenvolvimentismo médico-psicológico e do romantismo. Ademais, o conceito de subjetivação não deveria ser empregado sem uma mirada de esguio à tradição que transportou a noção para os circuitos acadêmicos e psicanalíticos atuais. As narrativas winnicottianas acerca do nascimento do *self* resistiriam a um deslocamento do naturalismo desenvolvimentista à contingência radical da formação histórica e social do sujeito contida na noção de subjetivação?

Nossa tarefa neste artigo é a de dar um primeiro passo rumo à requalificação de Winnicott no debate acadêmico acerca da subjetivação, mostrando como existe uma proposta de subjetivação própria ao psicanalista inglês. Neste primeiro momento, centraremos o foco no estabelecimento primitivo do indivíduo e seu devir-sujeito como uma dupla “volta”, um processo sequencial indissociável do outro, mas não propriamente intersubjetivo, conforme veremos. Em seguida, apontaremos para as consequências a serem exploradas posteriormente, a partir da concordância de que de fato o desenvolvimento postulado por Winnicott se trata de uma subjetivação, em toda a extensão deste conceito.

A PRIMEIRA VOLTA E A SEGUNDA VOLTA DA SUBJETIVAÇÃO

É explícito que Winnicott nunca fora adepto do eruditismo filosófico em suas teorizações acerca dos fenômenos psicológicos e da vida humana como um todo. Sua escrita é marcada por um realismo expressivo, originário de sua experiência clínica, da qual se destaca o uso de termos da linguagem corrente para tentar comunicar sem muitos jargões o que compreendia acerca daquilo que tratava em seu cotidiano. A recusa do eruditismo fica bastante clara em uma passagem de *O uso de um objeto* (Winnicott, 1969/2005f):

Um filósofo de gabinete [*armchair philosopher*] poderia argumentar a partir disso que não há tal coisa na prática como o uso de um objeto: se o objeto é externo, então o objeto é destruído pelo sujeito. Se o filósofo saísse de sua poltrona e se sentasse junto a seu paciente no chão, ele perceberia que há uma posição intermediária. (p. 120)

Porém, é notável que o sarcasmo (a figura do filósofo de gabinete destacando a idiotia da ruminação erudita) seja expresso justamente em um de seus textos mais abstratos, sendo a posição intermediária sobre a qual advoga o processo de constante destruição dos objetos pelo *infans* em sua vida imaginária indiferenciada, além da sobrevivência destes ao gesto destrutivo, que promove sua redescoberta como um ente separado de suas fantasias onipotentes.

Com efeito, Winnicott poderia, sem exageros, ser tido como um “filósofo de divã” que não deixa de sair de sua poltrona e sentar-se com seus pacientes, por mais prático que gostaria de se considerar (Goldman, 1993). O empirismo de Winnicott não lhe permitia abrir concessões a pressuposições transcendentais a apriorísticas acerca do conhecimento, e o material que obtinha de suas experiências psicanalíticas tampouco se furtava a um método, idiossincrático certamente, mas antes de tudo imaginativo e rigoroso.

Ponderando acerca da imaginatividade e especulação inescapável que concerne ao nascimento psicológico do “eu” – o sujeito gramatical, e não a instância tópica do aparelho psíquico – Butler (2005) acerta ao escrever que qualquer um que tente apresentar uma narrativa sobre este mesmo nascimento não está fadado necessariamente ao erro, mas à ficção abstrata:

O fato de não haver reconstrução narrativa definitiva ou adequada da pré-história do “eu” que fala não quer dizer que não possamos contá-la; significa apenas que no momento em que a narramos nós nos tornamos filósofos especulativos ou escritores de ficção. (p. 78)

O “eu” falante, portanto, pode expedir uma narrativa de sua pré-história. Todavia, de acordo com a posição da filósofa, nos primórdios de seu nascimento, antes de ter de fato se tornado um sujeito distinto do ambiente, o “eu” não estava lá para experienciar e apreender epistemicamente sua história. Com efeito, quais seriam as histórias de origem que Winnicott, enquanto ficcionista e filósofo especulativo, apresenta para narrar a pré-história do sujeito?

Mesmo que concordemos que praticamente toda a teorização winnicottiana versa sobre este tema em suas condições de possibilidade e seus infortúnios, há dois grandes eixos metafóricos que abordam o tema

da pré-história do “eu”, quais sejam a bolha e o centro de gravidade. Ambos, conforme veremos, apresentam distintas consequências para duas noções-chave da metapsicologia winnicottiana: a dita “continuidade do ser” (*going on being*) e a criatividade e agressividade primordial.

O tema do *self* como bolha ocorre em 1949, no texto *Memórias do parto, trauma do nascimento e ansiedade*, em que Winnicott aborda a polêmica do trauma do nascimento para acrescentar sua contribuição de que, havendo uma adaptação ativa por parte do ambiente no nascimento da criança, não há intrusão nem reação do infante e, por isso, o trauma pode ser desconsiderado. Para ilustrar este raciocínio, Winnicott reporta uma metáfora oriunda da associação de uma de suas pacientes, a qual se encontrava sob regressão em análise até um momento bastante primitivo. “A paciente disse”, escreve o psicanalista,

No início o indivíduo é como uma bolha. Se a pressão externa ativamente se adapta à pressão interna, então é a bolha a coisa significativa, quer dizer, o *self* do infante. Se, todavia, a pressão ambiental é maior ou menor que a pressão interna à bolha, então não é a bolha a coisa importante, mas o ambiente. (Winnicott, 1949/2007, p. 183, grifos nossos)

A partir desse ponto, Winnicott (1949/2007) assume a metáfora da paciente e encadeia sua própria reflexão, afirmando que, em análise, a paciente pôde encontrar a experiência ausente em sua entrada no mundo por meio de seu analista, “uma mãe relaxada, quer dizer, viva, desperta e pronta para oferecer adaptação ativa por sua qualidade de ser devota a seu infante” (p. 183). Mais especificamente alinhada à metáfora, a atmosfera (de relaxamento, crescente-se) do *setting* analítico oferecido pelo psicanalista sensível às falhas primitivas permite que a bolha, o suposto *self* da paciente, torne-se a coisa significativa, não tendo que se adaptar reativamente à pressão exterior e podendo retomar a continuidade da existência interrompida pela necessidade de reagir.

A metáfora é claramente apropriada à proposta de uma prática clínica que priorize o encontro analítico enquanto reparador de inícios traumáticos, caracterizados por falhas graves na adaptação. Todavia, por mais evocativa que seja, a metáfora apresenta consequências complicadas. A imagem da bolha, sendo um centro em si mesma – reforçada pela

ideia de que o *self* do infante é o que há de significativo –, evoca a impressão de um ente solipsista originário claramente delimitado de seu ambiente desde os primórdios. Ademais, a relação com o ambiente que esta metáfora sugere, mesmo que sirva de ilustração para a noção que, para Winnicott, era fundamental, da adaptação dos cuidadores ao recém-nascido em sua vulnerabilidade radical, faz parecer que a relação entre eles seja meramente a de um ajuste hidráulico. Ou seja, problematicamente, Winnicott assume aquilo que seus críticos atuais mais rejeitam: o sujeito moderno, cuja identidade se desenvolverá a partir de um cerne fixo, sendo apenas balizado pelo ambiente facilitador.

Fabio Belo (2012) é particularmente enfático ao criticar o quanto tal solipsismo é mobilizado em algumas noções winnicottianas, as quais se distinguem de outras menos “ptolemaicas” e mais “copernicanas”, utilizando a terminologia de Jean Laplanche (1999)². Outra consequência que vai ao encontro da acima exposta, detectada por Jan Abram (1997), é o postulado da existência de um *self* diferenciado desde um momento primordial, antes até do nascimento. Como de costume, aqui fica patente a confusão de Winnicott quanto ao emprego de sua linguagem teórica – por priorizar a clareza comunicativa e a linguagem evocativa – especificamente acerca do que é um *self*, incluindo o que seria sua extensão ontológica e seu percurso genealógico.

Todavia, em um momento posterior, Winnicott apresentará uma outra imagem para pensar o tema da gênese do *self*, na qual a confusão advinda do postulado de um *self* presente desde os primórdios é evitada por algo que caracterizará cada vez mais o pensamento tardio de Winnicott: a primazia dos processos frente aos fins. Abordando novamente o tema que dá o título ao artigo, em *Ansiedade associada à insegurança* (Winnicott, 1952/1987), o psicanalista se volta-se novamente ao nascimento e aos primórdios da vida subjetiva. A questão que norteia uma das afirmações mais potentes de Winnicott endereça o que precederia a primeira relação de objeto.

A resposta, por sua vez, envolve a retomada do que o psicanalista havia afirmado anos antes com sua máxima: “*Não existe tal coisa como um bebê*” (Winnicott, 1952/1987, p. 99). Quer dizer, a despeito do que parece para o observador externo, aquela criatura nunca será vista sozinha, tanto no sentido prosaico quanto metapsicológico: sua vida,

mesmo que ainda não tenha se configurado como uma vida pessoal, é sempre acompanhada por um outro, mesmo que este, por sua vez, ainda não seja de fato *conhecido* como outro. Lemos em Winnicott que:

a unidade não é o indivíduo, a unidade é o arranjo indivíduo-ambiente (*environment-individual set-up*). O centro de gravidade do ser (*being*) não começa no indivíduo. Ele está no arranjo todo. Através do cuidado suficientemente bom, do *holding* e do manejo geral, a casca começa a tomar forma e o núcleo (que a nós parecia ser o tempo todo um bebê humano) pode começar a se tornar um indivíduo. (ibid., pp. 99-100)

Observemos a sutileza do pensamento winnicottiano nessa reflexão. O autor evita qualquer expediente assertivo sobre a gênese do sujeito em assunções biologizantes e individualistas ao trocar o foco de um suposto *self*-bolha presente desde o início a um centro de gravidade intersticial, ou uma “cultura materna”³. A noção de arranjo (*set-up*) é tão mais apropriada nesta sutileza na medida em que não se compromete com diferenciações que serão feitas posteriormente, evocando no leitor a imagem do que Winnicott repetidamente enfatizará como a não-integração (Winnicott, 1945/1987c). A realidade fragmentária de um devir-sujeito, imiscuído com os fragmentos de um ambiente, é ilustrada mais especificamente em *Introdução primária à realidade*: “não há uma linha entre o interno e o externo”, escreve Winnicott (1948/1996), “mas várias coisas fragmentadas, o céu visto através das árvores, algo que tem a ver com os olhos da mãe, entrando e saindo, vagando por aí.” (p. 25).

Ademais, destaca-se o caráter processual da gênese do futuro sujeito, conforme se pode observar na proposição de *Ansiedade associada à insegurança* (1952/1987), por meio do uso de gerúndios e expressões que denotam eventos em potencial. Poderíamos parodiar Winnicott e dizer, contrariamente à metáfora “roubada” de sua paciente, que “não há tal coisa como uma bolha”; a partir desta consideração do centro de gravidade e sua gênese no espaço intersticial entre dois entes é que se constituirão em uma virtualidade posterior. Como é costumeiramente dito que o silêncio entre duas notas musicais é a definição mesma de música, pode-se dizer, a partir dessa noção de centro de gravidade, que do espaço entre dois corpos em processo de constituição, potencialmente, se constitui um sujeito.

Com efeito, contra o solipsismo e em consonância com esta metáfora, vale a assertiva de Michael Oppenheim (2006): “não há *self*, não há tal coisa como um *self*, sem o outro” (p. 103). Assim, o que será designado como núcleo do *self* se situa como o tempo do informe primordial, mantido ao abrigo da integração e da situação do sujeito na estrutura comunicativa do mundo externo e de seus objetos objetivos. Seguindo a citação acima reproduzida de *Introdução primária à realidade* (Winnicott, 1948/1996), o psicanalista aponta justamente para isso. Após descrever a fragmentação e a mistura do ambiente e do sujeito no arranjo (*set-up*) primordial, Winnicott escreve que “Não há qualquer *necessidade de integração* (p. 25, grifos nossos) e, ademais,

Isto é algo *extremamente valioso de se reter*: nós perdemos algo sem isso. Tem algo a ver com estar calmo, relaxado, descansado e se sentindo misturado com pessoas e coisas quando não há excitação. (p. 25, grifos nossos)

Ou seja, a integração que, diga-se de passagem, é apontada aqui como resultante de uma necessidade, é associada à inquietude e à separação e distinção do *self* e do outro. É compreensível, assim, a crítica de Fabio Belo (2012) à noção de um *self* isolado e incomunicável. Todavia, sugerimos que esse aparente fechamento solipsista deva ser compreendido como a aquisição, por parte do sujeito em potencial, da impressão de sua agência no mundo, de ser um autor de onde emanam seus atos.

Com efeito, do ponto de vista da criatividade do sujeito unificado, o estabelecimento de sua agência é tão mais eficiente quanto maior for a presença e atitude do que se indiferencia entre o eu e o outro na cultura materna. Empregamos o termo imiscuir, e não introjetar, para pensar sobre estes fenômenos primordiais. Isso se dá na medida em que, ao contrário da tradição kleiniana e observando o movimento winnicottiano para fora do solipsismo originário da figura mais influente em sua formação psicanalítica, não há, de saída, um Eu que assimile para dentro de sua esfera representacional os objetos enquanto objetos. Por outro lado, não havendo um Eu primordial, tampouco há espaço para a operação da expulsão de conteúdos repudiados por este em um objeto que os encarne.

Ou seja, tanto a introjeção quanto a projeção, enquanto dependentes da assunção de relações objetais e de um Eu primordiais, no pensamento

propriamente autoral de Winnicott são apenas possíveis depois de um longo desenvolvimento no âmbito deste momento fundamental de indiferenciação e ausência de formas e limites fronteiriços.

Por isso, acreditamos que seja interessante lançar mão do termo imiscuir para descrever o estado de coisas neste momento de indiferenciação entre o Eu e o outro. A virtualidade do que será posteriormente repudiado afeta o Eu em desenvolvimento por meio das impressões afetivas e representações fragmentárias, mistura-se e se confunde com este último na cultura materna, conforme o próprio significado da palavra imiscuir, de ligar-se intimamente, confundir-se. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se sublinha a indistinção primordial entre o subjetivo e o objetivo na vida primitiva do bebê, evita-se a pressuposição de um continente ou receptor que porte o conceito de introjeção, algo que ainda não cabe no momento paradoxal de relacionalidade indistinta.

Com efeito, essas duas narrativas de origem do Eu apresentam consequências distintas para a conceituação das noções de continuidade do ser (*going on being*) e de gesto espontâneo, ambas fundamentais no pensamento winnicottiano. Em síntese, os dois grandes índices de distinção entre as duas posições supracitadas repousam justamente sobre o solipsismo da noção do *self*-bolha presente desde os primórdios e o núcleo identitário, ausente na noção do centro de gravidade e da gênese social do *self*. Mas antes de pensarmos sobre esta distinção, perguntemos: o que Winnicott entende ser a continuidade do ser (*going on being*)?

A continuidade do ser, ou continuidade da existência – as duas traduções consagradas na literatura winnicottiana no Brasil –, em uma primeira leitura, parece ser a forma que a subjetividade assume no tempo quando não precisa reagir a intrusões ambientais paralisantes. Conforme escreve Winnicott (1960/1990),

Se os cuidados maternos não são suficientemente bons, o infante na verdade não chega a *aceder à existência*, na medida em que não há a continuidade do ser (*continuity of being*); ao contrário, a personalidade se ergue na base de reações a intrusões ambientais. (p. 54, grifos nossos)

Ou seja, ao usar a expressão “aceder à existência”, Winnicott implica que o próprio ser (*being*) possui uma história, e esta história é contada

pelo psicanalista em um texto tardio chamado *A criatividade e suas origens* (Winnicott, 1971/2005). Neste, como indica o título, Winnicott buscará pensar (de forma tão ou mais imaginativa e abstrata do que havia feito em *O uso de um objeto*) o nascimento do sujeito criativo naquilo que chamou de “elemento feminino puro” e no “elemento masculino puro”.

O elemento feminino puro é, grosso modo, o potencial identificatório do sujeito em desenvolvimento, manifestado em condições de máxima dependência, que sedimenta a história relacional do *infans*, os primeiros contornos de seu *self*: “a história de um bebê individual não pode ser escrita nos termos do bebê sozinho” (Winnicott, 1971/2005, p. 95). Em primeiro lugar, no contexto da cultura materna, há o encenar daquilo que do lado de fora, um observador poderia ver como a mãe amamentando (ou segurando, trocando, movendo e acariciando seu infante), algo que resulta na presença indiferenciada do que Winnicott chamou de “objetos subjetivos”.

Ao objeto subjetivo primordial, aquele que responde ao gesto voraz do corpo ainda não integrado do *infans*, Winnicott nomeará convenientemente de “seio”. As aspas são empregadas por ele próprio ao refletir sobre este objeto, na medida em que não se trata de um seio real ou uma representação dele. Trata-se, antes, de um dispositivo, um catalisador da experiência da ilusão: um dos dois terminais das “duas linhas” que podem se sobrepor (Winnicott, 1945/1987) na gênese de um momento de ilusão. Em síntese, trata-se daquilo que oferecerá ao *infans*, quando ele o ataca impiedosamente, a resposta nutritiva que ele não “sabia” que desejava, mas que se manifestará como uma experiência de criação própria e mágica.

Esse tipo de relação objetal propriamente inconsciente, com efeito, “estabelece o que é talvez a mais simples de todas as experiências”, qual seja “a experiência do *being*” (Winnicott, 1971/2005, p. 108). Tal experiência, ademais, estabelece aquilo que Winnicott chama de “identidade primária (*primary identity*)” (p. 108). Retomando o que vimos acima, o sujeito winnicottiano e sua suposta identidade têm em seu núcleo não um caractere ou um conjunto de caracteres fixos e essenciais que se manifestam com o suporte do ambiente. Ele é propriamente *a sedimentação de uma experiência social, contingente e histórica*.

Com efeito, esta primeira experiência e sua repetição ao longo dos cuidados com o *infans* em seus primeiros momentos de vida tende

a consolidar, junto à parceria psicossomática que advém da psiquê, encontrando morada no corpo, aquilo que costumamos descrever como ser ou existência. Todavia, há também nesta experiência identificatória primária três aspectos que não devemos perder de vista: a proposição posicional e dinâmica contida no *being* winnicottiano, a problemática distinção entre o ser e o fazer e a questão do gesto criativo/destrutivo.

A teorização do psicanalista inglês é prenhe de noções que remetem a realidades espaciais abstratas. Com efeito, muito do que pode ser tido como tributário de uma ontologia em Winnicott, inclusive o próprio *going on being*, poderia ser facilmente intercambiável: de um conjunto de atributos das propriedades gerais do ser por uma especulação imaginativa acerca dos distintos espaços do *self* winnicottiano. Ora, é justamente esta heterotopia que está em jogo quando se percebe que *being*, no inglês do psicanalista, pode se verter nas línguas latinas tanto por “ser” quanto por “estar”. A teorização expandir-se-ia caso não nos detivéssemos tanto em uma série de interrogações sobre a ontologia quanto sobre o tema da topologia e da heterotopia no pensamento winnicottiano.

Apesar de não ter se estendido sobre o tema, em um breve comentário acerca do *going on being* (que prefere traduzir como *continuidade de existência*), Heitor O’Dwyer de Macedo (2012) não se furta a descrever repetidamente o percurso winnicottiano do desenvolvimento como relativo à emergência de um espaço:

Esse percurso, que vai de uma dependência absoluta à autonomia da criança é, de fato, a consequência lógica de diversos operadores psíquicos que permitem a *emergência de um espaço*, também ele psíquico, que coincide com o surgimento do sujeito. (p. 62, grifos nossos)

Ademais, quando retorna para o tema central de seu ensaio, a “continuidade da existência”, Macedo (2012) volta a ressaltar a temática do lugar na teorização winnicottiana da história de origem do *self*. Particularmente acerca do que vimos sobre a identificação do infante com o “seio” na origem da pertença espacial/ontológica chamada de *being* (Winnicott, 2005), o autor escreve:

Podemos, então, dizer que o campo da noção de *continuidade de existência* inclui uma teoria da identificação primária. Formulo essa teoria assim: *a*

primeira identificação é a identificação a um lugar. Esse lugar se encontra no espaço psíquico da mãe, lugar preservado para que esse sujeito preciso, e não outro, possa advir. Garantir a continuidade de existência é a mesma coisa que garantir a continuidade do *self*, e o *self* é o sujeito, a pessoa real. (Macedo, 2012, p. 63)

Com efeito, voltando à temática do fomento da substância da ilusão contida na provisão do “seio” que encontra o gesto que emerge daquilo que se tornará um *self*, é possível afirmar, junto a Macedo (2012), que a identificação com este lugar, com a cultura materna, é a própria criação deste lugar. Um “lugar básico de onde se opera” (Winnicott, 1986, p. 39), como escreveu uma vez o psicanalista inglês. Uma criação “conjunta” que quase nem mereceria esta denominação, dado que não há dois elementos em relação, mas uma dinâmica de forças que se renova em uma virtualidade espacial, inclusive após a separação entre o sujeito e o objeto. Esta dinâmica, pertinente ao jogo de forças indiferenciado que se renova perenemente, mesmo quando o *self* se diferencia do outro concreto, em concomitância com a diferenciação entre sujeito e objeto é, novamente, algo perdido pela reificação do ser (e, também, da existência) na tradução de *going on being* por “continuidade do ser” ou mesmo “continuidade de existência”.

O *being* winnicottiano, tendo como referente o *ser*, aponta para a forma que toma a sensação de existir, de ser real e possuir uma experiência vital animada pela experiência reiterativa da ilusão nos primórdios indiferenciados da cultura materna, algo que também é compreendido pela versão *existir*. Ambos, porém, encerram-se no infinitivo, na forma verbal de algo consolidado. Porém, o *being* como *estar* parece menos comprometido com uma forma ontológica estática e com a identidade enquanto algo fixo. Avança, assim, a proposição de um ancoramento do *self* em um conjunto de experiências que não compromete seu potencial expansivo e heterotópico: o lugar que o devir-sujeito ocupou, seu nascedouro, por assim dizer, é apenas o primeiro de várias outras posições que possa vir a ocupar durante a vida. Seu potencial identificatório primário é passível de ser sempre renovado. O mesmo ocorre com o *being* vertido por *sendo*, preservando a forma tanto circunstancial quanto iterativa do gerúndio.

Com efeito, é para preservar esta ambiguidade que expande as direções múltiplas que a palavra *being* apresenta no inglês que optamos

por não traduzir o termo *going on being* por nenhuma nova versão, nem tampouco pelas traduções consagradas na literatura brasileira.

O GESTO ESPONTÂNEO E OS ELEMENTOS “MASCULINO” E “FEMININO”

Dediquemo-nos a um outro elemento da teorização winnicottiana acerca da “história de origem” do sujeito, qual seja, o chamado gesto espontâneo. Como ocorre com todas as noções mais peculiares do *corpus* teórico de Winnicott (verdadeiro e falso *self*; objetos transicionais e espaço potencial etc.), por mais que tenham se tornado *slogans* na posteridade winnicottiana, é raro encontrar um consenso acerca do que se trata a noção de gesto espontâneo.

Vimos um pouco acima a especificação teórica feita por Winnicott (2005) daquilo que ele chamou de “elemento feminino puro”, o potencial identificatório primário que constitui a primeira experiência ilusória e posicional do futuro sujeito, ligada ao “seio”. No mesmo texto em que introduz esta noção e sua importância para a origem da criatividade, Winnicott pretende diferenciá-la daquilo que ele nomeou como “elemento masculino puro”. Da mesma maneira que o “elemento feminino puro” relaciona-se ao potencial identificatório e, portanto, ao *being* (ser, sendo ou estar, conforme chamamos à atenção), o “elemento masculino puro” relaciona-se ao *doing* (que, semelhante ao *being*, pode ser traduzido por “fazer” ou por “fazendo”). Mas o que é o *doing* e por que Winnicott o coloca como um evento secundário ao *being*? Essa distinção sustentar-se-ia mediante o escrutínio?

Vejamos a própria síntese que Winnicott (2005) faz na apresentação de seus dois pilares teóricos da vida primitiva do *self* em formação:

Quero dizer que o elemento que estou chamando de “masculino” transita em termos do relacionar-se ativo, ou do passivo ser relacionado, ambos respaldados pelos instintos. É no desenvolvimento desta ideia que falamos das moções instintivas (*instinct drives*) na relação do bebê com o seio e com a alimentação, e subsequentemente em relação a todas as experiências envolvendo as principais zonas erógenas, além das pulsões e satisfações subsidiárias. Minha sugestão é que, em contraste, o elemento feminino puro se relaciona com o seio (ou com a mãe) no sentido de *o bebê tornando-se o seio (ou a mãe), no sentido de que o objeto é o sujeito*. Não quero enxergar a ação do instinto nisso. (p. 107)

Porém, sugerimos que essa distinção e temporalidade deva ser colocada em suspeita: haveria uma identificação primária que funda o *being* sem nenhum gesto, nenhuma forma de ação? Se o *self* em devir realiza um gesto (ainda sem direção ou origem definida, dado que não há nem sujeito, objeto e nem desejo) que é propriamente interpelado por um objeto (o “seio” na convenção teórica que vimos), que resulta em uma operação identificatória primária e em uma experiência de ilusão, por que deveríamos ainda assim atribuir ao *being* a temporalidade primordial? É apenas mediante este gesto em direção ao objeto, presentificado, por sua vez, por seu próprio gesto em direção ao *infans* que a identificação primária pode ocorrer (as duas linhas que se sobrepõem, lembremos).

Quando consideramos o gesto, levamos em conta não o que Winnicott atribui aos instintos ou pulsões – que pressupõem a separação e o desejo –, mas o movimento do corpo em expansão, “respondido” pelo ambiente que o suporta (*holding*), maneja (*handling*) e o alimenta desde antes do nascimento. Esse gesto relaciona-se tanto àquilo que Winnicott chamou de “força básica da vida individual” e, também, ao “gesto espontâneo”. Na resenha de *Memórias, sonhos e reflexões*, de Carl Jung, após a expressão de sua contrariedade quanto à atitude defensiva de Jung com respeito à “destrutividade, com o caos, desintegração e as outras loucuras”, expressa na harmonia e perfeição das mandalas, vemos um Winnicott (1964/1989) entusiasta dessas mesmas coisas afirmar que “O que é mais importante é procurar as forças básicas da vida individual, e a mim é seguro que se a base real é a criatividade, a mais próxima dela é a destruição”. (p. 491)

Por sua vez, o “gesto espontâneo”, novamente na sugestão do próprio Winnicott, é indissociável do verdadeiro *self*, sendo o gesto sua presentificação em ato. Em uma descrição notável por sua tautologia, o psicanalista escreve que “o verdadeiro *self* é a posição teórica [observemos, novamente, a razão topológica] de onde advém o gesto espontâneo” e, logo em seguida, que “o gesto espontâneo é o verdadeiro *self* em ação (Winnicott, 1960/1990, p. 148). Ora, se o verdadeiro *self* é, como podemos observar na citação acima, a *posição* teórica de onde parte o gesto espontâneo, não seria o próprio verdadeiro *self* equânime àquele “lugar básico de onde se opera”, que emerge na identificação primária?

Assim, *being* e *doing*, conforme sugerimos, são indissociáveis em suas temporalidades. São duas faces do mesmo acontecimento, sendo que o gesto espontâneo, quando recebido pelo objeto ainda indiferenciado, dá os primeiros contornos espaciais ao *self* em devir. Pensar o gesto (e o ator por trás do ato) junto a Winnicott é indissociável não de uma entidade transcendente que manifesta sua identidade enquanto agente de cada gesto, de um cerne identitário personalizado; o gesto criativo não emana do ator, mas cria o próprio ator no momento em que é expedido e recebido por um outro em um ciclo contínuo. Conforme colocou poeticamente Fulgencio (2016):

No gesto criativo – antes, na e depois da fase da transicionalidade –, a criança encontra a si mesma, ou melhor, o gesto é a ação deste si mesmo. Trata-se de um gesto que gera o seu próprio autor e, ao mesmo tempo, o objeto com o qual este si mesmo se relaciona. Tal como o geômetra que num único traço gera o côncavo e o convexo, este gesto criativo gera o si mesmo e o objeto com o qual se relaciona. (p. 107)

Dito de outra forma, o *self* é imediatamente causa e efeito deste gesto sem ator preexistente a seu efeito. Não há, em um sentido estrito, um indivíduo anterior a esta “volta”. Ele é o próprio efeito desta “volta”, deste “momento fundador cujo status ontológico se mantém permanentemente incerto”, nas palavras de Butler (2017, p. 11); momento em que o gesto criador engendra o objeto e volta ao *self* a potência criativa. O gesto, tornado significativo pela interpelação do outro, funda retroativamente um ator por trás do ato: o outro é o envelope de um domínio de pura potencialidade não-reflexiva e não-idêntica a si própria.

O *being* em Winnicott não é, portanto, um vazio e tampouco um ente solipsista que tem sua trajetória pré-definida. Propomos que o *being* winnicottiano seja uma topologia permanentemente incerta de sua ontologia e densa em experiências de ilusão. A subjetivação em Winnicott é, com efeito, a realização no tempo de um devir histórico que se constitui e se renova perenemente na constante relação de sua potência com a resistência outro, no início em um estado de máxima dependência e, posteriormente, em uma independência potencial que nunca, de fato, se realiza.

A DUPLA VOLTA: *BEING* E SUJEITO

Consequente ao afastamento da diferenciação entre o *being* e o *doing*, aprofundamos a formação do sujeito em Winnicott enquanto efeito de uma “volta”: o arco que o gesto do devir-sujeito percorre, a partir da deflexão do outro, incidindo sobre “ele” próprio e dando os primeiros traços de sua subjetivação. A subjetivação propriamente dita, conforme vimos refletindo, deve atentar à conotação ambígua do seu termo originário: “Sujeição significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito” (Butler, 2017, p. 10).

Se, conforme vimos acima, é na primeira “volta” que se constitui o *being* enquanto efeito e causa de seu gesto criativo e destrutivo, imiscuído na presença do outro como objeto subjetivo, na segunda “volta”, o *infans* tornar-se-á sujeito, tanto no sentido de um ente autorreflexivo quanto no de ser dependente e subordinado a outros sujeitos, os quais continuamente tentará destruir (Winnicott, 1969/2005). “O amor de uma criança”, lemos em Butler (2017), inclusive em uma terminologia familiar a Winnicott,

é anterior ao julgamento e à decisão; quando a criança é cuidada e nutrida de uma forma “suficientemente boa” [*good-enough*, no original], o amor acontece primeiro; só depois é que ela terá a chance de discernir entre os que ama. (...) Para que o sujeito surja, esse apego, em suas formas primárias, deve tanto *vir a ser* quanto *ser negado*, seu devir deve consistir em sua negação parcial. (p. 17)

Dessa maneira, em distinção à emergência do *being* que ocorre logo nos primeiros momentos da vida do infante, a subjetivação é pertinente a uma etapa posterior do desenvolvimento primitivo, que coincide com o que Winnicott (1945/1987a) chamou de realização. Particularmente, concerne ao paradoxo da negação e da sobrevivência que Winnicott (1969/2005) descreveu em seu *O uso de um objeto*.

Neste influente ensaio anteriormente citado, Winnicott (1969/2005) descreverá o ambiente tornando-se objeto a partir de suas falhas de adaptação à onipotência do sujeito em desenvolvimento. Em síntese, o psicanalista teoriza que a chave da passagem do objeto subjetivo ao objeto objetivamente percebido, ou ainda mais fundamentalmente, sua passagem

de objeto a sujeito, se dá por sua constante sobrevivência à constante destruição feita pelo sujeito em desenvolvimento na cena fantasmática de seu inconsciente. A criança, após destruir os objetos ainda em seu controle onipotente, ao “abrir os olhos”, enxerga um mundo intacto, que não sucumbiu à destruição: um mundo objetivo, independentemente de sua asserção onipotente, composto por sujeitos com “direitos próprios” (p. 120). Uma “coisa-em-si (*thing in itself*)” (p. 118), em uma explícita e não-atribuída referência ao conceito kantiano.

Inúmeras implicações podem ser recolhidas a partir da positivação da sobrevivência do mundo objetivo aos ataques do *infans* na esfera de sua fantasia onipotente. A mais imediata é, evidentemente, aquela destacada pelo próprio Winnicott (1969/2005) no referido ensaio, qual seja, que a sobrevivência do objeto destruído em fantasia é a condição de possibilidade da separação e mudança no registro da dinâmica de relação com objetos ao uso de objetos, com a conseqüente emergência do próprio sujeito. Em síntese, de que sem a dialética entre destruição e sobrevivência não há amor.

A esta implicação explícita da abstração winnicottiana, cabe acrescentar mais duas. A primeira, conforme vimos, é a de que no momento de separação o sujeito “irá se dar conta de” sua dependência e sujeição a um mundo cuja existência é anterior à sua e que o interpela, algo que Winnicott (1969/2005) ressalta em seu aspecto positivo: “Destas formas” escreve o psicanalista, “o objeto desenvolve sua própria autonomia e sua própria vida e (se ele sobrevive), contribuirá para o sujeito de acordo com suas próprias características” (p. 121).

Todavia, atentando ao duplo sentido da sujeição, não é apenas de aspectos positivos, da contribuição à vida do sujeito no sentido de um enriquecimento pessoal, que se trata a emergência do sujeito. Os aspectos “negativos” da emergência do indivíduo tornado sujeito em – e assujeitado a – um mundo independente de si, do qual é vitalmente dependente, foram abordados por Winnicott em um texto anterior, escrito seis anos antes de *Uso de um objeto* e que se coloca como um complemento indispensável à teoria da subjetivação que podemos apreender na teorização do autor, o *Comunicar-se e não se comunicar levando ao estudo de certos opostos* (Winnicott, 1963/1990).

A segunda implicação de *Uso de um objeto* à qual devemos atentar diz respeito ao postulado de uma dinâmica agonística, de um jogo de forças entre o indivíduo tornado sujeito através das implicações de sua destrutividade e os objetos objetivos (os objetos tornados sujeitos autônomos) com os quais virá a se relacionar. Da mesma maneira que na constituição do *being*, o gesto criativo e destrutivo do *infans* indiferenciado volta a si, passando pela resistência do outro e dando contornos à primeira topologia subjetiva, quando da destruição e sobrevivência do objeto, cabe a assertiva de que uma outra “volta” aconteceria.

Esta segunda “volta”, ocorrendo por sua vez tendo o *self* já percorrido as experiências de integração e personalização, criará um sujeito que é assujeitado a um objeto que já não é mais parte imiscuída de seu universo indiferenciado. É verdadeiramente um outro do qual o sujeito depende e ama porque pode destruir. Diríamos “impunemente”, não fosse o fato de que a expectativa do retorno a si do mesmo gesto destrutivo que realiza constantemente em sua fantasia inconsciente é, desta vez, atribuída ao objeto, separado e externo, tornado também sujeito. Em outras palavras, se eu posso destruir o outro, ao reconhecê-lo como sobrevivente a meu gesto destrutivo e reintegrá-lo à minha esfera onipotente de indiferenciação, ele pode fazer o mesmo comigo.

Há, portanto, um reposicionamento da paranoia neste contexto. Winnicott propôs que, no momento de indiferenciação do *self* e no contexto do estabelecimento do *being*, o objeto suportivo serve como um “ego auxiliar” (Winnicott, 1963/1990, p. 77), referindo-se à função egoica da mediação contra eventos externos e internos potencialmente ameaçadores. “O início”, o psicanalista assume,

é potencialmente terrível em virtude das angústias que mencionei e também por causa do *estado paranoide que prontamente sucede a primeira integração*, bem como dos primeiros momentos instintivos, trazendo ao bebê um novo sentido aos relacionamentos objetais. (Winnicott, 1952/1987, p. 99, grifos nossos)

Se a “primeira integração” é precária, no sentido de que sempre deixa de fora conteúdos que potencialmente se voltarão contra o *self* com um caráter de estranheza e ameaça, não poderíamos pensar o mesmo a partir

do evento da separação entre sujeito e objeto quando da destruição e sobrevivência deste último? O gesto que, com efeito, deflete no objeto que emerge como uma coisa-em-si e, dada sua sobrevivência como ente separado, recebe também a projeção da destrutividade que lhe promoveu como ente separado. O objeto sobrevivente e externo guarda, assim, tanto o amor do qual o sujeito depende quanto a destruição potencial que o próprio sujeito constantemente ensaia, contra ele, em sua fantasia. Dito de outra maneira, a concepção winnicottiana sugere que o poder implicado na destrutividade não é imposto ao sujeito por uma instância soberana, sendo antes o fruto de um circuito que não apenas constringe o sujeito. E essa dinâmica interpela o sujeito criativa e destrutivamente em sua própria sujeição ao mundo externo enquanto consequência e causa.

CONCLUSÃO

Ao buscarmos contrapor a ilustração do *self*-bolha e do centro de gravidade, pudemos ver que, em Winnicott, convivem distintas metáforas para o nascimento psicológico do sujeito. Distintamente do *self*-bolha, que implica o desenvolvimento em uma narrativa romântica e naturalista, o centro de gravidade intersticial destaca os primeiros momentos do devir do sujeito como um processo alteritário e contingente, não redutível ao solipsismo que costumeiramente se aponta em Winnicott.

A partir das consequências da assunção do interjogo das forças contidas nesse momento indiferenciado do desenvolvimento, pudemos ver que o *self* não acede à existência apenas como efeito da manifestação de uma potencialidade inata. A partir do que chamamos de primeira volta da subjetivação, o *self*, em seus primeiros contornos, é a sedimentação de um espaço, o envelope que contém o precipitado dos momentos de ilusão cujo contorno é a sobreposição das duas linhas que partem de posições indiferenciadas, mas que se reunirão no espaço de onde opera o *a posteriori* que chamaremos de sujeito.

Tanto na subjetivação propriamente dita quanto no momento de emergência do *being*, pressupomos o evento que chamamos acima de “volta” do gesto do sujeito em potencial sobre o que – como efeito desta volta – se tornará sua forma-sujeito. Esta “volta”, portanto, ocorre em dois tempos,

sendo o primeiro a cena de interpelação de um ambiente indiferenciado que inaugura o lugar-tenente do indivíduo, o *being* ou a localização primordial do *self*. No segundo momento, ocorre o que Winnicott apontou como sendo a destruição e sobrevivência do objeto. Momento em que a “fantasia começa para o indivíduo” (p. 121), no sentido que a fantasia só merece este nome na medida em que é um evento privado do sujeito recém-emergido, contraposto ao “mundo dos objetos” (p. 121).

Em ambas voltas está a pressuposição do movimento expansivo primário do corpo, primeiramente indiferenciado do outro e ainda não assimilado à parceria psicossomática (Winnicott, 1949/2007b). O movimento expansivo associado à espontaneidade sempre pressupõe, com efeito, um outro que interpele este mesmo movimento, para que progressivamente o sentimento de si se torne uma realidade da experiência subjetiva.

Algo do sujeito, porém, escapa à interpelação e assume um “lugar” separado. Trata-se do “*self* não-comunicante do indivíduo, ou o núcleo pessoal do *self* que é um isolado verdadeiro” (Winnicott, 1963/1990, p. 182). Algo de um excesso que assumirá os descritivos de silêncio e de segredo pertinentes, ao que Winnicott postulou como um núcleo afastado da relacionalidade. Um núcleo cindido, constituído pelas vivências inaugurais da heterotopia do futuro sujeito, não-autorreflexivo e indiferenciado do mundo objetivo.

O postulado deste núcleo implica, com efeito, a revisão da ideia de cisão em Winnicott e, conseqüentemente, da perturbação da noção de integração enquanto sinônimo de um sujeito totalizado, em que todas as partes se presentificarão para o *self* em sinergia e harmonia se acompanhados por um ambiente hospitaleiro e não-traumatizante. Inaugura-se uma parte do *self* indisponível tanto à relação com o sujeito subjetivo e ao Eu autorreflexivo, quanto à relacionalidade com os outros sujeitos e o mundo objetivo, uma cisão no seio da subjetividade que não é, portanto, exclusiva apenas aos cenários traumáticos.

REFERÊNCIAS

- Abram, J. (1997). *The language of Winnicott: a dictionary and guide to understanding his work*. New York: Jason Aronson.
- Belo, F. (2012). *Entre o cuidado e a sedução: diálogos entre Winnicott e Laplanche*. Projeto de pesquisa apresentado ao Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Butler, J. (2005). *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press.
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. São Paulo: Autêntica.
- Fulgencio, L. (2016). *Por que Winnicott?* São Paulo: Zagodoni.
- Gomes, S. (2016). “Eu vi que você viu que eu vi”: a tríplice hélice narcísica no pensamento clínico de DW Winnicott. *Tempo Psicanalítico*, 48(1), 9-28.
- Laplanche, J. (1999). The unfinished copernican revolution. In J. Laplanche (Ed.), *Essays on otherness*. London: Routledge.
- Macedo, H. O. (2012). O conceito de continuidade de existência em Winnicott: transferência e tratamento do trauma. In *Cartas a uma jovem psicanalista*. São Paulo: Perspectiva.
- Mizrahi, B. (2010). *A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Oppenheim, M. (2006). *Jewish philosophy and psychoanalysis: narrating the interhuman*. Oxford: Lexington Books.
- de Sousa Almeida, N., & Marques, R. V. (2020). Em busca do gesto espontâneo: a subjetivação da mulher negra em A cor púrpura, de Alice Walker. *Revista Criação & Crítica*, (27), 118-138.
- Winnicott, D. W. (1987). Primitive emotional development. In *Through paediatrics to psychoanalysis: collected papers*. London: Karnac. Original publicado em 1945.
- Winnicott, D. W. (1987). Anxiety associated to insecurity. In *Through paediatrics to psychoanalysis: collected papers*. London: Karnac. Original publicado em 1952.

- Winnicott, D. W. (1989). Review of Memories, dreams, reflections. In *Psycho-Analytic Explorations*. Cambridge: Harvard University Press. Original publicado em 1964.
- Winnicott, D. W. (1990). The theory of the parent-infant relationship. In *The maturational processes and the facilitating environment*. London: Karnac. Original publicado em 1960.
- Winnicott, D. W. (1990). The development of the capacity for concern. In *The maturational processes and the facilitating environment*. London: Karnac. Original publicado em 1963.
- Winnicott, D. W. (1996). Primary introduction to external reality. In *Thinking about children*. London: Karnac. Original publicado em 1948.
- Winnicott, D. W. (2005). The use of an object and relating through identifications. In *Playing and reality*. New York: Routledge. Original publicado em 1969.
- Winnicott, D. W. (2005). Creativity and its origins. In *Playing and reality*. London: Routledge. Original publicado em 1971.
- Winnicott, D. W. (2007). Birth memories, birth trauma, and anxiety. In *Collected papers: through paediatrics to psychoanalysis*. London: Karnac. Original publicado em 1949.

NOTAS

- ¹ O presente artigo é um excerto da tese de doutorado intitulada O sujeito winnicottiano entre o recentramento e o descentramento e defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 2019.
- ² O copernicano e o ptolemaico, para Laplanche (1999), referem-se respectivamente às narrativas psicanalíticas que destacam a preeminência do outro na estruturação da subjetividade e aquelas que priorizam um raciocínio solipsista.
- ³ O termo “cultura materna” refere-se a este espaço majoritariamente indiferenciado entre a mãe e o bebê, em que a mistura de dois espaços psíquicos indiferenciados e os processos de cuidado se desenrolam de modo a formar o sujeito. A escolha de palavras não é inconsequente, e podemos pensar comparativamente no “caldo primordial”, que serve até hoje como origem teórica de compostos que deram origem à vida na Terra.

Recebido em 1 de maio de 2021

Aceito para publicação em 20 de agosto de 2021

CONSIDERAÇÕES SOBRE PARCERIAS AMOROSAS E EXCESSOS EM ALGUMAS MULHERES TOXICÔMANAS

*Luma de Oliveira**
*João Luiz Leitão Paravidini***

RESUMO

Pensar no sujeito atravessado pelo fenômeno toxicômano implica em legitimar paradoxais formas de se colocar na vida. Esse sujeito, sendo produto e efeito de políticas econômicas vigentes, incita tentativas sociais de controle que denunciam a falta de saber lidar com a questão. Já sendo difícil pensar nessa condição em geral, a questão torna-se ainda mais problemática quando se consideram subgrupos como o de mulheres. Entre 2000 e 2016, por exemplo, ocorreu um aumento de 656% do encarceramento feminino, com alta representatividade de crimes relacionados às drogas. Atentando-se a esses fenômenos e à transferência com a psicanálise, que mostra o quanto a figura da mulher se faz apreendida desde Freud como um enigma, propõe-se neste artigo compartilhar recortes de reverberações de uma pesquisa resultante da experiência com um grupo de mulheres em um Centro de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas (CAPS AD). Para realização do grupo, foi constituído um espaço em que essas mulheres pudessem falar sobre seus impasses no encontro com o feminino e com o laço social, sendo ambos particularmente atravessados por objetos tóxicos. Essa pesquisa resultou em elaborações sobre curiosas e sintomáticas parcerias

* Psicóloga no Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU-UFU). Especialista em Gestão de Redes de Atenção à Saúde pela ENSP/Fiocruz. Mestre em Psicologia, linha Psicanálise e Cultura, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

** Psicanalista. Professor Associado do Instituto de Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Saúde Mental pela Universidade de Campinas (UNICAMP).

que essas mulheres estabeleciam ao longo da vida, levando-nos a refletir sobre o quanto a toxicomania pode aproximar-se de um semblante de existência para algumas delas. Na direção da ética da psicanálise, reforça-se com este trabalho a emergência do singular diante de globalizadas respostas e propõe-se a potencialização da escuta nele realizada para outros espaços de cuidado e acolhimento, principalmente espaços da saúde pública.

Palavras-chave: toxicomania; feminino; psicanálise.

CONSIDERATIONS ABOUT LOVING PARTNERSHIPS AND EXCESSES IN SOME DRUG ADDICTS WOMEN

ABSTRACT

Think about the subject traversed by the drug addiction phenomenon implies in legitimize paradoxical ways of living life. If before some substances existed as a contact means with deities through members authorized by certain groups, in modernity are inaugurated new ways of use that become these substances known as "drugs". The addicted subject, being product and effect of current economic policies, awake social attempts of control that denounce the lack of know how to deal with the issue. Already being difficult to think about this, when considering subgroups such as women, the question becomes even more problematic. Between 2000 and 2016, there was a 656% increase in female incarceration, with a high proportion of drug-related crimes. In view of these phenomena and transference with psychoanalysis, that shows how the women figure is understood since Freud as an enigma, we propose this work by excerpts from a clinical experience and research with a women group in a Psychosocial Care Center - alcohol and other drugs (CAPS AD). To this, it was offered a space in which these women could talk about the impasses of the encounter with the feminine and the social bond, being in particular crossed by toxic objects. This work resulted in elaborations about curious and symptomatic partnerships that these women established throughout their lives, leading us to reflect on how much drug addiction can approach a semblant of existence for some of them. In direction of psychoanalytic ethics, the emergence of singular is reinforced in the face of globalized responses, and it is proposed to potentialize the listening like in this work in other care and embracement places, especially public spaces.

Keywords: drug addiction; feminine; psychoanalysis.

CONSIDERACIONES SOBRE ENLACES AMOROSOS Y EXCESOS EN ALGUNAS MUJERES TOXICÓMANAS

RESUMEN

Pensar en el sujeto atravesado por el fenómeno de la toxicomanía requiere legitimar formas paradójicas de ponerse en la vida. Este sujeto, siendo producto y efecto de las políticas económicas actuales, incita a intentos de control social que denuncian la falta de saber cómo tratar el problema. Siendo difícil pensar en esta condición en general, al considerar subgrupos como de las mujeres, la cuestión se vuelve aún más problemática. Entre 2000 y 2016, por ejemplo, hubo un aumento de 656% del encarcelamiento femenino, con una alta representatividad de delitos relacionados con las drogas. Teniendo en cuenta estos fenómenos y una transferencia con el psicoanálisis, que muestra lo cuánto se comprende la figura de la mujer como un enigma desde Freud, este artículo se propone con el fin de compartir recortes de reverberaciones de una investigación resultante de la experiencia de los autores con un grupo de mujeres en un Centro de Atención Psicosocial – alcohol y otras drogas (CAPSAD). Para esto, se ofreció un espacio en que estas mujeres podían hablar de los impases del encuentro con lo femenino y con el vínculo social, siendo en particular atravesadas por objetos tóxicos. Este trabajo dio lugar a elaboraciones sobre curiosos y sintomáticos enlaces que estas mujeres establecieron en sus vidas, lo que nos llevó a reflexionar sobre como la adicción a las drogas puede acercarse a un semblante de existencia para algunas de ellas. En la dirección de la ética del psicoanálisis, refuézanos con este trabajo la emergencia del singular frente a las respuestas globalizadas y proponemos potencializar la escucha realizada a otros espacios de atención y tratamiento, principalmente espacios públicos.

Palabras clave: toxicomanía; femenino; psicoanálisis.

INTRODUÇÃO

Veiculam-se notícias sobre “drogas” e seus efeitos como se fossem muito atuais. Hoje em dia, vemos até textos sobre possíveis “transtornos contemporâneos” incluindo a toxicomania nesse amplo quadro. Junto a isso, percebe-se que a perspectiva da “droga” como um problema, principalmente como problema social, em alguns momentos toma a dimensão de pânico, transformando-a em algo a ser combatido. Mas olhar por essa perspectiva parece desconsiderar o fato histórico de que a relação humana com as drogas data de mais de mil anos.

Muitos são os nomes atribuídos à relação problemática com o uso de substâncias, como “adictos”, “dependência química”, “farmacodependência”, “viciados”, “drogadição”, “toxicomania”, entre outros. Toda essa variação denuncia a dificuldade de se nomear algo tão complexo e o quanto o nome pode ir mudando com o tempo e conforme quem o pronuncia. Aqui, por se tratar de um recorte de trabalho, pela frequência com que se encontra em textos psicanalíticos e por certa aproximação dos autores do artigo com a discussão sobre toxicomania trazida por Le Poulichet (1990), escolhe-se trabalhar com o termo “toxicomania”.

Há muito tempo, escritores e estudiosos, como Homero e Dioscórides na Grécia Antiga, Plínio Segundo no séc. I d.C. e Freud (1885; 1930) em sua relação com a cocaína e em *O Mal-estar na Civilização*, tentam apreender o misto de prazer e desprazer que parece acompanhar algumas substâncias.

Freud (1930) fala do quanto a entrada dos sujeitos na cultura é trabalhosa e envolve perda de satisfações. Diante dos custos e desafios de uma árdua vida em grupos, o autor afirma que a intoxicação pode funcionar como um meio para evitar sofrimento.

Pensar no sujeito atravessado pelo fenômeno toxicômano implica em legitimar paradoxais formas de se colocar na vida e nas relações. Esse sujeito, sendo produto e efeito de políticas econômicas de seu tempo, incita tentativas sociais de controle que apontam cada vez mais para uma falta de saber lidar com a questão.

Neste trabalho, acrescentamos a percepção de que, de modo semelhante ao que acontece com sujeitos toxicômanos, não é de hoje que a sociedade parece não conseguir apreender o diferente existente na mulher e sabe menos ainda o que fazer com isso, o que pode ser representado pelas figuras místicas que lhe são atribuídas ao longo do tempo, tais como bruxas, feiticeiras, curandeiras, cartomantes, etc., destinando aquelas que não correspondem às expectativas sociais para lugares controversos (fogueira, convento e prisão, por exemplo).

Quando se pensa na Psicanálise, desde Freud o feminino e a mulher têm sido apresentados como verdadeiros enigmas. Lacan (1972-73), em suas concepções, nesse sentido, conclui que não há um gozo que atenda ao universal “Mulher” ou algo que se afirme como definição para todas. Sobre essa concepção da impossibilidade de apreensão d’A Mulher, é possível acrescentar uma passagem de Grant (1998), ao dizer que:

Neste contexto vale lembrar que usamos o significante Mulher para denominar a especificidade daquilo que está fora do significante... Como falar daquilo que não se pode falar? Esta ausência de um termo para dizer *A Mulher* deixa indeterminada uma identificação especificamente feminina. Ela escapa às palavras e está sempre em outro lugar que não aquele em que se diz estar. Perde a identidade e o nome, no caminho em direção ao gozo que lhe é próprio (p. 259).

Observa-se, desde o surgimento da psicanálise, um particular investimento sobre o tema, que surge com a parceria entre Freud e Breuer (1895) se debruçando sobre um caso de histeria atendido por Breuer, entre 1880 e 1882, e os efeitos do embaraço com o (não) saber diante desse encontro, que marca a castração do mestre diante de um enigma a ser decifrado por meio da convocação da escuta.

Em uma conferência sobre a feminilidade, Freud (1933) corrobora o exposto quando afirma não conseguir dar uma resposta específica a esse enigma, sugerindo que, se desejassem saber mais, então buscassem outras fontes, como as próprias vivências, os poetas e novos resultados da ciência.

Assim, se é trabalhoso lidar com a evocação social diante da toxicomania e apreender sobre a condição feminina nas mulheres, questionou-se no início da pesquisa que originou este artigo como se daria o processo de constituição feminina de algumas participantes de um Centro de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas (CAPS AD). Vale destacar que, após identificar várias situações de risco e vulnerabilidade que as envolviam, devemos nos atentar ao importante lugar social dessas mulheres, indissociável de políticas públicas, da política de drogas e da política de encarceramentos.

Aceita-se o convite de Rosa (2016) de não perder de vista a dimensão sociopolítica do sofrimento, buscando intervenções “na direção de reposicionar o sujeito em relação ao seu discurso, sua voz, desarticular gozo, recuperar memórias e repensar as bases do pacto social vigente como formas de conceber uma transformação social” (p. 95).

Com isso, trazemos a experiência de acompanhamento de um grupo psicanalítico composto por mulheres em um CAPS AD e os resultados de articulações e supervisões realizadas a seu respeito. O trabalho culminou

em importantes reflexões sobre o que é ser mulher, os efeitos de tentativas de estabelecimento de parcerias frente ao desamparo, sobre como isso pode se dar nos encontros com as figuras materna e paterna e como tudo isso desemboca em sintomáticas parcerias amorosas na vida adulta.

Dentre diferentes noções teóricas, ressalta-se a aproximação da nossa escolha de trabalho em grupo com a visão da escola francesa de Psicanálise, principalmente de autores como Kaës e Anzieu. Sobre isso, tem-se que a escola francesa considera a prática de grupo como naturalmente pertencente à psicanálise (Castanho, 2018).

Kaës traz o grupo como intrínseco à constituição humana, apreendendo um “duplo estatuto do sujeito” que se constitui apoiado sobre o corpo e sobre o âmbito intersubjetivo, por meio de vínculos nas relações humanas. Segundo o autor (2007), o sujeito do inconsciente (objeto da psicanálise) é o sujeito do vínculo.

A título de contextualização, os atendimentos em grupo de nosso trabalho ocorreram semanalmente, com duração aproximada de uma hora e meia. Devido à característica da instituição com rotatividade diária de pacientes, os encontros eram abertos, de maneira que podiam comparecer novas e diferentes integrantes. O número de participantes por encontro teve uma média de oito mulheres.

O grupo, como proposto, foi chamado na instituição de “Grupo de Mulheres” e proporcionou experiências de reflexão, identificação, manejo de regras como em um *setting* individual e pôde ser trabalhado em livre associação. Entende-se que esse processo permitiu uma aproximação com o real do sofrimento de cada mulher ali presente.

Diante dessa forma de trabalho, notou-se que o tema das “parcerias” ganhou particular destaque em referência ao que as participantes traziam sobre suas relações amorosas com alguns companheiros e até mesmo com o objeto droga, expondo a relação do objeto tóxico com complicadas parcerias (ou ausência destas) ao longo da vida e os efeitos na vida adulta.

Segundo Miller (2000), para a psicanálise, o parceiro é uma instância com a qual o sujeito está ligado de forma essencial e paradoxal, causando problemas, estando associada aos nossos sintomas e sendo eventualmente enigmática.

QUEM SÃO ESSAS MULHERES?

Na impossibilidade de se dissociar o consumo e outras relações problemáticas com as substâncias psicoativas do nosso contexto social e de políticas públicas, gostaríamos de acrescentar informações que consideramos relevantes sobre a relação do exacerbado aumento de encarceramento feminino nos últimos anos com o envolvimento das mulheres no uso ou tráfico de drogas. Conforme dados do INFOPEN (2018), entre 2000 e 2016 ocorreu um aumento de 656% do encarceramento de mulheres no Brasil, enquanto o aumento do encarceramento masculino foi de 293%.

Segundo Lima (2015), entre 2003 e 2004, em uma análise da situação do encarceramento feminino na América do Sul, crimes relacionados a drogas representavam 46% dos casos em El Salvador, 86% na Nicarágua, 64% na Costa Rica e mais de 70% na Venezuela. No Brasil, em 2012, as prisões por tráfico e envolvimento com drogas representavam 22,6% dos homens e 64,7% das mulheres, tendo aumentado 5 vezes em São Paulo, conforme análises que ocorreram entre 2006 e 2012.

De acordo com “Um guia para reformas em políticas na América Latina e no Caribe”, resultante de um Grupo de Trabalho sobre Mulheres, Políticas de Drogas e Encarceramento, composto por membros da *Advocacy for Human Rights in the Americas* (WOLA), do *International Drug Policy Consortium* (IDPC), do *Dejusticia – Derecho, Justicia, Sociedad*, da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) (2017), em muitos países as punições para delitos de drogas são mais altas do que penas para atos como estupro ou homicídio.

Esse Guia (WOLA et al., 2017) provoca importantes reflexões sobre os impactos dessas políticas sobre as mulheres, mostrando que a prisão como resposta às drogas tem afetado desproporcionalmente esse grupo. Estudos na América do Sul mostram que a maioria das mulheres privadas de liberdade já vivenciou experiências de violência ou discriminação antes e tanto os delitos para obter drogas para consumo quanto a participação no tráfico estão frequentemente relacionados com exclusão social, pobreza e violência de gênero. A maioria tem pouca instrução educacional e é responsável pelo cuidado de dependentes, como crianças, idosos ou deficientes.

Diante dos impasses que a questão das drogas vem causando à sociedade, tem-se formulado e repensado políticas a respeito, com tênues linhas entre repressão/criminalização, prevenção e tratamento. No Brasil, apesar de ameaças de retrocessos, há algumas mudanças nessas políticas que, em geral, incentivam a enxergar pessoas com problemas com drogas como sujeitos que necessitam de cuidado profissional, bem como seus familiares. Em algumas áreas do saber já se tem até despertado para a importância da discussão sobre descriminalização do uso de drogas e quantias consideradas de baixo risco para consumo pessoal.

Nesse sentido, acrescenta-se a importância dos CAPS ADs, que surgem como dispositivos substitutivos ao modelo manicomial de tratamento em saúde mental e como aposta em uma nova forma de cuidar. Apesar de alguns desafios práticos, a intenção é que nessas instituições os sujeitos possam refletir sobre suas relações com o uso, suas formas de se posicionar em diferentes contextos, conhecer seus direitos, retomar vínculos, entre outras questões, ajudando-os a ressignificar o uso da droga e, por vezes, até interrompê-lo.

Entende-se, no entanto, que nem todos se dispõem a uma mudança na relação com a droga, ou pelo menos não de forma tão imediata, e muitos fatores contribuem para isso. No caso das mulheres, de acordo com o que se percebe na experiência clínica, essa dificuldade pode ocorrer, por exemplo, por influência de parceiros amorosos, por desafios com a maternidade, conflitos com autoimagem e mudanças corporais, por histórico de violência doméstica e pouco suporte para lidar com essas e outras questões, o que as fazem buscar na droga a parceria (mesmo que também faltosa) que não encontram em outros espaços.

De acordo com o relatório do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência – OEDT (2000), a utilização de drogas é vista como incompatível com o papel da mulher e a maternidade é um elemento fundamental para sustentar essa percepção. As mulheres, inclusive, receiam ser consideradas inaptas como mães e temem perder os filhos caso decidam submeter-se a um tratamento. Esses dados significam, de acordo com o OEDT (2000), que as mulheres consumidoras de drogas enfrentam maiores dificuldades do que os homens no acesso a um tratamento adequado.

Autores como Pechansky, Diemen, Michele e Amaral (2014) afirmam que a diferença entre uso, abuso e dependência de drogas entre homens e mulheres vem diminuindo e os primeiros sintomas de dependência e busca por tratamento ocorrem mais rapidamente entre mulheres. No entanto, conforme questão levantada pelo OEDT (2020), reflete-se sobre o peso de barreiras no acesso das mulheres ao tratamento, levando-se em conta ainda a maior quantidade de homens geralmente frequentes nas instituições voltadas para esse cuidado.

Considerando os lugares historicamente destinados às mulheres e o estigma enraizado em pessoas que fazem uso problemático de drogas, questiona-se qual lugar essas mulheres teriam, sendo frequentemente anunciadas como “vagabundas”, “noiadas” e “loucas”.

Percebe-se a anulação dessas mulheres e da função materna ainda sendo reforçadas por órgãos como o judiciário que, inúmeras vezes, determina peremptoriamente o tratamento ou internação para essas mulheres, ressaltando que, para aptidão a serem mães, ou qualquer outra coisa, é necessário que interrompam de vez e o quanto antes o uso de substâncias. Caso contrário, recorre-se a medidas como isolamento dos filhos e encarceramento.

Considerando esses fatores que, em maior ou menor grau, circundam as participantes da pesquisa, propõe-se aqui uma familiarização dessas mulheres. Cada uma delas pôde contar de modo muito singular como subjetiva o uso da droga e como isso afeta suas relações afetivas. Algumas chegaram ao CAPS AD por demanda espontânea, outras por determinação judicial, outras por encaminhamentos de unidades de saúde, para dar força ao companheiro que iniciara tratamento no local, por insistência de familiares e algumas até mesmo por se verem diante da morte e enxergarem a instituição como última aposta de vida.

Algumas mais eufóricas, outras mais chorosas, umas sérias, outras de riso fácil, mas, em suas diferenças, conseguiam ir estabelecendo eixos comuns que se tocavam e lhes permitiam se reconhecer e se identificar entre os encontros grupais.

Os temas discutidos apareciam de forma livre. Às vezes o grupo começava em função de como algumas estavam percebendo uma participante específica; outras, com elas contando sobre misturas de

sentimentos que experimentavam; às vezes, contavam histórias familiares; contavam, também, sobre como lidavam com o uso e as tentativas de reduzi-lo ou interrompê-lo; mas, em meio a tudo isso, algo que sempre aparecia e retornava eram seus embaraços diante de aventuras amorosas, que às remetiam, frequentemente, a falar sobre matar ou morrer.

Essas mulheres apresentavam-se pela via dos excessos, em que suas relações e formas de se constituir eram atravessadas por grande empréstimo do corpo. Entre elas, uma mulher que quando criança andava a pé, descalça, vendendo doces em sinaleiros. Algumas mulheres que se prostituíam em troca de drogas. Outras que agrediam e eram agredidas fisicamente por “parceiros”. Algumas delas, não sabendo o que fazer com a angústia, a transformavam em automutilações. Uma outra, por vezes, se machucava permanecendo na frente de veículos em movimento. Estiveram, entre elas, mães com companheiros presentes, mães com filhos abandonados pelos pais, mulheres que abortaram, mulheres casadas e solteiras.

Essas mulheres são representadas por *A.*, 30 anos; *J.*, 55 anos; *G.*, cerca de 40 anos; *L.*, 47 anos; *M.*, 51 anos; *M. I.* (faleceu durante o período da pesquisa com suspeita de pneumonia); *E.* 59 anos; *T.*, cerca de 30 anos; *Frô*¹, cerca de 30 anos; *R.*, 40 anos; *S.*, 59 anos; *R.B.*, 53 anos; *A.L.*, 38 anos; e *M.T.*, 50 anos.

O (IM)POSSÍVEL DE UMA PARCERIA

Lacan (1969-1970) traz que, no tocante à experiência analítica, a filha espera mais subsistência da mãe do que do pai, mas na impossibilidade de se obtê-la incondicionalmente, bem como a total transmissão da feminilidade, o que retorna a essa dupla mãe-filha é a devastação, em que a mãe é elevada à categoria do impensável em um misto de amor e ódio na relação com a filha.

Sobre isso, as participantes do referido Grupo de Mulheres trouxeram importantes sentimentos em relação às suas mães, que predominantemente variavam entre ódio, mágoa, raiva e sensação de humilhação diante de suas mães. Tamanha era a intensidade desses afetos e elas traziam os efeitos deles em suas relações amorosas e em suas próprias experiências de maternidade.

Somando à discussão, é inevitável trazeremos *Frô*. Ela veio de São Paulo após um longo período de passagem pela *cracolândia* e estava morando em Uberlândia com a mãe fazia pouco tempo, cerca de um mês.

Frô foi levada ao CAPS AD pela mãe. Apesar de aparentemente não ter se identificado com as atividades oferecidas, conseguiu se interessar por particularidades ali existentes. Ateve-se a chegar todos os dias pela manhã, ir para uma mangueira no quintal, aguar-la, retirar sujeiras em volta e catar algumas mangas caídas ou de seu alcance. Em resposta a algumas “brincas” que ganhava por não aderir às atividades formalmente realizadas, distribuía mangas e sorrisos aos profissionais da unidade. Em pouco tempo ela já havia conquistado todos e, em acordo, a equipe concordou com que ela realizasse esse uso desengessado da instituição.

Quando a abordávamos, dificilmente compartilhava algo pessoal. Mas, como que por curiosidade em saber o que as outras mulheres faziam junto ali, *Frô* passou a entrar algumas vezes no Grupo de Mulheres e em uma de suas poucas aparições, teve participação importante. Nesse dia, queixou-se muito da relação com a mãe, chorou, dizia que queria o amor dela e mesmo estando tão perto não conseguia ter, então às vezes preferia ficar na rua a ficar tão perto e não ter esse amor.

Frô dizia que sua mãe tentava vigiá-la e por isso a trancava em casa. No dia anterior, sua mãe havia batido nela por ter tentado sair de casa. *Frô* inclusive mostrou algumas marcas no corpo que afirmou serem decorrentes desse episódio.

Ela falou algumas vezes sobre sentir-se “amargurada”. “Eu quero atenção, quero carinho. Os outros na rua parece que me dão mais atenção, aí eu apronto. Você acha que eu não tô amargurada? A hora em que eu me sinto mais amargurada é de noite, quando tô naquela casa. Eu chego e escuto da minha mãe e do meu irmão: ‘a intrusa já chegou’” (sic).

Frô permaneceu chorando. Percebi que a necessidade de acolher perpassava pelo grupo, que a ouviu em silêncio e com algumas lágrimas. Ela cogitava voltar para São Paulo. Apesar da condição degradante em que ficava nesse destino, considerava ser mais suportável do que o que vivia junto à mãe. Ela refletia: “Já perdi ela. Faz tempo. O que está acabando comigo é estar aqui perto dela e não ter ela. Lá em São Paulo pelo menos eu não tava perto dela!” (sic).

As falas no grupo circularam entre tentativas de acolhimento e partilhas de vivências identificadas. Pela primeira vez vimos *Frô* participar de um grupo do início ao final. Antes de retirar-se, ela disse que encontrou alguns “irmãos” no CAPS AD e que nesse dia ouviu mulheres maravilhosas contando ali como conseguiam encarar relações difíceis. Disse acreditar que “também poderia aprender a ser assim”.

Em tom de agradecimento, voltou-se ao grupo: “Nasceu outra *Frô* aqui hoje. Caiu as pétalas e nasceu outra. Graças às outras *frores*. Ninguém me dá atenção como vocês me deram” (sic). No dia seguinte, *Frô* não compareceu ao CAPS AD. Mais um dia e recebemos a notícia pela mãe de que ela havia botado fogo na casa e ido embora, dizendo estar voltando para São Paulo.

A sensação é de que *Frô* havia transbordado e antecipou no grupo um rompimento em tom de despedida. Como já sinalizado como recurso comum dessas mulheres, foi pela via do excesso que se tornou possível para ela romper com o insuportável, porém deixando algo de si.

Soler (2005) afirma que cada um traz no mais íntimo de si a marca do Outro primordial e isso se reflete na fala de um analisando quando a mãe é infalivelmente convocada. Quando se trata especificamente da menina, as falhas da mãe ganham especial destaque no inconsciente. São as palavras da mãe e seus imperativos que inscrevem na memória a voz, às vezes devastadora e persecutória, que o analisando evoca em forma de “minha mãe diz/dizia que...”.

Sobre isso, podemos dizer que *Frô* é, sem dúvidas, exemplo vívido do lastro de ódio remanescente (tão próximo do amor) da relação de uma filha com sua mãe. Se um dos destinos possíveis para isso é a devastação, ela mostra como é viver à flor da pele o indizível desse percurso.

Bem como a figura materna torna-se marca essencial no percurso dessas mulheres, a relação com a figura paterna mostra-se como peculiar e importante encontro, desvelando principalmente algumas tentativas delas se ampararem diante dos impasses frente ao laço social.

Desde as obras de Freud (1900-1938) sobre o pai, é apresentada a forte ambivalência entre essa figura, a constituição do sujeito e a cultura. Sobre isso, destaca-se o paradoxo nas falas das mulheres presentes no grupo em questão, as quais, mesmo compartilhando situações de abandono,

violências, abusos e dependências, por exemplo, por parte dos seus pais, demonstravam internalizar essas figuras como algo bom, havendo uma espécie de ilusão a seu respeito.

Se na relação com as mães essas mulheres pendiam para o ódio diante da ambivalência, com os pais elas demonstravam um ato de fé nesse suposto garantidor pelo seu amparo. De encontro a isso, *E.* contava que, apesar de ter acompanhado anos de alcoolismo do pai, tê-lo visto brigar muito com a mãe e tê-lo buscado várias vezes em bares quando criança, ele (já falecido) foi uma perda nunca elaborada. Dizia que ele havia sido um verdadeiro companheiro para ela. Por diversas vezes, *E.* repetia que o que a fez entrar em depressão foi a morte do pai. No início de seu tratamento, sempre que *E.* falava do pai, chorava, e demonstrava raiva da mãe por algumas diferenças.

Dentre algumas vivências compartilhadas por ela em relação ao pai, duas em especial nos chamam atenção. Uma diz respeito à sua primeira gravidez, em que a paternidade não foi assumida pelo parceiro. Ao contar ao seu pai, *E.* recebeu dele um tapa na cara. Com esse desfecho, *E.* decide abortar e consegue.

Já em uma outra gravidez de *E.*, novamente com a paternidade não sendo assumida, o pai dela decidiu registrar a criança no nome dele. *E.* menciona tal gesto sentindo-se grata, dizendo que essa foi uma forma, dessa vez, de o filho não crescer sem pai.

Mesmo com dificuldades de diferentes ordens no convívio com o pai e com a experiência da primeira gravidez, *E.* afirmava que quem ela identificou como parceiro em sua experiência de maternidade foi seu próprio pai, apontando uma ligação de ordem incestuosa que gerou certas disputas entre ela e sua mãe.

Retoma-se com essa passagem as primeiras formulações de Freud (1900-1910), que versavam sobre o pai edipiano junto à descoberta da sexualidade infantil. Evidencia-se aí a importância da interdição do incesto e a função de estruturação psíquica do Complexo de Édipo. Desde aí já se instaura uma ambivalência em relação à figura paterna. Ao mesmo tempo em que o pai protege de um mal, ele é figura de disputa.

Outras passagens que apareceram no grupo em relação a esses supostos heróis foram de pais que agrediam fisicamente as mães, homens

que traíam suas mulheres e um relato sobre um pai que colocava balinhas em um bolso rasgado e pedia para a filha ainda criança pôr a mão ali.

Pensando nessa controversa imagem do pai, questiona-se o que é um, e associa-se a trajetória freudiana a esse respeito, que ultrapassou o aspecto da procriação e acrescentou o valor da transmissão simbólica à constituição de um pai e de uma mãe. Freud apontou ser o vínculo com o pai, e assim com a Lei, a condição necessária para que uma transmissão simbólica se torne possível, engendrando uma memória e uma historicidade (Senna, Gomes, Guilhon, & Kupferberg, 2010). Vale destacar que o pai na constituição do sujeito não é representado apenas pelo pai biológico, mas pela figura que encarne a função paterna nesse processo.

O sentimento de desamparo, já presente na infância, desperta a necessidade de proteção, a qual supostamente um dia foi proporcionada pelo pai. Assim, o reconhecimento de que o desamparo perdura durante a vida torna necessário aferrar-se à existência de um pai, mas um pai ainda mais poderoso (Freud, 1927).

De encontro a isso, Freud destaca ao longo de sua obra a impossibilidade de erradicar a necessidade humana de se iludir. A ilusão é estrutural e tem origem no desamparo originário (Santos & Lopes, 2013).

Passando pelas relações das mulheres do grupo com as figuras materna e paterna, pudemos encontrar particulares formas com que cada uma se virava diante da condição feminina e dos impasses na relação com o Outro que, desde a infância, lhes marcavam nas possibilidades e impossibilidades de parcerias frente suas reivindicações de amor e de proteção frente ao desamparo.

As condições partilhadas mostraram estranhos desencontros com que elas se esbarravam, fazendo com que recorressem ao gozo pela droga e o adotassem como ilusório protetor dos desafios do laço social. No entanto, a aposta nesse objeto tóxico acaba denunciando a falha em também tentar elencá-lo como parceiro possível, criando um circuito de insatisfação e degradação como consequência.

Destaca-se que, se a aproximação ao ser do outro por meio do amor é uma saída por excelência feminina, os destinos dados a uma relação homem-mulher permeada pela droga parecem potencializar o desmedido do amor, desembocando em complicados destinos como o da violência, o

da miséria e o da própria solidão. Nesse sentido, as tentativas de parceria dessas mulheres com os homens e com a droga remete-nos à noção de parceiro-sintoma apresentada por Miller (2000), que destaca que há sintoma quando o Outro que é o parceiro fundamental do sujeito não reconhece seu desejo. Esse parceiro, tal como apresenta Lacan, é o objeto *a*, que passa de parceiro-sintoma a parceiro-gozo.

SE O (NOSSO) AMOR SE ACABAR...

Apesar de até aqui termos levantado importantes pontos, considera-se que a discussão sobre as parcerias amorosas merece destaque por trazer à luz elementos essenciais à investigação de nossa pesquisa. A discussão possibilitou articulações sobre como uma mulher toxicômana pode ir se virando com o gozo feminino, com o processo de feminilidade e suas relações de maior investimento amoroso, nos fazendo questionar se é possível que algo ou alguém de fato a acompanhe como parceiro nesse percurso.

O sujeito, em sua incompletude, necessita do parceiro em sua constituição, sendo esse parceiro introduzido por Lacan como um parceiro simbólico, mas, como bem questionado por Miller (2000), até que ponto dele o sujeito necessita?

Em lembrança a um encontro do grupo em que as pacientes aguardavam o início cantando algumas músicas, temos o título desta nossa discussão. Dentre as músicas, uma passa a ser cantada em coro mais alto: “Se o nosso amor se acabar, eu de você não quero nada...”. Percebendo a identificação das participantes com o trecho, considerou-se o movimento como um jeito de elas já iniciarem a conversa contando algo de si.

Em seguida, as participantes passaram a falar sobre situações complicadas em que já se envolveram em prol de relações amorosas, bem como os efeitos de algumas decepções, separações e a esperança com a retomada de alguns relacionamentos rompidos. Com isso, considera-se pertinente trazer para a discussão falas desse e de outros encontros que se somam à questão levantada.

E., por exemplo, trazia um relacionamento de cerca de 4 anos com um homem que fazia uso problemático de álcool e *crack* e que já esteve em tratamento no CAPS AD, mas não se vinculou ali como ela. Com

os atendimentos, ela refletia sobre essa relação e dava-se conta dos danos causados, o que se intensificou quando se deparou com um resultado clínico positivo de exame para sífilis, que provavelmente havia sido contraída com esse parceiro.

E. oscilava entre chorar, gritar, isolar-se e, na semana em que descobriu o resultado, tomou vários medicamentos psiquiátricos de uma vez, como tentativa de alívio. Após percepção da própria *E.* de que seu ódio tomava a dimensão de descontrole, ela solicitou ajuda à equipe para que desse conta de elaborar a situação de forma mais protegida, protegida até de si mesma.

Ela foi então encaminhada para cuidados clínicos e psiquiátricos na unidade e decidiu terminar o relacionamento. Conforme a paciente, ela conseguiu dizer ao namorado que não queria mais estar com ele, falar sobre sua decepção e sustentar o rompimento em momentos em que ele a procurava. No entanto, os efeitos dessa separação pareceram potencializar algo do insuportável que já se instalava sobre *E.*

Aos poucos, ela perdeu a motivação para sair de casa, realizava uso intenso de bebidas alcoólicas após meses de uso controlado e dizia que estava “atacando as pessoas do nada”. Contou de uma discussão em que “voou em cima da mulher” (sic). Diante de tais acontecimentos, o psiquiatra que a acompanhava no CAPS AD propôs um encaminhamento para internação em enfermaria psiquiátrica de um hospital geral do município, ao que ela concordou.

Após 28 dias, *E.* voltou a frequentar o CAPS AD dizendo que nunca ficou tanto tempo assim internada. Dizia que “ficou louca” e não esperava que isso fosse acontecer “por causa de homem”. Mostrava-se assustada com a vivência e, ao levantarem no grupo a possibilidade de investimento em novos relacionamentos, *E.* mostrava-se resistente. Dizia ter medo e falava que “homem nenhum iria mais fazê-la ir parar na psiquiatria”.

Ela e outras participantes refletiam sobre relacionamentos que viviam, que já viveram e momentos em que já foram julgadas por algumas atitudes. Uma delas contou que foi casada por cerca de dez anos com um homem que a “sufocava” e, quando conseguiu levar adiante seu desejo de separar-se, ouviu de algumas pessoas que “mulher que separa é puta”, o que em alguns momentos fazia sentir-se menos segura enquanto mulher.

E., após processo reflexivo e tomada pelos efeitos de sua internação, dizia ter aprendido a pôr limites em situações que lhe faziam mal - por mais que isso doesse nela - e entendeu que “não deveria se sujeitar a certas coisas”. *E.* recomendava que as mulheres ali do grupo deveriam levar menos em consideração o que os outros diziam, complementando que: “Quem faz a gente de mulher é a gente mesma”. Ser mulher parece passar de “ser amada” a uma invenção singular com que elas devem se haver.

Em relação às discussões sobre as parcerias amorosas, *A.L.*, de início, não falava muito sobre suas relações para além das filhas e da dificuldade de interromper o uso de substâncias. Chamava atenção no bairro por andar pelas ruas com suas três filhas. Em alguns momentos, encontrava-se descuidada e entrava nos lugares apenas para pedir algumas coisas, como leite, alimentos e roupas.

Apesar de aparentar um autocuidado prejudicado, as pessoas não viam suas filhas assim. Elas encontravam-se sempre arrumadas e demonstravam afeto importante pela mãe. Em sua configuração familiar, *A.L.* até então também não apontava qualquer falha que pudesse haver no marido. No entanto, algumas situações aproximaram o Conselho Tutelar dessa família, como a suspeita de vizinhos de que seu companheiro estivesse consumindo *crack* na presença das meninas e o fato de que a criança do meio estivesse faltando à escola para cuidar da mais nova.

A partir dessa vigilância, aumentou-se uma cobrança de que *A.L.* estivesse no CAPS AD em frequência mais regular e, após adquirir maior confiança no espaço, ela passou a desvelar no Grupo de Mulheres conflitos que perpassavam sua relação com o marido, suas formas de ir se virando com isso, com a criação das filhas e com outros desafios da vida.

No lugar de um homem bom para ela e para as filhas, que antes aparecia na fala de *A.L.*, ela passou a trazer um companheiro agressivo, violento e que se descontrolava ainda mais quando realizava uso de drogas. Ela relata que o marido já chegou a pôr fogo em alguns pertences dela como tentativa de mantê-la sob seu controle.

A.L. compartilhou que já foi agredida por ele algumas vezes e que a relação era marcada por dúvidas e traições. Eles usavam *crack* juntos e, quando o dinheiro acabava, ele mesmo incentivava que *A.L.* se prostituisse para que conseguissem mais dinheiro. Paradoxalmente, seu companheiro passou a questionar inclusive sua paternidade em relação à filha mais nova.

Nessas condições, *A.L.*, que em alguns momentos parecia alheia, conseguia mostrar o quão atenta estava a tudo. Ela contou, por exemplo, que como saída, apesar de saber ler algumas coisas básicas, fingia que não sabia ler nada perto do marido e escondia debaixo do colchão alguns documentos seus que considerava importantes.

Além disso, o fato de *A.L.* sair andando para todos os lados com as filhas e permitir que a filha do meio faltasse à escola para cuidar da mais nova podem ser compreendidos como, em vez de pura negligência, uma tentativa de proteção diante do medo que ela tinha de deixar as meninas, principalmente a mais nova (fruto de desconfiança na relação), apenas com o marido, do qual podia se esperar o pior. *A.L.*, após alguns encontros, disse que não tinha coragem de deixar que o marido “encostasse num fio de cabelo das meninas, como já fez com ela”.

No entanto, apesar de explicitar seu sofrimento, *A.L.*, assim como outras mulheres do grupo, encontrava argumentos para manter-se na relação quando confrontada com a possibilidade de mudança. Ela dizia que, apesar das dificuldades, o casal estava junto havia muito tempo e, “querendo ou não”, ele era seu “parceiro”, não deixava faltar as coisas em casa e era o pai das meninas.

Sobre isso, Miller (2000) compreende a fórmula de Lacan (1972) de que “não há relação sexual” destacando que “o parceiro essencial do sujeito é o objeto *a*, alguma coisa de seu gozo, seu mais-de-gozar” (p.169). Isso faz-nos questionar como se dá a escolha de cada parceiro sexual que, conforme o autor, é pautada por sintomas e afetos resultantes de um rastro do desencontro da relação sexual. Segundo Miller (2000), é isso que provoca o amor.

Como contraponto ao discurso de *A.L.*, porém, destaca-se *A.*, que dizia não valer a pena manter-se em uma relação que poderia lhe custar a vida. Apesar de não trazer sem dor a lembrança de sua separação do ex-marido, conseguia enxergar ganhos com esse rompimento.

Ela contou: “Quando separei, sofri muito. Quase morri por causa dele. Mas hoje tô bem. Não tô usando nada e ele tá se afundando cada vez mais, tá usando muita droga. E ele me traiu, ficou com a minha irmã. Eles têm um filho. E ela também tá entrando nessa. É por causa dele, eu sei. Porque quando eu tava com ele, eu tava igual ela, mal, muito magra” (sic).

As outras mulheres ouviam com atenção o relato sobre esse homem que teve um filho com *A.* e outro com sua irmã, e também reviviam traições e compartilhavam outros embaraços em suas próprias relações.

J., por exemplo, durante sua passagem pela unidade, ficou viúva. Seu marido morreu de forma inesperada, atropelado em um acidente. Apesar de *J.* com frequência falar sobre a dificuldade em elaborar o luto dessa perda, ela começou a se relacionar com outro homem que também se tratava no CAPS AD. Ele era cerca de 20 anos mais novo que ela e ainda mantinha um uso frequente de *crack*. A aposta em um relacionamento com uma pessoa mais nova e dependente de uma substância que, para ela, também era nova, trouxe algumas consequências.

Após o início dessa relação, *J.* emagreceu muito e passou a relatar alguns usos de *crack* junto com o rapaz. Ela começava a perceber que a entrada na relação lhe trazia alguns problemas, como dívidas, conflitos com vizinhos e com familiares, descuido com sua aparência (antes sempre se mostrava muito vaidosa) e até mesmo com a própria saúde.

Em dado momento, ela resolveu mudar de endereço e inicialmente cogitou não comunicar a esse homem, mas não conseguiu sustentar essa saída. *J.* ia contando sobre objetos que sumiam na casa, de brigas com os pais dele – que passaram a responsabilizá-la pelo uso dele –, de um homem que quanto mais presente, mais conflituoso se mostrava, e mais *J.* ia se dividindo entre o desejo de permanecer e uma racionalização sobre o sair.

Soler (2005), ao retomar a obra de Lacan, afirma que o autor:

Não recua em dizer que o amor é um tipo de suicídio. (...) A relação amorosa, a plenitude e a alegria dissimulam uma entrega ao Outro cujos graus são variados, mas que pode chegar ao extremo da abolição voluntária. Assim, quer se deixe apanhar, quer se furte, o amor sempre programa um desencanto e, ao se fiar nele, toda mulher fica meio... viúva!" (p. 81).

Com a morte do encanto do amor, soma-se à discussão as passagens de *G.* pelo grupo. Geralmente, ela demonstrava importante capacidade de reflexão e conseguia se implicar em mudanças pessoais e subjetivas.

G. iniciou o tratamento devido ao uso de álcool, que a estava atrapalhando no trabalho e em suas relações familiares. Conforme o desejo dela, conseguiu em poucos meses atingir abstinência total e se

envolver em novas atividades, mas com frequência se queixava da relação com o marido devido ao consumo de álcool por parte dele. Dizia que, apesar de ter interrompido o próprio uso, não se encontrava totalmente satisfeita, porque não se sentia apoiada pelo marido e, às vezes, sentia-se mãe dele. Em alguns momentos falava que tinha dó do companheiro.

Entre suas vivências amorosas, marcou também uma experiência que ela repetia em alguns encontros sobre um período de três anos em que ela viveu uma relação permeada por violência. *G.* contou que ela e o ex-marido faziam uso de álcool e ficavam “muito nervosos”, até que um dia ele bateu nela. Ela passara a falar sobre a loucura que viveu ao se dar conta da situação.

G. mostrou algumas cicatrizes no braço e contou sobre as consequências do ocorrido, em que pensava: “Um homem me bateu. Vou meter a faca nesse homem”. No entanto, quando passou o efeito do álcool do ex-marido, ele a encontrou machucada e perguntou a ela o que houve, ao que ela respondeu: “Me cortei. Para não te matar, eu me esfaqueei”.

É possível, com a vivência narrada por *G.*, recorrer à *História de O*, de Réage (1954), apresentada por Ribeiro e Pinto (2012) em suas articulações sobre o feminino, o masoquismo e a máscara. Nesse romance é mostrada uma mulher que se entrega a realizações de fantasias sádicas de seu amante, mostrando certa atividade em sua passividade.

“O” consente com humilhações e espancamentos por parte de homens indicados por seu amante, permitindo ser entregue por ele como uma mercadoria, inclusive para outro homem mais exigente. Para seduzir esses homens, “O” se dispõe a reduzir-se a nada. Isso para que seu mestre possa fazer com ela o que desejar.

Na aproximação entre o feminino e o masoquismo, destaca-se a lógica da anulação para a qual “O” recorre como marca de existência diante dos homens que ama. Tal como “O”, *G.* se dispôs a reduzir-se a nada, talvez na ilusão de que essa redução a faria ser amada. Evidencia-se a ausência de limites às concessões realizadas por uma mulher a um homem, o que aponta a dimensão do gozo Outro, suplementar.

Nesse sentido, é possível considerar o masoquismo na mulher como uma de suas máscaras. Diante disso, Soler (2005) traz que:

O masoquismo da mulher seria, portanto, uma das máscaras a serem utilizadas para ser reconhecida como mulher, para adquirir “ares de mulher”. Digamos de forma condensada, que a mulher às vezes assume ares de masoquista, mas para se dar ares de mulher, sendo a mulher de um homem, na impossibilidade de ser A mulher”. (p. 66).

Tentar localizar-se como a mulher de um homem, no entanto, parece uma saída extremamente trabalhosa para várias das participantes do grupo. Dentre elas, acrescenta-se *L.*, que trazia curiosas e paradoxais questões sobre sua relação conjugal.

L. lamentava o distanciamento e a falta de apoio do marido, mas também se queixava de tentativas de aproximação por parte dele. Quase toda semana contava sobre brigas com o marido, que ocorriam principalmente em momentos em que os dois se encontravam alcoolizados.

Muitas vezes *L.* relatava não se lembrar de detalhes das brigas, mas sempre havia alguém para lhe dizer que ela xingava o marido, tentava agredi-lo fisicamente e com frequência o chamava de “frouxo”. Somado a isso, no decorrer dos atendimentos individuais e em grupo, por meio de suas falas, percebia-se um movimento de que quanto mais ele ameaçava deixá-la caso ela não parasse de beber, mais ela intensificava o uso do álcool.

No entanto, foi nos atendimentos individuais, acredito que operados pela transferência, que um elemento surpresa se desvelou. Devido a frequentes demandas da paciente por escuta individual, acordamos a realização de atendimentos de frequência semanal por um tempo para trabalharmos questões que ela eventualmente não conseguisse elaborar nos grupos.

Conforme Klotz (1997), o amor é o ponto de encontro na transferência que se apresenta como um obstáculo inescapável e introduz a dimensão da verdade na prática analítica. Tendo isso em vista, resgata-se que *L.* passou a compartilhar nesses atendimentos alguns relacionamentos homoafetivos que viveu. Dizia que sentia vontade de viver algo parecido novamente e que não encontrava em seu marido o que encontrou nas mulheres, mas por vergonha da família e, principalmente dos filhos, não conseguia bancar relacionamentos como esses.

L. relatava que seu marido sabia dessas vivências, inclusive de algumas que ocorreram enquanto já estavam casados. Ela questionava-se como o marido conseguia “perdoar isso”, mas não conseguia perdoar seu uso de álcool.

Quando começava a caminhar no sentido de deixar emergir o desejo pela separação conjugal, *L.* se apegava a questões sociais, como ser financeiramente dependente do marido, por exemplo, e não se implicava em mudar a situação.

Diante de confrontos e reflexões, em certo momento, a paciente passou a endereçar seu amor à analista. Com dificuldade, ela dizia estar com vergonha e que receava estar misturando as coisas, mas estava apaixonada. Dizia se sentir muito especial pelo jeito que ela a tratava. Em uma discussão com o marido, falou que estava apaixonada por outra pessoa. Isso desencadeou brigas físicas entre o casal e um episódio em que *L.* chegou a ser detida na delegacia.

L. parecia acreditar que conseguia esconder bem os seus desejos e a sua história, mas ela mesma dava pistas quando se entorpecia. Em uma das discussões em que ela novamente chamara o marido de “frouxo”, foi surpreendida por falas do filho que o defendeu e indicou saber sobre o seu passado, o que a desconsertou.

Ela dizia que se preocupava com sua imagem, principalmente diante da filha, pois elas já não tinham boa relação e isso intensificava seus questionamentos em um caráter autopunitivo. Passou a indagar se o que viveu com outras mulheres era errado e o que deveria dizer caso seus filhos tocassem no assunto.

Convocou-se *L.* a refletir e a poder dizer ela mesma o que achava disso. Ela passava a ponderar que não achava errado, que experimentou o que não conhecia e que não sabia exatamente do que gostava. “De repente é como se tivesse encontrado o que o meu marido não me dá. Um apoio. Carinho... Busquei em outro lugar” (sic).

L. denunciava o tempo todo a falha do outro. Com isso parecia escancarar cada vez mais o seu “segredo”. Questionou-se, então, de que forma ela incluía seu gozo na relação com o(a) parceiro(a) amoroso(a). Pautada em sua posição queixosa, parecia só conseguir permanecer na relação à medida em que introduzia um terceiro, ou uma terceira, que adquire a dimensão de um objeto constantemente inalcançável.

L. assume-se como verdadeira mulher ao castigar o homem que não a ama como ela demanda. Na impossibilidade de ele suprir o que ela exigia, ela passou a atacá-lo diretamente onde parecia mais doer nele, tal qual Medeia em um mito de amor e vingança.

Por fim, se o amor na mulher pode tomar a dimensão do arrebatador, da violência e da loucura, consideramos impossível finalizar a discussão sem acrescentar o que vivenciamos junto à *T.*, uma mulher muito bonita de 28 anos que fazia uso de várias substâncias, encontrava-se morando com os avós e em uma relação com um homem que também tentava afastar-se do uso de drogas. Eles se conheceram em uma clínica de reabilitação em que estiveram internados e decidiram manter o relacionamento ao saírem.

T. relatava que há mais ou menos oito anos se prostituía em troca de drogas. Apesar de não se envolver mais nessa situação e encontrar-se em um relacionamento que considerava estável, ela contava dos efeitos dessa vivência e das drogas entre o casal.

Ela relatou que, quando conheceu o namorado, eles se propuseram a dar força um ao outro para lidarem com seus “vícios”. *T.* apostou nessa relação confiando em uma possibilidade de parceria, mas isso parecia não se efetivar. Dizia que, toda vez que ele usava droga, ela “recaía”. Falava que gostava muito dele porque conheceu um “cara” bacana nos momentos em que ele esteve sem o uso, mas recentemente estava se sentindo um “lixo”.

T. falava algumas coisas como: “Sinto que estou perdendo minha identidade. Queria um parceiro para me fortalecer e para eu dar força para ele. Mas de uns tempos para cá não está dando, estamos muito irritados. Já tentei sair fora, mas ele não deixa. Acho que isso de se relacionar, se envolver, é muito complicado. Quando me prostituía era a coisa mais boa do mundo, eu me sentia por cima, porque era o tempo e ‘tchau’” (sic).

Durante suas participações nos grupos, *T.* foi se dando conta de vários elementos com os quais não concordava em seu relacionamento. Isso se intensificou pelo aumento do uso de *crack* do parceiro quando ela se mostrava decidida a se manter distante do uso. Algumas vezes ela falava que, se ele insistisse em certos comportamentos, ela ia “dar tchau”.

Após alguns dias, uma colega da equipe informa que *T.* havia sido agredida pelo namorado e encontrava-se em estado grave no Pronto-Socorro do Hospital de Clínicas do município. Ela ficou com marcas roxas no corpo e tinha a costela fraturada. A profissional que comunicou a notícia disse que *T.* perguntou algumas vezes por sua técnica de referência do CAPS AD, que resolveu então ir até o local acolhê-la.

Preparamo-nos para encontrar uma *T.* fragilizada, com sua beleza desvitalizada e com desejo de manter distância do companheiro. No entanto, ao chegar ao local, nos deparamos com *T.* desperta, andando com aparelhos e curativos pelos corredores do hospital atrás de cigarro. Quando ela viu a profissional, a recebeu com um abraço e riu do quanto se mantinha inquieta mesmo naquela condição.

T. contou que a briga com o companheiro se deu quando ela o encontrou mais uma vez usando *crack* e decidiu terminar o relacionamento. Relatou que ele insinuava que ela já estivesse com outro homem e que esse seria o real motivo pelo qual ela queria terminar, o que foi o deixando mais agressivo. *T.* relatou que ele a empurrou no chão e, quando ela caiu, ele passou a lhe chutar e bater até ela não conseguir mais responder. Contou que, logo após o ocorrido, algumas pessoas de sua família o procuraram, mas ele já tinha desaparecido.

Apesar de dizer que não queria mais notícias do (ex)companheiro, *T.* falava dele com certo dó. Dizia que não fazia sentido continuar com um homem que havia batido nela, mas sabia que ele estava precisando de ajuda.

Retomando Lacan, não há limite para as concessões que a mulher se dispõe a fazer por um homem, com seu corpo, seus bens, sua alma (Soler, 2005). Entende-se que ela faz isso por intermédio do amor, mas se a devastação é o preço desse amor, indaga-se o que pode ser entendido por ele, a que tipo de parcerias essas mulheres se sujeitam e o que resta de si quando esse perigoso amor se acaba.

Por mais que ainda seja comum a idealização de um amor romântico, recíproco e apaziguador, a teoria, as experiências clínicas e, também, pessoais dos autores mostram que dificilmente o amor dissocia-se de conflitos e desencontros. Considerando, assim, as vivências dessas mulheres imersas na dimensão do sofrimento e marcadas em seus corpos por violência desde tão cedo, entende-se que o que essas mulheres chamavam de amor talvez fosse a única forma de amor que lhes foi possível.

A DEVASTAÇÃO SOB O RASTRO DO OBJETO TÓXICO

A partir de devastadoras experiências de amor com que essas mulheres se deparavam, destinou-se esta parte da discussão sobre o recurso que parecem buscar nas drogas em uma tentativa de amparo frente ao Outro.

Além da claudicante maneira de se apoiarem nessa parceira-droga para lidarem com perdas e com o desamparo, a partir de Zalcberg (2012) e Laurent (1990) construímos um diálogo teórico interessante a respeito e que nos dão novas possibilidades.

Zalcberg (2012), em uma reflexão sobre gozo feminino e devastação, aponta as dificuldades de se fazer laço em nosso tempo, supondo que o amor esteja em crise e denunciando que faltam semblantes que regulem e limitem os gozos que vão em direção oposta às relações e aos vínculos.

Se o amor está em queda na mediação do gozo, o que poderia entrar em seu lugar? Nesse sentido, apesar da droga poder ser vista como causa de aflição e devastação na mulher, Laurent (1990) traz que, em alguns casos, a droga pode servir como reguladora de gozo e alinhavo para se fazer laço com um parceiro sintomático. Assim, em vez do amor, o que acompanha a relação com o parceiro é o objeto droga.

Acompanhamos tal raciocínio lembrando de que as mulheres com que trabalhamos contavam como seus companheiros as introduziam, as acompanhavam e as mantinham em um enigmático e paradoxal uso de substâncias.

Apesar de Laurent (1990) não trazer essa lógica para o âmbito da toxicomania, colocando sobre esse fenômeno a ênfase em uma ruptura fálica e dos laços, chama atenção o fato de que as participantes do grupo permaneciam ou já tinham passado por longas relações com companheiros que também faziam uso problemático de drogas, tendo boa parte delas iniciado ou aumentado o uso a partir desses relacionamentos.

Assim, torna-se pertinente problematizar essa proposição teórica, considerando o grupo em questão. Se em dado momento a proposta do recurso ao tóxico como um gozo autístico diante do laço social parece prontamente responder ao fenômeno toxicômano, tem-se aqui um furo ao considerar as mulheres do grupo tal como se apresentaram em suas relações.

Outro ponto para se considerar neste tópico é pensar o quanto o objeto tóxico pode tomar lugar na vida de uma mulher, ao ponto de a toxicomania se aproximar de uma possibilidade de semblante de existência diante de duras perdas.

Para fomentar as reflexões levantadas, ilustra-se com mais algumas passagens colhidas dos atendimentos das pacientes do grupo. *R.*, uma

mulher que perdeu um filho de 16 anos devido a autoextermínio, durante muito tempo apresentou-se descuidada e cabisbaixa, até que em um dos encontros apareceu mais arrumada e foi elogiada pelas outras pacientes, ao que ela responde: “De que adianta? Por dentro tá tudo lambrecado. Eu sinto que fui mutilada viva. Arrancaram um pedaço de mim” (sic).

S., que perdeu um marido por cirrose há mais ou menos 12 anos, conheceu outro companheiro que fazia uso intensivo de cocaína e passou a acompanhá-lo no uso. Um tempo depois, passou por algumas unidades de saúde do município, começou a receber prescrições psiquiátricas e iniciou um uso problemático de medicamentos (em especial clonazepam).

Em um dos grupos ela conseguiu dar voz à sua perda. Chorando, *S.* disse: “Eu amava muito ele. Não acredito que ele morreu. Quando ele se foi, tampou meu coração com um pano preto, que hoje não tenho alegria de nada. Eu já pedi pra Deus me levar porque eu não tava aguentando ver mais nada. Sobre os remédios, com eles eu posso suportar quando acordo. A droga e os remédios é melhor que igreja! Com eles eu acho paz” (sic).

R.B., que manteve por mais de um ano uma relação (amorosa?) com um traficante, com frequência compartilhava impasses a respeito. Entrava em brigas com os filhos por eles tentarem tirá-la dessa situação, era humilhada, ameaçada e agredida. *R.B.* conseguia perceber que o maior elo entre eles era a droga. E, mesmo que em alguns momentos partilhasse angústias, mantinha-se em parceria com esse homem a duras custas.

As mulheres do grupo iam denunciando que, apesar da droga levá-las a pagarem caro, às vezes até mesmo com a própria vida, por seu gozo, ficar sem ela pode ser ainda pior. Durante períodos em que se encontram abstinentes, são confrontadas com o que tanto temem na realidade, como a solidão e os desencontros nos seus laços de amor. O usar a droga junto com alguém pode ser entendido como uma forma de permanecer no próprio gozo, em uma distância do confronto com a diferença sexual (Tarrab, 2001).

Como encontro emblemático de tal questão, tem-se um encontro em que *E.* surge falando que está com vontade de “matar um”, ao que as outras interpretam como um indício de loucura que localizam em si mesmas. *M.* acrescentou que “também estava ficando doida”, mas não pensava em matar, e sim na própria morte como solução. *L.* dizia que tinha percebido que ficar sozinha “é a coisa mais ruim do mundo” (sic).

Uma das participantes aproveitou para compartilhar dificuldades em lidar com pressões familiares e disse que às vezes pensava em se internar “para esquecer que tem filho e marido”. Quanto à cobrança que faziam para que ela interrompesse o uso de substâncias, ela interpretava como uma exigência de mudança por não a suportarem como ela verdadeiramente é: “Querem que eu mude porque não me suportam”.

Como viemos discutindo, mostrar-se como uma verdadeira mulher por vezes pode implicar em assumir os riscos dos estragos, do desmedido, do insuportável. Diante disso, a droga aparece como sedutora parceira possível, a única capaz de acompanhar uma verdadeira mulher nas dimensões do imensurável.

Finaliza-se esta discussão com a fala de *J.* de que as mulheres do grupo “buscam na droga o que não encontram nos filhos, no marido”. Acrescentamos que o que quer que seja, também não parecem encontrar no pai ou na mãe. Assim, entende-se que, além de a droga poder ser um alinhavo em direção a um homem, ela pode ser um verdadeiro objeto de amor.

Se é a droga que em vários momentos lhes garante um anteparo diante da violência que as permeia, como não a amarem? Como não se curvarem à tal saída se o que lhes aguarda do outro lado é também da ordem do horror? Apontamos com essa reflexão o efeito *phármakon* presente nesse objeto. Com a capacidade de anestesiá-lo o sujeito de sua dor, soma-se uma forma desmedida de prazer em uma linha muito tênue entre remédio e veneno.

Como diz Soler (2005), infelizmente o amor é arriscado. Quando ganhamos no encontro, é exaltante. Mas quando perdemos, pode ser deprimente. Assim, em grande frequência as mulheres buscam o ponto exaltante fazendo-se uma causa do amor e, quando este falta, ficam carentes de causa. Nesse sentido, apontamos que o amor também pode ser apreendido em um efeito *phármakon*. Ao mesmo tempo em que assume semblante de cura, aproxima-nos da desrazão.

Assim, pela via do *pathos*, ou seja, do excesso, do sofrimento, da paixão, de um assujeitamento a um suposto objeto de amor, compreende-se aí uma forma de essas mulheres tentarem esquivar-se de impasses, principalmente os que lhes são colocados pela diferença e o desencontro sexual.

REVERBERAÇÕES

“Reverberação: ação ou efeito de reverberar, reflexão, revérbero. *Física*: persistência de um som depois de ter sido extinta sua emissão por uma fonte e que ocorre como resultado de reflexões nas paredes de um recinto total ou parcialmente fechado” (Priberam, 2008).

Considerando o significado de reverberação atrelado a efeitos e reflexões que persistem, trazemos aqui algumas que ecoam do percurso pela escuta do Grupo de Mulheres, mas certos de que não esgotam as discussões iniciadas.

Compreendemos o quão pretenciosa é a intenção de responder ao que é a mulher ou o que uma mulher quer, como alguns autores já tentaram e denunciaram seus fracassos diante disso. Assim, enxergamos que a potência desta pesquisa está na possibilidade de darmos voz ao que algumas mulheres dizem de si e de complicados contornos que dão para o laço social.

Ao oferecer um lugar de escuta para além dos que lhes são frequentemente destinados socialmente, como os de “drogadas”, “loucas” ou basicamente “mulheres-problema”, possibilitou-se a emergência das marcas de perdas, abandono e desamparo que essas mulheres carregam e enfrentam, cada uma ao seu modo.

Diante de tanta dureza e da violência dos amores que retornam a elas como devastação, pensamos que a toxicomania pode ser uma alternativa “não-toda louca” para que deem conta de suportar a vida e a não complementariedade sexual, tornando essa saída um semblante de modo de existência possível.

Cabe a elas decidirem quais parcerias elencarão em suas caminhadas, podendo ser que algumas optem por continuar com as drogas e outras encontrem amores menos devastadores. Aposta-se que a possibilidade de dar voz a elas nesse trajeto lhes permitiu, ao menos, momentos de reflexão quanto a essas escolhas, certo desenrijecimento de posições, acolhimento e interessantes invenções femininas para, quem sabe, se aproximarem de novos amores.

Em consonância com nossas articulações, Tarrab (2001) afirma que, para uma mulher toxicômana, a droga é uma devastação como podem ser um homem e uma mãe. Assim, a análise deve permitir que o significativo

do Outro ganhe relevância por meio do amor transferencial, na tentativa de construir um saber sobre o que a faz propensa a não ter limites. Essa seria uma possibilidade de laço a um parceiro que não a devaste e que respeite sua disparidade.

Apesar das dificuldades que compartilhavam, ressalta-se que a caminhada com as mulheres do grupo não se direcionou a tomá-las como coitadas. Assim como *T.* demonstrou ao ser encontrada no hospital desperta, atenta e de bom humor após agressões sofridas, todas as participantes foram sinalizando de diferentes modos como é preciso ser “muito mulher” para darem conta das loucuras que vivem.

Outro fator de relevância, como mencionado, é a impossibilidade de dissociarmos o sofrimento dessas mulheres da dimensão sociopolítica. Tendo em vista o peso imperativo do capitalismo e das práticas econômicas vigentes, em que o sujeito é violentamente empurrado ao gozo do consumo e do lucro, a toxicomania surge como uma emblemática e paradoxal solução para o sujeito. Assim, os tempos atuais são marcados pelo gozo mortífero, aproximando vida e morte, ou aproximando o sujeito “mais da morte do que da vida” (Rosa, 2016, p. 98).

As consequências resultam na relativização da experiência compartilhada, na fragilização dos laços, no descrédito da história de um sujeito e em tentativas globalizadas de se dar conta da questão. Sobre isso, Rosa (2016) reforça o quanto os discursos jurídicos, médicos, políticos e policiais compõem uma montagem em que vários agentes sociais atuam no fenômeno toxicômano para impor a sua verdade.

Sendo assim, na contramão de tais discursos e em defesa do que entendemos pela ética da psicanálise, reforçamos a direção de nosso trabalho e a proposta de que a escuta realizada a essas mulheres possa alcançar outros espaços de acolhimento e cuidado, principalmente espaços públicos.

Segundo Figueiredo (2003), a psicanálise deve pautar-se pela ética da diferença em tempos de globalização e para quem o problema seja carente de múltiplos sentidos. Nessa perspectiva, entende-se que o trabalho com grupos tem se preocupado de modo crescente com a possibilidade de ampliar significados e operar com interpretações com as quais cada membro possa se apropriar ao seu modo, construindo um terreno mais propício para a singularização.

REFERÊNCIAS

- Castanho, P. (2018) *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições*. São Paulo: Linear A-barca. 412p.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*. (2008). Recuperado de <https://dicionario.priberam.org/sobre.aspx>.
- Figueiredo, L. C. (2003). *Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, Vol. II, 1996.
- Freud, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In *Obras completas: ed. standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, Vol. IV, 1996.
- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras Completas: ed. standard brasileira*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, Vol. VII, 1996.
- Freud, S. (1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In *Obras completas: ed. standard brasileira*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XI, 1996.
- Freud, S. (1927). O Futuro de uma Ilusão. In *Obras completas: ed. standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXI, 1996.
- Freud, S. (1928[1927]). Dostoiévski e o parricídio. In *Obras completas: ed. standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXI, 1996.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In *Obras Completas, Ed. Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXI, 1996.
- Freud, S. (1931). Sobre a sexualidade feminina. In *Obras completas: ed. standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXI, 1996.
- Freud, S. (1933). Conferência XXXIII. Feminilidade. In *Obras completas: ed. standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXII, 1996.
- Grant, W. H. (1998). A mascarada e a feminilidade. *Psicologia USP*, São Paulo, 9(2), 249-260.
- Kaës, R. (2007). *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola, 2011.
- Klotz, J-P. (1997). A dimensão apaixonada da transferência. In *Para ler o seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Campo Freudiano no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1968-1969). *O seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- Lacan, J. (1969-1970). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- Lacan, J. (1972) O aturdido. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Lacan, J. (1972-73). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. Tradução de: Le Séminaire, livre XX.
- Laurent, E. (1990). Trois remarques sur la toxicomanie. *Revista Quarto*, 42, 69-72.
- Le Poulichet, S. (1990). *Toxicomanias y psicoanálisis: las narcosis del deseo*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Lei nº.11.343, de 23 de Agosto de 2006*. (2006). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm.
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) Mulheres – 2ª edição*. (2018). Organização: Thandara Santos. Colaboração: Marlene Inês da Rosa. *et al.* Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Recuperado de http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf.
- Lima, R. C. (2015). Mulheres e tráfico de drogas: uma sentença tripla. Parte I. *Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)*. Recuperado de <http://itcc.org.br/mulheres-e-trafico-de-drogas-uma-sentenca-tripla-parte-i/>. em: 15 Jun. 2016.
- Miller, J-A. (2000). A teoria do parceiro. Os circuitos do desejo na vida e na análise. *Escola Brasileira de Psicanálise (Orgs.) – Contra Capa Livraria*, Rio de Janeiro.
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT). (2000). As mulheres consumidoras de drogas são mais estigmatizadas do que os homens. *Comunicado da agência europeia de informação sobre droga. Relatório anual do fenómeno da droga na EU – 2000. n.6, Lisboa*. Recuperado de http://www.emcdda.europa.eu/system/files/attachments/1498/PT_pr06_ar00_women_pt.pdf.

- Pechansky, F., Diemen, L. V., Micheli, D. D., & Amaral, M. B. (2014). Fatores de risco e proteção em diferentes grupos de usuários: mulheres, adolescentes, idosos e indígenas. Módulo 1. *O uso de substâncias psicoativas no Brasil*. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 5. ed. Brasília, DF.
- Ribeiro, C. N., & Pinto, J. M. (2012). Reduzir-se a nada: articulações entre o masoquismo, o feminino e a máscara. *Psicologia USP*, 23 (3), 503-521. São Paulo.
- Rosa, M. D. (2016). *A Clínica Psicanalítica em face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Santos, T. C. dos, & Lopes, R. G. (2013). *Psicanálise, ciência e discurso*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1. Ed.
- Senna, A., Bar, C., Gomes, M. G., Guilhon, M., & Kupferberg, M. (2010). O pai na psicanálise. *Primórdios-CPRJ*, Rio de Janeiro, 1(1), 91-116.
- Soler, C. (1937/2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- Tarrab, M. (2001). *Algo peor que un síntoma. Las toxicomanias, un malestar de la época que interroga al psicoanálisis y las instituciones*. Cordoba, Argentina.
- WOLA, IDPC, DEJUSTICIA, CIM, OEA. (2017). Mulheres, políticas de drogas e encarceramento. *Um guia para a reforma em políticas na América Latina e no Caribe*. Edição: Coletta Youngers (WOLA e IDPC) e Nischa Pieris (CIM), com apoio de M. Nougier (IDPC) & S. Chaparro (Desjusticia). Recuperado de <https://www.wola.org/mulheres-politicas-de-drogas-e-encarceramento-um-guia-para-reforma-em-politicas-na-america-latina-e-no-caribe/>.
- Zalcborg, M. (2012). A devastação: uma singularidade feminina. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, 44.2, 469-475.

NOTAS

- ¹ Essa paciente esteve presente por pouco tempo na unidade, mas com passagem marcante. Quase não participava dos grupos. Costumava chamar todas as mulheres do local de “frô” e tinha uma peculiar relação de cuidado com uma mangueira do quintal, às vezes voltando de lá nos presenteando com mangas.

Ao discutir sobre o caso, todos da unidade se lembravam da mesma como “frô”, por isso não se fez possível pensar em outra forma de nomeá-la.

- ² Significante construído pelas participantes em relação ao que consideravam significar ser mulher. Entre partilhas de perdas, violência e abandonos, elas foram se identificando como “muito mulheres” por terem que suportar os pesos de tais vivências e se virarem com essas marcas. O termo foi destacado e retomado em outros momentos como um importante significante de análise durante a pesquisa.

Recebido em 1 de agosto de 2020

Aceito para publicação em 23 de novembro de 2020

TRAUMA, SUBJETIVAÇÃO E GOVERNABILIDADE NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS¹

Joel Birman*

RESUMO

A intenção deste ensaio é a de problematizar os efeitos sobre as singularidades da pandemia do Coronavírus no registro eminentemente psíquico, articulando a experiência traumática com formas de subjetivação e da governabilidade, respectivamente. Com isso, o trauma pode ser interpretado como uma produção singular e coletiva ao mesmo tempo.

Palavras-chaves: trauma, subjetivação, governabilidade.

TRAUMATISME, SUBJECTIVATION ET GOUVERNABILITÉ DANS LA PANDÉMIE DE CORONAVIRUS

RÉSUMÉ

Traumatisme, subjectivation et gouvernabilité dans la pandémie de coronavirus. L'intention de cet essai est de problématiser les effets sur les singularités de la pandémie de coronavirus dans le registre éminemment psychique, en articulant l'expérience traumatique avec des formes de subjectivation et de gouvernabilité, respectivement. Avec cela, le traumatisme peut être interprété comme une production singulière et collective à la fois.

Mots-clés: traumatisme, subjectivation, gouvernabilité

TRAUMA, SUBJECTIVATION AND GOVERNABILITY IN THE CORONAVIRUS PANDEMIC

ABSTRACT

Trauma, subjectivation and governability in the Coronavirus pandemic. The intention of this essay is to problematize the effects on the singularities

* Psicanalista, Membro efetivo do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos e do Espace Analytique (França); Professor Titular do Instituto de Psicologia da UFRJ; Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; Diretor de Estudos em Letras e Ciências Humanas, Universidade Paris VII; Pesquisador do CNPq.

of the Coronavirus pandemic in the eminently psychic register, articulating the traumatic experience with forms of subjectivation and governability, respectively. With this, trauma can be interpreted as a singular and collective production at the same time.

Keywords: trauma, subjectivation, governability.

I PREÂMBULO

Este ensaio pretende articular os diferentes registros do *trauma*, da *subjetivação* e da *governabilidade* como linhas de força que modelaram e ainda modelam a atual pandemia do Coronavírus. No entanto, se o trauma será problematizado^{2,3} no *singular*, em contrapartida, a subjetivação e a governabilidade serão declinadas no *plural*, de forma que vamos problematizar propriamente as subjetivações e as governabilidades, como reguladores efetivos da experiência traumática no campo social da recente pandemia do Coronavírus.

Além disso, o trauma será concebido nas bordas entre os registros do *corpo* e da *ordem coletiva*, na medida em que a experiência traumática, para se configurar, pressupõe necessariamente a conjunção íntima entre os registros do *interior* e do *exterior*.

Não foi assim, certamente por acaso, com efeito, que Freud, ao problematizar pela primeira vez a *neurose traumática* como *neurose de guerra*, no ensaio de 1920 intitulado “Além do princípio do prazer”⁴, o cenário histórico e social da Primeira Guerra Mundial, com as suas violências e crueldades até então inéditas, o qual era inseparável da nova descrição clínica e da leitura metapsicológica conexa que o discurso freudiano enunciou ao mesmo tempo.

Portanto, as ordens individual e coletiva conjugam-se intimamente na constituição da experiência do trauma, por um lado, e a atual pandemia do Coronavírus é paradigmática como campo social e sanitário para a demonstração desta tese, pelo outro, na qual os registros da singularidade e da coletividade se conjugariam intimamente, na construção efetiva da experiência do trauma.

Destacando, assim, este viés de leitura do trauma, na dupla dimensão acima enunciada, é preciso formular devidamente que o trauma exige uma leitura propriamente *interdisciplinar*, sem a qual se impõe o risco

inevitável do *reducionismo teórico*, seja este da ordem do psicologismo, seja este da ordem do sociologismo. Com efeito, se a psicanálise foi colocada em cena na leitura que propomos realizar da experiência do traumático no campo sanitário da pandemia do Coronavírus, essa leitura se inscreve previamente no registro interdisciplinar de pesquisa, como ainda veremos posteriormente, com maior rigor teórico e epistemológico.

Dito tudo isso como preâmbulo da interpretação que propomos realizar da atual pandemia do Coronavírus, colocando em destaque as linhas de força fundamentais que vou desenvolver neste ensaio, é preciso enunciar ainda neste preâmbulo que este ensaio será configurado em cinco tempos intimamente concatenados e efetivamente costurados.

Assim, se em um *primeiro momento* tecerei alguns comentários preliminares sobre a pandemia do Coronavírus, de ordem epistemológica, teórica, política e ética ao mesmo tempo, nos *momentos* subsequentes, em contrapartida, vou problematizar a categoria de trauma em psicanálise, para em seguida colocar em cena as formações sintomáticas produzidas pela referida experiência traumática, assim como as formas de subjetivação colocadas em cena por este *acontecimento* crucial e a sua regulação pelas diferentes formas de governabilidade.

Enfim, estas são, assim, as linhas de força que configuram a arquitetura deste ensaio, de forma condensada.

II CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A atual pandemia do Coronavírus é indubitavelmente a *catástrofe humanitária* mais importante do século XXI. Não somente em decorrência dos cinco milhões e quatrocentos mil mortos em todo o mundo promovido pela pandemia de forma *direta*, mas também em consequência dos que foram mortos de maneira *indireta* por outras modalidades de enfermidades, que encontraram neste contexto o terreno privilegiado para se desdobrar decididamente na sombra e nos rastros da experiência pandêmica, seja porque os hospitais se tornaram não frequentáveis para as populações pelo alto nível de contaminação que neles se condensava, seja pela ocupação dos leitos hospitalares pelos enfermos do Coronavírus que impossibilitou o acesso dos demais doentes à rede hospitalar.

Além disso, na caracterização desta catástrofe humanitária não pode ser esquecido o efeito crucial da pandemia em promover as *desigualdades* sociais de forma patente, pois os segmentos sociais pobres das populações não poderiam seguir os protocolos sanitários enunciados pelos discursos da ciência e da medicina que foram propaladas pela Organização Mundial da Saúde, para se protegerem da contaminação viral, como ocorreu com as classes médias e as elites. Com efeito, aqueles segmentos sociais pobres foram obrigados a ter que trabalhar em ambientes insalubres, além de terem que tomar meios de transporte coletivos superlotados, sem deixar de destacar ainda a precariedade espacial de suas casas, o que não aconteceu com as elites e as classes médias, que podem dispor de mais espaço em suas casas e puderam trabalhar ainda em *home office*.

É preciso destacar ainda que os Estados Unidos e o Brasil se avultaram no cenário internacional no que concerne ao número de mortos, naquele com mais de 800.000 mil mortos e neste com cerca de 620.000 mortos, respectivamente. Esta proporção mortífera nos Estados Unidos e no Brasil é muito maior do que ocorreu na União Européia e nos países asiáticos, assim como nos demais países da América Latina, que foram também muito afetados mortalmente pela pandemia. Enfim, o nível de mortalidade absurdo naqueles dois países está intimamente relacionado às suas formas de governabilidade, exercida por dirigentes políticos da extrema-direita, seja Trump nos Estados Unidos, seja Bolsonaro no Brasil.

Além disso, não se pode esquecer, ainda, que a pandemia do Coronavírus produziu outra *epidemia* paralela e conexa, a saber, a *epidemia da fome*, que se disseminou nos países pobres e emergentes, como foi o caso do Brasil.

Porém, além das mortes, é preciso destacar ainda como marca crucial desta catástrofe sanitária os efeitos em *médio e longo prazos* na *saúde somática* e na *saúde psíquica* dos sujeitos que sobreviveram. Com isso, destacamos assim a problemática das *sequelas*, que aumentarão quantitativamente no mundo todo nos próximos anos, com os custos humanos e econômicos que implicaram os ditos sequelados.

No entanto, é preciso colocar em devido destaque que a atual pandemia do Coronavírus é o *ato inaugural* do século XXI, na medida em que não se considera a *emergência* de um novo século pela marca restrita

da cronologia, mas pela emergência de um *acontecimento* crucial, que provoca, assim, uma *inflexão* decisiva e uma *descontinuidade* fundamentais no curso da *história* e do *discurso*⁵, da mesma forma como a Primeira Guerra Mundial foi o ato inaugural do século XX, pela descontinuidade que promoveu entre o *antes* e o *depois*, pela emergência do conceito da *guerra total* que introduziu no Ocidente, que diferenciava a dita guerra de todas as demais guerras anteriores⁶.

Portanto, é preciso opor e diferenciar devidamente as categorias de *evento* e de *acontecimento*, na medida em que o evento mantém ainda as linhas de força da *continuidade* da experiência social e histórica, enquanto no acontecimento, em contrapartida, se promove a irrupção da descontinuidade na tessitura dos processos social e histórico.

Para caracterizar a pandemia do Coronavírus como ato inaugural do século XXI e como promotor de descontinuidade sócio-histórica, é preciso enfatizar que a dita pandemia provocou a *suspensão* quase completa da *economia* internacional, assim como de todas as nossas *formas de vida*, segundo um importante conceito filosófico enunciado por Wittgenstein na sua obra intitulada *Investigações filosóficas*⁷. Além disso, todos os nossos *habitus* corporais foram afetados pela incidência da pandemia em curso sobre as nossas *práticas corporais*, de acordo com o discurso sociológico enunciado por Bourdieu na obra intitulada *Esboço de uma teoria na prática*⁸, porque quase nós todos fomos confinados em nossas casas, o que suspendeu evidentemente o exercício de nossa *mobilidade corporal* e de nossos hábitos regulares centrados no corpo.

Além disso, é preciso enunciar ainda que, dos pontos de vista teórico, metodológico e epistemológico, a pandemia dever ser configurada como um *fato social total*, segundo o conceito enunciado pelo discurso antropológico de Marcel Mauss⁹. Portanto, enquanto pela tessitura de um fato social total, a pandemia do Coronavírus seria caracterizada ainda pela *complexidade*, de acordo com o discurso teórico enunciado por Morin¹⁰. Por isso mesmo, enfim, a pandemia coloca o imperativo teórico da interdisciplinaridade, por ser configurada como um fato social total e ser marcada, assim, pela complexidade.

O que se impõe então como imperativo epistemológico é a leitura da pandemia do Coronavírus como um *tríplico* conceitual, em que se devem

ser colocados em pauta três diferentes *objetos teóricos*¹¹, os quais tem de ser devidamente destacados. Com efeito, se o que se impõe inicialmente é a dimensão *biológica* do vírus a ser investigado pela *virologia*, a que se seguem os discursos *econômico, social, político e ecológico* que se articulam em um mosaico complexo e, finalmente, a dimensão das *singularidades*. Estas singularidades podem ser de *ordem médica* (clínica) e de *ordem psíquica*, na medida em que nós sabemos que cada singularidade é afetada e reage de forma singular, dos pontos de vista somático e psíquico, respectivamente.

Neste ensaio, colocaremos em destaque somente as singularidades psíquicas, que é o que nos interessa como psicanalistas, na leitura dos efeitos psíquicos da pandemia.

Vamos colocar assim em destaque, inicialmente, na leitura das singularidades, a dimensão fundamentalmente traumática promovida pela pandemia.

III ANGÚSTIA SINAL E ANGÚSTIA REAL

A pandemia do Coronavírus tem um efeito traumático sobre o sujeito, na medida em que o vírus em questão se apresenta de forma *invisível* para o sujeito e não pode ao mesmo tempo ser *enunciado* por este, pela mediação dos discursos da medicina e da virologia, principalmente no início da pandemia, mas também agora, quando o nosso conhecimento sobre o vírus e sobre a doença em pauta é ainda muito limitado.

Por que esses dois atributos são efetivamente fundamentais para o sujeito, do ponto de vista estritamente clínico?

Por que, segundo Freud, no ensaio de 1926 intitulado “Inibição, sintoma e angústia”, o aparelho psíquico busca se defender dos eventos psíquicos pela transformação daquilo que é da ordem do *invisível* em algo que é da ordem do *visível*, ao mesmo tempo que de forma correlata procura tornar *dizível* o que é da ordem do *indizível*¹².

Por essa dupla operação, com efeito, a *angústia* entra efetivamente em um processo de suspensão, sendo transformada, então, em *medo*. Além disso, com esse se coloca no registro da *percepção*, o sujeito pode assim se proteger do pior pela colocação em cena de procedimentos defensivos.

Segundo Freud, ainda, o aparelho psíquico ficaria permanentemente desta forma, buscando realizar, de forma regular, a *antecipação* do pior de maneira a poder acionar as suas defesas caso o perigo se delinee no horizonte do tangível. Portanto, pela *imaginação* e pela antecipação, o sujeito poderia provavelmente se proteger do pior, de maneira que esta imaginação antecipatória é um agenciamento psíquico de ordem principalmente *simbólica*¹³. Em consequência, o discurso freudiano denominou este procedimento antecipatório de sinal de angústia ou de angústia sinal, para destacar, assim, a dimensão simbólica desta experiência.

No entanto, quando o sujeito não pode realizar antecipadamente tal preparação para o pior, a experiência traumática ocorre de forma intempestiva e inevitável. Com efeito, o trauma seria a resultante de uma experiência que não pôde ser antecipada pelo sujeito, de forma inicial, conquanto não pode evitar o impacto do *mal* sobre *si*¹⁴.

Foi pela mediação dessa teorização sistemática, realizada em “Inibição, sintoma e angústia”,¹⁵ que o discurso freudiano pôde sustentar teoricamente o que descreveria inicialmente como neurose de guerra no ensaio de 1920 sobre o “Além do princípio do prazer”¹⁶. Com efeito, na obra de 1920 o discurso freudiano problematizou o novo dualismo pulsional, centrado na oposição entre *pulsão de vida* (*Eros*) e *pulsão de morte* (*Tanatos*), no que a pulsão de vida opera pelo procedimento da *ligação* e a pulsão de morte pela operação da *desligação*, é possível deprender disso assim que a angústia sinal é uma experiência da ordem da ligação (antecipação) e a angústia traumática seria em contrapartida da ordem efetiva da desligação¹⁷.

Portanto, transformar o invisível em visível e o indizível em dizível seriam operações psíquicas e simbólicas inscritas no registro da pulsão de vida e da ligação, enquanto os registros do indizível e do invisível seriam tributáveis do campo da pulsão de morte.

Com a descrição clínica da neurose da angústia, delineada por Freud em 1893, foi enunciado o efeito traumático da angústia do *real*¹⁸ sendo, pois, a *formação sintomática* fundamental da pandemia do Coronavírus nos sujeitos. Todas as demais formações sintomáticas que se apresentam na experiência traumática da pandemia são efeitos e derivações da neurose de angústia primordial.

IV FORMAÇÕES SINTOMÁTICAS

A neurose da angústia caracteriza-se no sujeito pelo temor e pela certeza da morte iminente. O sujeito é tomado pela taquicardia e pela dispneia, assim como por suores frios, tomado, assim, por vertigens; todos os signos seriam de que a morte pode acontecer a qualquer momento. Portanto, essa angústia é de caráter *real* e delinea a experiência traumática em estado puro, sendo o efeito direto do mal invisível e indivisível que acossa o sujeito¹⁹.

Como dissemos acima, todas as demais formações sintomáticas provocadas pela pandemia do Coronavírus são derivações desta *formação originária*.

A segunda formação sintomática é a *hipocondria*, na medida em que pela *angústia persecutória* promovida pelo Coronavírus (invisível e indizível) o sujeito passa a interpretar todos os seus signos corporais como manifestação inequívoca do Coronavírus.

A terceira formação sintomática são os *atos compulsivos forjados* em torno dos imperativos de limpeza, segundo as normas instituídas pelos discursos da ciência e da medicina. O sujeito passa a duvidar, com efeito, se os seus procedimentos de limpeza foram bem executados, de forma que os repete de forma compulsiva, durante o dia todo, aniquilando, assim, qualquer atividade produtiva possível.

A quarta formação sintomática é a *depressão*, resultante do esvaziamento vital e da relativa imobilidade do sujeito, restrito que este fica ao espaço doméstico.

A quinta formação sintomática é a *melancolia*, em que o sujeito perde o gosto e o prazer de estar vivo, pelo esvaziamento de sua existência, naquele que lhe é fundamental. Neste contexto, os idosos que não podem se encontrar com filhos e netos acabam por parar de se alimentar e realizar seus cuidados pessoais, como se banhar e trocar de roupa. Enfim, nessas condições de abandono de si e de não querer viver efetivamente muitos idosos se suicidaram.

A quinta formação sintomática é o *suicídio*, resultante da melancolia, como dito acima. Além dos idosos, adolescentes e jovens adultos inscrevem-se também em uma condição melancólica, com práticas suicidas conexas, pela suspensão de suas atividades escolares, universitárias e de lazer.

A sexta formação sintomática são as *perturbações da pele*, que se tornaram bastante frequentes durante a pandemia. Com efeito, colocados na borda entre o dentro e o fora do corpo, assim como na fronteira entre o interior e o exterior, a pele é uma superfície corpórea, mas porosa ao mesmo tempo, por onde circulam as angústias invisível e indizível, na medida em que *invade* o sujeito em todos os seus interstícios e suas dobras.

A sétima formação sintomática é o consumo vertiginoso de drogas lícitas (alcoolismo e tranquilizantes) e *ilícitas*, que o sujeito consome para apaziguar a angústia e a depressão que lhe perpassa para suspender as formações sintomáticas assim destacadas.

Além disso, o consumo da comida inscreve-se igualmente neste mesmo registro, de forma que o sujeito busca ingerir alimentos para preencher o vazio ulterior, provocado pela invisibilidade do mal que lhe acoisa. Enfim, com a bulimia assim promovida, a *obesidade* se incrementou muito durante a pandemia, em escala internacional.

A oitava formação sintomática é o incremento da violência doméstica, realizado pelos homens contra suas companheiras e filhos, em que pelo exercício da força física o sujeito busca se iludir de que não está em uma condição existencial de desamparo. Em consequência, em todo o mundo houve aumento de divórcios entre casais, em decorrência de tais práticas de violência²⁰.

V DESAMPARO E DESALENTO

Contudo, é preciso inscrever agora tais formações sintomáticas em *modalidades estruturais de subjetivação*, de forma que essas modelam as diferentes formações sintomáticas. É preciso que o *desamparo* e o *desalento*, como formas estruturais de subjetivação, regulem todas essas produções sintomáticas.

Qual a diferença entre o desamparo e o desalento? Esta é a primeira questão a ser devidamente respondida.

De tal modo, na experiência do desamparo o sujeito acredita que o Outro o queria acolher e proteger. O exemplo paradigmático disso Freud enunciou na obra intitulada *Projeto de uma psicologia científica*, quando disse que o choro do bebê é a razão de todos os motivos morais²¹.

Portanto, pelo desamparo Freud destaca a constituição de um sujeito de ordem *alteritária* cuja intepretação realizada pelo Outro é fundamental.

Em contrapartida, o desalento é uma experiência crucial na qual o sujeito não seria mais acolhido pelo Outro, de maneira que o Outro não vai lhe proteger e lhe acolher, de forma que o sujeito vai, de tal modo, ser vertiginosamente lançado perigosamente nas *incertezas* e *contingência* da existência.

Assim, se o desamparo remete o sujeito para a angústia sinal, o desalento, em contrapartida, remete aquele para a angústia (real) traumática. Além disso, se o desamparo remete para o registro clínico da *neurose*, o desalento remete para a ordem da melancolia. Enfim, se o desamparo condensa a experiência do *sofrimento*, no qual a simbolização possibilitada o Outro se realizar, o desalento remete para o deserto invisível da dor, no qual a melancolia se condensa de maneira eloquente²².

VI GOVERNABILIDADES

É necessário agora realizar uma outra conjunção e articulação, inscrevendo as duas formas de subjetivação destacadas em diferentes formas de *governabilidade*. Essa, assim, na sua multiplicidade e diferenças conjuga as formas de subjetivação que foram destacadas.

Como falamos no início deste ensaio, de que a pandemia propriamente dita tem uma dimensão coletiva fundamental, colaboração que se manifesta dos registros político, social, econômico e ecológico, respectivamente, as diferentes formas de subjetivação se conjugam com as formas da governabilidade.

Dessa maneira, é bastante rico comparar o destino da pandemia nos países asiáticos ao dos países da União Européia e do continente americano, destacando aqui como as experiências brasileiras e norte-americana nos evidenciam, para assim delinear uma *cartografia das formas da governabilidade*, para articulá-la com as formas de subjetivação, num segundo momento.

Assim, o que caracterizava a pandemia nos países asiáticos foi como as populações destes países obedeceram ao imperativo do Estado, que seguem literalmente os pressupostos do discurso da medicina e da Organização Mundial de Saúde. Esta obediência não se dá porque tais países estão sob a tutela governamental do autoritarismo e do totalitarismo, mas porque, dos pontos de vista social e cultural, os países asiáticos são regulados

pela ordem holística, em que a construção do indivíduo como sujeito se modela pela conjunção da ordem do indivíduo à ordem da totalidade.

Estou me baseando aqui pela oposição que foi estabelecida pela antropologia social, com Louis Dumont, no livro intitulado *Ensaio sobre o individualismo moderno*, no qual opôs as ordens social e cultural holística e individualista. O efeito disso é bastante tangível, dos pontos de vista sanitário e epidemiológico, pois os países orientais tiveram resultados positivos, no que concerne à contaminação e à mortalidade de suas populações, pelo imperativo holístico que os regula.

Na Europa, em contrapartida, estamos inscritos na ordem do individualismo, de forma que o indivíduo é o átomo constitutivo dessa outra ordem coletiva, constituindo aquilo que Dumont denominou de indivíduo-valor. Portanto, o Ocidente, diferentemente do Oriente, é individualista e não holístico²³.

Porém, diante deste cenário social e cultural diferente, os díspares governos da União Européia tiveram que fazer um esforço de comunicação e persuasão sistemáticos para convencerem os seus cidadãos a seguirem o que existia de bem fundado e de legítimo dos discursos da ciência e da medicina. Com isso, tiveram êxito relativo, pois, se as taxas de contaminação e de mortalidade nos países não foram os mesmos do que ocorreu na Ásia, os resultados foram efetivamente positivos.

Contudo, nos Estados Unidos e no Brasil, que são igualmente países construídos pela tradição individualista, o resultado não foi o mesmo do que na União Europeia. Isso porque as políticas *negacionistas* de Trump e de Bolsonaro, face aos discursos da ciência e da medicina, conduziram ao genocídio da população brasileira e norte-americana, como evidencia o maior número de mortes e de contaminados ocorridos pela pandemia do Coronavírus em todo o mundo.

Entretanto, o dito negacionismo colocado face ao discurso da ciência e da medicina se funda no mecanismo psíquico da *recusa*, como Freud enunciou no seu ensaio sobre fetichismo²⁴. Além disso, a recusa em pauta faz com que o discurso científico e da medicina, no Brasil e nos Estados Unidos, se aproximem ainda pela aliança e obra dos discursos da extrema direita e a religião neopentecostal que, como uma argamassa discursiva, é similar em ambos os países.

VII FINALMENTE

Pelo que destacamos acima, é fácil perceber como nos países no Oriente e no Ocidente, em países com governabilidade individualista como na União Europeia, protegeram-se seus cidadãos com os pressupostos dos discursos da ciência e da medicina, pois os cidadãos se sentiram resguardados pelo Estado e pelas diferentes governabilidades existentes, de forma que nestes contextos o desamparo se forjou efetivamente como forma primordial de subjetivação.

Em contrapartida, no Brasil e nos Estados Unidos, onde o Estado colocou os sujeitos à deriva e lhes destinou à sua própria sorte, foi perpetrado um genocídio populacional, de forma que os sujeitos foram lançados no limbo do desalento, em uma errância e em uma incerteza fundamentais.

Pode-se depreender, assim como no registro das singularidades, que a pandemia do Coronavírus promoveu uma experiência traumática nos sujeitos, para caracterizar devidamente o que promoveu a partir disso diversas formações sintomáticas, mas que seriam reguladas por formas (estruturais) de subjetivação, enunciadas como desamparo e desalento, que se distribuiu diferentemente segundo as diversas regras reguladoras das formas de governabilidade.

Enfim, a categoria do trauma, para ser devidamente problematizada, deve articular na sua tessitura os registros da singularidade e da coletividade, em uma perspectiva eminentemente interdisciplinar, concebida como fato social total e regulada pela racionalidade complexa.

NOTAS

- ¹ Este texto foi escrito a partir das notas que me orientaram na conferência realizada no Colóquio Internacional sobre a clínica na atualidade nos campos da Psicologia, da Psicanálise e da Psiquiatria, na Universidade Paris Diderot, em 5 e 6 de novembro de 2021, versões on-line e presencial.
- ² Foucault, M. *Dits et écrits*. Vol. IV. Paris, Gallimard, 1994.
- ³ Deleuze, G., & Guattari, F. *Mille Plateaux, Capitalisme et schizophrénie 2*. Paris, Minuit, 1980.
- ⁴ Freud, S. (1920). Au-delà du principe de plaisir. In Freud, S. *Essais de psychanalyse*. Paris, Payot, 1981.

- ⁵ Foucault, M. *Archeologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969.
- ⁶ Alliez, E., & Lazzaroto, M. *Guerras e capital*. Capítulo 10. São Paulo, UBU, 2021.
- ⁷ Wittgenstein, L. *Investigations philosophiques*. Paris, Gallimard, 1961.
- ⁸ Bourdieu, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève, Droz, 1972.
- ⁹ Mauss, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris, PUF, 1950.
- ¹⁰ Morin, E. *La complexité humaine*. Paris, Flammarion, 1994.
- ¹¹ Canguilhem, G. *L'objet de l'histoire des sciences*. In Canguilhem, G. *Études d'Histoire et de Philosophie des sciences*. Paris, Vrin, 1968.
- ¹² Freud, S. (1926). *Inhibition, symptôme et angoisse*. Paris, PUF, 1973.
- ¹³ Ibidem.
- ¹⁴ Ibidem.
- ¹⁵ Ibidem.
- ¹⁶ Freud, S. (1920). Au-delà du principe du plaisir. In Freud, S. *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1999.
- ¹⁷ Ibidem.
- ¹⁸ Freud, S. Qu'il est justifié de séparer de la neurasthénie un certain complexe symptomatique sous le nom de 'névrose d'angoisse' (1893). In Freud, S. *Névrose, psychose et perversion*. Paris, PUF, 1973.
- ¹⁹ Ibidem.
- ²⁰ Para uma leitura mais detalhada deste conjunto de formação sintomáticas, vide: Birman, J. *O trauma na pandemia do Coronavírus*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2021, 3. Ed.
- ²¹ Freud, S. (1895). Esquisse d'une psychologie scientifique. In *La naissance de la psychanalyse*. Paris, PUF, 1973.
- ²² Birman, J. *O sujeito na contemporaneidade*. Op. cit.
- ²³ Dumont, L. *Essais du individualisme moderne*. Paris, Seuil, 1983.
- ²⁴ Freud, S. "Le fetiche". In Freud, S. *La vie sexuelle*. Paris, PUF, 1973.

Recebido em 21 de setembro de 2021

Aceito para publicação em 10 de outubro de 2021

APRESENTANDO VICTOR TAUSK

*Luis Eduardo Prado**
*Marta Raquel Colabone***
*Carolina Vidal****

RESUMO

Este artigo busca situar Victor Tausk, clássico autor da psicanálise, dentro do movimento psicanalítico a partir de análises históricas, por meio do entrelaçamento de textos. Tausk, advogado, também atuou com jornalismo e literatura, escrevendo poemas, contos e peças de teatro; conhece Freud a partir de uma crise de depressão que atravessa. A partir daí, a psicanálise passa a fazer parte de sua vida pessoal e profissional. No entanto, seu suicídio fez com que seu nome fosse parar nos limbos da história da psicanálise, como se jamais tivesse existido. Reconstruímos a biografia de Tausk, retirando-o desse lugar em que se encontrava e abordamos outros elementos necessários para constituir o mapa das posições de Tausk na história da psicanálise. Em posse desses elementos, apresentamos uma visão clara do que foram os dez anos de presença de Tausk no movimento psicanalítico de Viena. Esperamos que este artigo traga ao leitor atento um vislumbre da vida e da obra deste grande psicanalista e lhe acenda a curiosidade para buscar lê-lo.

Palavras-chave: Tausk, Freud, Andreas-Salomé, Correspondência, Atas.

PRÉSENTATION DE VICTOR TAUSK

RÉSUMÉ

Cet article cherche à situer Victor Tausk, auteur classique de la psychanalyse, dans le mouvement psychanalytique à partir de l'analyse historique, à partir d'une lecture croisée des textes qui se réfèrent à lui. Tausk, formé en droit,

* Psicanalista, membro de Espace Analytique – Paris, professor emérito de história da psicanálise e de psicopatologia, Centre de Recherches en Psychanalyse, Médecines et Sociétés, (CRPMS), École doctorale Recherches en Psychanalyse, Faculté de psychologie, Université de Paris 7-Denis Diderot.

** Historiadora, psicanalista, membro do Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP).

*** Psicanalista, membro da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID), Rio de Janeiro.

ayant exercé dans cette profession, ayant également travaillé comme journaliste, écrit des poèmes, des nouvelles et des pièces de théâtre. Il rencontre Freud lors d'une crise de dépression qu'il traverse. Dès lors, la psychanalyse fait partie de sa vie personnelle et professionnelle. Cependant, son suicide jette son nom dans les limbes de la psychanalyse, comme s'il n'avait jamais existé. Nous avons reconstruit la biographie de Tausk, en le retirant de ce lieu où il se trouvait et avons abordé d'autres éléments nécessaires pour constituer la charte des positions de Tausk dans l'histoire de la psychanalyse. Nous espérons que cet article apporte au lecteur attentif un aperçu de la vie et de l'œuvre de ce grand psychanalyste et suscitera sa curiosité pour chercher à le lire.

Mots clés: Tausk, Freud, Andreas-Salomé, Correspondance, Procès-verbal.

INTRODUCING VICTOR TAUSK

ABSTRACT

This paper aims to situate Victor Tausk, classic author of psychoanalysis, within the psychoanalytic movement from historical analysis, through the interweaving of texts. Tausk, a lawyer, also worked with journalism and literature, writing poems, short stories, and plays; he meets Freud when he falls ill with a depression crisis. From then on, psychoanalysis became part of his personal and professional life. However, his suicide sent his name into limbo in the history of psychoanalysis, as if it had never existed. We reconstructed his biography, bring him from this place where he was and approached other elements necessary to constitute the map of his positions in the history of psychoanalysis. With these elements in hand, we present a clear idea of what were the ten years of his presence in the Vienna psychoanalytic movement. We hope that this article will bring the attentive reader a glimpse of this great psychoanalyst's life and work and spark his curiosity to seek to read him.

Keywords: Tausk, Freud, Andreas-Salomé, Correspondence, Minutes.

I

A primeira edição das *Obras Psicanalíticas* de Victor Tausk data de 1976 na França; em 1977, elas foram editadas na Espanha; em 1979, na Itália. Versão completa de suas obras, incluindo seus trabalhos não psicanalíticos anteriores ao seu encontro com a psicanálise foram publicados na Alemanha, em 1983 (Roazen, 1991, p. 5). No Brasil, foi publicada em 1990 um *Tausk e o Aparelho de Influenciar na Psicose*. E, nos Estados Unidos, finalmente, em 1991, os *Collected Psychoanalytic*

Papers. Agora, prepara-se no Brasil, para 2022/2023, a edição das *Obras Psicanalíticas* a serem publicadas em São Paulo sob a direção de Alexandre Socha, quem motivou a redação do presente artigo. Ela deveria ter sido a apresentação geral antes de ser censurada por ser considerada como faltando de respeito para com Freud. Assim sendo, cabe ao leitor de nosso *Tempo Psicanalítico* julgá-lo.

O volume editado na França conta com prefácio de Thérèse Neyraut-Sutterman e posfácio de Jean Gillibert. Passaremos os equivalentes das edições espanhola, italiana e alemã por não serem com elas que trabalharemos. Já o volume publicado no Brasil conta com prefácio de Joël Birman e com posfácios de Chaim Samuel Katz e, de novo, de Birman. Enquanto o volume publicado nos Estados Unidos leva prefácio de Paul Roazen.

Os títulos desses trabalhos são importantes também para situarmos o interesse suscitado por Tausk ao longo do tempo. O prefácio de Neyraut-Sutterman tem como título “Victor Tausk: um homem de destino” e o trabalho de Gillibert aparece como “Posfácio em forma de Prefácio”. A partir de Freud e de Tausk, concentrou-se quase inteiro no “aparelho de influenciar”. Os títulos de Birman são igualmente expressivos da recepção de Tausk no Brasil e no mundo — “Para introduzir à leitura de Tausk”, “Memória, silêncio e esquecimento”. Sobre Tausk e a história da psicanálise, “Os impasses do sexual na psicose”. Enquanto o título de Katz é “O aparelho de influenciar: pequeno acompanhamento”. Já para Roazen, seu prefácio dá o título ao livro contendo os artigos de Tausk em inglês — “*Sexuality, war and schizophrenia*”. Entre 1976 e 1991, Tausk torna-se conhecido no mundo. Em 1990, Birman e Katz dão a lista dos artigos apresentados na edição francesa referindo-se à edição original em alemão dos textos esparsos. A tradução que se prepara, enfim, no Brasil, corresponde à lista dos artigos preparada por Birman e Katz, já figurando na edição francesa original.

Para apresentar de novo Tausk aos leitores brasileiros, podemos retomar o que escrevia Birman, em 1990, a saber — “A introdução de Tausk entre nós se impõe por várias razões. Antes de mais nada, Tausk já se constitui em um autor clássico da psicanálise e é evidentemente importante que possamos conhecer os autores fundamentais da nossa disciplina, isto é, aqueles que foram ativamente responsáveis na constituição do saber psicanalítico.” (Birman, 1990, p. 11).

O plano de Birman e de Roazen é o mesmo em suas grandes linhas. Trata-se de situar Tausk dentro do movimento psicanalítico e apresentar passo a passo seus artigos, embora o primeiro não os publique como o fez mais tarde o segundo. Entretanto, ambos o fazem a partir de análises teóricas gerais, e não de maneira histórica exata, por meio do entrelaçamento dos textos, como o fazemos aqui com nosso “Mapa para abordar a presença de Tausk na história da psicanálise.” Katz segue os passos de Gillibert em seu posfácio, ou seja, estuda e associa no essencial a partir do “Aparelho de influenciar na psicose”, que lhes serviu como base para seu tão rico volume precursor da presença de Tausk entre nós.

II

Em 12 de março de 1879, nasce Victor Tausk em Zsilina na Eslováquia [Neyrault-Sutterman, 1976, p. 9 e seguintes]. Pouco depois, seus pais mudam-se para a Croácia, ainda parte do Império austro-húngaro. O menino cresce falando alemão, língua de sua mãe, que nunca conhecera outra língua. É o primeiro de fratria de 8 outras crianças, 6 irmãs e 2 irmãos.

Os pais parecem sempre terem brigado, prisioneiros de casamento fecundo, porém pouco harmonioso. A mãe é muito bonita, culta, inteligente, tendo ideias de esquerda, corajosa, devotada a seus filhos, anjo fiel, com frequência menosprezada pelo marido que não cumpre com suas obrigações financeiras para com a família e a coloca em situação de depender de sua própria mãe. O pai é inteligente, brilhante, ambicioso, sedutor fora de casa, onde, ao contrário, ele é autoritário, mesquinho, infiel.

Tausk é muito apegado à sua mãe, por sua vez bem próxima a ele. Amigo e protetor de suas irmãs e de seu irmão mais novo, os leva a se revoltarem contra o pai, de quem detesta até o nome. Esse pai é tratado como um intruso teatral.

Jovem, Tausk aprende várias línguas, segue estudos brilhantes em direito, não em medicina como teria gostado, pois esses são longos e caros, e a situação financeira da família não o permite. Em 1897, muda-se para Viena, cidade de onde vinha sua mãe. No ano seguinte, encontra Martha Frisch, mais jovem que ele dois anos. Os pais dela são contra o casamento, mas ela está apaixonada e se revolta. Em 1900, casam-se, após Tausk ter-se convertido

ao catolicismo e se batizado. Embora Martha seja militante marxista convicta e seu pai seja judeu, ela é cristã como sua mãe, e Tausk tem que se converter para poder se casar. Ele evoca com frequência o judaísmo de suas origens, sendo discreto sobre sua conversão. Casados, eles mudam-se para Sarajevo, onde Tausk retoma seus estudos de direito. A primeira criança do casal morre durante o parto; dois outros filhos nascem, Marius, em 1902 e Victor Hugo, em 1904. Tausk termina seus estudos de direito, indo exercer em Mostar, para onde se muda a família. Sua relação com o sogro é similar à que mantém com o próprio pai. Pouco a pouco, a vida com Martha se desagrega. Ela é intelectual, com ideais sociais que ela põe em prática através de conferências e artigos, se preocupando pouco com a feminilidade tradicional, embora sua dependência afetiva do marido seja clássica, enquanto ele tem ambições bem diferentes da vida conjugal. Eles separam-se. Em 1905, ela retorna a Viena, onde trabalha como contadora. Ambos, ela e Tausk, guardam relação forte através das crianças e de uma correspondência que mantêm durante toda a vida. Em 1906, com 27 anos, Tausk instala-se em Berlim, abandona o direito, trabalha em jornalismo, escreve poemas, contos, peças de teatro, tem ambições literárias. Em 1907, uma depressão de aparência banal torna-se uma derrocada massiva e brutal, da qual ele se recupera com relativa rapidez. É nesse período que lê um artigo de Freud, a quem escreve, seguindo o conselho de uma de suas irmãs. Em resposta a sua carta, recebe convite para ir estudar psicanálise em Viena.

III

Podemos dizer que *Irmão Animal: a história de Freud e Tausk*, de Paul Roazen¹ (1936-2005), tirou o nome de Victor Tausk (1879-1919) dos limbos da história da psicanálise, cujo suicídio ligado ao nome de Freud o havia jogado. Durante anos a fio tudo se passava como se ele jamais houvesse existido. Embora suas considerações sobre as duas fases sucessivas de identificação e de projeção, em artigo seminal — “Da gênese do ‘aparelho de influenciar’ no curso da esquizofrenia” —, tanto quanto esse artigo em si próprio, houvessem fecundado o movimento analítico, servindo, por exemplo, como fonte para o conceito de “identificação projetiva” proposto e defendido por Melanie Klein, era como se ele fosse inexistente.

O livro de Roazen reconstrói a biografia de Tausk com importante capítulo no qual mostra as confusões inextricáveis com suas mulheres — com frequência, antigas pacientes. “Mais do que um Quebra-Cabeça Chinês”, (Roazen, 1995, pp. 98-117) e “Grandes Realizações” (Roazen, 1995, pp. 118-145) retratam com minúcias a vida de Tausk em época de grandes confusões, chegando até às horas precedendo sua morte.

Esse trabalho desencadeou tempestade em torno do nome de Tausk, sugerindo que seu suicídio tivesse algo a ver com a recusa de Freud de aceitá-lo em análise, além de tê-lo aconselhado a começar análise com Helene Deutsch, da qual era o supervisor. Tudo se passou como se, apesar de recusá-lo como paciente, Freud tivesse empregado manobra no mínimo bizarra para observá-lo por meio da supervisão com Deutsch. Sublinhando tudo isso, Roazen parecia questionar o papel de Freud no suicídio de Tausk. Kurt Eissler saiu em campo, paladino da psicanálise, atacando Roazen, desqualificando suas análises do ocorrido entre Freud e Tausk.

Roazen, entretanto, trouxe mais tarde três elementos novos. O primeiro foi o testemunho de Ludwig Jekels, um dos mais antigos psicanalistas, que intercedeu por Tausk junto a Freud, pedindo-lhe que aceitasse analisá-lo. Freud teria respondido a Jekels não poder fazê-lo devido a seu temor que Tausk o matasse (Roazen, 1991, p. 10). O segundo, testemunho de Paul Federn, amigo íntimo de Tausk, que, questionado por Roazen sobre as razões do suicídio de seu amigo, lhe respondeu: “o motivo foi Freud ter-se afastado dele (...). Caso Freud tivesse mostrado um pouco de interesse humano, não apenas reconhecimento e apoio, talvez ele tivesse continuado a suportar mais tempo sua existência de mártir.” O terceiro, enfim, o testemunho de Deutsch, que atribuiu toda a responsabilidade pelo que tinha acontecido a Freud, embora reconhecendo seus sentimentos de culpa pelo fato de ter aceitado pôr fim à análise de Tausk (Roazen, 1991, p. 11).

Tenho para mim que único sonho de Anna Freud revela como ela e o pai viveram o suicídio de Tausk. Em carta para Freud, em 24 de julho de 1919, ela escreve —

Na véspera da tua partida de Viena, tive um sonho absolutamente terrível. Sonhei que a futura esposa do Dr Tausk havia alugado o apartamento do 20, Berggasse, em frente ao nosso para te abater e cada vez que você

queria se aproximar da janela, ela aparecia do outro lado com uma pistola. Senti muito, muito medo, e eu não parava de me precipitar à janela. Então, fiquei muito contente que você parta tão cedo, desde o dia seguinte de manhã, e que assim você tivesse escapado dela. Pode isso ter sido o objetivo do sonho: transformar o sentimento desagradável inspirado por sua partida em sentimento agradável? (Freud, S., & Freud, A., 2012, p. 207)²

Sabendo-se que Anna havia começado análise com o pai, à razão de 6 sessões por semana, 1h por sessão, análise que fazia com que o inconsciente de ambos se tornasse permeável um ao outro a tal ponto que Freud escreverá a Abraham sobre sua “telepatia” com a filha; sabendo-se de tudo isso, como não admitir que o sonho da filha correspondesse ao sentimento de culpa do pai? Esse sonho, mais do que muitos argumentos inúteis, põe fim à querela de Eissler contra Roazen mostrando de vez que o pesquisador tinha razão.

IV

MAPA PARA ABORDAR A PRESENÇA DE TAUSK NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE

Partindo daí, temos os elementos necessários para fazer um mapa dos caminhos fundamentais a percorrer para delimitar as posições de Tausk na história da psicanálise. Tais elementos são os seguintes :

1 - Verificar a presença de Tausk nos vários escritos de Freud:

A Interpretação dos Sonhos, duas vezes;

O Inconsciente, várias vezes, de maneira importante;

A Necrologia, a despedida.

2 - Verificar a presença de Tausk nas Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena;

3 – Verificar a presença de Tausk nas correspondências de Freud com Lou Andreas-Salomé; Anna Freud; Sándor Ferenczi; Karl Abraham; Carl Gustav Jung, Max Eitingon;

4 – Verificar a presença de Tausk no *Psychoanalytic Electronic Publishing* (cerca de 329 menções).

Em posse desses elementos, teremos visão clara do que foram os dez anos de presença de Tausk no movimento psicanalítico de Viena. Restringir-nos-emos, aqui, a alguns deles.

Cartografia da presença de Tausk na obra de Freud como ela aparece nas Obras Completas

“III. “O Sonho é a realização de um desejo”, A Interpretação dos Sonhos, p. 155, *Obras Completas de Sigmund Freud*, Companhia das Letras, vol. 4 (1900)

Onde Tausk aparece como exemplo, entre outros, no relativo à observação de crianças.

VI - F - “Exemplos - Cálculos e Falas no Sonho”, *A Interpretação dos Sonhos*, p.451, *Obras Completas de Sigmund Freud*, Companhia das Letras, vol. 4 (1900)

“12) Exemplos de um trabalho de V. Tausk acerca de roupas e cores na representação onírica (1914)”.

Apesar disso, os índices da *Standard Edition* não mencionam o nome de Tausk, nem o índice geral no v. XXIV, nem os índices setoriais no final de cada volume.

VII. “A identificação do inconsciente”, O Inconsciente, *Obras Completas de Sigmund Freud*, da Companhia das Letras, vol. 12, (1914-1916), pp. 138-150, sobre Tausk, pp. 140-141, 144 - “O dr. Victor Tausk, de Viena, pôs à minha disposição algumas das observações que fez numa esquizofrenia incipiente, que apresentam a vantagem de a doente mesma ter dado explicação para suas falas. Mostrarei agora, tomando dois de seus exemplos, a concepção que pretendo defender, e não duvido que qualquer observador poderia facilmente produzir tal material em abundância.” Freud menciona os exemplos de Tausk durante duas páginas: “Algo semelhante vale para uma jovem paciente sobre o qual, anos atrás, Tausk fez um relato à Sociedade Psicanalítica de Viena.”

Necrologia de Tausk

Victor Tausk (1879-1919)

Escrito lamentando a morte do colaborador. Sublinho duas passagens.

1) Os elogios que faz ao percurso de Tausk e a dor que exprime com sua perda contrastam com o teor das cartas que Freud envia a Andreas-Salomé nessa mesma época, menosprezando o que o antigo colaborador

ainda poderia trazer para a psicanálise; 2) em momento algum Freud equaciona sua própria posição em relação a Tausk e o suicídio, o que havia transparecido no sonho de sua filha.

Obras Completas de Sigmund Freud, da Companhia das Letras, vol. 14, (1917-1920), pp. 402- 405.

Cartografia da presença de Tausk tal como aparece nas Atas da Sociedade psicanalítica de Viena

Em total de 112 reuniões da Sociedade de 7 de outubro de 1908 até 15 de junho de 1910, seu nome aparece pela primeira vez em 12 de outubro de 1909 até a última sessão da série, são 23 reuniões das quais Tausk participa ativamente com intervenções sempre pertinentes de extensão variável, tornando-se membro da Sociedade em 3 de novembro de 1909.

Em 24 de novembro de 1909, faz sua primeira conferência com o tema “Teoria do conhecimento e psicanálise”, à qual se segue extenso debate. Freud não acredita que o movimento psicanalítico já tenha maturidade suficiente para que se faça elaboração coletiva de tema tão amplo. Entretanto, apesar das dificuldades, Tausk lhe parece ser a pessoa adequada para realizar tal síntese. Ele o encoraja a fazê-lo e o convida para novas conferências sobre o tema.

Serão muitas as intervenções de Tausk nos debates, algumas mais extensas, outras rápidas. Por exemplo, na reunião de 10 de novembro de 1909, com relato clínico de Sadger sobre “Um caso de perversão multiforme”, a fala de Tausk é longa, fazendo o relato de seus próprios casos clínicos. Também na reunião de 1º de dezembro, quando Freud fala de “Um fantasma de Leonardo de Vinci”, sua intervenção é importante, dando exemplos de maneiras em que vários povos falam de seus órgãos sexuais. Foi bem acolhido por Freud, que o encoraja a prosseguir suas observações etnológico-psicanalíticas. Outras intervenções de Tausk são mais sucintas, guardando sua pertinência e sua capacidade de enriquecer as discussões.

Nos anos seguintes, 1910-1911, cujas Atas são reunidas em um terceiro volume, a participação de Tausk é diferente. São 42 reuniões das quais ele participa, sempre presente, sempre criativo, sempre estimulando os colegas. Nesse período, ele faz duas conferências — em 10 de maio

de 1910: “Uma contribuição à psicologia do masoquismo” — e em 18 de outubro do mesmo ano — “Exemplos de problemas que se colocam na análise e que aparecem como produtos da psicanálise”. No ano seguinte, na reunião de 3 de maio de 1911, Tausk anuncia iniciar curso na Associação de Médicos de Viena e convida os membros da Sociedade psicanalítica de Viena a participarem, além de duas intervenções mais consistentes em debates na reunião de 5 de abril e de 17 de maio, ambas sobre a análise de palavras presentes em sonhos. As demais participações de Tausk são breves, pontuais, embora sempre de alta qualidade.

O quarto e último volume das *Atas* reúne uma centena de encontros da Sociedade psicanalítica de Viena de 1912 a 1918. Desde 1912, Tausk ensina a psicanálise na Universidade e, desde 1913, os efeitos da guerra que se prepara têm repercussão direta sobre as *Atas*. Como Rank faz seu serviço militar, preparando-se para os combates, suas anotações tornam-se irregulares. Nesse período, sem contar com sua participação sistemática em todas as reuniões, intervindo sempre, Tausk faz as seguintes conferências:

- 27 de março de 1912: “A sexualidade e o Eu”;
- 27 de novembro: “Duas contribuições à psicanálise da inibição da produtividade artística”;
- 12 de março de 1913: “O problema do pai (Neurose e sociedade);
- 28 de janeiro de 1914: o “Narcisismo”;
- 8 de abril: discussão das contribuições de Federn e de Tausk,
- 3 de junho: Freud retoma o tema do “Narcisismo”,
- 4 de novembro: Federn e Tausk retomam a discussão sobre o “Narcisismo” com relatos clínicos;
- 30 de dezembro: “Contribuições da psicanálise sobre a melancolia”;
- 31 de março de 1915: “A psicologia do delírio de ocupação alcóolica”
- contribuições de Tausk ao texto de Freud sobre “O Inconsciente” (como assinalado acima).

Estes anos são os mais criativos de sua breve carreira. Com a exceção de seu texto seminal de 1919, “Sobre a gênese do ‘aparelho de influenciar’ no decurso da esquizofrenia”, nada mais ele publicará de tão importante quanto os textos desse período.

Visto a proximidade entre os temas tratados por ele — melancolia, narcisismo, sexualidade e eu — e os que Freud apresenta na época, — podemos abordar a pergunta feita por Freud a Lou Andreas-Salomé — “ele já sabe tudo isso?”, ao que ela responde faceira, sentindo virem os ciúmes — “Nada, naturalmente”.

V

A CORRESPONDÊNCIA ENTRE FREUD E ANDREAS-SALOMÉ³ E O DIÁRIO DE UM ANO (1912-1913)

LEVANTAMENTO E CATÁLOGO DAS REFERÊNCIAS A TAUSK NO DIÁRIO E NA CORRESPONDÊNCIA

O *Diário*, desde o início, revela-se fonte de primeira ordem para a abordagem da vida de Tausk em Viena. Começando por sua primeira entrada, em 30 de outubro de 1912, quando Andreas-Salomé se apresenta para noitada de discussões lançada por Alfred Adler, encontra uma só presença — Dr. Tausk — “*com amplos cabelos louros*” (p. 278). Dois dias depois, em aula de Freud sobre o inconsciente, o complexo e a pulsão, observa de novo a chegada de Tausk — ainda vestido com o jaleco branco da clínica — que vem sentar-se ao lado de Freud (p. 280). Na quarta-feira, 6 de novembro, após conferência sobre sadismo e masoquismo, Tausk e Federn a acompanham de volta para casa (p. 281). Tausk vai dar um curso sobre Freud, ela quer inscrever-se para assistir às aulas (p. 282). Uma semana mais tarde, em 12 de novembro, Tausk a visita em casa, levando como presente artigo de Jung (p. 283). No sábado seguinte, no dia 16, outra vez são Tausk e Federn a acompanharem de volta para casa. Ela anota em seu Diário que Tausk fala com paixão de Freud (p. 285). Em 19 de novembro, ela começa a assistir a suas aulas sobre psicanálise (p. 286). A partir daí, suas entradas no Diário sobre seu novo amigo vão ficando mais extensas. Nesse dia, por exemplo, ela anota que conversam muito, com frequência e com prazer. Em outra nota, tem a impressão de que ela própria poderia ter dito tal ou tal coisa dita por ele, ela descreve o estilo oratório de Tausk, que vai da periferia ao centro do problema, o oposto de Freud, que segue o caminho inverso (p. 289). Ela anota suas

ideias sobre o narcisismo ou o sadismo. Em 26 de novembro ela assiste a outra aula de Tausk sobre o Eu e o sexo. Ela descreve o tom apaixonado da fala do orador, a cor de seus olhos, verdes, e o fato de que ele parece infeliz, apesar de se adaptar bem ao mundo para o qual veio. Ela observa ser ele muito “freudiano” e que ninguém poderia acusá-lo do contrário (p. 294). No dia seguinte, assiste a outra conferência dele sobre as inibições artísticas, quando ele relata os casos de escritor e de pintor, concluindo por análise do narcisismo, de suas relações com o erotismo anal. Ela observa que entre os discípulos de Freud, Tausk é quem mais se apega a ele, sendo, ao mesmo tempo, dos mais criativos, buscando sempre realçar-se. Na discussão que se segue, apesar de Freud criticá-lo com severidade, aceita tudo que ele diz sobre “sublimações parciais” (pp. 295-296). No domingo, 8 de dezembro, encontra Tausk durante visita que fazem a Freud (p. 301). Em seguida ele lhe oferece tradução de um poema considerado por Goethe como o mais bonito que leu. Andreas-Salomé, entretanto, pensa que tal afirmação está longe de dizer a verdade do poema — quem o lê ou escuta fica feliz. Em todo caso, ela fica feliz que Tausk o tenha traduzido para ela (p. 302). A partir de sábado 14, encontra seu amigo todos os dias devido ao estágio que faz com ele, na clínica. Anota o que diz sobre a relação entre o clínico e o paciente, afirmando que, no início, o tratamento analítico desorganiza o analisando, se opondo a quem acha o contrário. Aprende com ele a ler Spinoza. Conversam sobre alcoolismo e homossexualidade (pp. 307-311). Pouco depois, ela entra em um café e assiste a debate em que Tausk responde ao conferencista. Ela anota ser seu amigo excelente quando responde. Na quarta-feira, 15 de janeiro, assiste à conferência de Freud sobre mágica. Durante a discussão, Tausk cria atrito com Ferenczi, “inútil”, ela considera (pp. 313-314). Na terça-feira, 21 de janeiro de 1913, assiste a outra aula de Tausk sobre a situação das mulheres na cultura e discute defendendo o ponto de vista do amigo (pp. 316-317). No sábado, 25, assiste à conferência dele sobre “O Sexo e o Eu” (pp. 320-321). Na terça-feira, 28, assiste a outra aula de Tausk sobre “O conceito de censura”. Voltando para casa, acompanhada por ele, discutem sobre o que ele dissera (pp. 322-323). Na quarta, 29, assiste à reunião da Sociedade, participa da discussão em que Tausk associa, a partir da fala de Freud, sobre a casuística do sonho. Quando sai da casa

de Freud, volta para a sua acompanhada por Tausk, com quem discute a respeito da censura (pp. 324-325).

É a partir de sábado, 8 de fevereiro, que a intimidade que pouco a pouco se desenvolveu entre ambos, aparece mais firmada. Ela vai à casa de Tausk, seus dois filhos a recebem arrumando vasos para suas flores, que recebeu de Freud. Ela sente-se em casa pp.(328-329). Nem bem a semana se passa, na quarta-feira à noite, de 12 para 13 de fevereiro, ela assiste à reunião em que Tausk, a pedido de Freud, deve criticar James Jackson Putnam, representante da psicanálise nos Estados- Unidos. Tausk havia escrito essas críticas em sua casa, dias antes, em 9 e 10 de fevereiro. Ela se emociona em seguida de vê-las levadas a público, no dia 12, Freud não aceita as críticas de Tausk, lhe tira a palavra. Isso não escapa aos outros, que acreditam que Tausk havia se vangloriado de ter tido o assentimento e o apoio de Freud. Andreas-Salomé admira a coragem do amigo em enfrentar Freud e o grupo. Porém, já no dia seguinte, na quinta-feira à noite, ela tinha sido convidada para jantar na casa de Freud, aonde vai sem Tausk. Talvez o pressentimento os levasse a serem discretos. Antes do jantar, Freud a chama para conversar, quer falar de Tausk, fala longamente sobre ele. Depois do jantar, de volta ao escritório de Freud, ele retoma o assunto, mais uma vez falando sobre Tausk. Tanto fala que Andreas-Salomé observa:

Freud encontra-se animado por suas mais sinceras convicções quando toma partido dessa maneira contra Tausk, sem a menor dúvida. Porém, independentemente dessa atitude ‘psicanalítica’ (no que concerne a atitude neurótica originária de Tausk), é claro que Freud não suporta a seu lado um espírito independente — sobretudo sendo ele agressivo e inflamado — o seguindo de perto, atingindo mesmo que de maneira involuntária seu egoísmo de pesquisador, levando-o a dar explicações apressadas. O valor para a causa de um espírito independente só se revela ao longo do tempo, o que acarreta no presente lutas inevitáveis com toda probabilidade. É certo que Freud percebe tudo isso como inoportuno e lamenta a bela paz da qual desfrutava para suas pesquisas até cerca de 1905 — quando foi fundada sua ‘Escola’ — E quem poderia não desejar que ele pudesse desfrutar sempre de tal paz? (pp. 332-333).

Porém, essa “bela paz” é invenção de Freud. Quando houve “paz”? Durante os seus conflitos com Breuer? Logo depois, durante seus

dissabores com Fliess? E tudo que conta em suas cartas para Fliess das lutas incessantes travadas para o reconhecimento da psicanálise? A partir de 1902, começam as reuniões das quartas-feiras em sua casa. Já aí são lançados os esteios de novos conflitos. A “bela paz” é invenção para seduzir neófitos. Andreas-Salomé faz parte deles.

No dia seguinte às longas conversas de Freud sobre Tausk, em 13 de fevereiro, durante discussão sobre o onanismo, Andreas-Salomé escreve sobre a inibição de Tausk em participar dos debates. No dia 19, assiste à reunião na qual, de novo, as posições de Tausk e Freud convergem. No sábado, 22, ela, Tausk e seus filhos vão ao cinema, se divertem. Em Viena, ela e o amigo vão sempre ao cinema, nem que seja por meia hora. Assistem à conferência sobre “a inversão”. Ela e Tausk têm muitas ideias interessantes sobre o tema da sexualidade e do Eu; porém, de volta para casa, estão de tal maneira cansados que não conseguem escrever, logo devem parar e ele vai embora (pp. 335-336). Depois, passam juntos o domingo, 2 de março, conversando sobre lembranças de quando eram crianças:

Domingo, os moleques vieram com Tausk à minha casa porque eu ainda não saíra. Isso, de o ver com as crianças, me deixou particularmente alegre, e não apenas em pessoa”. Nesse domingo de tarde, ocorreu entre esses três o que em relações normais ocorre na vida cotidiana: pretensão e severidade e se manifesta com mais força toda uma massa do passado e do futuro aglomerados de certa forma no momento presente e fugitivo. Falamos do perigo e da necessidade da proibição. Tausk diz que o recalque primário se deve sempre à violência dirigida contra as crianças, às ordens ou à punição: razão pela qual os recalques, em geral, vêm desde o infantil. Se recalques mais tardios aparecem por outras razões, sem que no inconsciente estejam presentes esses velhos precursores, eles não se fixam, ou seja, podem tornar-se de novo conscientes, embora, geralmente, eles tenham o hábito de seguir o caminho no qual melhor se realizam.

De suas próprias experiências de criança: quando sua mãe ralhava com ele, ele respondia, dentro de si, à estas ralhadas e acusações: ‘Você também! Você mesma!’ e como, com o tempo, isso o acalmava de maneira automática e definitiva... até o dia em que isso lhe escapou e se colocou lá, diante dele, como algo estranho, inconcebível.

E também como, no auge de crise de cólera que *precisava* se manifestar através de ação, ele foi até o cômodo onde havia um retrato de sua mãe ainda jovem e lhe furou o peito à altura do coração com alfinete — em

consequência, ele quase não conseguia mais entrar nesse quarto, como se ele tivesse nele perpetrado um assassinato. Mais tarde, sua mãe aludiu ao retrato “riscado” o que lhe surpreendeu; foi verificar, constatou que o retrato só estava mesmo riscado e que o ato de furar só havia sido realizado em um processo interior.” (pp. 340-341)

Na quarta-feira, 5 de março, participa de roda de discussões, assinala a intervenção de Tausk sobre a utilização de tal conceito em psicanálise. Pouco mais tarde, assiste à aula do amigo sobre neurose obsessiva e o sentido das lacunas. Ela anota todas as referências feitas a Freud. Em particular, assinala como o amigo utiliza seus próprios problemas com memória, sua incapacidade em se lembrar os nomes dos cinco sentidos. Sublinha como as lacunas se acentuam para Tausk quando fala de coisas muito íntimas (pp. 345-346)

Durante as reuniões da quarta-feira, 12, e da sexta-feira, 14 de março, sobre “Psicanálise e teoria da evolução”, ela faz anotações especiais. A primeira, após ter assistido à aula de Tausk sobre o “Problema do pai”, que ele termina apressado. Durante a aula, Freud não para de lhe enviar pequenas notas com rabiscos, coisas escritas às pressas, entre elas a que diz — “Ele já sabe tudo?” — ao que ela responde da mesma maneira — “Nada, naturalmente.” E ela acrescenta, em seguida, “(Trata-se de confidências que Freud me fizera).” E prossegue: “Ele (Freud) rejeitou a aula devido ao fato de que faltava a utilização da psicanálise com a neurose (que havia sido evitada com cuidado) e porque a referência ao matriarcado segundo Bachofen havia dado cunho unilateral à concepção.” Freud sai da aula antes dela. Ela corre para encontrá-lo sozinha, sobe no carro em que ele a espera, sente a inquietude do amigo em relação a Tausk, tenta acalmá-lo.

Sexta-feira de noite, convidada para a casa de Freud. Desde antes do jantar e também em seguida, Freud discutiu muito, insistindo, sobre toda a história Tausk. Para terminar, ele se mostrou cheio de simpatia, até com alguma ternura. Ficou comigo até tarde. Chegando à 1h, me leu o trabalho que terminava para *Scientia* e o discutiu comigo. Em suma trata-se de resumo das utilizações possíveis da psicanálise no domínio científico e prático. Volto para casa com ele às 2 e meia. (p. 347).

Na quarta-feira, 12, e na sexta, 14 de março, ela assiste às conferências sobre “Isolação e Reunificação”. Anota que na interpretação dada para o

sentimento de culpa, o fator angústia de Tausk já se encontrava bastante antecipado. E, de noite, participando de conversa sobre os “espíritos criativos”, anota ter feito o amigo comentários evidentes para ela. Entre outros, primeiro sobre as relações entre o físico e o psíquico; em seguida, sobre a banalidade, que não seria carência do espírito, mas carência de vida — simplesmente o que não cresce mais, cessa de se desenvolver e, seja qual for a inteligência, se desgasta pouco a pouco, e torna-se banal. O melhor exemplo disso seria o próprio Tausk: ainda estudante no Ginásio, chegou à crítica de Deus, que parecia justificada e objetiva, porém motivada em segredo pelo deslocamento da imagem do pai, que continuava intangível, tendo sido substituído por mais alto personagem. Mais tarde, conversa com Tausk a respeito do que a ela lhe parece como “erro” do método, vindo do fato de que o prazer preliminar é tratado por descrição psicológica enquanto o prazer terminal recebe tratamento fisiológico. Ambos desenvolvem essas noções. Andreas-Salomé sublinha estar de acordo com Tausk a respeito da abordagem da ternura enquanto noção e campo limites da consciência. Ainda nessas mesmas noites do 12 e do 14 de março, discute com Tausk sobre o “Barroquismo”. Ela relata no Diário ter ouvido algo curioso contado por ele, depois de períodos de intensa produtividade *intelectual*, quando, de certa forma, ficava fora de si devido a perturbações exteriores e interiores; de maneira espontânea ele se tornava *hipersensível* em relação a formas e linhas, ele podia acompanhar com os olhos durante muito tempo o movimento de um cavalo ou se fixar em outras formas, como o ‘S’ do pé da mesa. Prosseguem discutindo sobre a maneira como as zonas erógenas se põem a serviço do *Eu*, dando lugar, por exemplo, à sublimação. Andreas-Salomé lembra-se de explicação *genética* do sadismo ligado ao masoquismo, explicação que lhe parece ser a mais plausível: o elo entre ambos teria origem na época em que a criança não pode ter acesso ao prazer sexual terminal e, por isso, se entrega ao prazer preliminar da luta, levando ao limite a intensidade da dor, “fixando” assim o ataque ou a derrota, ambos assemelhados ao prazer terminal. Só assim se compreende a insistência em infligir o sofrimento ou suportá-lo. Logo depois dessa anotação, Andreas-Salomé recorda de outra, quando conversava com Tausk sobre “Infidelidade”, quando ele lhe havia falado sobre as faculdades espirituais

das mulheres de “se unir em espírito com frequência” como tipo de poliandria elaborada (sublimada) (pp. 349-356).

Temos, ainda, a observação de 11 de maio de 1913, sobre o que ele diz da sublimação. “O que chamamos de sublimação é, por sua própria natureza, a realização de nós mesmos” (o termo de Tausk, ‘elaboração’, cada vez mais utilizado, é de longe o melhor) (p. 378). A próxima entrada do Diário leva à data de 21 de agosto a 5 de setembro de 1913; em subtítulo, ela escreve “A propósito do narcisismo — Viena, fim de agosto de 1913.

“Maravilhosa, bela, essa chegada em Viena, esse trajeto até minha casa com Tausk, o velho número (quarto) 28, com todos esses vasos de flores frescas à janela, até mesmo o pessoal, tão cordialmente acolhedor. (...) Durante nossos trabalhos sobre o narcisismo, Tausk fez duas observações: ‘Se é verdade que as determinações são insuficientes no campo psicológico, é certamente menos por haver muitos determinantes diversos trabalhando e mais pela diversidade de suas origens: é isso que torna o resto opaco’. — ‘É preciso distinguir no narcisismo os mecanismos intelectuais que o fazem se realizar’. (p. 395).

A seguir, parágrafo sobre a definição dada por Tausk da libido, que lhe parece ruim ou explicitada de maneira insuficiente (p. 396). E aí começam as páginas que levam como título — **Victor Tausk**

Tausk e eu discutíamos sobre a comparação do alfabeto: ele disse que se alguém lhe quisesse mostrar as letras em nova e diferente ordem (como elas parecem estar ordenadas de forma diferente quando se aprende o alfabeto e a leitura de palavras separadas), ele se submeteria a esta experiência; mas não é possível pensar nisso. Ele esquece que a comparação só se aplica a formulações lógicas: se isto fosse “formulável”, nenhum novo significado sairia das letras, mas tão certo quanto elas são apenas meios de expressar significados que só são interpretáveis a partir delas, assim é com relação à apreensão lógica. A distorção das letras e do significado é superada pelo intérprete, como a distorção entre o fato empírico-lógico isolado e sua interpretação por toda a experiência humana. Como tudo que é logicamente dirigido só pode ser tornado possível por um grão de afeto, que fixa firmemente a atenção sobre ele, de maneira geral, as experiências humanas não são apenas aquelas que adivinham subjetivamente os enigmas das coisas, mas os únicos intermediários possíveis e objetivos entre o que pode ser analisado

isoladamente e o sentimento do todo. Eles não são apenas materiais para pesquisa psicanalítica, mas a verdadeira junção com o universo: o cordão umbilical pelo qual estamos acorrentados ao todo, até certo ponto a parte mais objetiva em seu sentido mais pessoal, o único fato objetivo que existe - que não se construiu a partir do secundário, mas *construiu ao seu redor um mundo de objetos que se originam dele*.

Na psicanálise, o pensamento é claramente direcionado para dois objetivos diferentes ao mesmo tempo. Por um lado, enquanto resolve formações patológicas, permite a consciência do que afundou na inconsciência e se baseia neste sentido nas leis da evolução; por outro lado, na forma de acesso à psicologia mais profunda, nos revela aquelas inconsciências que formam o fundo constante do nosso próprio Ego consciente e vai em direção à lei da existência. Somente no segundo caso, onde suas ações e descobertas mais magníficas podem ser localizadas, recomenda-se cautela, para não deixar que a análise prática seja esquecida em sínteses teóricas. Mas esta cautela também pode ser exagerada.

O pensamento psicanalítico pode ser obstáculo ao pensamento sintético, ao invés de elucidá-lo, quando não se deixa qualquer conexão filosófica ligar-se a ele (o que é bom e justificado), mas novamente se o fecha com os mesmos meios que ajudaram a libertá-lo. O método psicanalítico de pensamento contém suas possibilidades de reflexão dentro da psicologia, e na medida em que se torna mais exclusiva e inequivocamente precisa, nos domínios biológico e físico, deve, por outro lado, deixar seu próprio domínio aberto para a outra direção, a da filosofia.

Onde isto se torna mais perigoso é com aqueles analistas que praticamente precisam deste método eles mesmos: só assim posso explicar como Tausk, uma 'cabeça' filosófica, se é que alguma vez houve uma, cortou-a ele mesmo, por assim dizer, ao invés de usá-la pelo menos aos domingos e feriados. Quando ele pensa de forma sintética, ele imediatamente se 'supera', de consciência pesada, porque no final ele só 'pensa' em sua própria análise prática e, por esta razão, *nunca* de forma sintética, mas, por esta razão também, e com relação à psicanálise, de forma muito acrítica e *ao mesmo tempo muito crítica* (por resistência): e lá, colocando a culpa de volta em Freud. E é assim que a relação entre Tausk e Freud me aparece em todo o seu drama: eu entendo que, uma e outra vez, ele vai cair *novamente* nos mesmos problemas e tentativas de solução em que Freud está trabalhando - que isto não é coincidência, mas a necessidade violenta de 'fazer-se-seu-filho', assim como a de 'odiar-o-pai' por esta razão. ele está constantemente ocupado com as mesmas coisas que Freud

por uma transferência de pensamento, ele nunca vai dar aquele passo de lado que lhe daria espaço. Poder-se-ia ter tido a forte impressão de que isto se devia às circunstâncias, mas no final foi devido a ele.

É óbvio que as pesadas circunstâncias do *Rigorousum* e os conflitos domésticos o impediram de ler o suficiente e, portanto, de se orientar sobre o que parecia relativo aos seus problemas; e ainda, sinto-me bem agora, depois deste trabalho com ele, que por trás de tudo isso, há também pano de fundo pessoal; o que ele *quer* é este cego e surdo ‘sobretudo-não-se-empurrar-para-se-expressar’, tanto sofre ele sob o peso Eu.

Talvez também isto: certa deficiência do criativo é preenchida por uma identificação com o outro (‘se-sentir-filho’) e gera constantemente a sensação de que o lugar já está ocupado.

É interessante e curioso como alguém, em todas as análises (todos eles são deslocamentos próprios, e o desejo nostálgico que ele sente por eles é apenas o desejo nostálgico de ser analisado) pode penetrar até o nível mais profundo e ainda assim perder o que está muito próximo quando ele o encontra. Quando lhe falei sobre esse ‘ser-mãe’ que carrega dentro de si, no início foi como se ele tivesse se livrado - e então, nos dias seguintes, mais atormentado do que nunca: a massa de resistência que tinha impedido esse conhecimento estava desesperadamente procurando saída. Se isto não tivesse se tornado patológico, quão bela seria esta combinação de ‘sentimento maternal’ nele, ou seja, nascido da inversão daquela ternura e ardor no entendimento, e daquela grande força que tantas vezes se poderia acreditar ser ingenuamente e profundamente saudável; seria *extraordinariamente bela* de fato! Nos momentos em que ele se comporta desta maneira, vemos estes gestos muito especiais que lhe parecem tão particulares, e o fazem tomar por aquilo que ele não é (talvez algo entre ‘foi’ e ‘será’, talvez também *nada* que ainda tenha essência). E então há sempre estes contrastes não mitigados do que Freud chama nele de ‘fera predatória’ (o que o ajuda, pelo menos, a encontrar-se na existência prática) e uma sensibilidade dolorosa a ponto de se dissolver a si mesmo. Tudo isso é tão duro de ver que viramos a cabeça - e gostaríamos de ir embora. Pois ele se engana sobre si próprio, e delira. No final, não pode existir aí nenhuma relação *de ajuda*: não pode haver nenhuma relação em que toda a realidade está envolta em reminiscências originais abreviadas. Todas as ressonâncias são distorcidas: e até mesmo, em certa medida, afogadas por barulhos internos.

Logo no início, senti essa luta em Tausk, e foi isso que me comoveu mais profundamente: a luta da criatura humana. Animal, meu irmão: Você. (pp. 396-399).

Depois dessa extensa nota, o Diário muda o teor de suas referências a ele. O amigo íntimo torna-se companheiro da Sociedade, a intimidade é reservada para Freud. É assim que aparece referência a Tausk no Congresso em Munique, em 7 e 8 de setembro de 1913, com anotação sublinhando que, ao sentar-se junto a Freud para consolá-lo da ruptura com Jung, Tausk veio a sentar-se perto dela também, o que motivou certa frieza de Freud em relação a ele. Mesmo estando de acordo com o fato de que, devido às novas circunstâncias criadas com o afastamento de Jung, Tausk se tornaria mais importante (“inteligente e perigoso”, como dizia Freud, “ele sabe latir e morde”). A constelação política atual impunha falar alto e forte contra Jung. E era o que Tausk fazia muito bem. Mesmo tendo de se ausentar a partir do segundo dia do Congresso, antes de partir, ele atacou Jung. (pp. 401-402)

Na última anotação do Diário onde aparece o nome de Tausk, Andreas-Salomé já o faz a partir de suas preocupações com Freud. Ela observa que Ferenczi e Tausk preocupam Freud por razões opostas. Embora ambos se interessem em estabelecer pontes entre filosofia e psicanálise, o fazem de maneiras diferentes. Ela não se estende sobre o assunto; o Diário vai chegando ao fim. Suas últimas páginas são dedicadas a Rilke, a Eitingon, aos contatos de Andreas-Salomé no que ela chama de “escola de Freud”. A partir daí, teremos que seguir Tausk por meio das Correspondências, a principal delas a existente entre Freud e Andreas-Salomé, quando seu nome é mencionado algumas vezes

1) Carta em data de 31.1.1915, Freud escreve à amiga para lembrá-la de que o tema do narcisismo se lhe tornou familiar por sua participação nas aulas de seu amigo. Freud pretende ou pensa ter sido incapaz de seguir o pensamento de Tausk. Confessa que o interesse dela por seu jovem colaborador lhe teria imposto de se reter a seu respeito. Sua última frase insiste sobre aquela incapacidade, afirmando nada ter obtido com ele, o que em retrospecto nos surpreende, sabendo o papel de Tausk no escrito de Freud sobre o *Inconsciente*.

2) Carta em data de 15.10.1916, em cartão-postal enviado por Andreas-Salomé, comunica a Freud ter lido com prazer o artigo de Tausk, que ela supõe ter encontrado seu caminho. O editor Ernst Pfeiffer, pela data do cartão, supõe ser o artigo de Tausk sobre as neuroses de guerra,

pois nessa época ele era médico-chefe do departamento de psiquiatria de hospital militar.

3) Freud comunica seu suicídio à amiga em carta do 1º de agosto de 1919:

O pobre Tausk, a quem a senhora durante algum tempo favoreceu com sua amizade, suicidou-se no dia 3-7. Voltou abatido com os horrores da guerra, defrontou-se com a necessidade de estabelecer, nas condições mais desfavoráveis, a prática médica em Viena, que havia perdido por ter sido chamado para o serviço militar, pretendeu casar de novo há apenas uma semana — mas decidiu de outra maneira. Suas cartas de adeus para sua noiva, sua primeira mulher e para mim eram todas igualmente afetuosas, insistiam na clareza de sua mente, e culpava apenas sua inaptidão e seu fracasso na vida. Portanto, não trouxeram nenhuma chave para seu último ato. Em sua carta para mim, jurava lealdade imorredoura para com a psicanálise, agradecia-me etc. Mas o que estava por trás disso tudo não podemos adivinhar. Afinal, passou seus dias lutando corpo a corpo com o fantasma do pai. Confesso que não sinto realmente sua falta. Há muito havia percebido que ele não podia mais ser útil e até mesmo que constituía uma ameaça para o futuro. Tive a oportunidade de vislumbrar uma ou duas vezes os fundamentos sobre os quais se apoiavam suas sublimações altamente ambiciosas. E o teria abandonado há muito tempo se a *senhora* não o tivesse soerguido tanto em minha estima. É claro que estava pronto a fazer qualquer coisa em prol de seu avanço, apenas, ultimamente, eu mesmo tenho estado bastante impotente devido à deterioração geral das condições em Viena. Nunca deixei de reconhecer seus notáveis dotes. Mas a ele foi negada a expressão em realizações de valor correspondente.

Para a minha velhice escolhi o tema da morte. Defrontei-me com uma noção notável baseada na minha teoria das pulsões e agora preciso ler todo tipo de coisa a ela pertinente, como, por exemplo, Schopenhauer, pela primeira vez. Mas não gosto de ler. (p. 132*⁴)

E termina. E é aqui, na rápida passagem de parágrafo a outro que se revela um dos segredos de *Além do princípio de prazer*. É o suicídio de Tausk que o leva ao tema da morte.

O que nos leva a concluir “Pulsão de morte — teu nome é Tausk.”

Entretanto, a comparação minuciosa entre a carta de Freud à amiga e o que escreve na “Necrologia” nos leva a mais surpresas. Para Andreas-Salomé, ele escreve não sentir falta do antigo colaborador que já não prometia mais nada, enquanto na “Necrologia” afirma —

A consideração psicanalítica dos problemas filosóficos, para a qual ele mostrou talento especial, promete se tornar cada vez mais fecunda; um dos últimos trabalhos do falecido, sobre a psicanálise da função do juízo — inédito, por ele apresentado no último congresso psicanalítico — evidencia essa direção do seu interesse.

Além de talento e inclinação filosófica, Tausk mostrava excelente aptidão médico-psicológica, e alcançou belas realizações também nesse campo. Sua atividade clínica, à qual devemos pesquisas valiosas sobre diferentes psicoses (melancolia, esquizofrenia), justificava as maiores esperanças e deu-lhe a perspectiva de cargo de docente na universidade, ao qual se candidatava.” (p. 40).

Freud continua a necrologia tecendo elogios ao defunto. O que resumimos basta à compreensão das esperanças que ainda assinala em Tausk, ao contrário do que escreve à Andreas-Salomé. Apesar de morto, ou justo por isso, Tausk intensificava os conflitos de Freud.

A Freud, ela responde em 25.8.1919, agradecendo o envio de *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* e comentários de Freud sobre um caso clínico cujo relato ela o fizera em algum momento. Depois, prossegue:

Suas notícias sobre o pobre Tausk foram total surpresa para mim. Gostava dele, pensava que o conhecia e nunca, nunca teria pensado em suicídio no caso dele (para mim, suicídio bem-sucedido — isto é, não apenas uma tentativa ou ameaças — parece até certo ponto prova de sanidade mais do que o contrário). É verdade que não tenho ideia do método que escolheu (como médico, teria acesso fácil ao veneno). Se usou revólver, posso imaginar que sua morte tenha representado última e suprema satisfação libidinal, ou seja, ato de violência e de sofrimento de uma só vez. Pois esse era o problema de Tausk, seu perigo, que ao mesmo tempo constituía seu encanto (numa linguagem não psicanalítica, isso resultava numa alma arrebatada com um coração terno). Quando o senhor escreve ‘que fundamentalmente não sente falta dele’, parece-me não apenas compreensível; pois também eu sentia nele uma espécie de ‘ameaça para o futuro’, tanto pelo senhor como pela psicanálise, da qual conscientemente, contudo, ele era um expoente tão entusiasmado e genuíno. Tausk sabia de meus receios (**5) quanto a ele e de minhas apreensões quanto à sua determinação de seguir carreira acadêmica em Viena. Em março, quis transferir-se para Munique, mas não concordei. Não respondi à sua última carta, bem como a muitas outras anteriores. E ele tinha razão em escrever

há um ano atrás: 'Ninguém deseja a companhia de um desgraçado infeliz — nem mesmo a senhora.' Não, nem mesmo eu.

A figura realmente trágica e amada neste caso é sua irmã Jelka. Gostaria de escrever-lhe se soubesse seu endereço em Viena e o nome de seu marido, que esqueci. (p. 134).

Parece que o que realmente esqueceu — e tanto, que esquece que esqueceu — foi a última carta de Tausk que dele recebera em 26 de março:

Desde o Congresso de Munique de 1913, mal tenho falado com outra pessoa. Minha solidão é agora completa. Cheguei agora aos quarenta anos e gostaria de encontrar uma companheira para meus dias. Você sabe de alguma mulher que valesse à pena conhecer?... Freud demonstra respeito, mas pouco calor. Ainda assim nossa relação está melhor, agora que não mais a procuro. (p. 293)

Pouco depois, Tausk suicida-se. Atribuí-lo com exclusividade ao que se passava entre ele e Freud seria exagero. Roazen mostra passo a passo os últimos dias de Tausk, suas últimas horas. Já havia relatado suas confusões entre mulheres e pacientes. Seu suicídio obedece a constelações de fatores, em que Freud ocupa lugar importante, certo, porém apenas um. O que é também a opinião de seu filho, como veremos a seguir.

VI

Devemos ainda lembrar Marius Tausk, este filho. Terminado seu livro, Roazen lembra:

Quatro anos mais tarde, em 1938, a velha guarda em torno a Freud teve mais uma ocasião para se lembrar de Tausk. Os nazistas estavam expulsando Freud e seus discípulos de Viena, e os psicanalistas, agora com dificuldades financeiras, tinham ouvido falar que Marius, o filho de Tausk, prosperava como endocrinologista na Holanda; assim Federn entrou em contato a fim de tentar um reembolso dos empréstimos feitos a seu pai. Hitschmann, Jekels, Steiner e Federn haviam ajudado Tausk durante seus estudos de medicina. Tão logo informado da dívida, Marius não hesitou a pagar. (Roazen, 1995, p. 173).

Federn aproveitou para falar da dívida de Tausk com Freud. Marius não hesitou, de pronto entrou em contato com ele. Freud, porém, afirmou que

se dívida houvera, teria sido pequena, que não mais se lembrava de quanto teria sido, e ele não deveria continuar a se preocupar com o assunto.

Anos mais tarde, em 1973, Marius Tausk publicou ainda outro artigo (Tausk, 1973, pp. 323-335), após as querelas entre Kurt Eisler e Paul Roazen a respeito de Tausk. Em defesa dele, baseado em cartas inéditas de Victor Tausk, Marius estabelece as linhas principais da biografia do pai, suas razões de ter estudado Direito, de se mudar para Viena, trabalhar como jornalista, como ator, antes de começar estudos de Medicina, quando se especializa em psiquiatria, em paralelo com sua formação em psicanálise. Descreve o casamento dos pais, os altos e baixos pelos quais passam, as mudanças de cidades, o apego de Tausk aos filhos, apesar de não conviver com eles. Marius termina lembrando três eventos importantes em sua vida com o pai, todos os três ligados a estadias com ele, sendo a terceira a mais importante, por ter sido dois dias antes de seu suicídio. Quando se separaram na ferroviária, o pai lhe disse — “Não siga o meu exemplo.” — O que Marius entendeu como implicando uma seqüência: “Não siga o meu exemplo. Você deve encontrar seu próprio caminho” (Tausk, 1973, p. 332)⁶.

Entre as conclusões, encontramos estas:

Nada tenho a dizer sobre a relação entre meu pai e Freud. Tudo que posso dizer é que, antes de meu encontro com o Dr. Roazen, nunca me ocorreu que essa relação possa ter tido qualquer papel enquanto causa do suicídio de meu pai.(...) Quando o Dr. Roazen me apresentou sua ‘hipótese-da-rejeição’, fiquei inteiramente incrédulo, mas confesso que depois de ter lido toda a história, ela me impressionou como sendo bem mais convincente do que eu havia pensado. (Tausk, 1973, p. 333).

Hoje em dia, tudo isso tem certa importância, porém nada de conclusivo. Está claro que o campo da psicanálise não é mar de rosas nem céu com nuvens azuis, sendo mais chegado a turbilhão de tempestades. O essencial é a criatividade que se manifesta e, desta, Tausk deu muitos exemplos.

Concluindo nosso trabalho, estamos cientes de que não abordamos muitos aspectos anunciados no começo. Ficamos longe de verificar a presença de Tausk em todas as correspondências de Freud, nem tentamos fazer síntese de tudo que se encontra no *Psychoanalytic Electronic Publishing*. Nosso programa teria implicado trabalho exaustivo, porém

aqui se tratou apenas de apresentar um Mapa para abordar a presença de Tausk. Esperamos que tal Mapa traga ao leitor atento vislumbre da sombra deste grande psicanalista e lhe acenda a curiosidade de continuar sua pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Andreas-Salomé, L. (1970). *Correspondance avec Sigmund Freud suivie du Journal d'une année (1912-1913)*, tradução do alemão Lily Jumel, Paris: Gallimard.
- Birman, J., & Katz, C. S. (Orgs.). (1990) *Tausk e o Aparelho de Influenciar na Psicose*, tradução Jorge Bastos, São Paulo: Escuta.
- Freud, S., & Freud, A. (2012). *Correspondance 1904-1938*. Paris: Arthème-Fayard, tradução O. Mannoni.
- Freud, S. (2015). *Cartas de Freud a sua filha. Correspondência de viagem, (1895-1923)*, tradução C. Abeling, Amarilys, Barueri, São Paulo.
- Freud, S., & Andreas-Salomé, L. (1966). *Briefwechsel*, S. Fischer Verlag GmbH: Frankfurt am Main.
- Freud, S., & Andreas-Salomé, L. (1975). *Correspondência completa*, tradução de Dora Flacksman, Rio de Janeiro: Imago⁷.
- Roazen, P. (1995). *Irmão Animal - A História de Freud e Tausk*”, Tradução: S. Titan Jr., Imago.
- Roazen, P. (1991). Sexuality, war, and schizophrenia. *Collected Psychoanalytic Papers of Victor Tausk*, translated by E. Mosbacher, M. Tausk, W. G. Niederland, & D. Feigenbaum, London and New York: Routledge; Taylor and Francis.
- Tausk, M. (1973). Marius Tausk: Victor Tausk as Seen by his Son, *American Imago*, 323-335.
- Tausk, M. (1976). *Œuvres psychanalytiques*. Tradução de Bernard e Renata Borie, Jean Dupleix e Jean-Pierre Descombey, Jean Laplanche e Victor Smirnoff, com prefácio de T. Neyraut-Sutterman e posfácio de J. Gillibert, Paris: Payot.

NOTAS

¹ Nascido em Boston, Massachusetts, educado em Harvard, foi professor de Teoria Política no Departamento do Governo nessa mesma instituição. Foi professor de Ciências Sociais e Políticas na Universidade de York, em Toronto. Como historiador da psicanálise, entrevistou pacientes e alunos de Freud, além de ter pesquisado nos arquivos do Instituto Britânico de Psicanálise, dentre outros. Como autor, publicou inúmeros livros importantes, entre os quais *Irmão Animal* e as obras completas de Tausk em inglês.

- ² Apesar de haver tradução brasileira desta correspondência, ela não inclui essa carta; veja-se Freud, 1904.
- ³ Sigmund Freud – Lou Andreas Salomé – *Correspondência completa*, tradução de Dora Flacksman, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1975. Assinalamos que a edição brasileira não apresenta o Diário de Lou Andreas-Salomé tal como ele foi editado na França. Na edição inglesa, o Diário é livro à parte. E ele não existe em alemão. Assim sendo todas as páginas aqui indicadas correspondem à edição francesa — *Lou Andreas-Salomé Correspondance avec Sigmund Freud suivie du Journal d'une année (1912-1913)*, traduzido do alemão por Lily Jumel, Paris, Gallimard, 1970.
- ⁴ Passamos aqui aos números das páginas da edição brasileira da *Correspondência completa* já mencionada. Além disso, nos permitimos corrigir o tradutor. Com efeito, a palavra usada por Freud em alemão é *Triebe*, hoje traduzida como pulsão em contraposição ao *instinkt*, também utilizado pelo mesmo autor. (Veja-se SF-LAS, 1966, p. 109).
- ⁵ (na margem) porque até mesmo um caráter tão forte é impotente contra a violência desenfreada de seu ser interior.
- ⁶ « *Kümmere Dich nicht um mich* »
- ⁷ Assinalamos que a edição brasileira não apresenta o Diário de Lou Andreas-Salomé tal como ele foi editado em sua edição francesa. Na edição inglesa, o Diário é livro à parte. E ele não existe em alemão. Assim sendo, todas as páginas aqui indicadas correspondem à edição francesa.

Recebido em 10 de dezembro de 2021

Aceito para publicação em 3 de fevereiro de 2022

A AGRESSIVIDADE NA ETAPA INICIAL DA TEORIA FREUDIANA

*Fabício de Siqueira Gonçalves**
*Fátima Siqueira Caropreso***

RESUMO

Ao longo de sua teoria, Freud procurou compreender e explicar as manifestações agressivas e hostis do ser humano. Podemos dividir essas explicações em três fases. Na primeira, do início de seus escritos até 1913, é enfatizada a ligação entre as manifestações agressivas e as pulsões sexuais. Na segunda, de 1914 até os textos que precedem *Além do princípio do prazer* (1920), ganha ênfase a abordagem das manifestações agressivas decorrentes das pulsões do Eu. Na terceira, a partir de 1920 até o final de sua obra, as manifestações agressivas passam a ser pensadas, sobretudo, como derivadas da pulsão de morte. Neste artigo, concentramos nossa atenção na primeira fase da teorização de Freud sobre agressividade, com o objetivo de descrever e analisar como o autor concebeu as manifestações agressivas nesse período. A maioria das publicações sobre a agressividade na obra freudiana abordam as ideias apresentadas pelo autor a partir de 1920, de forma que permanece ainda pouco elucidada sua concepção prévia sobre o tema, o que justifica o presente trabalho.

Palavras-chave: Teoria freudiana; agressividade; primeira dualidade pulsional; pulsão de poderamento; sadismo.

AGGRESSIVENESS IN THE EARLY STAGE OF FREUDIAN THEORY

ABSTRACT

Throughout his theory, Freud sought to understand and explain the human being's aggressive and hostile manifestations. We can divide these explanations

* Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

** Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ – nível 2.

into three phases. In the first one, from the beginning of his writings until 1913, the link between aggressive manifestations and sexual instincts is emphasized. In the second phase, from 1914 to the texts that precede "Beyond the pleasure principle" (1920), the aggressive manifestations arising from the ego-instincts are emphasized. In the third phase, from 1920 until the end of Freud's work, aggressive manifestations are thought, above all, as derived from the death instinct. In this article, we focus our attention on the first phase of Freud's theorization on aggressiveness, discussing how the author conceived aggressive manifestations in this period. Most publications on aggressiveness in Freud's work address the author's ideas since 1920, so his previous conception on the subject remains unclear, which justifies the present work.

Keywords: Freudian theory; aggressiveness; first instinctual duality; empowerment instinct; sadism.

LA AGRESIVIDAD EN LA ETAPA INICIAL DE LA TEORÍA FREUDIANA

RESUMEN

A lo largo de su teoría, Freud intentó comprender y explicar las manifestaciones agresivas y hostiles del ser humano. Podemos dividir estas explicaciones en tres fases. En la primera, desde el inicio de sus escritos hasta 1913, se enfatiza el vínculo entre las manifestaciones agresivas y las pulsiones sexuales. En la segunda, desde 1914 hasta los textos precedentes a Más allá del principio de placer (1920), se enfatiza el abordaje de las manifestaciones agresivas derivadas de las pulsiones del Yo. En la tercera fase, desde 1920 hasta el final de su obra, las manifestaciones agresivas pasan a ser pensadas, sobre todo, como derivadas de la pulsión de muerte. En este artículo, centramos nuestra atención en la primera fase de la teorización de Freud sobre la agresividad, con el objetivo de describir y analizar cómo el autor concibe las manifestaciones agresivas en este período. La mayoría de las publicaciones sobre la agresividad en la obra freudiana abordan las ideas presentadas por el autor a partir de 1920, por lo que su concepción previa sobre el tema permanece poco trabajada, lo que justifica el presente estudio.

Palabras clave: teoría freudiana; agresividad; primera teoría de las pulsiones; pulsión de apoderamiento; sadismo.

Desde o início de sua teoria, Freud preocupou-se em tentar explicar e descrever a agressividade na vida do indivíduo, tentando relacioná-la às manifestações das pulsões. No entanto, ao longo de sua obra, a

ênfase dada às pulsões responsáveis pelas expressões agressivas variou consideravelmente, pois ora foi enfatizada a relação entre as agressividades e as pulsões sexuais, ora a sua relação com as pulsões do Eu, e ora com as pulsões de morte. Rizzuto, Sashin, Buie e Meissner (1993) sustentam que é possível diferenciar três fases na teoria freudiana sobre a agressividade. Na primeira, cujo texto principal é os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud apresenta a agressão como um componente da sexualidade masculina normal, que teria como objetivo possibilitar a união com um objeto sexual. Na segunda, que começaria com a publicação de *As pulsões e seus destinos* (1915), Freud atribui a agressividade às pulsões do Eu, relacionando-a com a tendência a evitar o desprazer e assegurar a sobrevivência do indivíduo. Nesse período, Freud sustenta que o Eu odeia, abomina e persegue os objetos que são fontes de desprazer, com a intenção de destruí-los, sem levar em consideração se eles produzem uma frustração da satisfação sexual ou da satisfação das necessidades de autopreservação. A última fase teria início em 1920, com a publicação do *Além do princípio do prazer*, texto em que Freud passa a supor a existência de uma pulsão agressiva autônoma atuante no ser humano.

Nas referências secundárias, deparamo-nos com um número considerável de trabalhos que mencionam a concepção freudiana da agressividade em sua obra anterior a 1920. Como exemplo, podemos citar os textos de Hartmann, Kris e Loewenstein (1949); Parens (1973); Smith, Pao e Schweig (1973); Davis (1979); Jaffé (1982); Schwartz (1989); Parens (1991); Pedder (1992); Rizzuto et al. (1993); Mayes e Cohen (1993); Blum (1997); Gray (2000); Dennen (2005); Birman (2006); Ferrari (2006); Chaves (2008); Andrade (2008); Aleksandrowicz (2009); Juni (2009); D'Amato (2010); Melo (2011); André (2014); Guillot (2014); Simanke (2014); Fernandes (2016); Corrêa (2019); e Lemos (2019). No entanto, nesses trabalhos, os autores não abordam de forma sistemática e aprofundada o tema, mas apenas citam brevemente algumas das manifestações agressivas consideradas por Freud em sua teoria da primeira dualidade pulsional. A escassez de bibliografia sobre a agressividade na teoria freudiana anterior à *Além do princípio do prazer* (1920/2018), justifica uma análise mais rigorosa das hipóteses elaboradas sobre esse fenômeno nesse período.

Neste artigo, concentrar-nos-emos nos textos publicados até 1913, devido à complexidade das hipóteses sobre as expressões agressivas elaboradas nessa etapa de sua obra. Analisando a separação feita por Rizzuto et al. (1993), acreditamos que a primeira fase da concepção freudiana de agressividade pode ser estendida do início de seus escritos até 1913. Ao longo desses anos, Freud elabora algumas hipóteses interessantes, que não foram abordadas em sua totalidade por esses autores. Nesse período, a agressividade é atribuída de forma secundária, principalmente, às pulsões sexuais, mas é possível ver sua manifestação também nas pulsões do Eu. É possível dividir essas manifestações agressivas¹ em três grupos. Resumidamente, no primeiro grupo, a agressividade estaria relacionada ao complexo de Édipo. No segundo, a sexualidade masculina possuiria uma pulsão de apoderamento, com o objetivo de superar a resistência do objeto para favorecer a união sexual, e, no terceiro, as pulsões sexuais como um todo teriam um componente sádico, oriundo do estágio pré-genital sádico-anal. Esse componente sádico seria responsável por uma série de sentimentos hostis e agressivos nas relações afetuosas. Vale ressaltar que essas abordagens da agressividade não são descartadas nas obras posteriores, mas modificadas e aprimoradas. Comentaremos, no que se segue, cada uma dessas etapas.

A AGRESSIVIDADE RELACIONADA AO COMPLEXO DE ÉDIPPO

No texto *A interpretação dos sonhos*, ao analisar os sonhos de seus pacientes, Freud (1900/1976) chega à conclusão de que alguns sonhos são típicos, isto é, manifestam-se quase da mesma forma ao longo da vida de quase todo ser humano. Assim, em todos os casos, eles possuiriam o mesmo sentido e, possivelmente, decorreriam da mesma fonte. Suas raízes teriam origem nos primeiros anos de vida, nos desejos reprimidos e proibidos da infância. Esses irromperiam no sonho, com o afrouxamento da censura ao dormir. Uma das categorias de sonhos típicos descrita pelo autor é a dos sonhos de morte de entes querido.

Freud (1900/1976) separa em dois grupos os sonhos relacionados à morte de entes queridos, os quais seriam impulsionados pelas pulsões sexuais. Embora só desenvolva o conceito de pulsão sexual em 1905,

podemos ver sua origem na teoria anterior a essa data. No primeiro grupo, estariam os sonhos de morte de um ente querido (pai, mãe, irmão, entre outros), em que o sonhador acorda profundamente abalado e pode até mesmo chorar durante o sonho. Já no segundo grupo, o sonhador não é afetado pela tristeza ao acordar e fica surpreso pela falta de sentimento, característica essa que o distingue do outro tipo de sonho descrito. O autor esclarece que esse último grupo possui sentido e desejos diversos do primeiro e, possivelmente, seu conteúdo tem como objetivo ocultar o desejo presente no sonho, o qual poderia ser revelado pela interpretação.

Freud (1900/1976) debruça-se sobre o primeiro grupo de sonhos e levanta a hipótese de que eles são causados pela agressividade e pelos sentimentos hostis direcionados a um dos entes queridos do mesmo sexo do sonhador, presentes no contexto edípico. Nesse grupo de sonhos, a tristeza seria a reação aos pensamentos e sentimentos agressivos e hostis que acarretaram a morte desse ente. Esses pensamentos e sentimentos estavam no inconsciente e, com o afrouxamento da censura ao dormir, manifestaram-se na consciência e originaram o sonho.

Freud (1900/1976) esclarece que esses desejos de morte de um ente querido nem sempre são desejos atuais. Geralmente, são desejos de um passado remoto, mais precisamente da primeira infância, que foram reprimidos e recobertos por outros. Tais desejos se manifestariam no sonho sem sofrer disfarces. Ele comenta: “esses sonhos exemplificam um caso muito pouco frequente: neles, o pensamento onírico formado pelo desejo reprimido escapa a toda censura e se apresenta inalterado no sonho.” (Freud, 1900/1976, p. 275).

Para Freud (1900/1976), a ocorrência desses sonhos sem censura seria facilitada por dois fatores. Em primeiro lugar, pelo fato de que nenhum desejo parece tão distante de nós como esse. Por essa razão, a censura do sonho não estaria preparada para barrá-los. Em segundo lugar, o desejo reprimido e insuspeitado coincidiria parcialmente, com extrema frequência, com um resíduo do dia anterior, sob a forma de uma preocupação com a segurança da pessoa em questão. Essa preocupação só conseguiria penetrar no sonho valendo-se do desejo correspondente, enquanto o desejo poderia se disfarçar por trás da preocupação que se tornou ativa durante o dia. Freud (1900/1976) comenta que outro fato

que ajuda a explicar esses sonhos é que o significado da morte para a criança pouco tem em comum com o nosso. As crianças não sabem das dificuldades com as quais o adulto tem de lidar quando morre um ente querido. Na maioria das vezes, elas são poupadas de cenas de sofrimento que antecedem a morte. Estar “morto” significa o mesmo que ter “ido embora”, ter deixado de incomodar os sobreviventes. A criança não tem uma percepção de como essa ausência é provocada; se é devido à viagem, férias, separação ou morte. Sendo assim, quando uma criança tem motivos para desejar a ausência de outro, não há nada que a impeça de dar a seu desejo a forma da morte, pois elas aprendem cedo que as pessoas mortas estão sempre ausentes e nunca mais voltam. Freud (1900/1976) acredita que tais sentimentos são comuns no inconsciente dos adultos, porque a moralidade e os impulsos altruístas só começam a se formar no fim da infância e adquirem consistência no início da puberdade, empurrando todos esses desejos homicidas para o inconsciente.

Tendo em vista essas considerações de Freud sobre os sonhos de morte de entes queridos, podemos dividir a agressividade presente nesses sonhos em dois subgrupos. No primeiro, ela se apresenta na relação da criança com seus irmãos, que com frequência é permeada por sentimentos hostis, mesmo que relações afetuosas venham a ser desenvolvidas mais tarde. Freud (1900/1976) comenta que, ao longo das análises de seus pacientes, estes relatavam que, em algum momento da vida, sonharam com a morte dos irmãos. Ele argumenta que as crianças são completamente egoístas, colocam suas necessidades acima de tudo e lutam com toda a força para satisfazê-las, especialmente contra os rivais. Com a chegada de um irmãozinho, a criança se vê diante de um adversário com quem terá que dividir tudo, inclusive a atenção e os afetos dos pais. Freud observa que as crianças, principalmente na primeira infância, são capazes de sentir ciúmes com diversos graus de intensidade. Para ela, a perda do irmão representa a possibilidade de voltar a ter toda a atenção e afeto dos pais. Dessa forma, o autor aponta que muitos adultos, que amam seus irmãos e se sentem arruinados diante da possibilidade de eles morrerem, abrigam desejos homicidas contra eles em seu inconsciente, os quais têm sua origem na primeira infância. Tais desejos poderiam se realizar no sonho pelo motivo descrito acima.

Como ilustração da hostilidade desse subgrupo e seus efeitos sobre o psiquismo, podemos citar o caso do pequeno Hans (1909/2018a). Aos três anos e meio, logo após o nascimento de sua irmã, ele apresentou febre e dor de garganta por alguns dias. Nessa situação, disse “eu não quero uma irmãzinha” (Freud, 1909/2018a, p. 131). Além disso, quando alguém a elogiava, falava que ela era bonita, ele zombava: “mas ela não tem dente ainda” (Freud, 1909/2018a, p. 131). Acrescentam-se ainda algumas privações, separações temporárias da mãe e, depois, uma permanente diminuição do cuidado e da atenção com a qual ele teve que se acostumar. Hans admitiu o desejo de que a mãe a deixasse cair durante o banho, de modo que ela morresse. Freud esclarece que a hostilidade por ela logo sofreu repressão e foi projetada para o medo da banheira, devido à consciência de culpa por ter abrigado esse desejo hostil (Freud, 1909/2018a).

É possível atribuir a esses desejos homicidas a participação das pulsões sexuais, pois o alvo do desejo de morte representa um obstáculo para sua intimidade junto a um dos pais, escolhido como primeiro objeto de amor. No entanto, é possível considerar também que tais desejos estejam ligados à atuação das pulsões do Eu, uma vez que a criança depende desses para sua sobrevivência. A morte da(o) irmã(o) significaria maior autonomia para a criança, pois esta não teria que dividir roupas, brinquedos, alimentos e, principalmente, a atenção e o afeto dos pais. Mesmo que Freud só tenha nomeado essa pulsão em 1910, como lembram Laplanche e Pontalis (1982/1995), podemos ver sua presença, de forma implícita, na teoria freudiana anterior.

Com base nas considerações de Freud sobre a agressividade e a hostilidade voltadas para o progenitor do mesmo sexo da criança, podemos incluir tais sentimentos em um segundo subgrupo das manifestações agressivas. Nesse caso, a agressividade estaria intimamente ligada à manifestação das pulsões sexuais, pois estaria relacionada à rivalidade edípica. Já em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900/1976) indica que o primeiro amor da menina é por seu pai e, do menino, por sua mãe. Diz ele: “É como se uma preferência sexual se fizesse sentir em uma idade precoce: como se os meninos olhassem o pai, e as meninas a mãe como seus rivais no amor, rivais cuja eliminação não poderia deixar de trazer-lhes vantagens” (Freud, 1900/1976, p. 265). Essas

considerações são confirmadas pelas observações diretas de crianças feitas por Parens (1991), que notou, durante o terceiro ano de vida, um aumento acentuado da hostilidade e do ódio na relação da criança com seu genitor do mesmo sexo, sentimentos ligados ao que Freud nomeou como complexo de Édipo.

Ao analisar a agressividade direcionada para os pais de mesmo sexo da criança no complexo de Édipo, observamos sua manifestação com algumas particularidades em toda estrutura psíquica. Para ilustrar sua ocorrência e consequência sobre a vida psíquica do ser humano, comentaremos um caso de histeria, um caso de neurose obsessiva e um caso de fobia. Os dois primeiros são citados por Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900/1976) e o terceiro é mencionado, pelo mesmo autor, em *Análise da fobia de um garoto de cinco anos* (1909/2018a).

Ao relatar um caso de histeria, Freud (1900/1976) descreve que a doença da paciente começou com um estado de excitação confusional e, em seguida, progrediu para uma fase em que ela ficou lúcida, mas um tanto apática e com um sono muito agitado. Ao analisar seus sonhos, ele observa que o sofrimento psíquico da paciente dizia respeito à morte de sua mãe. Embora eles contivessem alguns disfarces, logo foi possível chegar a seu conteúdo a partir da técnica da interpretação dos sonhos. Com a melhora de seu quadro clínico, começaram a aparecer fobias histéricas. A mais torturante delas era o temor de que algo pudesse acontecer a sua mãe.

Freud descreve também um caso de neurose obsessiva, em que o paciente estava impossibilitado de sair à rua, pois era torturado pelo medo de matar todas as pessoas que encontrasse. A análise revelou que a base dessa obsessão era um impulso extremamente severo de assassinar o pai, oriundo da primeira infância (Freud, 1900/1976).

Um terceiro caso mencionado por Freud (1909/2018a) é o da fobia do pequeno Hans, que estava relacionada ao desejo de ver o pai longe para poder dormir e ficar sozinho com a mãe. Esse desejo teria surgido nas férias de verão, quando a ausência e a presença alternada do pai criaram as condições para que o desejo da intimidade com a mãe se revelasse. Seu primeiro anseio foi de que o pai partisse para longe. Em seguida, Hans passou a temer ser castigado pelo pai por seus desejos incestuosos por sua mãe. Pouco depois, esse desejo e o medo sofreram repressão e houve um

deslocamento para o medo de ser mordido por um cavalo branco. Após as férias, já em Viena, o desejo assumiu o conteúdo de que o pai estivesse longe para sempre; que estivesse morto.

AGRESSIVIDADE RELACIONADA AO IMPULSO DE APODERAMENTO

Seguindo a divisão proposta no início deste artigo, o segundo tipo de manifestação de agressividade é abordado nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, texto em que Freud (1905/2018a) introduz a hipótese de uma “pulsão de apoderamento”, que dotaria as pulsões sexuais de características agressivas e cuja função seria dominar o objeto sexual pela força.

A explicação de Hartmann et al. (1949) ajuda a compreender a manifestação dessa pulsão de apoderamento no ser humano. Segundo eles, nas primeiras formulações teóricas sobre o tema, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud centrou sua atenção no desenvolvimento da sexualidade e nas vicissitudes da energia psíquica ligada ao impulso sexual. Já os impulsos de natureza agressiva com manifestações destrutivas ou crueldade eram tratados como componentes da sexualidade. Esses impulsos estariam misturados a esta; seriam impulsos com propensão a subjugar, cujo significado biológico residiria na necessidade de superar a resistência do objeto sexual por outros meios do que apenas cortejar. Então, podemos afirmar que, nesse momento inicial, parte dos impulsos agressivos é considerada como derivada de um impulso para o apoderamento sexual.

Tendo em vista as considerações de Freud (1905/2018a) sobre a pulsão de apoderamento, podemos inferir que ele poderia estar ligado à pulsão sexual. Contudo, Freud (1905/2018a) diferencia a pulsão de apoderamento das pulsões sexuais. Ele afirma que os impulsos cruéis vêm da pulsão de apoderamento e que “podemos supor que os impulsos cruéis procedem de fontes independentes da sexualidade, mas que bem cedo são capazes de, mediante uma anastomose, estabelecer ligação num ponto próximo às origens de ambos” (1905/2018a, p. 101).

Portanto, a pulsão de apoderamento seria responsável pelo elemento agressivo e cruel da libido, já a consciência moral reagiria a eles ocasionando alguns casos de neuroses e a paranoia. Essas patologias surgiriam à custa da sexualidade normal, devido às forças psíquicas que

agem como resistências e visam colocar as pulsões sexuais dentro dos limites considerados socialmente aceitáveis, o que acabaria ocasionando o sofrimento psíquico. Freud lembra que “É [...] mediante essa ligação entre libido e crueldade que sucede a transformação de amor em ódio, de impulsos afetuosos em hostis, característica de toda uma série de casos neuróticos e até mesmo da paranoia.” (Freud, 1905/2018a, p. 63).

Para compreender a relação entre a pulsão de apoderamento e as pulsões sexuais, é necessário entender a evolução destes últimos até a puberdade. Desde os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905/2018a) sustenta que o início da puberdade introduz mudanças que levam a vida sexual infantil à sua configuração definitiva. As pulsões sexuais seriam, inicialmente, predominantemente autoeróticas, apresentando uma série de pulsões parciais, que partiriam de diferentes zonas erógenas. Tais pulsões empenhar-se-iam na obtenção de prazer, sem conexão entre si, ou seja, de forma independente. No início da puberdade, eles passam a buscar a união com o objeto como fonte de prazer, e todas as pulsões parciais cooperam para alcançá-lo, enquanto as zonas erógenas se subordinam ao primado das zonas genitais. Logo no início da infância, a pulsão de apoderamento se ligaria a essas pulsões parciais e os dotaria de características agressivas e cruéis.

Ao analisar os comentadores das obras de Freud, deparamo-nos com as informações de Dennen (2005), que esclarece que Freud parece ter concordado com a opinião expressa por Breuer, em 1895, na obra *Estudos sobre a histeria*. Esse último defendeu que um aumento na excitação sexual em animais machos leva a uma intensificação do instinto agressivo, o que se assemelha às ideias apresentadas por Freud (1905/2018a) ao longo de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Nesse texto, o autor considera apenas uma agressão manifesta dirigida para o exterior como componente da masculinidade, sendo a agressividade sexual uma prerrogativa masculina.

Com a colocação de Freud acima mencionada e as demais hipóteses elaboradas em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2018a), podemos supor que a pulsão de apoderamento teria uma origem filogenética e estaria a serviço da sexualidade, mas seria diferente das pulsões sexuais. A seguinte passagem apoia esse ponto de vista:

A história da cultura humana ensina, para além de qualquer dúvida, que crueldade e pulsão sexual estão intimamente relacionadas, mas na explicação desse nexa não se fez mais que enfatizar o elemento agressivo da libido. Conforme alguns autores, essa agressividade mesclada à pulsão sexual é um vestígio de apetites canibalescos, ou seja, uma contribuição do aparelho de apoderamento². (Freud, 1905/2018a, p. 53, tradução modificada).

Nessa passagem, parece que Freud (1905/2018a) deixa implícita a dúvida sobre se a pulsão de apoderamento é interna ou externa às pulsões sexuais. Ele parece sugerir que a pulsão de apoderamento é interna às pulsões sexuais ao citar “o elemento agressivo da libido”. No entanto, quando se refere à agressividade mesclada às pulsões sexuais, dá margem para a interpretação de que a pulsão de apoderamento seria externa a tais pulsões.

Freud (1905/2018a) argumenta que “a libido é, por necessidade e por regra, de natureza masculina, apareça ela no homem ou na mulher, e independentemente do seu objeto ser homem ou mulher” (p. 139). Sua consideração sobre essa questão se deve ao fato de que a agressividade presente na libido seria proveniente da pulsão de apoderamento, sendo uma característica masculina. O autor sustenta, então, que a sexualidade nas garotas pequenas teria caráter completamente masculino, devido às manifestações sexuais autoeróticas e masturbatórias, que seriam características ativas da libido. Essa característica da libido (ativa) sofreria repressão para que elas fizessem uso de sua feminilidade em idade adulta e passassem a manifestar características passivas ligadas à sexualidade. Podemos deduzir, então, que o sexo feminino possuiria menos libido livre para investir na busca do objeto do que o sexo masculino e, conseqüentemente, seria menos agressivo devido à repressão. Freud (1905/2018a) menciona que:

A puberdade, que traz ao menino aquele grande avanço da libido, caracteriza-se na menina por uma nova onda de repressão, que atinge justamente a sexualidade clitoridiana. É uma parcela da vida sexual masculina que aí sucumbe à repressão. O reforço das inibições sexuais, criado por essa repressão que ocorre na puberdade da mulher, resulta num estímulo para a libido do homem, que se vê abrigada a intensificar sua atividade. (Freud, 1905/2018a, p. 141).

A existência da agressão também é reconhecida no fenômeno do sadismo, embora, neste contexto, esse seja considerado uma manifestação perversa da libido. Como nos lembra Dennen (2005), podemos considerar que a pulsão de apoderamento se ligou às pulsões sexuais e, em alguns casos, esse componente agressivo da pulsão sexual torna-se independente.

Para explicar o sadismo/masoquismo, Freud (1905/2018a) considera que a pulsão de apoderamento, que se fundiu às pulsões sexuais no início da infância, como citado acima, adquiririam certa autonomia e passariam a manifestar impulsos cruéis em relação ao objeto. Esses impulsos cruéis se tornariam independentes e seriam colocados na relação principal com o objeto. Após analisar os argumentos de Freud (1905/2018a) sobre esse tema, deduzimos que, para compreender essa perversão, é preciso supor que a pulsão de apoderamento se funde com os impulsos ativos e passivos das pulsões sexuais, de forma que o perverso passaria a carregar impulsos cruéis passivos e ativos, oriundos das pulsões sexuais. O seguinte argumento de Freud (1905/2018a) corrobora essa afirmação:

Quem tem prazer em causar dor aos outros nas relações sexuais também é capaz de fruir, como um prazer, a dor que tais relações lhe proporcionarem. Um sádico sempre é, simultaneamente, um masoquista, embora o lado ativo ou o lado passivo da perversão esteja mais desenvolvido nele e constitua sua atividade sexual predominante. (Freud, 1905/2018a, p. 54).

Embora a pulsão de apoderamento seja amplamente abordada ao longo de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2018a), ela quase não aparece nas obras seguintes analisadas. Tal pulsão é mencionada somente em *A predisposição à neurose obsessiva* (1913/2018b), na qual é concebida como fazendo parte da pulsão sádica e pertencente às pulsões sexuais, apresentando características eróticas. Assim, podemos supor que Freud reformulou o conceito de pulsão de apoderamento formulado em 1905. Isso porque, de acordo com essa concepção, a agressividade na vida adulta ficaria mais restrita às manifestações sexuais masculinas, o que dificultaria explicar outras condutas agressivas e hostis não relacionadas diretamente à sexualidade masculina. E, também, porque ele mostrava ter dúvidas a respeito de se a pulsão de apoderamento é interna ou externa às pulsões sexuais – fato observado ao afirmar que a pulsão de

apoderamento se ligaria às pulsões sexuais no início da infância – e, ao explicar o sadismo/masochismo, supõe que o componente agressivo das pulsões sexuais se torna independente nessas pulsões.

A AGRESSIVIDADE PROVENIENTE DO SADISMO

De acordo com a divisão das hipóteses sobre a agressividade apresentada no início deste trabalho, a origem do terceiro tipo inicia em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2018a), em que Freud menciona o prazer relacionado à erogeneidade da zona anal na vida das crianças, o qual é descrito com maiores detalhes no texto *Caráter e erotismo anal* (1908/2018). Nessa obra, Freud (1908/2018) começa a relacionar alguns traços de caráter (ordem, parcimônia e teimosia, que facilmente dariam lugar a raiva e a ânsia de vingança) com o erotismo anal. Ao analisar alguns pacientes, reparou que eles passaram por eventos parecidos na primeira infância. Demoraram um tempo maior para dominar a incontinência fecal e, mesmo em momento posterior da infância, tiveram que lidar com insucessos provocados por essa função. Então, haveria alguma relação entre traços de caráter e o erotismo anal. Havia indícios de que essas pessoas foram aquelas crianças que se recusaram a evacuar o intestino quando colocadas no vaso, para não perderem nenhum momento de prazer na defecação. No entanto, na idade adulta, a zona anal parece ter perdido sua importância e ter sido substituída pela tríade citada acima. Freud (1908/2018) comenta sobre essa zona erógena:

Esses indícios nos levam a concluir que há em sua constituição sexual, um nítido acento erógeno da região anal; mas como, decorrida a infância, nelas não se encontra mais nenhuma dessas fraquezas e peculiaridades, temos de supor que a zona anal perdeu a significação erógena no curso do desenvolvimento, e presumimos então que a constância desse trio de qualidades no seu caráter pode ser ligada ao desaparecimento do erotismo anal (p. 352).

Contudo, ao se referir a essa perda do erotismo anal na idade adulta, Freud (1908/2018) diz acreditar que ela se deve à sublimação dos impulsos gerados por essa zona. A seguinte passagem apoia essa afirmação:

O erotismo anal se inclui entre os componentes da pulsão que no curso do desenvolvimento, e conforme a educação exigida em nossa cultura,

tornaram-se inutilizáveis para fins sexuais, não seria despropositado reconhecer, nos traços de caráter dos que foram erótico-anais, preocupação com a ordem, parcimônia e obstinação, os resultados primeiros e mais constantes da sublimação do erotismo anal³ (Freud, 1908/2018, p. 353, tradução modificada).

No entanto, apesar de suspeitar que essa tríade surge a partir da sublimação dos impulsos erógenos gerados pela zona anal na infância, Freud não consegue relacioná-los com a raiva e a vingança, que substituiriam com facilidade essa tríade. Na obra *Análise da fobia de um garoto de cinco anos* (1909/2018a), de forma implícita, Freud já considera a formação reativa dos impulsos gerados pela zona erógena anal e não mais se refere a processos sublimatórios. Observamos essa mudança quando ele descreve que “Hans começa a ocupar-se do complexo do Lumpf (fezes) e a mostrar nojo de coisas que lhe lembram a evacuação” (p. 260).

No caso clínico do pequeno Hans, Freud (1909/2018a) comenta sobre a influência do erotismo anal na infância e relata como é prazerosa para a criança a defecção antes de ocorrer a repressão. Em relação ao erotismo anal, desde o início, Freud percebeu que Hans possuía uma relação com os excrementos bastante peculiar. O menino costumava insistir para sua mãe deixá-lo entrar no banheiro quando ela ia fazer suas necessidades para ficar olhando. Após ficar livre da fobia, criou uma fantasia que conciliava seus desejos eróticos com os excrementos e a repressão, a qual é descrita na seguinte passagem:

De manhã eu fui ao banheiro com todos os meus filhos. Primeiro eu fiz Lumpf e depois pipi, e eles ficaram olhando. Depois coloquei eles no vaso e eles fizeram pipi e Lumpf e eu limpei o traseiro deles com papel. Sabe por quê? Porque eu gosto muito de crianças, então quero fazer tudo para elas, levar ao banheiro, limpar o bumbum, tudo isso que se faz com as crianças (Freud, 1909/2018a, p. 230).

Essa passagem mostra que Hans obtinha prazer no ato da defecção, ao ver alguém defecando e, também, ao ser auxiliado pelos adultos na sua higiene depois da evacuação. Todavia, Freud (1909/2018a) não consegue relacionar o erotismo anal de Hans com seus impulsos sádicos. Com sua exposição dos fatos clínicos, ele dá a entender que havia alguma relação entre eles, mas não especifica qual. Ao citar esses impulsos, o autor os

relaciona aos sentimentos que tinha pela mãe e os separa dos sentimentos hostis que o garoto possuía pelo pai. Essa separação aparece apenas em dois fragmentos, sendo um deles o seguinte:

Tudo deve se prestar para sua vingança do pai, a quem ele guarda rancor por enganá-lo com a fábula da cegonha. É bem como se ele quisesse dizer: “Se você me achou tão tolo e imaginou que eu acreditava que a cegonha havia trazido Hanna, em troca eu posso exigir que tome por verdades minhas invenções”. A esse ato de vingança do pequeno pesquisador sucede, em clara conexão, a fantasia de provocar e bater nos cavalos. Também ela é duplamente constituída: por um lado se apoia na provocação que acabou de fazer ao pai e, por outro, traz de novo os obscuros desejos sádicos em relação à mãe, que, inicialmente não compreendidos, haviam se manifestado nas fantasias das ações proibidas (Freud, 1909/2018a, p. 264).

De acordo com essas considerações de Freud (1909/2018a), podemos relacionar os sentimentos hostis pelo pai como provenientes do complexo de Édipo, como exposto ao comentar o primeiro grupo sobre a agressividade no início deste trabalho. Já os impulsos sádicos são considerados na relação do sexo masculino com o objeto sexual. Desde *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2018a), Freud buscava explicar o componente sádico das pulsões sexuais sobre o objeto por meio do conceito de pulsão de apoderamento, porém acabou reformulando sua teoria sobre essa pulsão pelos motivos expostos anteriormente. A partir do texto *Caráter e erotismo anal* (1908/2018), o autor procura fundamentar o ponto de vista de que, na gênese das pulsões sexuais, há um componente sádico responsável pelos sentimentos agressivos. Todavia, continua defendendo que o sexo masculino possui um componente agressivo nas pulsões sexuais, o qual visa dominar e subjugar o objeto e estar a serviço da função sexual (pulsão de apoderamento). Esse componente agressivo faria parte da pulsão sádica.

Em *Observações sobre um caso de neurose obsessiva*, Freud (1909/2018b) afirma que o conflito entre amor e ódio direcionado à mesma pessoa é ocasionada pelo componente sádico do amor:

o componente sádico do amor desenvolveu-se constitucionalmente de forma bastante acentuada, daí experimentando uma supressão prematura e demasiado radical, e os fenômenos neuróticos observados derivam,

por um lado, da ternura consciente elevada ao máximo pela reação e, por outro lado, do sadismo que prossegue atuando como ódio no inconsciente (Freud, 1909/2018b, p. 102).

Portanto, quando nos referirmos a esse conflito de sentimentos direcionado para o mesmo indivíduo na neurose obsessiva, estaremos utilizando o ódio como correspondente ao impulso sádico, pois Freud (1909/2018b) nos faz pensar que esse conflito entre amor e ódio seria ocasionado pelo componente sádico que sofreu repressão.

Para Freud (1909/2018b), essa separação entre o amor e ódio ocorreria “bem cedo, nos anos pré-históricos da infância, com a repressão de uma das partes, geralmente o ódio” (p. 101). Esse ponto de vista será desenvolvido em maiores detalhes com a inserção da fase pré-genital sádico-anal, na obra *A predisposição à neurose obsessiva* (1913/2018b), em que o autor passa a atribuir a gênese desse sentimento à influência da pulsão sádica, como será exposto logo adiante.

De acordo com as considerações de Freud (1909/2018b) sobre o ódio, é possível supor que esse sentimento ocasiona a intensificação da hostilidade no complexo de Édipo na neurose obsessiva. Essa suposição pode ser inferida quando Freud afirma que os sentimentos hostis do homem dos ratos por seu pai foram reprimidos em tenra idade e que “nessa repressão do ódio infantil ao pai enxergamos o evento que impeliu tudo o que sucedeu depois para o âmbito da neurose” (Freud, 1909/2018b, p. 100). O papel desempenhado, na vida adulta, por essa intensificação da hostilidade no Édipo pode ser compreendido a partir da seguinte passagem: “se meu pai estivesse vivo, ficaria tão aborrecido com meu projeto de esposar essa mulher, quanto ficou naquele episódio de minha infância, de modo que eu teria novamente raiva dele e lhe desejaria tudo de mau” (Freud, 1909/2018b, pp. 87-89). Também na seguinte colocação: “sabemos, além disso, como o pensamento da morte do pai ocupara bem cedo a sua mente, e podemos ver seu próprio adoecimento como reação a esse evento, desejada obsessivamente quinze anos antes” (Freud, 1909/2018b, p. 97).

Freud (1909/2018b) explica que a separação desses sentimentos opostos ocorreu bem cedo, nos anos iniciais da infância, com a repressão do ódio. Essa repressão teria feito com que os dois sentimentos fossem

direcionados com a máxima intensidade para toda relação afetiva próxima. O autor afirma que: “O amor não pôde extinguir o ódio, apenas empurrá-lo para o inconsciente, e ali este pode conservar-se e até crescer, protegido da ação eliminadora da consciência” (Freud, 1909/2018b, p. 101). Como consequência, o amor consciente seria intensificado, de forma reativa, para manter reprimido o ódio no inconsciente. Esse ponto de vista é diferente do que está presente em *Análise da fobia de um garoto de cinco anos* (1909/2018a), em que Freud separa os sentimentos hostis, ligados ao complexo de Édipo, dos sentimentos sádicos, presentes apenas na relação com o objeto.

Apesar da relação entre amor e ódio ser uma das características mais significativas da neurose obsessiva, é necessário ressaltar que essa relação está presente em todas as neuroses. Freud (1909/2018b) argumenta que “o ódio retido pelo amor com a supressão no inconsciente também tem um grande papel na patogênese da histeria e da paranoia” (Freud, 1909/2018b, p. 102). Porém, ele enfatiza que é difícil chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto, devido ao “componente sádico da libido que permanece obscuro” (Freud, 1909/2018b, p. 102). Esse argumento é enfatizado desde *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2018a), quando ele se refere à ligação entre libido e agressividade.

Freud lembra que a relação entre amor e ódio direcionados para mesma pessoa é responsável pelos desejos mais hostis no ser humano e, por esse motivo, o ódio tende a permanecer no inconsciente devido à repressão. Quando acontece algo no dia a dia do sujeito que tende a despertar esses desejos hostis, a repressão passa a atuar com mais força, ocasionando algum dano ao sujeito. Um bom exemplo dado por Freud (1913/2018a) é quando uma filha perde sua mãe e é acometida por inúmeras recriminações, como se fosse culpada por ter causado tal morte. Nenhuma das lembranças do cuidado e zelo que teve com a doente são capazes de pôr fim às recriminações. Não é que a filha realmente seja culpada da morte ou tenha sido negligente com mãe, mas nela havia um desejo inconsciente para o óbito desta. Freud (1913/2018a) afirma que essa hostilidade oculta no inconsciente existe em quase todos os casos de intensa ligação afetiva e é um caso clássico da relação entre amor e ódio direcionados para mesma pessoa. Para Freud, essa relação encontra-se,

em maior ou menor grau, na constituição de todo indivíduo, de forma que todo ser humano, por natureza, possuiria correntes hostis atuando em seu inconsciente e, ao mesmo tempo, teria que encontrar uma forma de lidar com essa hostilidade.

O componente sádico das pulsões sexuais vinha chamando a atenção de Freud há algum tempo, como vimos, embora ele formulasse explicações pouco claras sobre esse componente. Como tentativa de elaborar uma resposta bem fundamentada para a questão, Freud (1913/2018b) redige o texto *A predisposição à neurose obsessiva*, em que insere o estágio pré-genital sádico-anal. Diz ele:

Agora vemos necessidade de reconhecer um outro estágio antes da configuração final, no qual as pulsões parciais já se reuniram para a escolha de objeto, o objeto já se coloca como outro ante a própria pessoa, mas o primado das zonas genitais ainda não se instaurou. As pulsões parciais que dominam essa organização pré-genital da vida sexual são os erótico-anais e os sádicos⁴ (Freud, 1913/2018b, p. 330, tradução modificada).

De acordo com as informações coletadas nas obras de Freud, podemos afirmar que a inserção desse estágio pré-genital sádico-anal (Freud, 1913/2018b) permite compreender vários aspectos da agressividade e do ódio nas diferentes estruturas psíquicas que, até o momento, permaneciam obscuras. Esse estágio explicaria por que, na neurose obsessiva, a hostilidade e o conflito entre amor e ódio direcionados para mesma pessoa seriam tão intensos. Isso se deveria ao fato de haver, em tal neurose, uma fixação intensa nessa fase, o que faria com que o sujeito facilmente regressasse a ela, e explicaria o fato de que a agressividade e o ódio dominassem seus comportamentos. Para Freud, o indivíduo acabaria manifestando em seu comportamento as características desse estágio: expulsão, retenção, domínio da musculatura sobre o objeto, entre outros.

Para explicar como o estágio sádico-anal interfere na vida do sujeito, Freud (1913/2018b) defende que as pulsões sexuais, assim como as pulsões do Eu, perfazem um longo e complicado caminho até alcançarem o estado característico do adulto normal. Tal desenvolvimento não ocorreria de modo impecável quando uma parte das pulsões sexuais permanecesse retida no estágio anterior, ou seja, quando uma parte da

libido não prosseguisse o desenvolvimento, produzindo uma fixação. Essa fixação facilitaria a ocorrência de regressão a etapas prévias do desenvolvimento sexual, quando o sujeito experienciasse frustrações.

De acordo com o ponto de fixação, ao longo do desenvolvimento da pulsão sexual, a pessoa teria maior predisposição a manifestar determinada neurose. A fixação na fase sádico-anal causaria uma série de impulsos e pensamentos hostis. Freud (1913/2018b) aponta que:

Já foi notado por muitos observadores, e agora enfaticamente sublinhado por Ernest Jones, o papel extraordinário que têm os impulsos de ódio e erotismo anal na sintomatologia da neurose obsessiva. Ora, isso decorre diretamente da nossa colocação, se supomos que nessa neurose essas pulsões parciais assumiram novamente a representação das pulsões genitais, dos quais foram precursores durante o desenvolvimento⁵ (Freud, 1913/2018b, pp. 330-331, tradução modificada).

Para demonstrar a importância do estágio sádico-anal, Freud (1913/2018b) cita um caso clínico de uma paciente que passa da neurose histérica para a neurose obsessiva. A primeira é derivada da frustração por não poder ter um descendente, causada pela infertilidade do marido, ou seja, pela rejeição a fantasias de sedução em que abrigava o desejo de ter um filho. A segunda seria motivada pela perda do valor de sua vida genital, que a fez recuar ao estágio sádico-anal.

Para dar mais consistência à influência desse estágio na vida do indivíduo, Freud investiga também o papel desempenhado pelo impulso sádico no desenvolvimento do caráter. É feita uma distinção entre este e a neurose. Na formação do caráter, a repressão não atuaria ou seria substituída sem dificuldades por formações reativas ou sublimações. Na neurose, a repressão fracassaria e ocorreria o retorno do reprimido. Segundo Freud (1913/2018b), no desenvolvimento do caráter, encontra-se uma boa analogia com a organização sexual pré-genital sádico-anal. Freud sugere que, frequentemente, as mulheres mudam seu caráter de forma peculiar, após abandonar suas funções genitais. Elas se tornam briguintas, arrogantes, avarentas e mostram, assim, traços tipicamente sádicos, que estavam reprimidos na época de sua feminilidade. Freud (1913/2018b) argumenta:

que tal mudança de caráter corresponde ao estágio pré-genital sádico-erótico-anal, em que descobrimos a predisposição à neurose obsessiva. Ele seria, então, não apenas o precursor da fase genital, mas, com frequência, também o sucessor e substituto, depois que os genitais cumpriram sua função (Freud, 1913/2018b, p. 334).

Tendo em vista as ideias de Freud (1913/2018b), podemos inferir que, no caso das mulheres, após renunciarem a suas funções genitais, poderiam regredir a essa fase, o que produziria a mudança de caráter. O homem sempre estaria condicionado a ela, principalmente, pela atividade que “é fornecida pela ordinária pulsão de apoderamento, que chamamos de sadismo, ao encontrá-la a serviço da função sexual”⁶ (Freud, 1913/2018b, p. 332, tradução modificada). Tal pulsão teria importantes serviços a cumprir, como vencer a resistência do objeto.

É importante ressaltar que Freud (1913/2018b) retoma duas hipóteses defendidas em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2018a), as quais quase não tinham aparecido até esse momento: a primeira que, ao entrar na puberdade, o sexo feminino tem que reprimir a corrente ativa das pulsões sexuais de sua sexualidade para fazer uso da satisfação ocasionada por sua função genital. Isso conduz à suposição de que o estágio pré-genital sádico-anal deveria sofrer repressão total no sexo feminino e de que esse sexo poderia regredir a esse estágio devido algum infortúnio, o que ocasionaria a perda da função genital e a manifestação de pensamentos e comportamentos sádicos. A segunda é que a atividade no sexo masculino é alimentada pela pulsão de apoderamento que, nessa obra, passa a ser identificada à pulsão sádica, como integrante das pulsões sexuais.

Ao analisar a relação entre agressividade e pulsão, vale citar a resposta que Freud (1909/2018a) dá a Alfred Adler devido à sugestão deste de que, no ser humano, haveria uma pulsão de agressão, ao lado e no mesmo plano das pulsões sexuais e do Eu. Freud (1909/2018a) argumenta que cada pulsão tem sua própria capacidade de tornar-se agressiva, e rejeita, então, a visão de Adler. Tal afirmação de Freud permite uma melhor compreensão da sua concepção de agressividade nessa etapa de sua obra. Como se sabe, essa recusa da existência de uma pulsão agressiva independente não será mantida a partir de 1920.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos como a agressividade é concebida em algumas obras de Freud do início de seus escritos psicanalíticos até 1913. Nesse período, observamos que ela é pensada pelo autor como estando relacionada às pulsões sexuais, por meio da pulsão de apoderamento, do complexo de Édipo e da pulsão sádica.

Nesse recorte temporal a que nos referimos acima, a teoria psicanalítica estava em seu início e não possuía fundamentação conceitual e clínica suficientes para aprofundar a compreensão das manifestações agressivas. O autor explora as expressões da agressividade que podem ser consideradas como derivadas das manifestações das pulsões sexuais, o que lhe permite abordar um número reduzido de fenômenos agressivos. Ele observou as manifestações agressivas que surgiam no dia a dia de sua prática como psicanalista e as relacionou com os dados clínicos e as hipóteses elaboradas até então. Procurou relacionar também a agressividade com dados fornecidos pela biologia, o que o conduziu à suposição da pulsão de apoderamento.

A concepção do estágio sádico-anal levou oito anos para ser formulada. Em 1913, Freud passa a ter dados para fundamentar suas hipóteses e avançar em suas especulações, apresentando sua teoria sobre esse estágio. Com a formulação do conceito de estágio sádico-anal, a agressividade continua a ser pensada como proveniente da pulsão de apoderamento⁷, ao atuar a serviço da função sexual. Essas hipóteses sobre as manifestações da agressividade não serão descartadas em obras posteriores, mas sim aprimoradas e modificadas para se adequarem aos novos dados obtidos. Contudo, Freud acaba sendo levado a reconhecer a necessidade de supor uma pulsão agressiva autônoma, independente das pulsões sexuais, ideia cabalmente introduzida em *Além do princípio do prazer* (1920/2018). Em trabalhos futuros, analisaremos o desenvolvimento posterior da teoria freudiana sobre a agressividade.

REFERÊNCIAS

- Aleksandrowicz, D. (2009). Mastery, aggression, and narcissism: a contribution to psychoanalytic drive theory dover. *Archives of Psychiatry and Psychotherapy*, 2, 13–21. Recuperado em 20/04/2019 em. <https://pdfs.semanticscholar.org/92dc/e52801e0a1fc486dfbd4c00c8e3995f4f6eb.pdf>
- Andrade, L. V. (2008). Dos afetos aos atos: um estudo sobre a agressividade humana e seus destinos. *Cad. Psicanál., CPRJ*, 30(21), 252-271. Recuperado em 03/02/2019 em. http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno21_pdf/16Cadernos%20n.%2021_Dos%20afetos%20aos%20atos.pdf
- André, J. (2014). Faces of hate. *Rom. J. Psychoanal*, 7(1), 91-100.
- Birman, J. (2006). Arquivo da agressividade em psicanálise. *Natureza humana*, 8(2), 357-379. Recuperado em 14/06/2020 em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302006000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Blum, H. P. (1997). Clinical and developmental dimensions of hate. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 45(2), 359-375. <https://doi.org/10.1177/00030651970450020501>
- Chaves, E. L. (2008). *Violência, agressividade e dominação: uma reflexão psicanalítica sobre a masculinidade*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Corrêa, A. F. (2019). O ódio em três textos de Freud: reflexões sobre ambiguidade, hostilidade e identificação. *Reverso*, 41(77), 23-30. Recuperado em 14 de julho de 2020, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952019000100003&lng=pt&tlng=pt
- D'amato, B. (2010). Aggression in dreams —intersecting theories: Freud, modern psychoanalysis, threat. *Theory. Mod. Psychoanal*, 35(2), 182-204.
- Davis, H. L. (1979). Reformulating the Role of Aggression. *Mod. Psychoanal*, 4(2), 183-195.
- Dennen, J. M. G. V. D. (2005). Theories of aggression: psychoanalytic theories of aggression. *Default Journal*. Recuperado em 03/04/2019 de: <https://www.rug.nl/research/portal/files/2888993/A-PANAL.pdf>

- Fernandes, P. B. (2016). *A pulsão agressiva e o núcleo paranoico do Eu*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Ferrari, I. F. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia Clínica*, 18(2), 49-62. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652006000200005>
- Freud, S. (1976). La interpretación de los sueños. In J. Strachey (Ed.) *Obras completas de Sigmund Freud* (vol.4, pp. 258-279). Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1900).
- Freud, S. (2018a). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras Completas* (vol. 06, pp. 13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (2018b). O chiste e sua relação com o inconsciente. In *Obras Completas* (vol. 07, pp. 13-334). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (2018). Caráter e erotismo anal. In *Obras Completas* (vol. 08, pp. 350-358). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1908).
- Freud, S. (2018a). Análise da fobia de um garoto de cinco anos [“o pequeno Hans”]. In *Obras Completas* (vol. 8, pp. 123-284). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1909).
- Freud, S. (2018b). Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“o homem dos ratos”]. In *Obras Completas* (vol. 9, pp. 13-112). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1909).
- Freud, S. (2018a). Totem e tabu. In *Obras Completas* (vol. 11, pp. 13-244). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2018b). A predisposição à neurose obsessiva. In *Obras Completas* (vol. 10, pp. 324-337). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2018). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In *Obras Completas* (vol. 12, pp. 209-246). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (2018). Além do princípio do prazer. In *Obras Completas* (vol. 14, pp. 161-239). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1920).

- Gray, P. (2000). On the receiving end: facilitating the analysis of conflicted drive derivatives of aggression. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 48(1), 219–236. <https://doi.org/10.1177/00030651000480010901>
- Guillot, É. (2014). Da agressividade à pulsão de morte. *Almanaque On-line*, 8(14). 2-20. Recuperado em 16/06/2020 de: <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Almanaque14EricGuillot.pdf>
- Hartmann, H., Kris, E., & Loewenstein, R.M. (1949). Notes on the theory of aggression. *Psychoanalytic Study of the Child*, 3(1), 9-36. <https://doi.org/10.1080/00797308.1947.11823076>
- Jaffe, D. S. (1982). Aggression: Instinct, drive, behavior. *Psychoanalytic Inquiry*, 2(1), 77–94. <https://doi.org/10.1080/07351698209533436>
- Juni, S. (2009). The role of sexuality in sadism: object relations and drive theory perspectives. *American journal of psychoanalysis*, 69(4), 314-29. <https://doi.org/10.1057/ajp.2009.17>
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1995). *Vocabulário da psicanálise*. (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1982).
- Lemos, J. G. (2019). O que Sigmund Freud nos fala sobre o ódio?. *Psicanálise & Barroco em revista*, 17(3), 177-190. <http://dx.doi.org/10.9789/1679-9887.2019.v17i3.177-190>
- Mayes, L. C., & Cohen, D. J. (1993). The social matrix of aggression enactments and representations of loving and hating in the first years of life. *Psychoanal. St. Child*, 48, 145-169. <https://doi.org/10.1080/0797308.1993.11822382>
- Melo, C. C. C. (2011). *Tecendo encontros e diferenças: um estudo psicanalítico sobre a agressividade e suas articulações com a constituição psíquica*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica-Puc-SP, São Paulo, SP, Brasil.
- Parens, H. (1973). Aggression: a reconsideration. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 21(1), 34–60. <https://doi.org/10.1177/000306517302100103>
- Parens, H. (1991). A view of the development of hostility in early life. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 39(Suppl.), 75–108.

- Pedder, J. (1992), Psychoanalytic views of aggression: Some theoretical problems. *British Journal of Medical Psychology*, 65, 95-106. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8341.1992.tb01690.x>
- Rizzuto, A., Sashin, J. I., Buie, D. H., & Meissner, W. W. (1993). A revised theory of aggression. *Psychoanalytic Review*, 80(1), 29-54.
- Schwartz, C. (1989). Ambivalence: its relationship to narcissism and superego. *Development. Psychoanal. Rev.*, 76(4), 511-527.
- Simanke, R. T. (2014). O Trieb de Freud como instinto 2: agressividade e autodestrutividade. *Scientiae Studia*, 12(3), 439-464. <https://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662014000300003>
- Smith, J. H., Pao, P. N., & Schweig, N. A. (1973). On the concept of aggression. *Psychoanal. St. Child*, 28, 331-346. <https://doi.org/10.1080/00797308.1973.11822299>

NOTAS

- ¹ Em *O chiste e sua relação com o inconsciente*, Freud (1905/2018b) menciona um tipo de chiste fruto da vida do indivíduo na civilização, o chiste hostil ou agressivo. Esse tipo de chiste representaria uma forma de lidar com a agressividade e o ódio que sentimos pelo outro de uma maneira socialmente aceitável, para favorecer a vida em sociedade. O autor lembra que esse tipo de chiste é causado pelos impulsos hostis contra nosso próximo, que “estão submetidos desde a nossa infância individual, como desde a infância da civilização humana, às mesmas limitações e à mesma repressão crescente de nossos anseios sexuais” (p. 147) e se manifestam através do chiste hostil ou agressivo. Porém, Freud não detalha e aprofunda essa relação agressiva entre o indivíduo e civilização, até 1913, motivo pelo qual não abordamos essa relação dentre as hipóteses desenvolvidas nesse período. Podemos supor que essa ausência se deva à falta de arcabouço teórico para desenvolver o tema. Essa relação entre agressividade e civilização será abordada de forma mais sistemática a partir de *Totem e o Tabu* (19013a/2018), com as hipóteses sobre o início da vida em sociedade. Alcançará seu auge em *Considerações sobre a guerra e a morte* (1915/2018), com a hipótese de uma pulsão primitiva fonte de impulsos cruéis e egoístas, na primeira dualidade pulsional.
- ² Nessa passagem, o termo “instinto”, usado pelo tradutor da edição Companhia das Letras como tradução de *trieb*, foi substituído por “pulsão”.
- ³ Conferir nota 2.
- ⁴ Conferir nota 2.

⁵ Conferir nota 2.

⁶ Conferir nota 2.

⁷ Passa a ser sinônimo de sadismo, na obra *A predisposição à neurose obsessiva* (1913/2018b).

Recebido em 28 de outubro de 2020
Aceito para publicação em 16 de fevereiro de 2021

A FUNÇÃO SINTÉTICA DO EU E SEUS IMPASSES NA TEORIA FREUDIANA¹

*Munique Gaio Filla**

RESUMO

O presente artigo objetiva abordar a função sintética do Eu e os impasses inerentes a sua plena realização, considerando a ambiguidade que tal instância carrega nos escritos de Freud. Em primeiro lugar, a ideia de que as psiconeuroses resultam de um caso de inconciliabilidade entre representações sexuais e o Eu será retomada, a fim de explicitar os problemas resultantes do fato de certos conteúdos psíquicos não se harmonizarem com o último. Em segundo lugar, será recuperado o conceito de narcisismo, já que neste contexto Freud concebe o Eu como uma unidade que precisa ser constituída. Por fim, na principal parte deste ensaio será abordada a função sintética que Freud atribui ao Eu já no quadro da segunda tópica psíquica e do segundo dualismo pulsional. Ao mesmo tempo em que a marca do Eu é sua tendência à síntese, esta fracassa constantemente e conduz à patologia. Isso se relaciona ao fato de essa instância operar não só a favor das pulsões de vida e das atividades de ligação, mas também das pulsões de morte e de sua busca pelo desligamento, o que, por sua vez, afeta os rumos da concepção freudiana da clínica.

Palavras-chave: Eu; síntese; Freud; pulsões de morte; pulsões de vida.

THE EGO'S SYNTHETIC FUNCTION AND ITS IMPASSES ON FREUDIAN THEORY

ABSTRACT

This article aims to address the synthetic function of the Ego and the impasses inherent to its full realization, considering the ambiguity that such an instance carries in Freud's writings. Firstly, the idea that psychoneuroses result from a case

¹ Psicóloga pela Universidade Federal de São Carlos. Possui mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da mesma universidade, na linha de pesquisa da Filosofia da Psicanálise, com ênfase na teoria freudiana. Atualmente, é doutoranda pelo mesmo programa e bolsista FAPESP.

of irreconcilability between sexual representations and the Ego will be resumed, in order to explain the problems resulting from the fact that certain psychic contents do not harmonize with the latter. Second, the concept of narcissism will be recovered, since in this context Freud conceives the Ego as a unit that needs to be constituted. Finally, in the main part of this essay the synthetic function that Freud attributes to the Ego in the context of the second psychic topography and the second drive dualism will be approached. At the same time that the stamp of the Ego is its tendency to synthesis, it constantly fails and leads to pathology. This is related to the fact that this instance operates not only in favor of life drives and binding activities, but also of death drives and his search for unbinding, which, in its turn, affects the direction of Freudian's conception of the clinic.

Keywords: Ego; synthesis; Freud; death drives; life drives.

LA FONCTION SYNTHÉTIQUE DU MOI ET SES IMPASSES DANS LA THÉORIE FREUDIENNE

RESUMÉ

Cet article objective aborder la fonction synthétique du Moi et les impasses inhérentes à sa pleine réalisation, en considérant l'ambiguïté que cette instance charge dans les écrits freudiens. Au début, l'idée selon laquelle les psychonévroses résultent d'un cas d'inconciliabilité entre les représentations sexuelles et le Moi sera repris, afin d'explicitier les problèmes résultants du fait que certains contenus psychiques ne s'harmonisent pas avec le dernier. Ensuite, le concept de narcissisme sera récupéré, puisque dans ce contexte Freud conçoit le Moi comme une unité qui réclame d'être constituée. À la fin, dans la partie plus importante de cet essai sera abordée la fonction synthétique que Freud attache au Moi déjà dans le cadre de la deuxième topique psychique et du deuxième dualisme pulsionnel. À la fois que le signe du Moi est sa tendance à la synthèse, elle fracasse constamment et conduit à la pathologie. Ceci se rapporte au fait de cette instance opérer non seulement en profit des pulsions de vie et des activités de liaison, mais encore des pulsions de mort et sa recherche pour la déliaison, ce que, de son côté, affecte les destins de la conception freudienne de la clinique.

Mots-clés: Moi; synthèse; Freud; mort; pulsions de mort; pulsions de vie.

INTRODUÇÃO

Não é novidade para os leitores de Freud deparar-se com a ambiguidade que caracteriza o conceito de Eu em sua teoria, a qual favoreceu interpretações variadas e até mesmo opostas desta instância, de

suas capacidades e de suas fraquezas. Por um lado, ela é associada à razão, à manutenção do equilíbrio psíquico, aos processos conscientes e pré-conscientes, bem como às atividades de ligação e de síntese. Por outro lado, o psicanalista também afirma sua afinidade com a região mais irracional da alma, ao destacar o caráter inconsciente de parte de seus processos, que funcionam de modo primário, e o prejuízo que tal condição causa em sua tendência a unificar os processos psíquicos. Isso ajuda a explicar porque é possível encontrar, entre as referências a Freud e a este conceito, posições teóricas que vão desde a *Ego Psychology*, conhecida por priorizar o Eu, suas funções ligadas à consciência e sua capacidade de adaptação à realidade, até a teorização de Jacques Lacan, que entende a última corrente como um desvio interpretativo e para quem o Eu não passa de uma imagem de totalidade, constituída a partir da alienação em relação ao outro, conforme aponta sua teoria do estágio do espelho.

Considerando este caráter ambíguo que o Eu assume nos escritos freudianos, o presente artigo se insere no movimento mais geral de reafirmar a importância de que as múltiplas facetas deste conceito sejam apreendidas, sem que ele seja reduzido a este ou àquele aspecto. De modo mais específico, buscaremos voltar mais uma vez à letra do pai da psicanálise através da investigação da função sintética que Freud atribui ao Eu, a qual parece marcar a essência dessa instância, mas, ao mesmo tempo, mostra-se sujeita a uma série de perturbações, que impulsionam as manifestações patológicas da vida psíquica. Mais do que isso, pretende-se apontar que, se a posição que o Eu ocupa no conflito pulsional é levada em conta, a síntese à qual ele aspira revela certa predestinação ao fracasso.

Para explorar tais questões, o artigo seguirá três etapas distintas. As duas primeiras, que podem ser consideradas como etapas prévias, consistem em recortes da história da concepção de Eu na teoria de Freud, em conformidade com a intenção de destacar alguns atributos que lhe são outorgados desde seus primeiros trabalhos, os quais se relacionam, em alguma medida, à sua função sintética, que só será afirmada nesses termos depois da conhecida “virada” de 1920. Em primeiro lugar, no contexto das primeiras teorizações sobre a defesa em curso nas psiconeuroses, em textos ainda chamados pré-psicanalíticos, será considerada a noção de que há representações que são inconciliáveis com o Eu, bem como

as consequências patológicas diante da impossibilidade do Eu de se conciliar com determinados conteúdos psíquicos; posteriormente, o Eu será abordado sob o ângulo da teoria do narcisismo, com ênfase no caráter de unidade que é a ele destinado a partir do reconhecimento da constituição do Eu própria do estágio narcísico. Quanto ao terceiro momento deste ensaio, será dedicado a analisar as menções explícitas de Freud, já no âmbito da segunda tópica do aparelho psíquico, a respeito da função de síntese do Eu, bem como as perturbações às quais ela está sujeita, que levam aos sintomas psíquicos. Além disso, será investigada a relação entre a tendência do Eu à síntese e o segundo dualismo pulsional, o conflito entre pulsões de vida e de morte, o que revelará certos impasses inerentes a esta função, que reverberam na própria concepção clínica que Freud sustentava da psicanálise.

O EU CONTRA AS REPRESENTAÇÕES SEXUAIS INCONCILIÁVEIS

A ideia de que as representações que não estão de acordo com o Eu são incitadoras do processo defensivo e, por conseguinte, de que algo que não se pode conciliar ou harmonizar com o Eu assume o papel de desencadeador de processos patológicos parece estar presente desde cedo no pensamento de Freud. Desde 1896, quando ele afirma, em *A etiologia da histeria*, que via de regra sua erupção se deixa reconduzir a um conflito psíquico, oferece-nos sobre o último a seguinte definição: “uma representação inconciliável (*unverträglich*) põe em movimento a defesa do Eu e convida à repressão (*Verdrängung*)” (Freud, 1896/1991, p. 209; 1952, p. 447, grifo do autor)². O efeito patológico resultante desse “empenho defensivo” consiste em a recordação penosa para o Eu ser empurrada para o inconsciente, com a possibilidade de criação de um sintoma histérico em seu lugar. Entretanto, é possível rastrear a presença desta concepção ainda mais cedo nos textos chamados pré-psicanalíticos e com uma abrangência explicativa maior – em 1894, no artigo *As neuropsicoses de defesa*, este esquema etiológico parece valer não só para a histeria, como também para as demais neuroses. É o que atesta a passagem a seguir, retirada de um resumo escrito por Freud em 1897 acerca de suas teses principais até este período:

A cisão de consciência da histeria não é um caráter primário desta neurose, baseado em uma debilidade degenerativa, segundo assegura Janet, mas sim o resultado de um processo psíquico peculiar que é designado como “defesa” e cuja presença em numerosas neuroses e psicoses, além da histeria, é demonstrada através de análises brevemente comunicadas. A defesa intervém toda vez que na vida de representações acontece um caso de inconciliabilidade entre uma representação singular e o “Eu”. O processo defensivo se deixa figurar por meio de uma imagem: é como se à representação que se reprime se arrancasse seu montante de excitação e se aplicasse este em outro uso. [...] A fonte das representações inconciliáveis que caem sob a defesa é única e exclusivamente a vida sexual (1897/1991, p. 242-243; 1952, pp. 481-482).

Neste trecho, Freud acrescenta que o motivo da contradição entre o Eu e a representação é a natureza sexual da última, que faz com que o Eu se defenda dela por meio da repressão. O mecanismo em jogo consiste em enfraquecer a representação retirando dela sua soma de excitação, que sucumbe a outro destino. Com esses elementos, o autor estabelece um esquema para a determinação dos sintomas compartilhado pelos três tipos de afecções englobadas pelo termo neuropsicoses de defesa, a saber, a histeria, as fobias e as representações obsessivas, e finalmente a psicose alucinatória. Deste ponto de vista, o artigo de 1894 revela que o gatilho que marca a separação entre a saúde psíquica e essas patologias consiste na ocorrência de “uma vivência, uma representação, uma sensação que despertou um afeto tão penoso que a pessoa decidiu esquecê-la, não confiando em poder solucionar com seu Eu, mediante um trabalho de pensamento, a contradição que essa representação inconciliável lhe opunha” (Freud, 1894/1991, p. 49; 1952, pp. 61-62). A pessoa tem o propósito de empurrar a coisa para longe, não pensar nela e suprimi-la, o que, ao invés de obter êxito, ocasiona as diferentes reações patológicas, que têm em comum a cisão da consciência.

Por mais que o paciente tente se livrar da representação inconciliável, o traço mnêmico e o afeto aderidos à ela já não podem ser eliminados pelo Eu defensor. Se o Eu não é capaz de lidar com tal representação como se não tivesse acontecido, ele encontra a solução aproximada de transformá-la em uma representação fraca por meio da retirada do afeto

ou soma de excitação³ aderido a ela. Se essa atitude do Eu defensor resolve o problema de um lado, na medida em que a representação fraca não exige do trabalho associativo e a meta da defesa pode ser traduzida em, justamente, impedir que a representação incompatível entre em associação com o Eu, causa um inconveniente do outro, visto que aquele afeto ou soma de excitação não pode simplesmente permanecer suspenso e requer outra aplicabilidade na vida psíquica.

O fator que estabelecerá as fronteiras entre as diferentes patologias consiste no destino a ser conferido ao afeto retirado da representação em contradição com o Eu – transposição para o corpo através da conversão na histeria e o deslocamento para representações obsessivas ou fóbicas substitutas da representação sexual inconciliável. Nos mecanismos de conversão e deslocamento, Freud reconhece que o Eu se livra da contradição que o assola e obtém vantagens com isso – em maior grau no primeiro do que no segundo, já que no deslocamento o afeto não foi destinado ao corpo e por isso continua perturbando o Eu, ainda que falsamente enlaçado a uma representação adequada a permanecer na consciência. Quanto à confusão alucinatória, a particularidade se encontra no fato de que o Eu defensor parece seguir aquele primeiro ímpeto de se comportar como se a representação inconciliável nunca tivesse existido, já que em vez de torná-la débil, rejeita ou repudia (*verwerfen*) tanto a última quanto o afeto ligado a ela mediante o refúgio na psicose, às custas de desfazer-se total ou parcialmente da realidade (*Realität*)⁴ com a qual a representação inconciliável se entrama (Freud, 1894/1991, pp. 59-60; 1952, pp. 72-73).

Já na primeira teorização freudiana acerca da etiologia das neuroses, o Eu que é assolado por uma contradição – a emergência da representação sexual inconciliável e do afeto penoso ligado a ela – tem sua ação defensiva mobilizada. Ele tenta se ver livre de tal situação impossível de tramitação, que lhe causa um dano permanente. A noção capital de defesa, que embasa o surgimento da psicanálise, entra em cena a partir desses casos de inconciliabilidade com o Eu na vida anímica. Nota-se que a existência de conteúdos psíquicos em desacordo com o Eu consiste em uma condição fundamental para a patologia. Da mesma forma, é possível depreender um dos requisitos cruciais para a saúde

psíquica, a saber, que o Eu possa se conciliar com as representações, visto que quando obstáculos são impostos a esta ação, irrompe uma espécie de desequilíbrio que pode levar à repressão e ao surgimento dos sintomas neuróticos – às representações sexuais inconciliáveis, já que não podem se harmonizar com o Eu, resta que sejam destinadas ao inconsciente, como meio para solucionar a insuportável contradição com aquela instância.

Desse modo, é possível inferir que Freud reconhece certo caráter conciliatório do Eu desde seus trabalhos iniciais, considerando os inconvenientes decorrentes do aparecimento de representações psíquicas inassimiláveis a ele. Se a defesa do Eu é acionada justamente quando determinados conteúdos psíquicos não se conciliam com ele, vemos nascer a imagem do Eu como uma espécie de coesão, de conjunto homogêneo, visto que aquilo que não pode ser englobado neste nexos, aquilo que fica fora por não estar de acordo com ele, poderá ter como destino a repressão e, conseqüentemente, o isolamento em relação à consciência.

Não podemos deixar de mencionar que Freud desenvolve a noção de Eu em uma direção semelhante – como conjunto ou coesão – no *Projeto de psicologia*, escrito em 1895, na medida em que o concebe como uma massa de neurônios organizada e constantemente investida, em estado ligado. Essa massa é capaz de inibir os processos psíquicos primários, a repetição das vivências de satisfação e de dor, impedindo o desprendimento de grandes quantidades de energia. Responsável pela função secundária, o Eu cumpre a tarefa de defender o aparelho psíquico da liberação de desprazer, por conseguir se manter no estado ligado e, com isso, influenciar o curso automático da excitação. Nos anos subsequentes, com a publicação da *Interpretação dos sonhos* e a formulação da primeira tópica psíquica, o Eu ocupa uma posição menos proeminente, já que Freud tende a identificá-lo com o sistema pré-consciente/consciente, que assume a posição defensiva, e a trazer para o primeiro plano o polo do qual é preciso se defender, a saber, o inconsciente, o reprimido e seu funcionamento específico. Contudo, o interesse freudiano pelo Eu é reanimado posteriormente, sobretudo nos textos metapsicológicos e, particularmente, a partir do trabalho sobre o narcisismo, no qual a ideia do Eu enquanto unidade ganha força, conforme veremos adiante⁵.

O NARCISISMO E O EU COMO UNIDADE

Freud se aproxima da noção de narcisismo por meio do problema das escolhas de objeto homossexuais, como bem apontam passagens da edição de 1910 dos *Três ensaios sobre teoria sexual* e o artigo de Freud sobre Leonardo da Vinci. O autor entende que os homossexuais tomam a si mesmos como modelo dos objetos de amor que virão a escolher, o que significa que amam pela via do narcisismo. Mais adiante, no entanto, por volta de 1911, o narcisismo passa a designar um estágio do desenvolvimento libidinal compartilhado por todos os indivíduos, uma fase que deixa suas marcas por toda a vida⁶.

A princípio, Freud observava no desenvolvimento da libido apenas as fases autoerótica, referente à sexualidade infantil, conhecida pelos adjetivos “perversa” e “polimorfa” a ela relacionados no segundo dos *Três ensaios...*, e de amor objetal, própria à sexualidade adulta, posterior à puberdade. Desde a primeira edição de 1905 da obra citada, a concepção freudiana é a de que as pulsões sexuais parciais buscam a satisfação de modo autoerótico, nas múltiplas zonas erógenas do próprio corpo, que são suas fontes somáticas, cada uma por sua conta, e se unificam após a puberdade para alcançar a meta sexual em um objeto externo, transição que inclui sua submissão ao primado da zona genital e a serviço da reprodução. Nos termos de *Pulsões e seus destinos*, na infância as numerosas pulsões sexuais guiam-se pela busca do prazer de órgão e apenas quando alcançam determinada “síntese” se voltam à meta reprodutiva (Freud, 1915/1992, p. 121; 1949, p. 218).

No entanto, a partir de 1911, com a publicação do caso Schreber – por razões que não cabe elencar aqui, mas que se relacionam ao estudo da própria homossexualidade, das chamadas parafrenias e da vida anímica das crianças e dos primitivos – o psicanalista passa a julgar necessária a introdução de um estágio intermediário entre as grandes etapas do autoerotismo e do amor de objeto. Pensar que a pulsão sexual é composta de pulsões parciais autoeróticas, que aos poucos se unificam e tomam seu destino rumo à sexualidade adulta objetal e genital não é mais suficiente para Freud, que se vê obrigado a acrescentar nesse intervalo o narcisismo. Nessa fase mediadora e inevitável, o indivíduo “que reúne *{zusammenfassen}*

em uma unidade (*Einheit*) suas pulsões sexuais de atividade autoerótica, para ganhar um objeto de amor toma primeiro a si mesmo, a seu próprio corpo, antes de passar deste à escolha de objeto em uma pessoa alheia.” (Freud, 1911/1991, p. 56; 1955, pp. 296-97).

Com o acréscimo do narcisismo à teoria da libido, é preciso supor o investimento das pulsões sexuais, então reunidas, em *si mesmo*, antes que se possa escolher um objeto alheio e alcançar o amor de objeto. Para nossos propósitos, no entanto, importa destacar que esta constatação incide sobre as formulações freudianas acerca do Eu, visto que ele está implicado neste *si mesmo* do qual fala Freud, este ao qual se dirigem as pulsões sexuais parciais sintetizadas em uma totalidade. Em *Totem e tabu*, o psicanalista apresenta com mais clareza esta relação entre o estágio do narcisismo, o Eu e a reunião das diversas moções pulsionais sexuais:

Nesse estágio intermediário, cuja significatividade se impõe cada vez mais à investigação, as pulsões sexuais antes separadas já se compuseram em uma unidade e também acharam um objeto; mas este objeto não é um exterior, alheio ao indivíduo, mas sim o próprio Eu, constituído nesse período (Freud, 1913/1991, p. 92; 1961, p. 109).

Esta passagem evidencia a concomitância entre a reunião das múltiplas pulsões sexuais em uma unidade e a constituição do Eu como *objeto total* daquelas, à semelhança do objeto externo, para o qual a pulsão sexual se dirigirá na sequência do desenvolvimento libidinal. Nas palavras de Simanke (1994): “o narcisismo caracteriza-se pela síntese da pluralidade das pulsões parciais em uma unidade; o ego torna-se, assim, o primeiro *objeto total* da criança” (p. 119, grifos nossos). Deste modo, se as pulsões autoeróticas se relacionam à pluralidade, o narcisismo e o Eu se vinculam à unidade, na medida em que o último é formado justamente neste momento e se oferece como objeto às pulsões sexuais então sintetizadas, concepção que também é defendida por Monzani (1989) em sua afirmação de que “o ego surge como uma unidade frente à diversidade do pulsional, que até então funcionou de maneira anárquica e dispersa – ele aparece, assim, tal como o objeto exterior, como passível de ser objeto da sexualidade” (p. 145).

Portanto, Freud concebe o narcisismo como esse estado de reunião das pulsões autoeróticas para tomada do Eu como objeto, entendendo

que o Eu precise ser constituído e que essa formação se efetive justamente neste período. Ao que parece, então, falar de narcisismo significa supor tal constituição do Eu enquanto unidade. É o que mostra o conhecido trecho de *Introdução ao narcisismo*, em que Freud se propõe a esclarecer a diferença conceitual entre autoerotismo e narcisismo:

É uma hipótese necessária que não esteja presente desde o começo no indivíduo uma unidade comparável ao Eu; o Eu tem que ser desenvolvido. Mas as pulsões autoeróticas são primordiais; portanto, algo tem que se agregar ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se forme o narcisismo (1914/1992, p. 74; 1949, p. 142).

Vemos que nosso autor salienta o fato do Eu não estar pronto assim que o indivíduo nasce, uma vez que está em jogo sua concepção de unidade, na qual estamos especialmente interessados. Ele precisa se desenvolver, por uma nova ação psíquica, e só assim se torna possível formar (*gestalten*) o narcisismo, cuja marca é aquela da unificação. Mesmo que Freud chegue a rever a nítida distinção entre autoerotismo e narcisismo, que se torna mais nebulosa depois de 1914, para os propósitos deste artigo interessa salientar que com essa diferenciação Freud demarcava a antecedência de uma fase primordial, de pluralidade de pulsões parciais autoeróticas e do prazer de órgão, em relação a um momento posterior de síntese das pulsões, de gênese do Eu enquanto unidade e de sua apreensão como objeto sexual total.

É pertinente ainda ter em vista o comentário de Laplanche (1970/1985), que aponta para três pontos de sustentação da tese freudiana sobre o narcisismo – o primeiro deles, de que se trata de um investimento libidinal de si mesmo, comumente referido pela expressão “amor de si mesmo”; o segundo, diz respeito ao fato de que esse investimento libidinal de si mesmo “passa necessariamente no homem pelo *investimento libidinal do ego*”; e o terceiro e mais importante aqui, o de que “o investimento libidinal do ego é inseparável da própria *constituição do ego humano*” (p. 72, grifos do autor). Assim, notamos, novamente com Monzani (1989), que o Eu necessário à formação do narcisismo parece surgir como “fruto de uma diferenciação progressiva” (p. 245) rumo à unidade, em detrimento da diversidade das primeiras manifestações pulsionais. Diante disso, nota-se a condição da unificação pressuposta na gênese do Eu, fato que tomará outras proporções a partir da afirmação de sua atividade sintética, visto

que o Eu não só se constitui enquanto unidade, como também exerce uma tendência de unificação e de reunião na vida anímica, passo que estamos aptos a efetuar após este breve percurso.

O EU, SUA FUNÇÃO DE SÍNTESE E OS IMPASSES INERENTES A ELA

Assim, podemos acompanhar, desde os textos pré-psicanalíticos, o inconveniente causado pelas representações sexuais inconciliáveis ao Eu, a partir do qual foi possível inferir certa necessidade de *conciliação* própria a esta instância; bem como sua condição de não estar pronto desde o início da vida, mas de provir de uma constituição, de uma formação em direção à *unidade*, que é realçada com as teorizações sobre o narcisismo. Isto posto, interessa-nos explorar alguns textos inseridos no contexto do conhecido *tournant* de 1920, em que se desenrola a introdução do novo dualismo pulsional e da segunda tópica psíquica, uma vez que tais características do Eu se acentuam ainda mais, definem-se com maior precisão e se ampliam, em alguma medida, por meio da definição de sua função de síntese na vida psíquica. Desse modo, nos guiaremos por dois movimentos, de certa forma concomitantes. Um deles consistirá em delinear a atividade sintética propriamente dita e as dificuldades impostas à plena realização dessa função, que são uma das condições essenciais para deflagrar as manifestações patológicas. Além disso, indicaremos as relações que este caráter do Eu estabelece com o conflito pulsional, o que mostrará certa predestinação ao fracasso desta síntese, e certos impactos clínicos dessa posição ocupada pelo Eu.

Já em *Além do princípio de prazer*, Freud afirma que no curso do desenvolvimento do Eu, “acontece repetidamente que certas pulsões ou partes de pulsões se mostram, por suas metas ou suas reivindicações, inconciliáveis com as restantes que podem unir-se (*zusammenschließen*) na unidade abarcadora (*umfassende Einheit*) do Eu” (1920/1992, p. 10; 1967, p. 7). Concepções semelhantes se repetem em *Psicologia das massas e análise do Eu*, conforme demonstra a menção freudiana à “unificação do Eu” (*Vereinheitlichung des Ichs*) presente no curso do desenvolvimento psíquico (1921/1992, p. 76; 1967, p. 84), e no artigo *Psicanálise*, de acordo com a noção de que há uma “integridade” do Eu em ação na vida

psíquica (1923a/1992, p. 242; 1967, p. 222), que pode ser entendida no sentido de sua qualidade de ser inteiro ou total. Ainda nessa página do último escrito, Freud também menciona que o estopim para as neuroses consiste no conflito entre aspirações sexuais inconciliáveis com tal integridade do Eu, de modo que o reprimido por ele consistirá, justamente, em representações com as quais não é possível estar de acordo, as quais se tenta segregar.

Tais descrições do Eu recuperam tanto os primeiros textos freudianos sobre a teoria da defesa, ao retomarem a ideia de que aquilo que não se concilia com o conjunto do Eu é por ele reprimido, quanto aqueles aspectos para os quais a teoria do narcisismo lançou luz, ao enfatizarem a característica de que o Eu se configura como uma unidade. Além disso, chamam a atenção para a tendência do último de abarcar ou abranger os conteúdos psíquicos em sua totalidade. Entretanto, é somente em *A questão da análise leiga* que é atribuída ao Eu, pela primeira vez, a função de *síntese* (*Synthese*), conforme atesta a seguinte constatação freudiana: “O Eu é uma organização notável por uma aspiração muito peculiar de unificação, de síntese” (Freud, 1926a/1992, p. 184; 1948, p. 223)⁷. Este caráter é acentuado no Eu em detrimento de sua ausência no Isso, marcado pela desarticulação, onde tendências até mesmo opostas coexistem e perseguem seus propósitos cada uma por sua conta. Na *Conferência 31*, tais aspectos reforçados – Freud reafirma que o Isso não possui uma “vontade total” como o Eu, mas apenas o impulso em satisfazer suas necessidades pulsionais, e ainda acrescenta:

Mas o que singulariza muito particularmente o Eu, em contraste com o Isso, é uma tendência à síntese de seus conteúdos, à reunião (*Zusammenfassung*) e à unificação de seus processos anímicos, que ao Isso falta completamente. Quando no que segue tratarmos sobre as pulsões na vida anímica, cabe esperar que alcancemos reconduzir a suas fontes este caráter essencial do Eu. Por si só produz aquele alto grau de organização que o Eu necessita para suas melhores operações. O Eu se desenvolve desde a percepção das pulsões até seu governo, mas este último só se alcança pelo fato de que o representante pulsional é subordinado a uma união maior, acolhido em um nexo (*Zusammenhang*) (1933/1991, p. 71; 1961, pp. 82-83).

Assim, o Eu parece não apenas provir de um processo de formação direcionado à unidade, conforme já vimos na passagem pelo narcisismo, mas também exerce, ele mesmo, a tendência de síntese, de reunião e de unificação dos processos anímicos⁸. Tal caráter essencial o distingue enquanto instância psíquica e justifica o grau elevado de organização que também lhe é próprio, em detrimento da região do Isso. Por ora, retenhamos que há uma relação importante desta característica com as fontes pulsionais, assunto ao qual retornaremos mais tarde. Tenhamos em vista que isso também explica a capacidade do Eu de alcançar o domínio sobre os representantes psíquicos das pulsões e que as relações entre o Eu e o Isso se desenrolam sem grandes intercorrências quando o primeiro consegue acolher as exigências pulsionais do segundo.

Em conformidade com esta perspectiva, se voltarmos ao escrito sobre a análise leiga, vemos que Freud defende a ausência de uma rivalidade “natural” entre o Eu e o Isso, na medida em que o segundo surge a partir do primeiro. No entanto, reconhece que são “requisitos ideais” aqueles que permitem a governabilidade do Isso pelo Eu – “[...] isso anda bem quando o Eu possui sua íntegra organização e capacidade de rendimento, tem acesso a todas as partes do Isso e pode exercer sua influência sobre elas” (Freud, 1926a/1992, p. 188; 1948, p. 229). Se tais exigências são cumpridas, “não há perturbação neurótica alguma”, continua Freud; o inconveniente é que elas carregam a marca de serem “ideais” – na prática, parte das pulsões não podem ser admitidas no conjunto harmônico do Eu e seguem caminhos independentes dele rumo à satisfação. O problema, então, remete aos casos já mencionados de inconciliabilidade, que tem como resultado a ação repressiva do Eu, como tentativa de segregar de vez aquilo que é discordante em relação à sua unidade e não pode ser incorporado a ela.

Desse modo, a função de síntese do Eu é situada em relação ao problema com o qual esta organização tem de se haver quando não se concilia com as moções pulsionais do Isso, de modo que o ponto de irrupção das manifestações patológicas seja situado justamente neste comprometimento da atividade sintética. Na terminologia da teoria estrutural do aparelho psíquico, a princípio, haveria apenas o Isso, de modo que o Eu se constituiria a partir deste e seria fraco e impotente

no início da vida. Nesse sentido, ao Eu infantil, diante de uma exigência pulsional perigosa – que não se harmoniza com ele e, portanto, não pode ser abarcada em sua unidade –, resta tratá-la como se fosse um perigo vindo do mundo externo, isto é, tentar empreender a fuga, através da repressão. Contudo, na medida em que a fuga de si mesmo é inviável, o Eu limita seu “campo de poder”, de modo que a moção pulsional reprimida seja abandonada a seu próprio destino no Isso e se torne inacessível ao Eu. O problema levantado por Freud é que “nem sequer mais tarde, já fortalecido, pode o Eu cancelar a repressão; *sua síntese está perturbada*, uma parte do Isso fica como terreno proibido para o Eu” (Freud, 1926a/1992, p. 190; 1948, p. 230, grifos nossos), o que mobiliza as reações patológicas, justamente porque o Eu perde sua influência sobre essas partes do Isso, que buscam satisfações substitutivas irrompendo no Eu e provocando os sintomas:

De repente vemos frente a nós o quadro de situação de uma perturbação neurótica: um Eu inibido em sua síntese, que não possui influência alguma sobre partes do Isso, que se vê forçado a renunciar a muitas de suas atividades a fim de evitar um novo choque com o reprimido, que se esgota em ações defensivas, inúteis na maioria das vezes, contra os sintomas, os derivados das moções reprimidas; e um Isso em que certas pulsões cobraram autonomia, perseguem suas metas sem consideração pelos interesses da pessoa total e só obedecem às leis da psicologia primitiva que impera nas profundezas do Isso (Freud, 1926a/1992, p. 190; 1948, p. 231).

O prejuízo na atividade sintética do Eu, como mostra a passagem acima, é correlato a uma inibição, a uma limitação do Eu, na medida em que determinadas pulsões do Isso passam a agir por conta própria, sem se deixar influenciar por aquela instância, momento a partir do qual se instaura a patologia. A relação entre os danos à função sintética do Eu e a neurose são reiterados por Freud mais a frente, ainda no texto citado, ao afirmar que o Eu do doente “perdeu sua unidade, e por isso também não abre caminho a uma vontade unitária.” “Se fosse de outro modo, não seria um neurótico”, acrescenta ainda nosso autor (Freud, 1926a/1992, p. 207; 1948, p. 251). Além disso, Freud menciona a luta do Eu contra os sintomas, enquanto derivados das moções reprimidas, rementendo ao fato de que as moções pulsionais do Isso que o Eu não pôde acolher em sua unidade são afastadas

por meio da repressão, mas continuam seguindo seus caminhos e buscando a satisfação substitutiva através do sintoma. Isso justifica a afirmação de Freud, localizada em *Neurose e psicose*, segundo a qual o sintoma se impõe ao Eu enquanto um “intruso” que “ameaça e prejudica” sua uniformidade ou homogeneidade (*Einheitlichkeit*), de modo que o Eu passa a lutar contra o sintoma, assim como havia entrado em conflito com aquela pulsão considerada perigosa, “e tudo isso dá por resultado o quadro da neurose” (Freud, 1924a/1992, p. 156; 1967, p. 388).

Na verdade, não só a neurose é um signo de que o Eu não conseguiu a síntese que almeja em sua tarefa de dominar a complexidade psíquica e de que perdeu sua uniformidade nessa tentativa. Ainda em *Neurose e psicose*, Freud afirma que tanto a neurose, quanto a psicose resultam de um “fracasso na função do Eu” (1924a/1992, p. 158; 1967, p. 391), mais precisamente em sua função sintética, diante de seu empenho em conciliar ou reconciliar (*versöhnen*) exigências tão díspares quanto aquelas impostas pelo Isso, pelo Supereu e pelo mundo externo, que desde *O Eu e o Isso* são apontados por Freud como as três subordinações do Eu. Se na neurose o Eu entra em conflito com o Isso, a serviço do Supereu e da realidade, na psicose, o Eu luta contra o mundo exterior, cede aos desejos do Isso e se afasta da realidade. Também pode acontecer de que o Eu não ceda a nenhum dos três senhores: “o Eu terá a possibilidade de evitar a ruptura em direção a qualquer um dos lados deformando-se ele mesmo, consentindo prejuízos a sua uniformidade e eventualmente segmentando-se e partindo-se” (1924a/1992, p. 158; 1967, p. 391). Trata-se da cisão ou clivagem do Eu (*Ichspaltung*), que acontece quando ele se utiliza do mecanismo da recusa (*Verleugnung*) diante de um trauma psíquico. Tal decomposição do Eu também pode ser incluída entre os fracassos de sua atividade de síntese que se associam a manifestações patológicas. Freud alerta o leitor em *A cisão do Eu no processo defensivo*: “A função sintética do Eu, que possui uma importância tão extraordinária, tem suas condições particulares e sucumbe a toda uma série de perturbações” (1940a/1991, p. 276; 1955, p. 60). Deste modo, em uma palavra, a perda da unidade do Eu é uma marca fundamental do limite entre o normal e o patológico. O Eu que não produz síntese, segundo os termos utilizados por Freud no *Compêndio de psicanálise* (1940b/1991, p. 181; 1955, p. 107), está entregue ao adocimento.⁹

Ora, se a partir dos textos pré-psicanalíticos sobre as neuropsicoses de defesa foi possível inferir a tendência à conciliação do Eu, com a posição ocupada por essa instância na segunda tópica essa inclinação parece se radicalizar e a expressar sua própria natureza: “[...] uma ação do Eu é correta quando cumpre ao mesmo tempo os requisitos do Isso, do Supereu e da realidade, vale dizer, quando sabe reconciliar entre si suas exigências” (Freud, 1940b/1991, p. 144; 1955, p. 69). Ao mesmo tempo, tal tarefa de conciliação ou reconciliação está intimamente relacionada com a função de síntese e de unificação do Eu, na medida em que se trata de combinar ou harmonizar diferentes aspirações, conforme atesta Freud neste trecho, retirado do *Manuscrito inédito de 1931*: “A tarefa, que é atribuída ao Eu, de unificar (*vereinen*) as exigências de sua libido com as imposições do seu Supereu e as condições do mundo externo não é fácil” (1931/2019, p. 69). Isso também explica porque nosso autor sugere, no que diz respeito ao encargo de conciliação mencionado, que o Supereu consiste em um modelo para o Eu, na medida em que aquele consegue reunir, nele mesmo, influências do Isso e do mundo exterior. Por dever sua gênese às primeiras moções libidinosas do Isso, dirigidas aos progenitores no Complexo de Édipo, os quais são introjetados por meio da identificação, ao mesmo tempo em que provém da realidade externa e exercem sua influência crítica sobre a criança, o Supereu representa o Isso e a realidade exterior, e é capaz de alcançar aquilo que o Eu tanto almeja, conforme é afirmado em *O problema econômico do masoquismo* (Freud, 1924b/1992, p. 172; 1967, pp. 379-380).

Cabe acrescentar, ainda, que a busca pela síntese colocada em ação pelo Eu é tão marcante que Freud entende que o Eu tenta acolher em sua organização o próprio sintoma. Em *Inibição, sintoma e angústia*, nosso autor relembra que tanto aquelas moções pulsionais reprimidas, quanto o sintoma que emerge a partir delas “gozam de certa extraterritorialidade” em relação ao Eu, que deixa de poder incluí-los em sua organização, e, conseqüentemente, gozam também de certa independência em relação à última (Freud, 1926b/1992, p. 93; 1948, p. 125). Diante dessa conjuntura, desses limites e inibições que lhes são impostos, resta ao Eu, por conta de sua essência, tentar se conformar ao que escapa ao seu domínio:

[...] o Eu é coagido (*genötigt*) por sua natureza a empreender algo que temos que apreciar como tentativa de restabelecimento ou de conciliação. O Eu é uma organização, se baseia na livre circulação e na possibilidade de influência mútua entre todos os seus componentes; sua energia dessexualizada revela ainda sua origem em sua aspiração à ligação e à unificação, e esta sua *compulsão à síntese* (*Zwang zur Synthese*) aumenta à medida que o Eu se desenvolve mais forte. Assim se compreende que o Eu tente também cancelar a estranheza e o isolamento do sintoma, aproveitando toda oportunidade para ligá-lo de algum modo a si e incorporá-lo a sua organização através de tais laços (Freud, 1926b/1992, p. 94; 1948, pp. 125-26, grifos nossos).

Vale a pena deter-se em um comentário mais extenso a respeito desta citação. Em primeiro lugar, interessa-nos destacar que essa passagem aponta para mais uma importante expressão da inclinação à síntese pela qual se distingue o Eu, que reitera a dimensão que essa função assume para a instância citada e pode ser resumida pela ideia de ganho secundário da doença. Diante do incômodo causado pelo sintoma, o Eu se empenha em uma adaptação em relação a ele, que passa a compor o seu “conjunto”; por estar “disposto à paz”, o Eu também se propõe a incorporar o sintoma, que chega a se tornar indispensável para seu funcionamento (Freud, 1926b/1992, p. 96; 1948, p. 127). Isso não significa, contudo, uma solução milagrosa; ao contrário, o Eu intensifica suas limitações nessa fusão com o sintoma, uma vez que se vê coagido a buscar satisfações naquilo que era inconciliável com ele e que retornou do reprimido através do sintoma. Nesse sentido, ele se altera ao executar a atitude defensiva e nessa busca de conservar sua unidade a qualquer custo, já comprometida no processo patológico. Essa relação estreita entre Eu e sintoma não produz outra coisa senão resistência no processo analítico.

Isso posto, é vantajoso passar a uma segunda consideração sobre o fragmento de texto citado – colocar em relevo o uso que Freud faz da palavra “compulsão” (*Zwang*)¹⁰ para se referir à atividade de síntese, que parece seguir na esteira da utilização prévia ao verbo *nötigen* para designar o fato do Eu ser coagido, forçado ou obrigado, por sua natureza, à tentativa de restabelecimento ou de conciliação. Até agora, havíamos chamado a atenção para esta função do Eu através de termos semelhantes

como inclinação¹¹, aspiração ou tendência. O recurso a *Zwang* merece atenção por sugerir algo a mais, que só podemos compreender se explorarmos o termo, ainda que rapidamente. Quanto à acepção do termo *Zwang*, segundo a investigação de Assoun (1994), ultrapassa o campo da neurose obsessiva (*Zwangneurose*), a partir do qual é mais conhecido, e abrange processos psíquicos muito variados nos textos freudianos, conforme atestam a presença de expressões como ação compulsiva (*Zwangshandlung*), pensamento, representação ou ideia obsessivo(a) ou compulsivo(a) (*Zwangdenken*, *Zwangsvorstellung*, *Zwangsidee*). Para o comentador, é necessário supor nele “uma conotação de inelutabilidade, de alguma coisa que não se pode evitar e que não depende de si” (Assoun, 1994, p. 337). Algo que vem com violência, como uma exigência da qual não é possível se subtrair e que carrega as ideias de obrigação e de imperativo, de modo que aquilo que se realiza “sob *Zwang*” remeta a limitação e inibição, continua o autor, o que é congruente com o fato deste substantivo ser “o substantivo cognato do verbo *zwingen* – ‘coagir, obrigar’” (Souza, 2010, p. 248). Ainda com Assoun, a noção de *Zwang* flerta com a de uma forte pressão (*Drang*) e, por conseguinte, com a própria ideia de pulsão (*Trieb*). Este parentesco entre *Zwang*, *Drang* e *Trieb* também pode ser encontrado em Hanns (1996), que chama a atenção para outra expressão em que *Zwang* entra em cena - a “compulsão à repetição” (*Wiederholungszwang*) e para o modo como ela é empregada em *Além do princípio de prazer*, com o propósito de “destacar o caráter avassalador e irresistível da determinação biológica à qual sucumbe o sujeito, condenado a realizar a ‘pulsão’ para além de sua vontade” (p. 108). É como se, com o uso de *Zwang*, fosse possível enfatizar o quanto a pulsão se impõe ao indivíduo e o coage a satisfazê-la.

Tendo isso em vista, em *Moisés e a religião mono-teísta*, Freud considera que tanto os sintomas, quanto as limitações do Eu decorrentes do processo defensivo, têm um “caráter compulsivo” (*Zwangscharakter*), e oferece aos seus leitores a seguinte definição acerca do último: “por causa de uma grande intensidade psíquica, mostram uma ampla independência a respeito da organização de outros processos anímicos, que são adaptados aos requisitos do mundo exterior real e obedientes às leis do pensar lógico” (1939/1991, p. 73; 1961, p. 181). Além disso, continua nosso autor logo em seguida,

fenômenos compulsivos são “um Estado dentro do Estado, um partido inacessível, inviável para o trabalho conjunto, mas que pode chegar a vencer ao outro, chamado normal, e constrangê-lo (*zwingen*) a seu serviço”. Desse modo, as alterações do Eu produzidas pela defesa, enquanto fenômenos de caráter compulsivo, podem consistir em obstáculos posteriormente, no sentido de significarem conflitos entre o mundo externo e o Eu, levando em conta que o último se aferra à organização que conquista na luta defensiva e não quer abrir mão dela – incorporando até mesmo o sintoma, como já vimos. Da mesma forma em que essas limitações do Eu podem ser incluídas na categoria do que é compulsivo, podemos compreender a escolha de Freud pelo termo compulsão para acompanhar a síntese empreendida pelo Eu como um indício de que este é forçado a reunir os conteúdos psíquicos em sua totalidade; buscar a síntese, deste ponto de vista, escapa às exigências do mundo real e do pensamento lógico e carrega a conotação de uma imposição, como acontece com aqueles outros processos psíquicos de natureza compulsiva.

Levando em conta as características da compulsão, a relação entre a compulsão e a pulsão mencionadas e a referência à compulsão à síntese do Eu, é chegado o momento de abordar uma questão de extrema relevância para nossa discussão, a saber, que tipo de relação se estabelece entre a função sintética, própria da natureza do Eu, e as pulsões na vida anímica. Se na citação recuperada algumas páginas acima da *Conferência 31* Freud indicava ter expectativas de poder reconduzir às fontes pulsionais este “caráter essencial do Eu” – ponto que havíamos deixado de lado propositalmente –, na passagem recentemente reproduzida de *Inibição, sintoma e angústia* sobre a compulsão à síntese, assume-se abertamente que o Eu opera com energia dessexualizada, e que isso se relaciona à sua aspiração à unificação e à ligação. Mas o que significa tal dessexualização? Para responder a essa questão, é pertinente retornar à obra *O Eu e o Isso*, em que o tema foi desenvolvido por Freud com mais detalhes.

Ora, sabemos que a esta altura, Freud pressupunha o conflito pulsional entre Eros e pulsões de morte. O primeiro grupo busca produzir a reunião da substância viva em unidades cada vez maiores, para produzir uma ligação e assim conservá-la, ao passo que o segundo ambiciona o contrário, a saber, retornar ao estado inorgânico, dissolver

nexos e coerências, promover o desligamento e a destruição. A energia com a qual operam as pulsões de vida é a libido e nessa categoria ampla estão incluídas as pulsões sexuais propriamente ditas, as pulsões sexuais sublimadas e de meta inibida e as pulsões de autoconservação (Freud, 1923b/1992, p. 41; 1967, p. 269). Como a sublimação implica na renúncia a alvos propriamente sexuais, por meio do desvio para novas metas, há uma aproximação entre dessexualizar e sublimar e, à primeira vista, ambos os processos se situam no âmbito das pulsões de vida. Da mesma forma, parece se estabelecer uma afinidade – para não dizer uma sobreposição – entre o Eu, com sua função de síntese, e o propósito de Eros de união e ligação. Nesse sentido, seria possível inferir que a atividade sintética do Eu, tão específica a sua natureza, seria a expressão de sua fonte nas pulsões de vida. Entretanto, isso significaria desdenhar outro aspecto da dessexualização em curso no Eu que só poderia levar a conclusões precipitadas quando ignorado, afinal, já sabemos que a própria função sintética está sujeita a falhas, que contribuem decisivamente para as manifestações patológicas, o que sugere que a equivalência entre Eu, tendência à ligação e pulsões de vida não deva ser tão simples assim.

Assim, para compreender melhor a dessexualização é preciso retomar o papel da identificação para a formação do Eu, que até então havia sido circunscrito sobretudo à melancolia, mas é significativamente expandido por Freud em 1923 – todo Eu é, essencialmente, formado por identificações; seu caráter é produzido por elas. O autor considera que os investimentos de objeto partem do Isso e que o Eu, ainda fraco no início da vida, consegue fazer com que o Isso renuncie a certos objetos através da identificação, por meio da construção do objeto em seu interior – o que, a propósito, envolve a fundamental superação do Complexo de Édipo. Deste modo, a escolha erótica de objeto se transforma em uma alteração do Eu, necessária para que o último possa se impor ao Isso como objeto de amor e dominá-lo, em alguma medida. Nesse sentido, há uma mudança de libido de objeto em libido narcisista, que traz com ela uma desistência das metas sexuais, uma dessexualização, entendida por Freud como um tipo de sublimação, conforme já procuramos apontar. A partir dessa sublimação, o Eu poderia conquistar a renúncia a determinados objetos, elaborar sua perda e fornecer novas metas e novos objetos para a libido, por meio de sua

conversão em libido narcisista (Freud, 1923b/1992, p. 32; 1967, p. 258). É para essa capacidade do Eu que Kupermann (2010) chama a atenção neste comentário: “a sublimação aponta, de um lado, para a possibilidade do trabalho de luto e, de outro, para o movimento metonímico do desejo, constituindo tanto uma ‘modificação da finalidade’ quanto uma ‘mudança de objeto’ da pulsão” (p. 202).

No entanto, essa mesma atitude do Eu contém outra faceta, não menos importante. Se até agora a essência do Eu parecia se confundir com o próprio objetivo de Eros, já que as pulsões de vida, cuja energia é a libido, buscam a ligação, a produção de unidades cada vez maiores e sua conservação, assim como o Eu tende à síntese – até mesmo quando se trata dos sintomas, derivados do reprimido, que ele incorpora em sua unidade –, a ideia da dessexualização ou sublimação mediadas por essa instância revela que o Eu pode também servir ao desligamento, à dissolução de nexos e coerências – à pulsão de morte. Resignar à meta sexual significa também produzir uma defusão das pulsões de vida e de morte, que comumente atuam em fusão, resultando em um enfraquecimento do componente erótico que liga a potência de destruição, de modo que a última fique livre para atuar no psiquismo. Freud sugere que essa agressividade livre se destina para o Supereu, que se torna cada vez mais cruel e dominador com o Eu. Vale acompanhar as palavras de Freud a respeito dessa outra faceta do Eu, que até então parecia ter afinidade apenas com Eros e suas aspirações à síntese:

Ao apoderar-se assim da libido dos investimentos de objeto, ao atribuir a si a condição de único objeto de amor, dessexualizando ou sublimando a libido do Isso, trabalha contra os propósitos de Eros, se põe a serviço das moções pulsionais inimigas (Freud, 1923b/1992, p. 46; 1967, pp. 274-75).

Quer dizer que o Eu é aquele cuja essência é a tendência à síntese e, nesse sentido, um representante de Eros, ao mesmo tempo em que presta auxílio às pulsões de morte através do trabalho de identificação e de sublimação, enfraquecendo a mescla entre os dois grupos de pulsões e liberando a destruição para o Supereu. Como esta instância se volta contra o próprio Eu, Freud sugere a comparação do último com os protistas, que padecem diante de produtos catabólicos que eles mesmos criaram. Dessexualizar

ou sublimar, ações equivalentes mediadas pelo Eu, podem implicar tanto na produção de novas metas e objetos, no reforço das pulsões de vida e, conseqüentemente, da atividade de ligação e de síntese, quanto na desfusão pulsional, no incremento das pulsões de morte e, por conseguinte, no incentivo ao desligamento e no enfraquecimento da função sintética.

Freud coloca-nos, então, diante desse paradoxo do Eu que, por sua vez, se estende à concepção da libido narcisista e do narcisismo propriamente dito, conforme é possível perceber quando confrontamos algumas constatações do psicanalista. Ao retornar para *Além do princípio de prazer*, por exemplo, podemos observar o momento em que o psicanalista chega a um impasse – como seria possível derivar de Eros, conservador da vida, a pulsão sexual sádica, que quer danificar o objeto sexual? A suspeita dele é a de que esse sadismo deve ser uma pulsão de morte empurrada para fora do Eu e exteriorizada no objeto, pelo esforço empreendido pela libido narcisista, que só depois entra a serviço da função sexual (Freud, 1920/1992, p. 52; 1967, p. 58). Neste caso, podemos inferir que Freud salienta o narcisismo em sua relação com as pulsões de vida, com a conservação do Eu e de sua integridade, iluminada por esse desvio da pulsão de morte em direção ao objeto, por essa saída diante do masoquismo primário. Algo semelhante se repete em uma passagem de *O Eu e o Isso*, este ponto de vista a partir do qual libido narcisista e pulsão de morte parecem ser excludentes, na ocasião em que Freud diz que a angústia de morte só pode se instaurar no Eu se ele abre mão de boa parte de seu investimento libidinal narcisista e consegue, assim, renunciar a si mesmo como objeto, tal como faz com objetos externos que lhe oferecem perigo. Ambos os casos se contrapõe àquela visão da libido narcisista, também presente em *O Eu e o Isso*, como aquela que resulta na desfusão das pulsões, com o enfraquecimento dos componentes eróticos e liberação de tendências agressivas, em auxílio à pulsão de morte. Deste ângulo, narcisismo e morte se aproximam e a sublimação pode ser encarada como aquilo que promove a presença da pulsão de morte desligada no interior do Eu, ao invés de impulsionar o investimento em novos objetos, transformando-se em narcisismo de morte, como também afirma Kupermann (2010, p. 202).

Isso posto, vale retomar um aspecto da análise feita por Safatle (2007) a respeito da segunda teoria pulsional freudiana, na qual o autor, na esteira

de Jean Laplanche, comenta a metamorfose ocasionada pelo fato de Freud passar a vincular a libido, a energia da sexualidade, à potência unificadora de Eros: “A definição de libido como Eros unificador [...] parece implicar em um abandono da noção de libido pensada a partir de uma energia livre própria a essa sexualidade fragmentada e polimórfica tematizada anteriormente por Freud” (p. 159). O impulso para isso, ainda segundo a leitura de Laplanche interpretada por Safatle, estaria na centralidade que o narcisismo adquire na teoria freudiana, “com seus mecanismos de projeção e introjeção que unificam os destinos da pulsão à repetição da imagem do Eu” (p. 159). É pertinente acompanhar algumas passagens de *Vida e morte em psicanálise*, em que Laplanche (1970/1985) exterioriza esse ponto de vista, sem entrar nas peculiaridades de sua leitura da última teoria das pulsões freudiana. Lá o autor afirma que “com o desenvolvimento da teoria do ego e de seu investimento libidinal narcísico, a ‘vida’ se fez mais imperativa e mais invasora” (p. 126), porque o Eu passa a exercer não só os poderes da autoconservação, mas também da sexualidade, do amor e das escolhas de objeto, sob a égide do narcisismo. Quando Eros vem à tona para Freud, “como aquilo que procura manter, preservar e mesmo aumentar a coesão e a tendência sintética tanto do ser vivo, quanto da vida psíquica”, aquela dimensão que a sexualidade tinha nas origens da psicanálise, de ser hostil à ligação – as representações sexuais inconciliáveis ao Eu –, de se relacionar com o desligamento e de poder ser ligada apenas pela intervenção do Eu, acaba se perdendo. Laplanche (1970/1985) diz: “o que surge com Eros é a forma *ligada e ligadora* da sexualidade, posta em evidência pela descoberta do narcisismo” (p. 126, grifos do autor), o que converge com o que observamos a respeito das relações da unidade vinculada ao narcisismo, em comparação com a pluralidade das pulsões autoeróticas. Se voltarmos a Safatle (2007), vemos a importância disso para o conceito de pulsão de morte, visto que era necessário encontrar um novo destino para aquela força de desligamento que antes caracterizava a própria sexualidade, enquanto energia livre cuja única preocupação era alcançar a satisfação: “Ou seja, a polaridade vida/morte na teoria pulsional freudiana recobre, na verdade, a distinção entre energia ligada em representações através da capacidade sintética do Eu/ energia livre inauguradora da dinâmica psíquica” (p. 160).

Esse último trecho citado demonstra que, desse ponto de vista, a energia livre, conseqüentemente o desligamento e a disjunção, ficariam apartados do Eu, conforme sua aspiração sintética, concordante com Eros. No entanto, isso parece dar conta apenas de um dos aspectos da libido narcisista levantados aqui, a saber, aquele em que ela afasta a pulsão de morte do seio do Eu e a direciona aos objetos, em que ela sublima investimentos de objeto do Isso para atribuir-lhes novas metas, investi-los novamente em outros objetos, atuando como representante de Eros. A partir disso, levanta-se o seguinte problema: se tudo que é desligamento é estranho ao Eu, como explicar aquele fator da dessexualização ou sublimação que revela a dimensão mortífera da libido narcisista, os serviços que ela presta à morte? Parece que a oposição vida e morte é inerente ao narcisismo e ao Eu. Não é nossa intenção abordar aqui teóricos pós-freudianos que se atentaram para a faceta mortífera do narcisismo, mas ressaltar que o próprio Freud concedeu aos leitores indícios suficientes de que o mesmo Eu cuja essência é a inclinação à síntese e à conciliação, que tem afinidades com Eros e que configura, ele mesmo, uma totalidade, conforme revela o narcisismo, também atua a favor das pulsões inimigas ao fomentar a desfusão das pulsões, ao consentir com o desligamento e ao liberar a morte nele mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido revelou, por um lado, o quanto o Eu, para Freud, carrega a marca da unidade e do esforço em direção à síntese dos conteúdos psíquicos em seu conjunto; por outro lado, tornou explícitos os impasses à realização plena desta tarefa. A condição do Eu de servir tanto às pulsões de vida, quanto às pulsões de morte, já que trabalha por meio da dessexualização da libido, torna impossível o alcance da síntese, por mais que essa instância psíquica aspire a conquistá-la. Isso nos reconduz à questão colocada no início deste trabalho: aquela da ambigüidade do Eu na teoria freudiana, que procuramos explorar ao longo dessas páginas, seus impactos para a teoria do Eu em psicanálise e, por conseguinte, para as diretrizes do tratamento psicanalítico.

Consideramos mais fecundo concluir este ensaio com a indicação de algumas conseqüências dessa posição do Eu que parecem importantes para o tratamento psicanalítico, em vez de tentar retomar o que já foi

dito ou arriscar um resumo. Vimos que a irrupção da patologia, para Freud, tem relações diretas com a falha da função sintética do Eu, com o comprometimento de sua unidade e com o seu fracasso na tarefa de reconciliar exigências muito distintas em sua integridade. É bem conhecida, também, a aposta freudiana de que uma das principais metas do tratamento consiste em fortalecer o Eu do doente, mais precisamente em promover sua unificação e preservar sua organização, sua integração, como Freud descreve no artigo *Psicanálise* (1923a/1992, p. 246; 1967, p. 226). Contudo, pelo breve percurso traçado aqui, percebe-se que há uma impossibilidade intrínseca ao Eu de exercer plenamente sua função sintética. Ele acaba por servir à ligação, mas também ao desligamento, por sua própria condição de ser constituído por identificações e de operar com a libido narcisista, que serve, ao mesmo tempo, à vida e à morte, problema que afeta os destinos da clínica e cuja dimensão é vislumbrada pelo próprio Freud em alguns momentos de sua obra.

É o caso de *Análise terminável e interminável*, onde ele afirma que a situação analítica depende de uma cooperação, de um pacto, entre o Eu daquele que está em sofrimento e a pessoa do analista – o Eu é um aliado nesse processo, na medida em que o objetivo é tentar submeter setores que estão fora do domínio do Eu à sua síntese. Freud diz, então, que essa aliança depende que o Eu seja normal, não psicótico, não alterado, afirmação imediatamente seguida pela constatação do autor de que o Eu normal e a normalidade em geral não passam de uma “ficção ideal”. Ou seja, é um ideal esse de “um Eu normal fictício que asseguraria ao trabalho psicanalítico uma aliança de fidelidade incomovível” (Freud, 1937/1991, p. 241; 1961, p. 80). Todo Eu é alterado, em alguma medida, pelos processos de defesa e se encontra constringido por limitações; todo Eu está mais ou menos próximo do Eu psicótico, aquele que já não leva em conta a realidade exterior e apresenta um elevado grau de desorganização. Nesse sentido, a tarefa de conciliação e unificação que é imposta ao Eu, se não falha totalmente, como no caso em que se sucumbe à loucura, falha parcialmente, levando à neurose ou aos traços neuróticos que podem ser encontrados em todos os indivíduos, de modo que o próprio pensamento freudiano já sinaliza os entraves do cumprimento daquele objetivo definido para o trabalho psicanalítico, de fortalecer e unificar o Eu.

A própria condição para a saúde psíquica, o pleno desempenho da função sintética do Eu, torna-se um horizonte a ser perseguido e nunca plenamente alcançado, pelas contradições inerentes a essa instância tão complexa na teoria freudiana. Se, em última instância, o Eu atua a favor da vida e da morte, da ligação e do desligamento, como presumir que ele pode se fortalecer no trabalho analítico ao ponto de exercer plenamente sua função de síntese e de conciliação? Ao mesmo tempo em que Freud posiciona o Eu enquanto ponto de sustentação para a clínica, já que ele carrega a marca da atividade sintética, as limitações desta, bem como dos possíveis fortalecimento e unificação daquele, não podem ser ignoradas pela psicanálise. Portanto, uma clínica que se pretende psicanalítica, a despeito das diferentes linhas teóricas pós-freudianas, ao diluir tal ambiguidade do Eu e apostar apenas em suas potências, também se esquece das armadilhas que ele mesmo coloca e, assim, corre o risco de cair em um engodo a respeito do qual o próprio Freud já teria nos advertido.

REFERÊNCIAS

- Assoun, P. -L. (1994). La passion de répétition – Genèse et figures de la compulsion dans la métapsychologie freudienne. *Revue française de psychanalyse*, 2, 335-357. Recuperado em 05/12/2019 em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5448299c.image.r=revue+fran%C3%A7aise+de+psychanalyse.f9.pagination.langFR#xd_co_f=ZWU3OTczNTYtNDkzMy00ZDM2LTk3YjUtODYyNTFhOTJjMTlh
- Brook, A. (2003). Kant and Freud. In M. C. Chung & C. Feltham (Eds.), *Psychoanalytic Knowledge* (pp. 20-39). Nova York: Palgrave Macmillan.
- Filla, M. G. (2018). *A constituição do conceito de narcisismo na teoria freudiana (1895-1914)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. Recuperado em 01/11/2019 em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10000/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20FINAL%20MUNIQUE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Filla, M. G. (2019). Reflexões sobre o Eu na teoria freudiana: limites de aproximações entre Kant e Freud. *Cadernos de filosofia alemã*, 24 (2), 29-52. Recuperado em 18/01/2020 em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/158182/158271>
- Freud, S. (1991). Las neuropsicosis de defensa. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 3, pp. 41-61). Buenos Aires: Amorrortu/ Die Abwheer-Neuropsychoosen. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 1, pp. 290-305). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1952 (Obra original publicada em 1894).
- Freud, S. (1991). La etiología de la histeria. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 3, pp. 185-218). Buenos Aires: Amorrortu, 1991/ Zur Ätiologie der Hysterie. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 1, pp. 425-459). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1952 (Obra original publicada em 1896).
- Freud, S. (1991). Sumario de los trabajos científicos del docente adscrito Dr. Sigm. Freud. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 3, pp. 219-250). Buenos Aires: Amorrortu/ Inhaltsangaben der wissenschaftlichen Arbeiten des Privatdozenten Dr. Sigm. Freud. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 1, pp. 463-488). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1952 (Obra original publicada em 1897).

- Freud, S. (1992). Tres ensayos de teoría sexual. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 7, pp. 109-224). Buenos Aires: Amorrortu/ Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 5, pp. 24-145). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1968 (Obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (1992). Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 11, pp. 53-128). Buenos Aires: Amorrortu/ Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 8, pp. 128-211). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1955 (Obra original publicada em 1910).
- Freud, S. (1991). Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 12, pp. 1-73). Buenos Aires: Amorrortu/ Psychoanalytische Bemerkungen über einen autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia (Dementia paranoides). In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 8, pp. 240-316). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1955 (Obra original publicada em 1911).
- Freud, S. (1991). Tótem y tabú. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 13, pp. 1-164). Buenos Aires: Amorrortu/ Totem und Tabu. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 9, pp. 1-205). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1961 (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (1992). Introducción del narcisismo. In: S. Freud, *Obras completas* (vol. 14, pp. 65-98). Buenos Aires: Amorrortu/ Zur Einführung des Narzissmus. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 10, pp. 137-170). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1949 (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (1992). Pulsiones y destinos de pulsión. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 14, pp. 105-134). Buenos Aires: Amorrortu/ Triebe und Triebchicksale. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 10, pp. 209-232). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1949 (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (1992). Más allá del principio del placer. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 18, pp. 1-62). Buenos Aires: Amorrortu/ Jenseits des Lustprinzips. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 13, pp. 1-69). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1967 (Obra original publicada em 1920).

- Freud, S. (1992) Psicología de las masas y análisis del yo. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 18, pp. 63-136). Buenos Aires: Amorrortu/ Massenpsychologie und Ich-Analyse. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 13, pp. 71-161). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1967 (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (1992). Psicanálise. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 18, pp. 231-249). Buenos Aires: Amorrortu/ Psychoanalyse. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 13, pp. 211-229). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1967 (Obra original publicada em 1923a).
- Freud, S. (1992). El yo y el ello. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 19, pp. 1-66). Buenos Aires: Amorrortu/ Das Ich und das Es. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 13, pp. 235-289). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1967 (Obra original publicada em 1923b).
- Freud, S. (1992). Neurosis y psicosis. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 19, pp. 151-160). Buenos Aires: Amorrortu/ Neurose und Psychose. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 13, pp. 387-391). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1967 (Obra original publicada em 1924a).
- Freud, S. (1992). El problema económico del masoquismo. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 19, pp. 161-176). Buenos Aires: Amorrortu/ Das ökonomische Problem des Masochismus. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 13, pp. 371-383). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1967 (Obra original publicada em 1924b).
- Freud, S. (1992). ¿Pueden los legos ejercer el análisis? Diálogos con un juez imparcial. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 20, pp. 165-234). Buenos Aires: Amorrortu/ Die Frage der Laienanalyse. Unterredungen mit einem Unparteiischen. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 14, pp. 209-296). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1955 (Obra original publicada em 1926a).
- Freud, S. (1992). Inibición, síntoma y angustia. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 20, pp. 71-164). Buenos Aires: Amorrortu/ Hemmung, Symptom und Angst. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 14, pp. 111-205). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1955 (Obra original publicada em 1926b).
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 17, pp. 9-98). São Paulo: Companhia das Letras (Obra original publicada em 1926c).

- Freud, S. (1992). Dostoievski y el parricidio. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 21, pp. 171-194). Buenos Aires: Amorrortu/ Dostojewski und die Vatermordung. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 14, pp. 397-418). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1955 (Obra original publicada em 1928).
- Freud, S. (2017). Manuscrito inédito de 1931: edição bilíngue. São Paulo: Blucher.
- Freud, S. (1991). 31ª conferencia: La descomposición de la personalidad psíquica. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 22, pp. 53-74). Buenos Aires: Amorrortu/ XXXI. Vorlesung. Die Zerlegung der psychischen Persönlichkeit. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 15, pp. 62-86). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1961 (Obra original publicada em 1933).
- Freud, S. (1991). Análisis terminable e interminable. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 23, pp. 211-254). Buenos Aires: Amorrortu/ Die endliche und die unendliche Analyse. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 16, pp. 57-100). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1961 (Obra original publicada em 1937).
- Freud, S. (1991). Moisés y la religión monoteísta. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 23, pp. 1-132). Buenos Aires: Amorrortu/ Der Mann Moses und die monotheistische Religion. In: S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 16, pp. 101-248). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1961 (Obra original publicada em 1939).
- Freud, S. (1991). La escisión del yo en el proceso defensivo. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 23, pp. 271-278). Buenos Aires: Amorrortu/ Die Ichspaltung im Abwehrvorgang. In: S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 17, pp. 59-62). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1955 (Obra original publicada em 1940a).
- Freud, S. (1991). Esquema del psicoanálisis. In: S. Freud, *Obras completas* (vol. 23, pp. 133-210). Buenos Aires: Amorrortu/ Abriss der Psychoanalyse. In S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. 17, pp. 63-140). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1955 (Obra original publicada em 1940b).
- Green, A. (1982). *Discurso vivo: a conceituação psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Francisco Alves (Obra original publicada em 1973).

- Hanns, L. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas (Obra original publicada em 1970).
- Monzani, L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. (2ª ed.). Campinas: Editora da UNICAMP.
- Safatle, V. (2007). A teoria das pulsões como ontologia negativa. *Discurso*, 36, 148-189. Recuperado em 10/11/2019 em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38076/40802>
- Simanke, R. T. (1994). *A formação da teoria freudiana das psicoses*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Soria, A. C. S. (2019). Fantasia e realidade nos escritos metapsicológicos. In L. R. Monzani & A. C. S. Soria (Orgs.), *Freud: filosofia e psicanálise* (pp. 193-203). São Carlos: EDUFSCar.
- Souza, P. C. de (2010). *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras.

NOTAS

- ¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa de Doutorado em andamento e só se tornou possível pelo apoio institucional e financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) (Processo 2018/09039-0).
- ² As referências aos textos de Freud no corpo do texto seguirão o seguinte modelo: data original de publicação, data de publicação da edição argentina (Ammorrtu Editores), paginação desta edição; data de publicação da edição original alemã (S. Fischer Verlag), paginação desta edição.
- ³ Embora sejam tratados com a mesma conotação neste trecho, os termos *afeto* e *soma de excitação* não parecem ser equivalentes no vocabulário psicanalítico de Freud. Nos dois últimos parágrafos do artigo em questão, o autor esclarece que está assumindo a concepção de que há alguma coisa – “montante de afeto (*Affektbetrag*), soma de excitação (*Erregungssumme*)” – que se espalha pelos traços mnêmicos e tem as propriedades de uma quantidade, “susceptível de aumento, diminuição, deslocamento e escoamento”, análoga à carga elétrica dos corpos pressuposta pela física (Freud, 1894/1991, p. 61; 1952, p. 74). Andre Green alerta para o uso de *Affektbetrag* como um recurso de Freud para destacar o aspecto propriamente econômico de *Affekt* que, por sua vez, também remete a uma qualidade subjetiva, em um sentido próximo de *Empfindung* ou *Gefühl* no alemão. A *Erregungssumme*, por sua vez, remete unicamente a uma quantidade de energia, ainda de acordo com Green (1973/1982): “Portanto, se

todo afeto remete ao aspecto quantitativo [...], nem toda quantidade de energia está forçosamente relacionada com um afeto” (p. 19).

- ⁴ É necessário adicionar certas ressalvas à posição na teoria freudiana de termos como “realidade”, “realidade objetiva” ou correlatos, por exemplo “mundo externo”. Freud não parece conceber uma realidade externa independente daquele que a percebe, em que os objetos têm uma existência em si, já que as relações do indivíduo com o mundo são mediadas, desde o início, pelo princípio de prazer, e o que se reconhece como Eu e como não Eu – o objeto externo – depende das qualidades de prazer e desprazer. Para mais detalhes sobre essa interpretação da noção de realidade em Freud, ver Soria (2019, pp. 193-203), que insere o autor, no que diz respeito a este tema, na esteira das filosofias anti-dogmáticas.
- ⁵ Um panorama mais minucioso do desenvolvimento do Eu na teoria freudiana pode ser encontrado no trabalho de Monzani (1989, pp. 240-249).
- ⁶ Para um estudo detalhado da história do conceito de narcisismo nas obras de Freud, ver a dissertação de mestrado de Filla (2018), intitulada *A constituição do conceito de narcisismo na teoria freudiana (1895-1914)*.
- ⁷ Há quem aproxime as funções do *Ich* freudiano com o entendimento de Kant com base nesta função sintética – Brook (2003, p. 30) aposta nessa e em outras comparações entre os modelos de mente dos dois autores e indica que, embora as funções do entendimento sejam mais amplas que as do Eu em Freud, em ambos os casos a síntese representaria um papel central. O desenvolvimento do Eu na psicanálise freudiana e dos processos secundários a ele relacionados possibilitaria a ligação e a síntese de representações, que se encontram desligadas nos processos psíquicos primários. Para uma discussão a respeito de analogias desse tipo, ver o artigo de Filla (2019), intitulado *Reflexões sobre o Eu na teoria freudiana: limites de aproximações entre Kant e Freud*. De todo modo, pode ser proveitoso ter essa imagem em vista para compreender tal “força unificadora do Eu”, para usar uma expressão de Safatle (2007, p. 161).
- ⁸ Nota-se que há um aspecto duplo da unificação, já que o Eu provém de um processo de unificação e, ao mesmo tempo, exerce a atividade de unificar conteúdos psíquicos por sua função sintética, que será delimitada na sequência. Vale acrescentar que Freud parece não explicar muito bem o que levaria o Eu a se constituir enquanto unidade – a não ser pelas observações ligadas ao autoerotismo e ao narcisismo, como vimos. Em uma nota de rodapé de *Psicologia das massas e análise do Eu*, ele tenta justificar esse fato colocando como pano de fundo uma espécie de tendência geral do psiquismo à unificação: “No processo de desenvolvimento da criança em adulto, sobrevém em geral uma *integração* cada vez mais ampla da personalidade, uma reunião das diversas moções pulsionais e aspirações de meta que cresceram nela independentemente umas das outras” (Freud, 1921/1992, p. 76; 1967, p. 84, grifos do autor). Concepção análoga é apresentada no *Manuscrito inédito de 1931*, na ocasião em que Freud afirma que tendências em contradição na vida psíquica precisam se unificar e se conciliar:

“Alcançar uma conciliação (*Versöhnung*) assim é uma demanda feita a todas as pessoas que vivem neste mundo. Aquele que falha completamente nessa tarefa sucumbe à psicose e à loucura” (1931/2019, p. 67).

⁹ É importante destacar que, para Freud, não há uma diferença de natureza entre o saudável e aquele que adocece psicicamente. A patologia depende, sobretudo, de relações quantitativas, das proporções das forças envolvidas no conflito psíquico. De modo convergente, a condição do conflito psíquico está posta para todos os indivíduos, de forma que o aparelho psíquico não se divide apenas em situações patológicas. Como vimos, o Eu se origina a partir do Isso, pela influência do mundo exterior, que faz com que haja uma diferenciação, responsável pela própria origem do aparelho anímico. Nesse sentido, não se pretende, de modo algum, indicar que a falha da função sintética do Eu seja responsável pelo conflito psíquico, mas sim que esta falha seja considerada como uma das condições essenciais para os desequilíbrios quantitativos entre as forças que caracteriza o adocimento psíquico, pois o fracasso do Eu em sua tarefa de unificação implica um grave prejuízo na capacidade de mediação do conflito, pela qual a instância psíquica do Eu é responsável. Conforme veremos no final deste artigo, como as perturbações na síntese do Eu parecem estar sempre presentes, em maior ou menor grau, devido à posição que essa instância ocupa na vida psíquica, é possível observar consequências mais ou menos patológicas disso; dito de outro modo, sofrimentos mais ou menos prejudiciais ao indivíduo.

¹⁰ Como aponta Souza (2010), *Zwang* é traduzido tanto por “obsessão”, quanto por “compulsão” em português. Tais termos nem sempre são intercambiáveis e o recurso a cada um deles varia de acordo com o contexto, uma vez que “as palavras de duas línguas não cobrem a mesma área semântica, dificilmente ‘equivalerem’ em toda a extensão” (p. 250). De todo modo, “tanto em ‘obsessivo’ como em ‘compulsivo’ se acha o elemento de coação indispensável num equivalente estrangeiro a *Zwang*” (p. 248). Na expressão *Zwang zur Synthese*, o termo que nos interessa foi traduzido por “compulsión” na edição argentina e por “compulsão” na edição da Companhia das Letras (1926c/2014, p. 21).

¹¹ Esse termo é empregado por Freud em *Inibição, sintoma e angústia*, na investigação sobre o processo de formação de sintoma na neurose obsessiva: “Nesta operação se evidencia a inclinação (*Neigung*) à síntese, que já reconhecemos no Eu” (1926b/1992, p. 107; 1948, p. 142).

Recebido em 18 de novembro de 2020

Aceito para publicação em 8 de março de 2021

DO ATO MÉDICO AO ATO ANALÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PSICANALISTA NO HOSPITAL

*Monica Marchese Swinerd**
*Vinicius Anciães Darriba***

RESUMO

Este artigo pretende abordar as consequências que podem ser extraídas da presença do psicanalista no trabalho em hospital, a partir da experiência clínica em uma instituição pública. Partindo da predominância do discurso médico na equipe, pretendemos trazer o que se passa na escuta analítica e, na equipe, por uma transferência de trabalho. Em meio aos protocolos, o ato analítico aposta em fazer surgir o sujeito. A partir de fragmentos clínicos, interrogamos quais foram os efeitos da presença do analista. O que sua presença na equipe veio a atestar? A análise dos fragmentos vem demonstrar que a presença do psicanalista não conferiu um saber a mais, mas, ao contrário, com seu menos de saber pode operar fazendo girar os discursos dominantes na cena médica. Diferentemente do ato médico, que aponta para o tratamento e a cura voltados para um corpo lido em sua dimensão biológica, o ato analítico tem valor de intervenção significativa, é aí que ele produz efeitos no tratamento.

Palavras-chave: psicanálise, hospital, trabalho em equipe, transferência, ato analítico.

FROM THE MEDICAL ACT TO THE ANALYTICAL ACT: CONSIDERATIONS ABOUT THE PSYCHOANALYST IN THE HOSPITAL

ABSTRACT

This article intends to address the consequences that can be extracted from the presence of the psychoanalyst in hospital work, from the clinical experience in the public institution. Starting from the predominance of medical discourse

* Psicóloga do Hospital do Câncer I/INCA, Doutoranda em Psicanálise pela UERJ; Psicanalista.

** Professor Associado do Instituto de Psicologia da UERJ; Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ; Psicanalista.

in the team, we intend to bring what happens in the analytical listening and in the transference of teamwork. From clinical fragments, we ask what the effects of the analyst's presence were. What did his presence on the team attest to? The analysis of the fragments demonstrates that the psychoanalyst's presence did not confer an extra knowledge, but, on the contrary, with his lesser knowledge he can operate by turning the dominant discourses in the medical scene. Unlike the medical act, which points to treatment and cure aimed at a body read in its biological dimension, the analytical act has significant intervention value, this is where it produces effects in the treatment.

Keywords: psychoanalysis, hospital, teamwork, transference, analytic act.

DEL ACTO MÉDICO AL ACTO ANALÍTICO: CONSIDERACIONES SOBRE EL PSICOANALISTA EN EL HOSPITAL

RESUMEN

Este artículo pretende abordar las consecuencias que pueden extraerse de la presencia del psicoanalista en el trabajo en hospital, a partir de la experiencia clínica en una institución pública. Partiendo del predominio del discurso médico en el equipo, pretendemos aportar lo que sucede en la escucha analítica y en el equipo, a partir de la transferencia del trabajo. En medio de los protocolos, el acto analítico apuesta por hacer aparecer al sujeto. A partir de fragmentos clínicos, preguntamos cuáles fueron los efectos de la presencia del analista. ¿Qué atestiguó tu presencia en el equipo? El análisis de los fragmentos demuestra que la presencia del psicoanalista no le confirió un conocimiento adicional, sino que, por el contrario, con su menor conocimiento puede operar girando los discursos dominantes en la escena médica. A diferencia del acto médico, que apunta al tratamiento y la cura dirigida a una lectura corporal en su dimensión biológica, el acto analítico tiene un valor de intervención significativa, aquí es donde produce efectos en el tratamiento.

Palabras clave: psicoanálisis, hospital, trabajo en equipo, transferencia, acto analítico.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz como questão discutir os efeitos do ato analítico a partir da presença de um psicanalista no trabalho em equipe em hospital. Trata-se de um hospital público da esfera federal, lugar de referência em assistência e pesquisa em sua área. Além das ações de assistência médica e multiprofissional, tem um papel fundamental na formação profissional

qualificada através das ações de ensino e formação técnica especializada, em nível médio (cursos técnicos especializados) e em nível de pós-graduação *lato sensu* (cursos de residência médica, multiprofissional e de física médica), e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Tal complexidade coloca essa instituição como um lugar onde os pacientes que ali se tratam depositam suas expectativas de cura, quando conseguem uma vaga neste hospital, por ser considerado o lugar dos “*especialistas*”, ou “o *melhor lugar para tratar essa doença*”. Para os profissionais, a demanda de serem “*especialistas*” em suas ações. Indagaremos aqui, sobre os efeitos disso para o praticante da psicanálise.

As equipes multidisciplinares são compostas por diferentes categorias profissionais: médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentistas e técnicos de diversas áreas (radioterapia, laboratório etc.), que se dividem nas diferentes clínicas, conforme a localização e o tipo de doença, entre elas: Urologia, Abdômen, Cabeça e Pescoço, Neurocirurgia, Tórax, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia, Mama, Tecido Ósseo-Conectivo, Pediatria, Hematologia, Oncologia Clínica, Clínica da Dor, e Cuidados Paliativos, sendo a única unidade de cuidados paliativos no Estado do Rio de Janeiro. Em cada hospital há uma equipe multidisciplinar própria de cada clínica e de referência para o paciente, que é matriculado inicialmente conforme o tipo e localização de sua doença, de maneira que este possa ser acolhido e atendido em suas múltiplas demandas, de uma maneira integral, conforme preconizado pelo SUS.

Como uma instituição hospitalar, encontramos um lugar com práticas distintas e enquadres bem-marcados, protocolos e rotinas institucionais, que nos remetem ao que Foucault (1979) afirmava sobre as instituições, sobre a disciplina dos corpos, sobre o nascimento da medicina, apoiada no rigor do que pode ser visto, baseado nas evidências científicas, baseado no modelo de uma anatomia como mapa que conduz à cura. O que pretendemos trazer para a discussão, à luz do seminário de Lacan sobre o ato psicanalítico (1967-1968), são indagações que surgem a partir de nossa inserção nessa instituição hospitalar, considerando as múltiplas demandas ao profissional que lá está. Cabe informar, que os dados e falas de pacientes aqui mencionados, fazem parte de projeto de pesquisa de

doutorado submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição, sob o número CAAE 03759818.5.0000.5282.

De partida, somos convocados a responder a três demandas: a da instituição, com sua demanda de um saber especializado e seu mandato de cura e remissão de sintomas; a do paciente, com sua demanda por um saber que o livre do sofrimento e cure seu corpo doente; e a nossa demanda, interrogados pela convocação a ocupar um lugar de *savoir-faire*, de especialistas, ao mesmo tempo em que estamos advertidos pela psicanálise que é de outro lugar que nos situamos. Como afirma François Ansermet (2014), o psicanalista “não está ali para acrescentar sua especialidade à dos outros” (p. 4). O mal-entendido é assim sintetizado: “a psicanálise é convocada para o campo da medicina a partir de universais, ao passo que a operação analítica procede apenas do particular” (p. 4).

Estar confrontado com os limites do tratamento, com o imponderável do corpo, com o sofrimento alheio, e com a morte, remete inevitavelmente a nossos próprios limites. Segundo Malengrau (1995), a questão que se poderia endereçar ao psicanalista é: “a maneira pela qual a psicanálise inclui em sua própria experiência os limites que ela encontra; será ela capaz de oferecer alguma referência a uma prática tendo por objetivo, não curar, mas atenuar o irredutível de um real?” (p. 87). Assim interrogamos: quais os efeitos da presença do psicanalista em uma equipe no hospital? Lacan (1968-1969/2008) lembra que uma das condições da psicanálise é que se extraia alguma consequência de seu discurso.

Partimos, assim, da constatação de que cada um que está nesse contexto de trabalho também está remetido às suas próprias questões com a finitude e, em ato, responde com suas defesas ao impossível diante da morte. É comum, do lugar da psicanálise, apontarmos sempre para a subjetividade, ou como costumamos dizer, de uma subjetividade que muitas vezes fica excluída do tratamento médico. Nesse caso, costumamos nos referir à subjetividade do paciente. Mas e quanto àquele que está no lugar de quem trata? Aqui poderíamos localizar o médico, o enfermeiro, o psicólogo, e inclusive nós os psicanalistas.

Para abordar o que se passava entre médico e paciente, Freud (1905; 1912/1996) propôs o conceito de transferência, um dos conceitos indicados por Lacan (1964/1998) como fundamentais para a psicanálise. Freud se

deparou com o fenômeno da transferência desde o final do século anterior (1895-1895), mas foi no caso conhecido como caso Dora, no tratamento de uma jovem paciente, que Freud (1905[1904]/1996) pôde se deparar com esse fenômeno em toda sua centralidade na experiência analítica. Aliás foi nesse ponto que Freud localizou o fracasso do tratamento de Dora, que durou apenas três meses, e que o levou a concluir que na situação analítica a transferência, até então a força mais poderosa do sucesso do tratamento, pode se transformar, ao mesmo tempo, no meio mais forte de resistência (Freud, 1912/2019). A transferência é, assim, esse fator de “inimaginável importância” que se revela na situação analítica como um “recurso auxiliar de valor insubstituível” e, ao mesmo tempo, “como uma fonte de sérios perigos” (Freud, 1938/2018, p. 93). Vejamos de que maneira ela pode aparecer no trabalho do psicanalista no hospital.

Interessa-nos destacar a distinção que era cara a Freud (1912/2019) entre duas vertentes do fenômeno da transferência: uma que se apresenta como favorável, isto é, a expressão de sentimentos afetivos amorosos em relação ao médico ou outra pessoa, sentimentos que favorecem a confiança, por exemplo; e outra que pode tornar-se desfavorável na situação de tratamento, funcionando como resistência ao mesmo. É nesses termos que Freud designa uma transferência positiva e outra negativa, afirmando “a irrupção da transferência negativa, aliás, é bastante frequente em instituições. O doente, justamente, deixa a instituição sem se transformar ou tem recidivas assim que entra no domínio da transferência negativa” (Freud, 1912/2019, p. 116). Retornaremos a essa referência quando tratarmos da presença do psicanalista na equipe.

Sabemos que o hospital é o lugar das técnicas e dos protocolos, e o trabalho em equipe multiprofissional traz, em seu bojo, a ideia de “compartilhamento”, de “soma” de saberes que venham dar conta de um todo, da integralidade do indivíduo (Darriba, 2019). Nesse sentido, a equipe parece estar marcada por um certo ideal de completude, onde nada falte ao paciente, e onde o profissional não estaria só, onde “todos falem uma mesma língua”, como dito certa vez por um profissional na equipe. Será que é disso que se trata? Será possível a mesma língua para os diferentes profissionais? A experiência que temos nesse trabalho é que o “multi” de uma equipe não dá conta da solidão a que cada profissional

está remetido em sua clínica, nem tampouco da totalidade do sujeito. Há algo que não pode ser compartilhado, que para a psicanálise se associa à divisão do sujeito. Cada um que está nessa partida, está por sua própria conta e risco. Ainda que se possa fazer uma discussão de caso, um *round* interdisciplinar, por exemplo, é o médico que deverá estar lá para dizer algo para o paciente, e sobre o paciente. Essa posição solitária, que não pode ser compartilhada ou integrada é o que toca justamente na questão do inconsciente, como excluído da cena médica. A divisão não pode aparecer. Mas e quando aparece?

Sobre essa relação entre psicanálise e medicina, Lacan teceu considerações importantes em uma conferência dirigida aos médicos, intitulada *O lugar da psicanálise na medicina* (1966/2001), um texto no qual percebemos que lugar temos, enquanto psicanalistas, em meio às questões da medicina. Se tradicionalmente a medicina tinha seu prestígio pela relação médico-paciente, chegando mesmo Balint (1984) a afirmar que em um tratamento a droga mais eficaz é o médico, figura de autoridade, com o avanço tecnológico e científico, cada vez mais essa relação passa a ser permeada por outras questões impostas pela ciência. O médico se encontra face a “novos problemas”, novas demandas pelas evidências e eficácia que, conforme Lacan afirma (1966, p. 9), “é do exterior de sua função, especialmente da organização industrial, que lhe são fornecidos os meios, ao mesmo tempo que as questões, para introduzir as medidas de controle quantitativo, os gráficos, as escalas”. O médico passa a ser um “agente distribuidor” dos novos produtos terapêuticos, químicos, biológicos. Responder, e a maneira como responde, é o que coloca a especificidade do médico em relação à psicanálise.

Mas há algo que escapa à possibilidade de ser respondido pelo discurso médico, tal como Lacan (1966) formula: “quando o doente é enviado ao médico ou quando o aborda, não digam que ele espera pura e simplesmente a cura. Ele põe o médico à prova de tirá-lo de sua condição de doente, o que é totalmente diferente” (p. 10). Isso faz lembrar a fala de um paciente que procura atendimento psicológico após a consulta médica, trazendo a seguinte questão: “*o médico diz que eu estou curado, que não tenho mais doença ativa, estou assintomático, mas eu não consigo seguir em frente, eu não sou mais o mesmo, a minha vida não anda*”. A

medicina quer que a coisa ande, funcione. Mas a vida desse paciente não andava. Essa fala não foi dirigida ao médico, porque ali não podia ser escutada, pois o que ela aponta é justamente para uma estrutura de falha entre a demanda e o desejo, o que Lacan nomeia nesse importante trabalho de “falha epistemo-somática” (Lacan, 1966, p. 11).

No percurso desse trabalho deparamo-nos com as frustrações dos médicos, assim como de outros profissionais, quando o caso clínico contraria o que se espera com base nas evidências científicas. Deparamo-nos, ainda, com os pacientes internados que, a despeito da presença do psicanalista ali, dele nada demandam. Também temos que lidar com a situação dos pacientes que, no dia seguinte de um atendimento, recebem alta ou vão a óbito, sem que uma conclusão pudesse ser vislumbrada. Diante desse contexto clínico particular, perguntamo-nos: qual o trabalho do psicanalista nesse lugar? Mais ainda, qual seu lugar nesse hospital, nessa equipe, para esse paciente?

Pretende-se tomar essas perguntas aqui segundo a orientação estabelecida desde Freud de que a psicanálise se reinaugure ao se deparar com o inédito que cada novo caso comporta, pois como ele mesmo afirma: “o psíquico é algo tão especificamente único que nenhuma comparação individual poderá reproduzir a sua natureza” (Freud, 1919 [1918]/2019, p. 194). Cabe lembrar de suas recomendações ao praticante da psicanálise, no trabalho *Sobre o início do tratamento* (1912/2019), ao comparar a situação analítica com o jogo de xadrez. Ali Freud afirma que as regras podem se aplicar para as jogadas iniciais e finais, mas o que se passa nesse intervalo, não pode ser representado de forma padronizada, pois “a diversidade extraordinária das constelações psíquicas em questão, a plasticidade de todos os processos anímicos e a riqueza de fatores determinantes também se opõem a uma mecanização da técnica” (p. 121). É diante do que não pode ser previsto, que nos deparamos com cada novo paciente que recebemos em atendimento.

Lacan (1953-1954/1986) afirma, ao comentar os artigos de Freud sobre a técnica da psicanálise, que “trata-se a cada vez, para ele, da apreensão de um caso singular” (p. 21), ressaltando o valor do que se pode apreender da leitura de Freud acerca da singularidade de cada paciente. O caso não é algo que está lá, pronto e à espera de um saber que

possa decifrá-lo, mas ao contrário o que a clínica psicanalítica propõe é que ali seja o lugar onde um saber será produzido. Como afirmam Iannini e Tavares (2019), “o fazer clínico não pode ser limitado à leitura de textos, mas sim essencialmente transmitido pela experiência do encontro com o analista, no divã ou fora dele” (p. 10), o que nos permite afirmar que, se há o caso clínico, é porque aí houve o encontro com o analista, colocando uma nova questão: existe o analista fora da clínica?

Na enfermaria confrontamo-nos com o mal-estar da equipe, por vezes exposto diante da gravidade de algum paciente, como aconteceu certa vez no *round*, quando um médico relatava a sua conversa com uma paciente que padecia de um câncer muito agressivo e avançado, em função do qual teria que ser submetida a alguns ciclos de quimioterapia. O médico sabia ali, naquele momento, do prognóstico ruim, e das poucas chances daquela paciente, e ele precisava dizer a ela que, apesar da quimioterapia ser uma aposta naquele momento para conter o avanço da doença, tratava-se de um procedimento paliativo. Ocorre que a paciente estava grávida, com indicação de aborto imediato. Durante o *round*, o médico disse “fui eu quem tive que dar o diagnóstico, falar do tratamento, da gravidade, disse isso tudo para ela, mas essa notícia [do aborto]... eu não pude, essa eu não vou dar”. O que impediu aquele médico de comunicar o que ainda faltava dizer, de dar essa notícia após ter dado todas as outras? A sistemática de circulação de saber do *round* médico, que parece velar a angústia ali, encontra um limite quando se trata do que sucede a cada um.

A partir do que pudemos indagar até aqui, coloca-se a questão de até que ponto é possível manter alhures a subjetividade de quem cuida? No trabalho em equipe muitas vezes estamos ali simplesmente para dizer que não é possível calcular, a priori, os efeitos de uma fala ou de uma comunicação dada pelo médico, mas que podemos, em razão disso, estar ali para recolher o que o paciente pôde escutar. Encontrar-nos-emos, por vezes, inevitavelmente expostos às feridas, às dores, ao horror do que deveria estar velado. Frente a esse cotidiano de notícias difíceis a serem dadas e a serem escutadas é comum presenciar, nas equipes, profissionais isolados em seus territórios de saber, ou ter notícias de abandonos do trabalho, da profissão, da escolha por determinada especialidade e, não raro, de passagens ao ato. Há um real que implica, na ausência de um

dispositivo que o trate, que algo da ordem da precipitação se imponha.

Se, no contexto do que se propõe como uma prática multiprofissional na enfermaria, a questão que retorna é o que faz o psicanalista e os possíveis efeitos de seu ato, no trabalho em ambulatório verificamos lidar com o que resta para cada um do tratamento de um câncer. No ambulatório é comum escutar dos pacientes: “*Eu já concluí todo o tratamento, não era para eu estar assim, o médico diz que eu estou ótimo, não tenho doença, mas a verdade é que não estou ótimo, minha vida não é mais a mesma...*”; ou ainda: “*as pessoas me olham e dizem que estou linda, estou bem, que nem pareço que tive um câncer, mas essa não sou eu*”. Há um descompasso entre o que pode ser visto, capturado pelo olhar, comprovado por exames, e o que comparece na fala de cada sujeito. Descompasso, mal-entendido entre dois discursos: a medicina, atestando a cura a ausência de doença, a condição assintomática, “sem nada”; e o dispositivo da psicanálise, atestando a presença de um sujeito dividido, às voltas com seus sintomas, por vezes devastado pela presença do câncer em sua vida. Face a isso, damo-nos conta de que a psicanálise tem com que contribuir, à condição da aposta de que se trata de um outro discurso.

A psicanálise nos adverte que não se trata de um “recobrimento”, ou de “quem sabe mais sobre o paciente”, pois, como aponta Moretto (2019, p. 25), é na sustentação das diferenças discursivas entre psicanálise e medicina que é possível a abertura “para as conexões produtivas entre os dois campos e para a ocorrência de um trabalho legitimamente interdisciplinar e produtivo”. A aposta que desejamos ressaltar aqui é a de que a presença do psicanalista é capaz de fazer girar as operações discursivas que são dominantes no hospital. O apontamento do lugar de sujeito como lugar de um saber a ser produzido não visa à dominância do discurso analítico na instituição é antes um ato que permite a abertura para outra cena, a do inconsciente.

O PSICANALISTA E SEU ATO

No Seminário *O ato psicanalítico* (1967-1968, inédito), importante seminário pelo contexto em que se dá, após a *Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista da Escola* (1967/2003), percebemos a

preocupação de Lacan em apresentar os eixos que permitem cernir o que é o analista, e em que consiste seu ato e sua ação. Diferente de pensar que o analista é aquele que se habilitou previamente com um saber, que foi outorgado com um título, Lacan (1967-1968) vai demonstrar ao longo desse seminário que, ao contrário, ele se apresenta como “substância da qual ele é jogo e manipulação no fazer analítico” (p. 97), afirmando: “se algo caracteriza a posição do psicanalista, é muito precisamente que ele não age senão no campo de intervenção significante” (p. 105). O ato tem valor de significante, e o significante é o que representa o sujeito para outro significante. Portanto, com seu ato pretende-se ter acesso ao sujeito, esse ato sendo o que institui ao mesmo tempo o sujeito do inconsciente e o analista (que não é prévio ao ato, porque não existe fora dele). O psicanalista que está ali antes é aquele que se intitula como tal, o que não garante que o seja, e Lacan deixa claro que o psicanalista é aquele que não faz disso uma profissão. Isso nos leva a dizer que não há psicanalista sem psicanalisando, “é propriamente insustentável que o sujeito suposto saber preexista à sua operação” (Lacan, 1967-1968 p. 147). Isso recoloca a questão abordada na Introdução, sobre a transferência.

A transferência que se estabelece em uma equipe pode possibilitar que algum endereçamento se dê frente ao que é impossível para cada um. Quando o lugar do saber e da mestria cedem, o sujeito pode aparecer, e não se trata, é importante frisar, como afirma Darriba (2017) “do fracasso do saber ou da ineficácia da prática que nele se apoia, mas do reconhecimento de uma impossibilidade que propomos tornar-se evidente quando está em jogo um sujeito” (p. 39). Aquilo que podemos denominar de transferência de trabalho é também o ponto em que se verifica uma torção do discurso do mestre, esse que se dirige ao saber. Nesse tipo de transferência, o saber se desloca, e no lugar deste advém um sujeito, o que nos faz afirmar que o *savoir-faire* com o qual os profissionais estão identificados, funciona como um anteparo frente ao que não se pode dar conta.

Em um primeiro momento poderíamos identificar esse endereçamento, a transferência estabelecida entre o médico e o psicanalista, ou outro profissional de saúde, como transferência de saber, porque apontaria para o que o outro sabe, na medida em que algo do seu saber falha. Todavia, como aponta Lacan sobre o ato analítico, no Seminário *De um Outro ao*

outro (1968-1969/2008), essa transferência tem a dimensão de um ato, pois trata-se antes de uma “incitação de saber” (p. 33). Cabe lembrar que esse saber não se confunde com o saber universitário, sinônimo de acúmulo de conhecimento, um saber a mais, mas sim um saber inconsciente. O que nos permite dizer que a presença do psicanalista na equipe tem a dimensão de um ato é a transferência que se estabelece, e que podemos localizar, com Lacan, como transferência de trabalho.

A transferência de trabalho é algo que concerne à transmissão, o que não coincide com ensinar. Não é do lugar do discurso universitário, do lugar do saber, ainda que haja um saber em jogo, mas outro saber. É alguma coisa que se transmite a cada vez, e um a um, não no geral, transmissão que pode ser entendida como um traslado, algo que se desloca de um ponto a outro (Herrera-Altamirano, 2012). A transferência é propriamente a colocação em ato do inconsciente. Se olharmos para a etimologia da palavra ato, em sua origem do francês *acte* (Lacan, 1967-1968), a mesma pode ser lida de duas maneiras: ato e ata. É possível afirmar então que através da transferência, o endereçamento daquilo que faz questão, que aparece como conflito, pode ter um lugar e uma inscrição, e podemos arriscar dizer, ser autenticado pelo outro que acusa recebimento, tal como uma ata. Uma ata é o que confere valor ao que está escrito, pelo ato de um dizer.

No que toca a prática do psicanalista nesse campo que é o hospital (e Lacan utiliza essa palavra “prática”), é que esta o coloca num campo que lhes assegura um lugar, como qualquer outro profissional. Quanto a isso Lacan (1967-1968) afirma: “deste ato, enquanto faz-se dele uma profissão, resulta uma posição da qual é natural sentir-se assegurado pelo que se sabe, pelo que se guarda de sua experiência” (p. 22). Mas Lacan continua e alerta que “o ato psicanalítico diz respeito, e muito diretamente, em primeiro lugar, eu diria, aos que não fazem dele uma profissão” (p. 22). No contexto hospitalar essa questão é muito importante e até determinante, pois talvez possamos situar aí o que diferencia o psicólogo do psicanalista.

Em várias situações é o psicólogo que é chamado a intervir, seja para tentar “convencer” o paciente sobre algum procedimento, seja para auxiliar e “dar suporte” em um momento de choro ou luto, bem como em situações em que a equipe se vê diante de um impasse. É com certo empuxo ao agir e ao fazer que esse profissional é convocado. O psicanalista é aquele que,

contudo, está advertido de seu lugar de saber não todo, pois, como afirma Ansermet (2014), “só o sujeito pode saber o que constitui seu impasse” (p. 1). Então aqui temos um importante corte entre fazer e saber. É claro que o psicanalista faz alguma coisa, mas nesse caso não se trata de um saber fazer que está pronto e que é válido para todos.

Um dos achados que podemos apontar nesse trabalho é que algo se transmite com a presença do psicanalista. Se estar em equipe pode por um lado apaziguar, um pouco, o sentimento de solidão que cada um experimenta frente aos limites do tratamento, como uma tentativa de escamotear o desamparo, por outro lado não há como escapar no hospital do real da clínica, do real como algo que escape, no que se manifesta de “inassimilável”, a forma que Lacan (1964/1998) dá ao trauma. Algo de particular se circunscreve para cada um diante da vivência de adoecimento. O ato de transformar o sofrimento em palavra implica o endereçamento ao sujeito. A presença do psicanalista pode, então, recolher os efeitos do que escapa e “trazer o que é da ordem do sofrimento e da dor para o regime da palavra” (Jorge e Ferreira, 2005, p. 58).

Receber um pedido de parecer, ou ser chamado a intervir em alguma situação pode ser um importante passaporte para entrada no caso. Entretanto, segundo Fagundes (2014), “responder aos encaminhamentos não equivale diretamente à demanda de saber” (p. 34), e nesse sentido é que se pode dizer que a inserção do analista na cena médica é da ordem do ato, cujos efeitos só se sabe *a posteriori*. O saber é efeito do encontro de um analista com o sujeito no lugar de quem o produz como verdade, ele não pode vir antes, ele está franqueado à presença de um sujeito, como o que afirma Darriba (2017): “ao nos referirmos à impossibilidade de o saber vir a saber tudo, à questão do sujeito residir justamente nesse limite, indicamos que o saber que concerne ao sujeito consiste sempre em um saber por vir” (p. 39).

É fundamental, portanto, entender o ato analítico como um ato decisivo na medida em que ele não é anterior à colocação em ato, na transferência, do inconsciente. Conforme Lacan nos ensina, “se o psicanalista se confunde com a produção do fazer, do trabalho do psicanalisando, podemos efetivamente dizer que o psicanalisando banca o psicanalista, no sentido forte do termo” (Lacan, 1968-1969/ 2008, p. 340).

O fazer do qual se trata em psicanálise é um fazer de pura palavra, e por isso de valor significante. Para isso Lacan se utiliza, no Seminário sobre o ato analítico, da lógica aristotélica do universal e do particular. Em sua leitura, a medicina opera sobre o universal, na lógica do “para todos”, ao passo que a psicanálise se dirige ao particular, através da negação do universal (para não todo). A dimensão propriamente inédita da psicanálise se baseia na negação do todo (quantificador universal) que implica não a exceção, mas o não-todo. Assim Lacan (1967-1968) se exprime:

Porque uma negação incide sobre o universal, algo surge da existência de um particular e que, da mesma forma, porque não todo não é afetado por um não, coisa mais forte ainda, existe os que, como se diz, fazendo surgir uma existência positiva particular de uma dupla negação, aquela de uma verdade que, retirada do todo por não ser, faria existir dele uma existência particular (p. 243).

Se é pela transferência que o paciente pode endereçar algo de seu sintoma, é também pela transferência de trabalho que uma equipe pode seguir trabalhando e incluindo os seus limites. Nesse sentido dizemos que a posição do psicanalista em uma equipe é uma posição de extimidade, pois, ainda que inserido na equipe, é de outro lugar, “fora” do todo, mantendo uma exterioridade com o saber, que ele está situado. A ideia de extimidade pode ser encontrada em vários momentos no ensino de Lacan, mas é no Seminário, livro 7, *A ética da Psicanálise* (Lacan, 1959-60/1995), onde ele apresenta esse conceito ao se referir a *das Ding*, a Coisa freudiana, como “esse lugar central, essa exterioridade íntima, essa extimidade, que é a Coisa” (p. 173), e acrescenta:

Pois esse *das Ding* está justamente no centro, no sentido de estar excluído. Quer dizer que, na realidade, ele deve ser estabelecido como exterior, esse *das Ding*, esse Outro pré-histórico impossível de esquecer, do qual Freud afirma a necessidade da posição primeira sob a forma de alguma coisa que é *entfremdet*, alheia a mim, embora esteja no âmago desse eu, alguma coisa que, no nível do inconsciente, só uma representação representa. (Lacan 1959-60/1995, p. 92).

Também no Seminário *A angústia* (1962-1963/2005), podemos encontrar esse conceito, lá apresentado a partir de uma figura topológica, a banda de Moebius, para se referir a um espaço de continuidade entre o

dentro e o fora, o exterior e o interior, sem que haja um limite de início e término. Ideia interessante que nos permite pensar o lugar do psicanalista na instituição como um dentro-fora, ou como “uma posição de exterioridade em relação ao significante mestre” (Zbrun, 2004, p. 137). Talvez seja justamente estar nessa posição o que permite que o sujeito possa advir, considerando que é a partir do lugar da falta no Outro, do que falha nesse discurso Outro, lugar êxtimo, que o sujeito pode aparecer. Dessa forma podemos afirmar que o trabalho em equipe não garante que daremos conta do todo, ainda que haja o “multi”. A complementariedade constituída pelas múltiplas categorias profissionais não é sinônimo de completude, pois inclui o nosso próprio vazio. É com as hiências entre os discursos que seguimos na tentativa de construção de laços que possibilitem as relações entre aqueles que se ocupam de tratar do paciente.

Podemos dizer que, diante de certas urgências no hospital, o que temos podido verificar é que a presença do psicanalista pode ter como efeito o aparecimento do sujeito do inconsciente, em sua mais íntima divisão, e que essa presença tem a dimensão de ato analítico, na medida em que “um ato se mede pelas coordenadas simbólicas, não representa nenhuma ação, nenhum gasto físico” (Brodsky, 2004, p. 17). Por isso, constatamos com Lacan que o ato não é da ordem do fazer, mas antes da ordem do que causa, em seu valor de dizer.

ATO E URGÊNCIA NO HOSPITAL

Paulo era um paciente de 36 anos em tratamento de uma LMA (leucemia mieloide aguda), um tipo de leucemia que demanda internação e intervenção rápida, sob o risco de morte do paciente, configurando-a como uma doença aguda. O protocolo de tratamento de uma LMA consiste em uma primeira internação muito longa, na qual o paciente é submetido a alguns protocolos de quimioterapia, e em decorrência disso o paciente fica um bom tempo sem defesas imunológicas. Isso determina que ele permaneça no mínimo trinta dias internado, nesta primeira etapa. É esperado que alguns pacientes desenvolvam diferentes tipos de toxicidade ao tratamento ou fiquem vulneráveis a diversas infecções, devido a essa condição de ‘aplasia’ (ausência de células de defesa). Nesses casos, o tempo de internação pode se elevar a bem mais que um mês.

O meu primeiro encontro com Paulo foi no momento inicial de sua doença, cuja proposta de tratamento consistia em quimioterapia.

Sempre rodeado de familiares, esposa, irmãos, Paulo conseguiu realizar o tratamento conforme o protocolo. Mas a recaída veio precocemente (menos de seis meses após o término de tratamento quimioterápico), e nesse caso havia indicação de um transplante de medula óssea. Paulo estava com sorte, pois um dos seus irmãos era compatível, seria ele seu doador. Ele realiza o transplante e, pouco tempo depois, nova recaída, nova internação para mais um protocolo de tratamento, porém agora com bem menos chances de cura.

No segundo momento do tratamento, Paulo ficou por quase dois meses internado, período no qual podia expressar o quanto estava difícil ficar no hospital, chegando no limite do que podia suportar. Há dois meses sem conseguir ir para casa, “*qual o sentido de tudo aquilo?*”, ele se perguntava. Essa recaída, e a necessidade de nova internação, coincidiram com a morte de seu irmão (de forma abrupta e violenta), o mesmo irmão que fora seu doador, o único entre cinco irmãos que era compatível. De luto, sem doador, e sem muitas esperanças quanto ao tratamento, Paulo só conseguia desejar ir para casa. Tinha plena noção e compreensão da doença, consciência dos riscos, mas não falava diretamente sobre a possibilidade da morte; ao contrário, queria voltar para casa, para sua rotina de vida, onde podia de fato se sentir seguro, vivo. Falava de sua urgência, do tempo que não podia esperar, de um tempo que não é o mesmo tempo dos protocolos e procedimentos hospitalares (medicamentos, transfusão, recuperação de defesas...). Paulo falava de seu desespero, dos momentos em que pensava abandonar tudo, retirar o cateter por conta própria, voltar para casa. Certa noite fora tomado por um “desespero”, uma “agonia”, precisava e queria sair dali de qualquer jeito. Ameaçava retirar o cateter e todos os acessos venosos, pedia para ir embora. Chamou a médica e pediu para assinar a sua própria alta. Com a morte do irmão, seu doador, havia morrido também a esperança. Desprovido de tudo, apenas com um corpo que insistia em adoecer, Paulo queria se manter na condução de sua vida. A esposa chora, pede para que ele se acalme. Liga para os familiares que lhe dizem para “não colocar tudo a perder”. Mas Paulo já estava perdendo. Ao contrário do que as

peças normalmente pensam, o “tudo” para Paulo não estava ali dentro, mas sim fora dali. O que não sabiam é que sair do hospital significava para ele uma possibilidade de ganhar, e não perder, a vida.

Enquanto referência de Paulo na Psicologia, fomos chamados pela equipe. Escutávamos: “*estou com uma angústia aqui*”, enquanto apontava para o corpo, para o peito. Afeto no corpo, esse afeto que não engana, (Lacan, 1962-1963/2005), a angústia coloca o sujeito diante do real, desvelando o desamparo mais primordial, frente ao qual não há significantes que possam enganar. Lacan (1962-1963/2005) afirma que “a verdadeira substância da angústia, é o *aquilo que não engana*, o que está fora de dúvida” (p. 88).

Estávamos diante de um homem triste, mas com uma certeza, não queria estar ali. Pela manhã, a médica veio fazer visita e atendimento como de costume e Paulo queria saber tudo sobre seu tratamento, a doença, a evolução, suas chances e o real prognóstico. A médica lhe diz. A doença estava em franca atividade, a despeito de todo o tratamento tentado até ali (transplante de medula, diferentes quimioterápicos...). O corpo de Paulo não respondia a nenhum tratamento, a doença avançava. Sem proposta de tratamento, os procedimentos consistiam em tratar as infecções e dar suporte clínico. Paulo tinha um prognóstico muito limitado e muito reservado. Neste dia, a médica lhe conta tudo, inclusive suas chances mínimas de sobreviver. Tarefa difícil. Paulo está grave, sem defesas, com infecções importantes, ele não tem indicação de sair do hospital. Ele se desespera, chama a psicóloga.

Encontramos Paulo, que dizia “*é isso*”. Olhos amarelos, mostrava suas feridas, sua dor no corpo. Falava de sua urgência. É nítido que Paulo já sabia, antes mesmo da comunicação de sua médica. Em seu seminário sobre o ato analítico, vemos Lacan afirmar

O analista é aquele que rodeia toda uma zona em que frequentemente é chamado pelo paciente à intervenção enquanto ato, e não apenas na medida em que possa ser chamado, ocasionalmente, a tomar partido, a estar do lado de seu paciente com relação a um próximo (ou qualquer outro), ou até, simplesmente, a fazer essa espécie de ato (com efeito, bem que é um) que consiste em intervir por uma aprovação ou, pelo contrário, em aconselhar; é isso, muito precisamente, o que a estrutura da psicanálise deixa em branco. (Lacan, 1967-1968, p. 117).

Como sua internação não fora programada, e sim pela emergência, ele foi internado onde havia leito vago, fora do andar de sua clínica. Conversamos com a equipe, a fim de levá-lo para a enfermaria de outro andar (Hematologia), onde já ficara antes, lugar com o qual possuía familiaridade e vínculo, tanto com a equipe, como com outros pacientes, um lugar onde conseguia se sentir um pouco mais seguro. Escutamos da supervisora do andar: *“com todo respeito ao seu trabalho, eu entendo, mas esse paciente está morrendo e tem um monte de outros pacientes que estão lá embaixo para iniciar tratamento”*. A urgência do paciente não é a urgência do hospital, o que mostra que as rotinas, os procedimentos, e as urgências institucionais, fiéis a seus protocolos, anunciam a morte do paciente antes mesmo dele morrer. Paulo não foi transferido para outro andar, embora houvesse leito disponível.

Falar em urgência evoca dois termos: pressa e angústia. Paulo tinha pressa e deixava à mostra sua angústia. Por isso a urgência convoca ao ato, uma intervenção que não pode ser adiada, porque o ato diz precisamente de um instante. Assim, conversamos com sua médica que, ainda que com muita resistência quanto a não cumprir o protocolo para aquela situação clínica, mas podendo dividir com o paciente, com a equipe e com a família, pareceu se sentir mais confortável com uma decisão que não é mais só sua. Ainda que a alta seja um ato médico, nesse momento decidiu-se pela ida para casa. Essa alta permitiu a Paulo ficar quatro dias ao lado de sua família, no que ele insistira por tanto tempo. Em emergência ele retorna ao hospital, dessa vez para não mais sair.

Poder escutar Paulo, e estar ali junto com a equipe, dividindo os riscos, os dilemas e a angústia diante de uma decisão difícil, permitiu que a médica consentisse em dar alta, o que não foi fácil, dar alta em condições de risco para o paciente. Ao mesmo tempo, poder falar de sua fragilidade como médica, diante do impossível de tratar, permitiu que ela pudesse dividir um pouco essa decisão com o paciente e outros membros da equipe, colocar em suspenso a certeza do que significava deixá-lo sair. Deixar que o paciente pudesse concluir alguma coisa sobre sua vida naquele momento foi o possível a ser feito. Como Lacan (1967-1968) afirma, “a pressa é justamente o que deixa escapar a verdade, isso nos permite viver, de outro lugar” (p. 88). A presença do psicanalista na equipe também exerceu certa função de “dar garantias” - ainda que saibamos que isso não é possível.

Nesse caso, o médico sentiu-se “autorizado”, ou “avalizado” em seu ato, nos termos em que, segundo França (2014, p. 8), “o papel do analista é justamente apagar os efeitos da instituição para que algo do sujeito emerja.”.

Se nesse caso pode-se atestar, pela transferência do paciente, a existência de um sujeito para além dos protocolos, também pode-se dizer que foi por uma transferência do médico com o psicanalista naquela equipe que foi possível tornar um pouco mais suportáveis os limites de um tratamento. Nesse ponto, podemos verificar que a transferência de trabalho é também onde se verifica uma torção do discurso do mestre, esse que se dirige a um puro saber. O saber dos protocolos, ali, não dava conta do sofrimento da equipe, e do paciente.

Na transferência de trabalho, tal como apontado por Miller (2001) em seu curso o *Banquete dos Analistas*, o que se transfere é propriamente o trabalho. É apontar para o lugar do outro como o lugar de quem trabalha, o sujeito, esse mesmo que poderá produzir um saber no lugar da verdade. Pôr em suspenso o saber médico, permitindo se dirigir ao sujeito, que pode então ser lido como um dos efeitos do ato analítico em uma equipe. Em outro trabalho, Miller afirma sobre a prática da psicanálise: “pode mobilizar toda uma biblioteca de saberes, mas ela se mantém orientada pela noção de que o que conta para o analista é um estado de vacuidade, um estado zen de disponibilidade ao inesperado e o espírito de oportunidade” (Miller, 2003, p. 132). O que parece estar apontado aí é que, para que tenha um analista, o saber deve estar em outro lugar.

CONCLUSÃO

Freud (1921/1996), ao escrever o trabalho *Psicologia das massas e análise do eu*, afirmava que “a essência de um grupo reside nos laços libidinais que nele existem” (p. 107). Contudo, como lembra, usando a comparação com o porco-espinho, há um mal-estar inerente às relações, e a proximidade deve garantir uma certa distância, caso contrário o dano é inevitável. Todo grupo está permeado por seus duplos, relações permeadas pelo especular, marcadas por disputas, rivalidades, “antipatias e aversões indissociáveis” (Freud, 1921/1996, p. 107). Conforme Rêgo Barros (2012),

A ação do analista, sua intervenção, tem alguma chance de ser elevada à altura de um ato, do qual se pode julgar a eficácia graças a seus efeitos do

discurso no real e o alcance obtido sobre o sofrimento do sujeito a partir do uso das palavras (p. 21).

Com esse trabalho, talvez já se possa estabelecer algumas considerações. Uma delas é que algo se transmite com a presença do psicanalista, pois nesse cotidiano não há como escapar do real da clínica, e a psicanálise inclui desde sempre esse real, aquilo que nos escapa, o que nos faz esbarrar muitas vezes com os limites de uma prática. Se é pela transferência que o analisante se põe a trabalhar, colocando em cena o saber inconsciente; é também pela transferência que a equipe pode seguir trabalhando e incluindo os seus limites, e os vazios. Quando Lacan fala da transferência de trabalho, ele aponta para a transmissão a um outro do que a análise ensina: “exatamente que o trabalho seja transferido de um a um” (Miller, 2001, p. 172), o que não comporta o todos. Em 1975, em uma série de conferências em universidades americanas, Lacan falava para médicos, e ali afirmava que a psicanálise é o lugar onde a medicina pode repousar, pois em outros ela tornara-se científica demais. Isso designa bem o fato de que a psicanálise soube ser um refúgio para o discurso da ciência, “a psicanálise tomou a seu cargo o resíduo não científico da medicina” (Miller, 2002, p. 7).

Seguimos, então, na direção que nos é dada pela psicanálise, na concepção de tratamento que inclui a palavra, e os efeitos da palavra, levando às consequências de uma prática que inclui o real. Do lado do praticante, a aplicação da psicanálise interroga a formação, a transmissão e a autorização de seu ato, e assim é pela psicanálise aplicada à terapêutica que a prática psicanalítica institucional contribui na direção de corroborar que não há psicanálise aplicada sem psicanálise pura (Rêgo Barros, 2012).

Assim, concluímos que o ato analítico é o que atesta ao mesmo tempo a presença do analista e o do sujeito do inconsciente. A transferência posta em cena entre sujeito do inconsciente e sujeito suposto saber é o que dialeticamente atesta a presença do analista. O ato é portanto para o sujeito, mas é também para o analista, aquilo que marca a ruptura entre um antes e um depois. A cada ato, o analista é legitimado segundo a afirmação lacaniana de que ele só se autoriza por si próprio, por sua conta e risco, mas também pelo saber inconsciente que ali se produz.

REFERÊNCIAS

- Ansermet, F. (2014) Medicina e Psicanálise: elogio do mal-entendido. *Opção Lacaniana Online*, ano 5, (13). Recuperado em 27/04/2020 em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero13/index.html>
- Balint, M. (1984). *O médico, seu paciente e a doença*. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1984.
- Herrera-Altamirano, E. (2012). El Hospital: Un lugar para la intervención psicoanalítica. In *Psicólogos y psicoanalistas en hospitales: Formación, experiencia y reflexiones*. (pp. 123-132). Mexico, DF: Manual Moderno.
- Darriba, V. A. (2017). Dimensão Subjetiva. In I. R. Madeira, & L. M. B. Souza (Orgs). *Pediatria: Cuidado com as crianças. Série Rotinas Hospitalares*. Hupe, vol. IV. Rio de Janeiro: Triunfal.
- Darriba, V. A. (2019). Psicanálise e prática multidisciplinar no hospital: clínica e transmissão. *Rev. SBPH*, Jun 2019, 22(n. spe), 240-251.
- Fagundes Netto, M. V. R. (2014). *Um psicanalista no hospital: possibilidades e limites de atuação*. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Psicanálise- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- França, W. (2014). Ato analítico e instituição. *Opção lacaniana*, ano 5, (13). Recuperado em 27/04/2020 em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero13/index.html>
- Freud, S. (1996). Fragmentos de um caso de histeria. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (vol. V). Rio de Janeiro: Imago. (obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (1996). Psicologia das massas e análise do Eu. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (2018) A técnica psicanalítica. In *Compêndio de Psicanálise e outros escritos inacabados. Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (pp. 85-112). Belo Horizonte: Autêntica. (obra original publicada em 1938).
- Freud, S. (2019). Sobre a dinâmica da transferência. In S. Freud. *Fundamentos da Clínica - Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica. (obra original publicada em 1912).

- Freud, S. (2019). Sobre o início do Tratamento. In S. Freud. *Fundamentos da Clínica - Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica. (obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2019) Caminhos da Terapia Psicanalítica. In *Fundamentos da clínica psicanalítica. Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica. (obra original publicada em 1918).
- Iannini, G., & Tavares, P. H. (2019). Sobre fundamentos da clínica. In *Fundamentos da clínica psicanalítica. Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Jorge, M. A. C., & Ferreira, N. (2005). *Lacan: o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1986). *O Seminário, livro 1- Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1953-1954).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1969-1970).
- Lacan, J. (1997). *O Seminário, livro 7- A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1959-1960).
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1958).
- Lacan, J. (1998). *O Seminário, livro 11- Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1964).
- Lacan, J. (2001). O lugar da psicanálise na medicina. In *Opção Lacaniana*, (32), 8-14. (obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1967).
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10- A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1962-1963).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16- De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (obra original publicada em 1968-1969).
- Lacan, J. (1967). *O Seminário, livro 15- O ato psicanalítico*. Inédito.
- Malengrau, P. (1995). Para uma clínica de cuidados paliativos. In *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, (13), 87-90, São Paulo.

- Miller, J.-A. (2010). O debate Freud/Lacan. In J.-A. Miller, *Conferencias Porteñas, Tomo I, Desde Lacan*. Buenos Aires: Paidós. (obra original publicada em 1984).
- Miller, J.-A. (2003). A “Formação” do Analista. In *Opção Lacaniana*, (37), 5-34.
- Miller, J.-A. (2010). *El Banquete De Los Analistas: Los Cursos Psicoanaliticos de Jacques-Alain Miller* (1ª ed.). Buenos Aires: Paidós. (obra original publicada em 2001).
- Miller, J.-A. (2016). *Un esfuerzo de poesia: Los Cursos Psicoanaliticos de Jacques-Alain Miller*. Buenos Aires: Paidós. (obra original publicada em 2002).
- Moretto, M. L. T. (2019). Abordagem Psicanalítica do Sofrimento nas Instituições de Saúde. (1. ed.). São Paulo: Zagodoni.
- Rêgo Barros, R. (2012). Urgência, um novo tempo. In G. Maron, & P. Borsói (Orgs.). *Urgência sem emergência?* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. Subversos, pp. 11-13.
- Zbrun, M. (2004). “Um esforço de poesia” ou de como fazer avançar a psicanálise no campo social. *Opção Lacaniana*, 41, 131-138.

Recebido em 23 de maio de 2020

Aceito para publicação em 30 de junho de 2021